

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – DOUTORADO

DIEGO PEDROSA CARVALHO

**O FREUDOMARXISMO DE REICH, FROMM E ADORNO E SUAS
CONTRIBUIÇÕES PARA A DEFINIÇÃO DO OBJETO DA PSICOLOGIA**

JUIZ DE FORA

2022

DIEGO PEDROSA CARVALHO

**O FREUDOMARXISMO DE REICH, FROMM E ADORNO E SUAS
CONTRIBUIÇÕES PARA A DEFINIÇÃO DO OBJETO DA PSICOLOGIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicologia. Área de concentração: História e Filosofia da Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Richard Theisen Simanke

JUIZ DE FORA

2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Carvalho, Diego Pedrosa.

O freudomarxismo de Reich, Fromm e Adorno e suas contribuições para a definição do objeto da psicologia / Diego Pedrosa Carvalho. -- 2022.

215 f.

Orientador: Richard Theisen Simanke

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2022.

1. Objeto da psicologia. 2. Freudomarxismo. 3. Reich. 4. Fromm. 5. Adorno. I. Simanke, Richard Theisen, orient. II. Título.

DIEGO PEDROSA CARVALHO

**O FREUDOMARXISMO DE REICH, FROMM E ADORNO E SUAS
CONTRIBUIÇÕES PARA A DEFINIÇÃO DO OBJETO DA PSICOLOGIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicologia. Área de concentração: História e Filosofia da Psicologia.

Aprovada em 02 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Richard Theisen Simanke – Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Daniel Omar Perez
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Ana Paula de Ávila Gomide
Universidade Federal de Uberlândia

Dr. Tales Afonso Muxfeldt Ab’Sáber
Universidade Federal de São Paulo

Dr. Verlaine Freitas
Universidade Federal de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a pandemia de Covid-19 transformou uma tarefa difícil em algo quase impossível. Como explorar as faculdades abstratas do intelecto quando a tragédia se realiza tão concretamente perante nossos olhos? Como construir uma tese enquanto o mundo presencia uma brutal destruição? As exigências econômicas e institucionais são implacáveis, de modo que não nos deixam alternativas. Se não fosse o privilégio da presença em minha vida de pessoas tão especiais, certamente eu não suportaria o fardo.

Gostaria de agradecer, inicialmente, ao meu orientador Richard Theisen Simanke pela liberdade criativa que me deu, por suas contribuições teóricas e pela presteza ao longo desses anos pelos quais se estenderam a pesquisa. A harmonia da nossa interação foi imprescindível para o amadurecimento das ideias e para o direcionamento da tese. Agradeço também aos professores que compuseram minha banca de defesa, Ana Paula Gomide, Daniel Perez, Tales Ab'Sáber e Verlaine Freitas. Seus comentários e críticas foram muito relevantes para um novo olhar sobre a minha tese, assim como foram inspiradores para uma continuidade da pesquisa.

Agradeço imensamente aos meus pais, Jorginho e Ester, por terem me incentivado a estudar desde a infância, transmitindo a ideia, conscientes ou não, do valor de transformação que esse empreendimento pode produzir. Além disso, o afeto e o acolhimento familiar sempre estiveram presentes ao longo da minha vida, propiciando condições psicológicas para, entre outras coisas, atravessar uma pesquisa de doutorado. Os meus irmãos, Fransérgio, Dalila e Danilo, foram fundamentais a esse núcleo de carinho e boa convivência que tenho o prazer de pertencer. E não poderia me esquecer de suas extensões, Olívia e Melina, minhas sobrinhas amadas e que, sempre que posso estar junto delas, meu dia se torna muito mais alegre.

Agradeço a todos os meus amigos que desde a infância ou adolescência fizeram parte da minha vida e da construção da minha identidade. Os reencontros são sempre reconfortantes. Agradeço também aos amigos do doutorado, os quais me proporcionaram momentos que continham, de uma só vez, discussão teórica e divertimento, aliviando as angústias de um doutorando. Em especial, agradeço ao Rondineli, com o qual a amizade se estendeu para além da pós-graduação e da psicologia, abarcando temas existenciais e de estética musical.

Por fim, agradeço à Fernanda, meu esplendor, minha inspiração e motivação para seguir em frente e superar as adversidades do doutorado. Seu amor, companheirismo e

incentivo foram condições para a manutenção de um mínimo de saúde mental e equilíbrio emocional durante esse período e, conseqüentemente, para tornar possível a conclusão da tese.

Cada indivíduo é um componente de muitos grupos, tem múltiplos laços por identificação e construiu seu ideal do eu segundo os mais diversos modelos. Assim, cada indivíduo participa da alma de muitos grupos, daquela de sua raça, classe, comunidade de fé, nacionalidade etc., e pode, também, se erguer além disso, atingindo um quê de independência e originalidade (FREUD, 1921/2011, p. 92).

O fato de um fenômeno ser estudado em Sociologia não significa, certamente, que não possa ser um objeto da Psicanálise (não mais do que o estudo das características físicas de um objeto elimina o estudo dos seus aspectos químicos). O que se pretende dizer, simplesmente, é que constitui um objeto da Psicanálise na medida, apenas e exclusivamente, em que os fatores psíquicos desempenham um papel no fenômeno (FROMM, 1932/1971d, pp. 138-139).

RESUMO

Ao longo do século XIX, observamos o desenvolvimento científico e disciplinar tanto da psicologia, quanto da sociologia no continente europeu. De um modo geral, podemos afirmar que a psicologia tinha como objeto o estudo dos indivíduos, representados pelas noções de consciência, de mente e de comportamento. A sociologia, por sua vez, estudava a sociedade, compreendida principalmente através da definição de classes e de instituições sociais. Assim, indivíduo e sociedade designavam conceitos separados, de modo que não havia grande interesse em suas possíveis articulações. Já no início do século XX, ao contrário, o questionamento da distância entre os conceitos ganha relevância cada vez maior. Os sociólogos se interessam pelas mediações sociais responsáveis pelo fenômeno da individuação, ao passo que os psicólogos desenvolvem a psicologia social, incorporando em suas investigações as influências da coletividade sobre o indivíduo. Nessa aproximação entre os objetos das respectivas ciências, o freudomarxismo surge como uma vertente teórica que visa incluir a psicologia freudiana e a sociologia marxista num mesmo sistema analítico, sem, contudo, reduzir uma à outra. A partir desse contexto, o presente estudo busca analisar os aspectos dos freudomarxismos de Wilhelm Reich, Erich Fromm e Theodor Adorno que contribuem para uma melhor definição do objeto da ciência psicológica, sobretudo quando confrontado com o objeto da sociologia. Portanto, considerando a *economia sexual* de Reich, a *psicologia social analítica* de Fromm e as *tensões* entre psicologia e sociologia segundo a discussão de Adorno, é possível conceber a legitimidade, a diferença e a complementariedade das duas ciências. Além disso, o emprego dos conceitos freudianos de pulsão, inconsciente, recalque e identificação, especificamente, são analisados a partir da perspectiva materialista e histórica dos freudomarxistas, vindo a atestar, em sua dinâmica, a dimensão psicológica de suas teorias.

Palavras-chave: Objeto da psicologia. Freudomarxismo. Reich. Fromm. Adorno.

ABSTRACT

Throughout the 19th century, the scientific development psychology and sociology as disciplines takes place on the European continent. In general, one can say that psychology had the study of individuals as its object, through notions such as consciousness, mind, and behavior. On the other hand, sociology, studied society, defined as system of classes and institutions. Thus, individual and society were separate concepts, and there was little interest in their possible articulations. In the early twentieth century, in turn, challenging this distance between these fields gains more and more relevance. Sociologists became interested in the social mediations responsible for the individuation phenomenon, while psychologists developed social psychology, incorporating in their investigations the collective influences on the individual. In this approximation between the two sciences, Freudo-Marxism emerges as a theoretical view that aims at integrating Freudian psychology and Marxist sociology in the same analytical system, without reducing one to the other. In this context, this study seeks to analyze the main aspects of the Freudo-Marxism of Wilhelm Reich, Erich Fromm and Theodor Adorno that have contributed to a better definition of the psychological science's object, especially when confronting the object of sociology. For this, Reich's sexual economy, Fromm's analytical social psychology, and the tensions between psychology and sociology according to Adorno are considered to discuss the legitimacy, differences, and complementarity of these two sciences. Moreover, Freud's concepts of drive, unconscious, repression, and identification are specifically analyzed from the materialistic historical perspective of the Freudo-Marxists. Their dynamic relationships evidence the psychological dimension of their theories.

Keywords: Psychological object. Freudo-Marxism. Reich. Fromm. Adorno.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	WILHELM REICH E OS FUNDAMENTOS DA SUA ECONOMIA SEXUAL.....	25
2.1	A PRESENÇA DE FREUD E MARX NOS PRIMEIROS PASSOS DA “TEORIA DO ORGASMO”.....	26
2.2	O PAPEL DA HISTÓRIA NA “TEORIA DO CARÁTER” E A NEGAÇÃO DO DUALISMO PULSIONAL.....	35
2.3	UMA PSICOLOGIA MATERIALISTA, DIALÉTICA E CRÍTICA	44
2.4	A MORALIDADE SEXUAL BURGUESA E A GÊNESE DA NEUROSE	52
2.5	O RECALQUE DA SEXUALIDADE COMO CONDIÇÃO DO FASCISMO	58
2.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
3	ERICH FROMM E A DEFESA DE UMA PSICOLOGIA SOCIAL ANALÍTICA	70
3.1	PSICANÁLISE E MARXISMO EM SEU TRABALHO PRÉ-INSTITUTO: UMA ANÁLISE SOCIOPSICOLÓGICA DAS TRANSFORMAÇÕES DO CRISTIANISMO PRIMITIVO.....	72
3.2	A ESSÊNCIA HISTÓRICA DO MÉTODO PSICANALÍTICO E A DIALÉTICA ENTRE O “FATOR LIBIDINAL” E O “FATOR ECONÔMICO”.....	84
3.3	DA RELAÇÃO ENTRE “TRAÇOS DE CARÁTER” E ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA.....	93
3.4	A CONTINGÊNCIA DO COMPLEXO DE ÉDIPO E A TEORIA DO “COMPLEXO PATRICÊNTRICO”	103
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
4	THEODOR ADORNO E A NEGAÇÃO DA SÍNTESE ENTRE PSICOLOGIA E SOCIOLOGIA	117
4.1	O REVISIONISMO PSICANALÍTICO E A CASTRAÇÃO SOCIOLÓGICA DA PSICOLOGIA.....	119
4.2	A FUNÇÃO DA “PSICOLOGIA DE MASSAS” NA EXPLICAÇÃO DO FENÔMENO “SOCIOLÓGICO” DO FASCISMO	127
4.3	A CRÍTICA DO PSICOLOGISMO E A SEPARAÇÃO HISTÓRICA ENTRE INDIVÍDUO E SOCIEDADE.....	136
4.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149

5	PULSÃO, INCONSCIENTE, RECALQUE E IDENTIFICAÇÃO: A DIMENSÃO PSICOLÓGICA DAS ANÁLISES FREUDOMARXISTAS	154
5.1	OS CONCEITOS NA PSICANÁLISE FREUDIANA	155
5.2	OS CONCEITOS EM REICH, FROMM E ADORNO	161
5.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
6	CONCLUSÃO: O LUGAR DA PSICOLOGIA NO FREUDOMARXISMO.....	196
	REFERÊNCIAS.....	205

1 INTRODUÇÃO

Se a psicologia enquanto disciplina vem encontrar o seu lugar somente no século XIX, as primeiras formulações de uma psicologia científica já se desenvolviam na Europa do século XVIII. A palavra neolatina *psychologia* surge na Alta Idade Média para designar o estudo do tratado *De anima* [Sobre a alma], de Aristóteles, e é amplamente difundida pelo humanismo renascentista alemão (GUNDLACH, 2006/2012). Entretanto, foi o polímata Christian Wolff (1679-1754), proeminente iluminista alemão, a figura central tanto no estabelecimento de um campo propriamente psicológico de investigação, quanto da sua associação com o termo psicologia. Assim, a psicologia integrava sua metafísica como o estudo da alma, esta compreendida como “aquilo em nós que é consciente de si mesmo” (ARAUJO, 2012, pp. 73-74). Posteriormente, ele percebe a necessidade de investigar a experiência psicológica, realizando uma separação, análoga à física, entre psicologia racional e psicologia empírica. O objeto dessa última, isto é, a experiência da alma, somente poderia ser acessado através do exame consciente dos eventos mentais, ou seja, pela introspecção.

Vários teóricos, em seguida, dedicaram-se à tarefa de aprofundar e aperfeiçoar essa psicologia com pretensões científicas¹. No entanto, o nome do alemão Wilhelm Wundt (1832-1920) se destaca na segunda metade do século XIX pela qualidade da fundamentação filosófica de seu projeto e sua contribuição para o avanço da psicologia empírica. Para Wundt, a “experiência” compreendia um todo unitário e coerente e que poderia ser concebido a partir de duas perspectivas diferentes, porém, complementares: a mediata, isto é, seu conteúdo puramente objetivo (mundo exterior), e a imediata, subjetiva (mundo interior) (ARAUJO, 2009). Partindo desse pressuposto, haveria duas possibilidades de ciência empírica: a ciência natural (física, química, fisiologia, etc.), que se ocuparia da experiência mediata, e a psicologia, que estudaria a experiência imediata. Sendo assim, Wundt define como objeto da psicologia a “experiência interna ou imediata”, atacando, com isso, a concepção de mente, comum em sua época, como substância ou entidade, seja espiritual ou material. Ambos os casos encontram suas bases em hipóteses metafísicas, as quais escapam à experiência. Como ciência natural e psicologia não se diferenciam em sua natureza, mas somente na perspectiva da investigação, os métodos também são equivalentes: o experimento (como na física, química e biologia) e a observação (como na botânica, anatomia e astronomia). Transpondo essa dualidade metodológica para a psicologia, Wundt vai introduzir, então, uma divisão de

¹ Como exemplo poderíamos citar os nomes de Johannes Nikolaus Tetens (1736-1807), Gustav Theodor Fechner (1801-1887), Edward Bradford Titchener (1867-1927), entre outros.

tarefas. Na psicologia individual, fisiológica ou experimental, estuda-se a sensação, a percepção e a representação, considerados os processos psíquicos básicos. Já na psicologia dos povos (*Völkerpsychologie*), estuda-se os fenômenos culturais e coletivos, como linguagem, religião e costumes, os processos psíquicos superiores, inacessíveis à experimentação. Esses produtos mentais “pressupõem a existência de uma comunidade de muitos indivíduos que compartilham certa mentalidade, embora sua fonte última seja sempre as características psíquicas de cada um dos indivíduos” (ARAÚJO, 2009, pp. 215-216). Portanto, a distinção metodológica de Wundt não se aplica ao objeto da psicologia, que se mantém unitário: as leis gerais da vida mental.

Numa direção diferente daquela que se centra nos processos mentais e subjetivos dos indivíduos, vemos também no século XIX a emergência da sociologia enquanto ciência e disciplina. Acompanhando as profundas transformações que marcaram a transição histórica para a modernidade, ocorre a descoberta da autonomia relativa das estruturas sociais perante o estado, o mercado e o indivíduo, de modo que a busca pela compreensão de suas leis internas se converte no objeto de uma nova ciência empírica² (VANDENBERGHE, 2012). Um dos pioneiros da sociologia científica foi o francês Auguste Comte (1798-1857). Dentre as suas publicações, o *Curso de filosofia positiva*, que tem seu primeiro volume publicado em 1830 e seu último em 1842, apresenta-se com importância especial para nossos propósitos por duas razões básicas. Primeiramente, logo em sua primeira lição, Comte (1842/1978) realiza uma dura crítica ao projeto de uma psicologia científica, afirmando consistir numa ilusão qualquer contemplação direta do espírito por si mesmo. Considerando que a melhor maneira de conhecer as “paixões” é observá-las de fora, afirma que o pretense método psicológico é radicalmente nulo por princípio. Da suposta refutação da introspecção, a consequência inevitável, e que representa a segunda razão de abordarmos essa obra, é a exclusão da psicologia de sua classificação das ciências. Na sua segunda lição ele descreve um quadro em que sua filosofia positiva se divide em seis ciências fundamentais: a matemática, enquanto ciência formal, e a astronomia, a física, a química, a fisiologia e a física social como as ciências concretas (COMTE, 1842/1978). A psicologia, portanto, é absorvida pela fisiologia, de um lado, e pela física social, de outro, a qual ele veio a chamar de sociologia, posteriormente.

Ao longo do século XIX, três grandes nomes da sociologia se destacaram a ponto de ficarem reconhecidos como “os clássicos” do pensamento sociológico, a saber: os alemães

² Não nos ateremos à diferença entre história, economia, política e sociologia. Para nossos fins, a sociologia será abordada como uma sociologia histórica, econômica e política.

Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920) e o francês Émile Durkheim (1858-1917). Gostaríamos de abordar, suscintamente, três aspectos do pensamento de Marx que aparecerão mais à frente na discussão que propomos: seu materialismo, sua visão da história e a noção de dominação social. Apesar da obra do autor não poder se configurar como estritamente sociológica, é certo que ela lançou as bases para explicar a sociedade a partir do modo como os homens produzem socialmente sua existência por meio do trabalho (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2001). Assim, em meados do século XIX, afastando-se da filosofia idealista alemã, Marx concentra seus esforços num redirecionamento do “movimento das ideias”, de Hegel, para o movimento da vida material concreta dos humanos, inserida, portanto, nos processos sócio-históricos. Todavia, a que “matéria” e a que “história” ele se refere? A resposta nos guia, exatamente, para o “materialismo histórico”, isto é, a ciência ou a teoria empírica marxiana. O *materialismo* de Marx não aborda, prioritariamente, a problemática da relação entre matéria e espírito. Isso não quer dizer que ele negue, por exemplo, a natureza cerebral dos processos mentais – ao contrário –, mas sim, que sua tese central é a do primado do “indivíduo vivo” sobre as representações de seu próprio espírito, ainda que essas representações retroajam concretamente sobre ele (COLLIN, 2010). Seu materialismo pressupõe um indivíduo com necessidades naturais e biológicas básicas e, conseqüentemente, inserido num processo de produção e reprodução da vida através do trabalho, imprescindível, então, para a satisfação de suas demandas vitais. Esse mesmo indivíduo integra, em decorrência disso, uma *história social*, ou seja, uma história que não procede de ideias ou do destino, mas das relações que os homens estabelecem entre si na produção material de sua existência. Portanto, assim como o materialismo, trata-se de uma história produzida por indivíduos concretos. Em suas palavras:

Para os alemães despojados de qualquer pressuposto, somos obrigados a começar pela constatação de um primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto de toda a história, ou seja, o de que todos os homens devem ter condições de viver para poder “fazer a história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; [...] O segundo ponto a examinar é que uma vez satisfeita a primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento já adquirido com essa satisfação levam a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico. [...] A terceira relação, que intervém no desenvolvimento histórico, é que os homens, que renovam a cada dia sua própria vida, passam a criar outros homens, a se reproduzir. É a relação entre homem e mulher, pais e filhos, é a família. Esta família, que é inicialmente a única relação social, torna-se em seguida uma relação subalterna (exceto na Alemanha), quando as necessidades acrescidas geram novas relações sociais

e o aumento da população gera novas necessidades (MARX; ENGELS, 1932/2001, pp. 21-23)³.

Marx realiza uma crítica aos economistas de seu tempo que atribuem a leis naturais o regimento das relações de produção burguesa, como se fossem “independentes da influência do tempo”. Segundo seu materialismo histórico, todas as formas econômicas são transitórias, assim como a estrutura do indivíduo depende das condições materiais da sua produção. Como uma consequência radical de suas teses, em oposição à filosofia idealista, também o pensamento e a consciência são produtos das relações materiais entre homem e natureza, em sua origem, e não a causa dessas relações, assim como todo fenômeno gerado socialmente. “Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 1932/2001, p. 20), e “[a] consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX; ENGELS, 1932/2001, p. 19), são passagens de *A ideologia alemã* que confirmam a assertiva anterior.

Por fim, para falarmos de *dominação social* em Marx, é preciso compreender minimamente sua teoria das classes sociais. Marx estabelece uma distinção conceitual entre divisão natural e divisão social do trabalho (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2001). Durante o período em que a capacidade produtiva das sociedades era bastante limitada, restringindo-se à subsistência, a organização social era relativamente mais simples e se baseava numa divisão natural do trabalho, isto é, a especificidade de funções obedecia a critérios de idade e sexo. Posteriormente, a partir de um excedente de produção que surge com o desenvolvimento das sociedades, torna-se possível a apropriação por não produtores (seja indivíduos, empresas ou Estado) de uma parcela do que é produzido socialmente, assim como dos próprios meios de produção. Como resultado, evidencia-se uma divisão social do trabalho em que a sociedade se fragmenta entre classes de proprietários e classes de produtores não-possuidores e, assim, entre classes dominantes e classes dominadas. A noção de classe dominante, entretanto, encontra sua expressão de duas maneiras distintas (BOTTOMORE, 1983/2013). A primeira se refere a uma posição economicamente privilegiada que, em virtude disso, controla todos os aspectos da vida social, isto é, tanto o aspecto econômico quanto o espiritual.

³ Apesar de a primeira publicação constar do ano de 1932, *A ideologia alemã* foi redigida entre 1845 e 1846.

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante (MARX; ENGELS, 1932/2001, p. 48).

A segunda maneira, enfim, remete ao fato de que, para a manutenção dos modos de produção e da forma atual de organização da sociedade, a classe dominante deve exercer o poder de Estado, isto é, dominá-lo politicamente. É comum, aliás, definir-se a classe dominante exatamente pela capacidade de controle estatal e de garantia política de seus interesses e ambições (COLLIN, 2010). Marx e Engels afirmam que

[...] a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O Executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa (MARX; ENGELS, 1848/2005, p. 42).

Após tudo o que foi visto, podemos afirmar que, tradicionalmente, indivíduo e sociedade, enquanto ênfase ou primado da análise, compunham um par de opostos, de forma que o primeiro, *grosso modo*, constituiu-se como objeto da psicologia e o segundo, da sociologia, sejam em suas formulações filosóficas ou projetos científicos. Vimos, por um lado, uma investigação da alma que perpassa a história da filosofia, desde a Grécia antiga, e que desemboca na subjetividade dos filósofos modernos, de Descartes ao idealismo alemão. Anteriormente ao termo indivíduo – o qual, designando o “homem singular”, compreende um conceito tardio, renascentista –, a linguagem filosófica invocava tal sentido mediante a palavra “autoconsciência” (ADORNO; HORKHEIMER, 1966/1973). Disso nos parece indicativo que o indivíduo psicológico, em sua acepção moderna e com vistas ao estatuto científico, encontra-se num vértice da consciência com a ideia de individuação proveniente da biologia. Na sociologia clássica, por outro lado, o tema indivíduo foi muito pouco explorado, atribuindo-se a esta ciência a especificidade do estudo das “relações entre indivíduos”, dos grupos, classes, instituições, enfim, da totalidade social. O conceito era tratado, em geral, como matéria da biologia, psicologia e filosofia.

Ainda que tenha sido um fenômeno historicamente importante para a especificidade e autonomia das ciências em sua origem, a separação radical entre aspectos essencialmente individuais ou sociais foi progressivamente revista no século XX. A categoria de indivíduo

passou não apenas a ser considerada pela sociologia, mas reivindicada como um conceito sociológico. O indivíduo já não era mais preterido da análise social. Ao contrário, foi elevado a um lugar fundamental para a compreensão da própria sociedade, pois passa a ser concebido como uma consequência da socialização – o indivíduo surge somente a partir das mediações sociais que atravessa em seu desenvolvimento. Movimento semelhante ocorre na psicologia, onde começa a ganhar terreno uma “subdisciplina”: a psicologia social. Tal adjetivação denota uma ampliação da ideia anterior de indivíduo, que deixa de ser concebido isoladamente e passa a ser inserido em contextos maiores de interação – desde pequenos grupos, como a família, a grandes populações, como uma nação. Assim, a mente, antes compreendida de forma universal, ganha uma nova configuração, sensível à história, ao tempo, às interações.

George Herbert Mead (1863-1931) foi um importante nome nessa tarefa inovadora de superação da distância que separava as ciências. Filósofo pragmático e psicólogo estadunidense, Mead foi o primeiro a usar os termos “psicologia social”, que intitulavam o seu curso na Universidade de Chicago, no ano de 1900 (FARR, 2010). Ele sustentava a posição de que a psicologia moderna era substancialmente distinta da psicologia clássica pelo fato de que somente na modernidade surge a preocupação com o processo de individuação e a formação da individualidade (SASS, 2004). Dentro desse núcleo temático constitutivo da psicologia moderna, portanto, sua tese era que indivíduo e sociedade são indissociáveis, negando tanto o solipsismo quanto a anulação subjetiva. O indivíduo, aliás, não representa, para o autor, uma antítese à sociedade, mas, diferentemente, sua consequência. O mesmo se pode dizer de sua noção psicológica de consciência. Numa espécie de “inversão teórica” antirracionalista, Mead defende uma concepção funcional da consciência, isto é, uma consciência não substantiva ou pré-existente, e sim, que se origina da experiência e dos processos sociais. Ele diz:

A consciência ou experiência explicada ou considerada a partir dos processos sociais não pode, entretanto, ser situada no cérebro, não somente por tal localização implicar uma concepção espacial da mente (concepção no mínimo injustificada, se aceita acriticamente), mas também porque semelhante localização conduz ao solipsismo fisiológico de Russel e às dificuldades insuperáveis do interacionismo. A consciência é funcional, e não, substantiva; e em qualquer um dos principais sentidos do termo ela deve ser situada no mundo objetivo, ao invés do cérebro – ela pertence ao meio em que nos encontramos, ou é uma característica deste. O que está localizado no cérebro e o que nele ocorre, contudo, é o processo fisiológico através do qual perdemos e recuperamos a consciência: um processo, de

certa forma, análogo ao baixar e suspender a persiana de uma janela (MEAD, 1934/1952, p. 112).

Aluno de Wundt em Leipzig, entre 1888 e 1889, Mead se empenhou em superar a dicotomia de seu antigo professor entre a psicologia fisiológica e a *Völkerpsychologie*, isto é, buscou resolver o problema da incompatibilidade aparente entre a mente e a consciência individual, de um lado, e a sociedade e as interações sociais, de outro. Partindo do pressuposto de que o indivíduo é o produto da interação recíproca de outros, a solução oferecida por sua psicologia social foi a inserção do conceito de *self*, exatamente, entre a mente e a sociedade (FARR, 2010). Lançando mão da distinção teórica do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas (1929-), entre interiorizar – levar para o interior as estruturas externas já organizadas – e internalizar – processo estruturante da experiência individual –, pode-se dizer que o *self* é a internalização das experiências sociais que são incorporadas ao comportamento da forma individual do ser humano (SASS, 2004). Enfim, o primado dos eventos sociais sobre o fenômeno da individuação não significa, na teoria de Mead, a invalidação da psicologia ou sua redução à sociologia. Numa direção muito distinta, ele afirma que sua psicologia social se ocupa especialmente do surgimento da experiência interna do indivíduo – ou, de outro modo, da fase interna dos atos sociais – dentro do processo social como um todo (MEAD, 1934/1952).

Ao mesmo tempo em que Mead desenvolve seu trabalho nos Estados Unidos, na Europa continental a psicologia toma novos rumos com Freud e o surgimento da psicanálise. Médico neurologista austríaco, Freud (1856-1939) desenvolve sua teoria psicopatológica a partir de pressupostos que vão além da determinação orgânica. O sintoma neurótico e, portanto, o adoecimento, segundo sua concepção, continham sentido e propósito em sua etiologia, de modo que a cura poderia se dar por uma via simbólica. Ele define a psicanálise da seguinte forma:

Psicanálise é o nome: 1) de um procedimento para a investigação de processos mentais dificilmente acessíveis de outra forma; 2) de um método de tratamento de distúrbios neuróticos, baseado nessa investigação, e 3) de um conjunto de informações psicológicas obtidas nessa trajetória, e que gradualmente tem se constituído numa nova disciplina científica (FREUD, 1923/1992, p. 231).

Assim, Freud descreve a psicanálise como uma ciência que se fundamenta num método com a dupla função de investigação do aparelho psíquico e de tratamento de seus distúrbios. Mas, além disso, destaca-se na ciência freudiana um encontro definitivo entre

propriedades psicológicas e sociais (FARR, 2010), de modo que o autor teria realizado uma travessia sobre a divisão entre as duas esferas (CAVALLETTO, 2007). Essa interação se apresenta ora de maneira indireta, na própria metapsicologia, ora direta, nos chamados textos “culturais” freudianos. Em relação ao primeiro caso, encontramos em “As pulsões e seus destinos” (1915/2021d), por exemplo, a noção de que o objeto da pulsão é variável e que, portanto, não se encontra definido desde o início. Por trás da indeterminação do objeto pulsional, então, ainda que Freud enfatize o caráter individual da história psicosexual, há espaço para se pensar numa combinação intrínseca entre indivíduo e sociedade, de forma que os modos de satisfação e prazer possam ser concebidos numa conexão do psíquico com o social. Outro exemplo pode ser encontrado em “O eu e o isso” (1923/2020a). Com o desenvolvimento da segunda tópica do aparelho psíquico, na qual os sistemas inconsciente, pré-consciente e consciente são rearranjados em decorrência da nova divisão funcional entre as instâncias do isso, eu e supereu, a formação das duas últimas revela um papel ainda mais importante da presença imediata do outro, especialmente a partir do conceito de identificação. Segundo Adorno (1968/2008), quanto mais Freud se direcionava às profundezas psíquicas individuais, mais ele se deparava com aquilo que não era, propriamente, individual, mas sim o cerne social dos conteúdos psicológicos.

Sobre o teor explicitamente social da obra freudiana, podemos assinalar os ensaios em que o autor escreve sobre a moral, a religião, o discurso científico e a civilização, de um modo geral. Ou seja, há momentos em que Freud aborda temáticas que, necessariamente, extrapolam o campo da individualidade e da clínica. “A moral sexual ‘cultural’ e o nervosismo moderno” (1908/2015a), “Totem e Tabu” (1913/2012), “Psicologia das massas e análise do eu” (1921/2011), “O futuro de uma ilusão” (1927/2014b), “O mal-estar na civilização” (1930/2010d), “Por que a guerra?” (1932/2010e) e “Moisés e o monoteísmo” (1939/2018) são exemplos claros desse interesse psicanalítico. Em “Psicologia das massas e análise do eu”, Freud (1921/2011) afirma que a psicologia individual só pode ser também uma psicologia social, dada à necessária referência ao outro na estruturação psíquica do indivíduo. Sendo assim, a psicanálise surge como uma psicologia profunda que enxerga além da contradição entre indivíduo e sociedade, reconhecendo uma continuidade e dependência fundamental entre estas categorias. Como consequência principal disso, os conceitos teóricos básicos da ciência freudiana abarcariam, em certa medida, tanto os processos psicológicos quanto os sociais, ainda que o peso da interpretação oscile, a depender do fenômeno analisado.

Após esta breve revisão histórica que buscou, inicialmente, acompanhar o surgimento da psicologia e da sociologia no contexto das ciências modernas e o reconhecimento de seus espaços disciplinares e, em seguida, demonstrar as primeiras tentativas científicas de contemplar ambos os aspectos da vida humana num mesmo sistema conceitual, chegamos, enfim, ao encontro teórico das duas ciências através da articulação entre Marx e Freud: o freudomarxismo.

As primeiras tentativas de integração de Marx e Freud se deram a partir de uma conjuntura histórica com dois eventos marcantes na Europa: a Revolução Russa, em 1917, e a ascensão do nazismo na Alemanha, ao longo das décadas de 1920 e de 1930. Enquanto a revolução socialista ocorrera numa Rússia com atraso econômico e importância reduzida de seu proletariado, na Alemanha, a despeito da alta industrialização e do numeroso proletariado, o conservadorismo e as forças contrarrevolucionárias se acentuaram (Rouanet, 1978/1998). Nos dois países, havia um descompasso, portanto, entre as condições objetivas (socioeconômicas) e subjetivas (psicológicas). Na tentativa de explicar esse estado “inesperado” pela ortodoxia marxista⁴, reconheceu-se a necessidade de completar a teoria da sociedade com uma teoria psicológica, articulando, então, determinantes sociais e as estruturas pulsionais predominantes nas massas. Assim, os marxistas ocidentais, particularmente na Alemanha, promoveram uma reinterpretação dos conceitos freudianos a fim de adquirirem uma nova perspectiva sobre os problemas da alienação e da ideologia (BARRETT, 1983/2013). O que, de certo modo, unifica os autores freudomarxistas, a despeito de suas consideráveis diferenças teóricas, é a concepção comum de que tanto o marxismo quanto o freudismo são doutrinas da libertação do homem e, portanto, se articulam com o paradigma da “revolução” (ROUDINESCO; PLON, 1998). Enquanto a primeira visa a transformação da sociedade através da luta coletiva induzida pelos processos históricos, a segunda se dirige a uma transformação subjetiva através da exploração do inconsciente individual dos sujeitos.

Podemos definir como pioneiros do freudomarxismo, juntamente com suas respectivas obras assim orientadas, os seguintes nomes: Siegfried Bernfeld (1982-1953) e “Socialismo e psicanálise” (1926/1970), Wilhelm Reich (1897-1957) e “Materialismo dialético e psicanálise” (1934[1929]/1977), Erich Fromm (1900-1980) e “O dogma de Cristo” (1930/1974), Fritz Sternberg (1895-1963) e “Marxismo e recalque” (1932/1970), Otto

⁴ Por “ortodoxia marxista” nos referimos, precisamente, aos escritos originais de Marx.

Fenichel (1897-1946) e “Sobre a psicanálise como núcleo de uma futura psicologia materialista dialética” (1934/1970).

Segundo o levantamento histórico e historiográfico de Rouanet (1978/1998) sobre as primeiras formulações freudomarxistas, Bernfeld, um psicanalista austríaco, defendia o caráter materialista da psicanálise, mas não por seu substrato biológico e sim, por seu anti-idealismo, de modo a desmistificar os valores da cultura como simples racionalizações que substituem os verdadeiros conteúdos motivadores e inconscientes. Sternberg, por sua vez, um economista e sociólogo alemão, defendia a ideia de que o capitalismo recalcaria a distinção entre o trabalho necessário à sobrevivência e reprodução da classe operária, do trabalho excedente e gerador de mais-valia. O surgimento do freudismo no capitalismo avançado e, assim, num momento de hipertrofia do recalque, revelaria, através do recalque individual, o fenômeno do recalque coletivo, mesmo desconhecendo esse processo histórico. Já Fenichel, um psicanalista vienense, atribuía à psicanálise a capacidade de preencher o ideal de cientificidade da época. Ela era uma ciência biológica, já que a vida psíquica integra o processo vital, e buscava as regularidades do organismo humano, ultrapassando a observação dos casos individuais. A psicanálise seria, também, axiologicamente neutra, visando investigar a gênese da moral. Entretanto, a dimensão crítica dos freudomarxistas atingia também a própria psicanálise e o marxismo. Assim, eles acusavam o antifreudismo do comunismo oficial de conservadorismo pequeno-burguês, perante um pensamento que proclamava o primado da sexualidade, do mesmo modo em que interpretavam o pessimismo cultural de Freud como a universalização da ordem capitalista, incapaz de conceber uma sociedade erigida sob outras condições, que não a da renúncia pulsional.

Posteriormente, quando o filósofo e sociólogo alemão Max Horkheimer (1895-1973) assumiu a liderança do Instituto de Pesquisa Social – onde se desenvolveu a assim chamada “escola de Frankfurt” –, no ano de 1930, ele promoveu um trabalho inovador sobre a justaposição dos sistemas filosóficos e da experiência empírica na teoria da sociedade, articulando, para esse fim, uma comunidade de pesquisadores composta de filósofos, sociólogos, economistas, historiadores e psicólogos (WIGGERSHAUS, 1986/2006). Dessa forma, a iniciativa freudomarxista anterior ganhava espaço, também, dentro do Instituto. Na primeira edição da Revista de Pesquisa Social, Horkheimer publica o artigo “História e psicologia” (1932/2003). Nele, o autor afirma que o papel do indivíduo não se anula nas funções dos vínculos econômicos e que, portanto, a constituição psíquica dos membros dos grupos sociais tem de ser considerada em sua efetividade histórica. Por isso, a psicologia, mais precisamente, uma “psicologia do inconsciente”, deverá penetrar os fatores psíquicos

mais profundos e descobrir as forças irracionais que, coercitivamente, determinam o ser humano.

Herbert Marcuse (1898-1979), outro filósofo e sociólogo alemão, também integrou a escola de Frankfurt e escreveu numa perspectiva freudomarxista. Em *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*, publicado em 1955, num período já tardio, comparado a seus colegas, o autor se dedicou a uma análise aprofundada da obra freudiana. Seja em seus escritos anteriores, seja nos posteriores, em nenhum deles se encontra uma “radicalidade psicanalítica” como no livro citado (ROBINSON, 1971). Nele, Marcuse (1955/1975) se propõe a revelar o conteúdo histórico sob o aparente caráter “não-histórico” dos conceitos freudianos, utilizando o método da “crítica imanente”, típico dos frankfurtianos. Ele cria, para esse fim, dois conceitos centrais: “mais-repressão” e “princípio de desempenho”. O primeiro se distingue da repressão⁵ básica por mostrar que, além das modificações pulsionais necessárias à perpetuação da civilização, existem restrições extras requeridas pela dominação social. Já o segundo conceito especifica a forma histórica predominante do princípio de realidade, partindo da concepção de que os modos de dominação, tanto do ser humano quanto da natureza, resultam em variações contingentes do princípio de realidade. Os dois conceitos representariam a tentativa de Marcuse de demonstrar a historicidade do princípio de realidade (WHITEBOOK, 2006). Em *Eros e civilização*, enfim, Marcuse teria resgatado o “espírito revolucionário” presente no interior da obra freudiana (JAY, 1976).

Entretanto, dentro da abordagem teórica conhecida por freudomarxismo, gostaríamos de destacar outros três nomes: Wilhelm Reich, Erich Fromm – ambos já citados – e Theodor Adorno (1903-1969). A ênfase aos três se justifica pela dedicação à discussão em torno dessa temática, isto é, a das possibilidades de articulação entre Marx e Freud. Os dois últimos pertenceram à escola de Frankfurt, mas em períodos diferentes, e o primeiro, ainda que externo a ela, forneceu uma importante base teórica para suas discussões psicológicas posteriores. A extensão do freudomarxismo na obra de Reich, Fromm e Adorno, com análises divergentes e convergentes, nos propiciou teses e reflexões relevantes e originais acerca do lugar da psicologia no rol das ciências. Como visto, no início do século XX ocorreu certo

⁵ Para nossos fins, consideraremos a seguinte distinção conceitual: *repressão* consiste numa ação externa, isto é, na força da sociedade ou família sobre o indivíduo, ao passo que *recalque* designa uma ação interna, um mecanismo intrapsíquico. Entretanto, o argumento dos freudomarxistas é de que se há recalque, de um modo geral, é porque há repressão. Nesta acepção, haveria uma continuidade entre os dois conceitos.

tangenciamento entre os objetos da psicologia e da sociologia. Ou seja, a partir do surgimento independente entre distintas racionalidades científicas e da clara diferenciação entre seus campos de problematização, deu-se início tanto a disputas, quanto a complementações teóricas para a compreensão da realidade social e do comportamento do indivíduo. Desse modo, exatamente aqui se situa nosso interesse de investigação: identificar os elementos das obras de Reich, Fromm e Adorno que contribuem para uma definição mais precisa do objeto da psicologia, sobretudo, quando confrontado com o da sociologia, sua contraparte no freudomarxismo. Acreditamos que, dada a centralidade do pensamento germânico para o desenvolvimento da psicologia e da sociologia enquanto ciência e disciplina, podemos encontrar nas raízes do freudomarxismo, além de uma justificativa histórica para a necessidade de revisar seus modos de interação, o alcance e os limites de cada uma delas, isto é, a especificidade de seus objetos. No entanto, nosso foco recai sobre a delimitação do objeto da psicologia, de modo que os aspectos sociológicos que, por ventura, surgirem ao longo da pesquisa, não ocuparão o centro da análise, restringindo-se, portanto, a uma abordagem indireta e com finalidade de iluminar, pela contradição e complementação, o objeto psicológico. Esperamos demonstrar, ao fim e ao cabo, como a noção de “organismo pulsional”, com todos os seus pressupostos e desdobramentos teóricos, define a área própria de investigação da ciência psicológica, ao mesmo tempo em que promove uma ponte entre a biologia, a psicologia e a sociologia. A partir dos freudomarxismos dos autores em pauta, nos torna possível, mais especificamente, conceber a legitimidade, a diferença e a complementariedade entre psicologia e sociologia.

Sendo assim, a tese será desenvolvida ao longo de quatro capítulos, seguidos de apontamentos conclusivos. Todos eles se apoiam na perspectiva freudomarxista para explorar, direta ou indiretamente, o objeto da psicologia. O primeiro capítulo será dedicado à *economia sexual* de Wilhelm Reich. Seleccionamos os textos do autor que compreendem suas teses elaboradas do final da década de 1920 até meados da década de 1930, porém, complementadas por material incluído nas edições posteriores às publicações originais, estendendo ao início da década de 1940. A justificativa para nosso recorte bibliográfico é a de que este período compreende a fase em que as análises reichianas se situam claramente num referencial freudomarxista. Isto é, mesmo que, desde o início, o autor desenvolva uma teorização peculiar em seus estudos sobre a sexualidade, pode-se ver em todos esses anos uma clara inspiração teórica na psicologia freudiana e na sociologia marxista. Como um dos pioneiros do freudomarxismo e sendo psicanalista de formação, Reich lançou as bases para uma importante articulação teórica que contemplasse psicologia e sociologia na análise do

comportamento humano. Atribuindo uma grande importância à sexualidade, o autor defendia que o ser humano, enquanto um organismo pulsional, necessitava de uma completa “descarga” de sua energia sexual, cuja não realização implicaria tanto num adoecimento – a neurose –, quanto numa limitação reflexiva e imaturidade do eu. Os obstáculos para a satisfação sexual plena se situariam, em última instância, na realidade social, isto é, seriam externos ao indivíduo. Desse modo, Reich estabelece uma relação estreita entre elementos psicológicos e sociológicos sem, contudo, fundi-los. Portanto, se, por um lado, a temática da sexualidade e do organismo pulsional é trazida para a teoria social marxista, por outro, esses temas são também interpretados sob um olhar histórico.

O segundo capítulo explorará a *psicologia social analítica* de Erich Fromm. Da mesma forma que no capítulo anterior, os textos selecionados do autor integram seu período explicitamente freudomarxista, que corresponde ao trabalho desenvolvido ao longo da década de 1930. Membro do Instituto Psicanalítico de Frankfurt, foi convidado por Horkheimer a participar do Instituto de Pesquisa Social, assumindo a área da psicologia social. Assim, baseado na caracterologia psicanalítica, buscou estabelecer uma relação, então inovadora, entre os traços de caráter e a estrutura socioeconômica, numa espécie de “dialética” entre fatores psicológicos e sociais. Defensor de uma historicidade intrínseca ao método psicanalítico, tentou aplicar de forma mais precisa os conceitos da psicologia individual à psicologia social, amparando-se, para isso, na sociologia marxista. Tal como Reich, mas a partir de um referencial antropológico alternativo ao que ele empregara, Fromm analisou as distintas formações sociais ao longo da história para fundamentar sua crítica à universalidade do complexo de Édipo. Sendo psicanalista e integrando uma comunidade de intelectuais e pesquisadores de outras áreas, sua finalidade era tanto legitimar o objeto da psicologia, quanto demonstrar sua função na análise da realidade social.

No terceiro capítulo serão abordadas as reflexões de Theodor Adorno. Diferentemente dos outros dois, Adorno não representa um freudomarxista típico, pois seu trabalho, em relação ao tema, se direciona mais à crítica das tendências psicologistas ou sociologistas que ao desenvolvimento de uma perspectiva teórica que combine as duas ciências na compreensão do todo. Não obstante, exatamente a partir de sua dimensão crítica é que a obra de Adorno contribui para a definição do objeto próprio da psicologia e de seu papel perante as outras ciências sociais. Não há, portanto, na obra do autor, uma divisão entre um período claramente freudomarxista e um não freudomarxista ou “pouco” freudomarxista, como podemos definir nos outros autores. No caso de Adorno, o que observamos é a presença, em toda sua obra, de uma discussão que se baseia parcialmente na psicologia

freudiana e na sociologia marxista, sem nunca preteri-la, mas também sem se dedicar exclusivamente a ela. Com o desligamento de Fromm do Instituto de Pesquisa Social, ao final da década de 1930, coube a Adorno assumir a discussão dos temas psicológicos. Assim, os ensaios do autor que analisaremos se situam entre as décadas de 1940 e 1950. Contrário à síntese entre psicologia e sociologia, Adorno explora a tensão entre as duas ciências, isto é, entre as demandas individuais e as sociais, como a melhor maneira de revelar as verdadeiras tensões objetivas encobertas pela ideologia.

No quarto capítulo buscaremos organizar as contribuições de Reich, Fromm e Adorno para a definição do objeto da psicologia através da análise dos conceitos de pulsão, inconsciente, recalque e identificação. Revisitaremos os quatro conceitos na obra freudiana, inicialmente, para, em seguida, analisar a utilização que cada autor faz dos mesmos no contexto da discussão freudomarxista. Além do objetivo específico de abordar os conceitos individualmente dentro da produção dos autores, o objetivo geral do capítulo é demonstrar como os conceitos ultrapassam a fragmentação teórica de sua aplicação pontual para dar corpo à dimensão propriamente psicológica que integra a problemática social. É certo que outros conceitos poderiam ser elencados nessa tarefa, porém selecionamos os quatro em especial por compreendermos que tanto se encontram presentes de maneira fundamental na discussão realizada por Reich, Fromm e Adorno, quanto são suficientemente ricos para nos auxiliar na definição do objeto da ciência psicológica, segundo as perspectivas dos mesmos. E, por fim, concluiremos a tese com uma recapitulação do conteúdo discutido ao longo do desenvolvimento de seus capítulos, assim como com a elaboração de algumas respostas finais com o intuito de complementar as já formuladas até então.

Com isso, através da análise de ensaios selecionados de cada autor, assim como de conceitos psicanalíticos essenciais, esperamos conseguir explorar aspectos do freudomarxismo que venham a oferecer uma definição mais precisa do objeto da psicologia, nesta interface entre o individual e o social, sobretudo perante as demais ciências que tratam da vida humana.

2 WILHELM REICH E OS FUNDAMENTOS DA SUA ECONOMIA SEXUAL

É legítimo dizermos que o pensamento de Wilhelm Reich é, no mínimo, audacioso. Austríaco, mas não vienense, nascido em 1887, quando ainda era estudante de medicina na Universidade de Viena já se tornara membro da Sociedade Psicanalítica da cidade, em 1920. Sendo cofundador do Seminário de Viena para Terapia Psicanalítica, em 1922, precocemente se debruçou no estudo da técnica e, também logo cedo, vislumbrou um caminho próprio dentro da psicanálise: o da fruição da vida sexual no momento presente. Na reedição do livro *A função do orgasmo* (1942/1995a), ele diz que sua “teoria do orgasmo” – central na obra do autor, como veremos – foi formulada entre 1922 e 1926, seguida do desenvolvimento da técnica de “análise do caráter”. Ou seja, desde o início de sua formação psicanalítica ele se direciona para uma área pouco explorada por Freud, assim como inova a própria técnica da psicanálise. Não obstante, justamente através do compartilhamento de preocupações com a “eficácia terapêutica” da psicanálise é que se dá a coincidência cronológica em que Reich, Sándor Ferenczi e Otto Rank se afastam do mestre, sucedendo o que Robinson (1971) chama de “primeira geração de críticos psicanalíticos de Freud”, composta por Carl Gustav Jung, Alfred Adler e Wilhelm Stekel, e antecedendo o que seria a “terceira geração”, a dos revisionistas e psicólogos do ego, formada por Erich Fromm, Karen Horney, Harry Stack Sullivan, Anna Freud, Ernst Kris, Heinz Hartmann e Erik Erikson.

Além das inovações trazidas ao campo da sexualidade e da técnica psicanalítica, Reich se destaca pelo esforço de aproximar o marxismo do pensamento freudiano. Segundo Robinson (1971), entre 1929 e 1935, ele se dedicou a seis livros buscando essa conciliação – alguns dos quais serão analisados em seguida. Ainda que seus resultados sejam muito criticados, a partir dos princípios gerais desse “freudomarxismo” ele lança as bases para uma articulação inovadora e que, posteriormente, foi bem vista e empregada, com ressalvas, pelo Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. Rouanet (1978/1998) chega a dizer que Reich é autor das contribuições mais originais em torno de Marx e Freud, buscando com isso valorizar seu pensamento não somente enquanto projeto, mas considerando seus resultados parcialmente atingidos. Entretanto, para além das questões científicas internas a cada sistema, havia também os problemas políticos daquele contexto europeu, não menos importantes. Desse modo, até meados da década de 1930, Reich havia sido expulso das agremiações tanto freudianas quanto marxistas. O movimento psicanalítico pressentia a impossibilidade de sobreviver, com a ascensão do fascismo, com algum tipo de associação ao comunismo, ao passo que o Partido Comunista considerava um desperdício de mobilização as investidas em

campanhas de higiene mental e sexual, não as considerando ação política para transformações de primeira ordem (RYCROFT, 1971). Após esse período, as ideias reichianas vão ganhando contornos muito particulares que as afastam tanto de um dos referenciais teóricos, quanto do outro. Com a criação da orgonoterapia, uma prática corporal (não psicológica) embasada na teoria cósmica do “orgone”, uma espécie de substrato energético de toda matéria viva, Reich acabou sendo preso, já nos Estados Unidos, acusado de charlatanismo, vindo a falecer na penitenciária em 1957.

As obras do autor por mim analisadas são, acredito, suficientemente representativas do período áureo da articulação reichiana entre marxismo e psicanálise, isto é, do final da década de 1920 a meados da de 1930. Algumas exploram diretamente essa aproximação – *Materialismo dialético e psicanálise* (1934/1977), *Psicologia de massas do fascismo* (1942/1974) e *A revolução sexual* (1936/1968a) –, enquanto outras, escritas anteriormente, desenvolvem-se a partir de um referencial clínico – *A função do orgasmo* (1942/1995a) e *Análise do caráter* (1933/1995b). A inclusão dessas duas últimas obras se justifica, todavia, pelo destaque que elas ganharam dentro do sistema teórico de Reich e por demonstrarem que, mesmo sem referência direta, a articulação entre marxismo e psicanálise sempre esteve presente em seus escritos desse período.

Por fim, é oportuna a ressalva de Rycroft (1971) de que as ideias de Reich só podem ser compreendidas à luz da psicanálise vienense da década de 1920, a qual ainda se mantinha sob a indiscutível influência do ideal freudiano de uma teoria psicológica capaz de satisfazer a todos os critérios de uma ciência natural. Partindo dessa perspectiva, Reich enxerga o ser humano como um “organismo animal” que necessita de uma correta descarga de energia sexual, o que nem sempre é possível devido ao recalque. Ele identifica nesse ponto a crítica freudiana de que a moral burguesa conduz a frustrações sexuais que, por sua vez, levam à neurose. Em contrapartida, ele busca em Marx recursos para dar conta da função social e econômica dessa moral, explicando, então, seu surgimento e sua relação com o capitalismo.

2.1 A PRESENÇA DE FREUD E MARX NOS PRIMEIROS PASSOS DA “TEORIA DO ORGASMO”

Ao longo da década de 1920, a dedicação de Reich à clínica e à pesquisa psicanalítica acabou levando-o à formulação de sua “teoria do orgasmo”, cuja consolidação se deu com a publicação de *Die Funktion des Orgasmus* [*A função do orgasmo*] (1927). O material analisado aqui, entretanto, corresponde ao contido na publicação *The Function of the*

Orgasm. Sex-Economic Problems of Biological Energy (1942/1973), uma “versão orgônica” da original, publicada em língua inglesa já no período em que o autor vivia nos Estados Unidos. Ainda que grande parte do conteúdo da monografia de 1927 tenha sido incluída na obra posterior, para todos os fins práticos, são dois livros distintos (ROBINSON, 1971; ROUANET, 1978/1998). O que Reich buscou nessa segunda versão não se resume, aliás, à integração da “descoberta do orgone” na teorização anterior, mas sim, acabou por promover também uma reformulação de toda a estrutura textual, transformando-a em uma espécie de autobiografia científica. Dessa forma, o volume trata da seleção de fatos e acontecimentos referentes ao seu trabalho médico e científico nos vinte anos progressos. O objetivo da inclusão deste livro está justamente no resgate daquilo que foi originalmente escrito em 1927, fase pré-orgônica, e em complemento posterior que prescindia de qualquer alusão ao orgone para sua fundamentação. Com isso esperamos esclarecer alguns conceitos essenciais de sua teoria da *economia sexual*, a qual se estrutura em proximidade tanto com a psicanálise, quanto com o marxismo. A explanação será dividida em dois eixos temáticos: um primeiro, que tem como foco o funcionamento da pulsão sexual, em que Reich se ampara na psicanálise para o desenvolvimento de sua teoria, e um segundo, em que esboça sua sociologia das relações do indivíduo com a cultura e com a sociedade autoritária.

Reich (1942/1995a) inicia por reconhecer o avanço de Freud no campo das pulsões. Diz que na sexologia e na psicologia psiquiátrica pré-freudiana havia tantos impulsos quantas eram as ações humanas. Cita como o pior exemplo o impulso moral, “filogenética e sobrenaturalmente” determinado, isto é, dispensava-se qualquer análise histórica concreta para explicá-lo. Tudo era hereditário, biologicamente determinado. A psicanálise, por sua vez, havia inaugurado um novo caminho para a compreensão clínica da sexualidade: mostrou que ela procede de estágios de desenvolvimento na infância e que não coincide com a reprodução. A libido era compreendida, até então, somente como os desejos sexuais conscientes, ao passo que, a partir da psicanálise, passou a abarcar também os desejos inconscientes e a própria energia pulsional – algo que vai muito além do pensamento anterior.

Mas o verdadeiro gancho teórico que fisegou Reich à psicanálise e, desde o início, contribuiu para sua trajetória particular, culminando na economia sexual, foi a distinção freudiana entre as *neuroses atuais* e as *psiconeuroses*. Segundo Reich (1942/1995a), as neuroses atuais – que ele veio a denominar, posteriormente, de neuroses estáticas – eram, na definição freudiana, enfermidades causadas por perturbações presentes da vida sexual do indivíduo (por isso, “atuais”). Os maiores exemplos eram a neurose de angústia e a neurastenia. Ao contrário das psiconeuroses, elas não possuíam etiologia psíquica, de modo

que não havia necessidade de interpretação do significado dos sintomas. Essa ideia era tão significativa para Freud no período inicial do desenvolvimento da psicanálise⁶, de acordo com Reich, que ele teria a convicção de que as neuroses atuais poderiam ser curadas corrigindo-se os hábitos sexuais prejudiciais ao paciente: a abstinência ou o coito interrompido, nos casos de neurose de angústia, e a masturbação excessiva, na neurastenia. Contudo, apesar da distinção, Freud admitia uma relação entre esses dois grupos que acabou por levar Reich à seguinte conclusão: “*não havia dúvidas de que as psiconeuroses tinham um cerne neurótico atual (estase) e que as neuroses estásicas tinham uma superestrutura psiconeurótica*” (REICH, 1942/1995a, p. 85).

Da conclusão anterior, restava a impressão de que as psiconeuroses abordavam as qualidades psicológicas do adoecimento, enquanto as neuroses atuais explicavam as quantidades energéticas envolvidas. Faltava, entretanto, uma ponte que unisse os dois aspectos do fenômeno, conferindo-lhe uma análise com maior precisão científica. Eis que Reich oferece uma resolução criativa para o problema:

Foi-se tornando claro gradualmente que a intensidade de uma ideia psíquica depende da excitação somática momentânea à qual é associada. A emoção tem origem nas pulsões, portanto no campo somático. Uma ideia, por outro lado, é uma formação não-física, puramente “psíquica”. Qual é, então, a relação entre a ideia “não-física” e a excitação “física”? Quando uma pessoa é sexualmente estimulada de maneira plena, a ideia da relação sexual é vívida e insistente. Após a satisfação, por outro lado, não pode ser imediatamente reproduzida; é fraca, descolorida e, de certa forma, nebulosa. Não pode haver dúvidas de que esse fato continha o segredo da relação entre a neurose de angústia fisiogênica e a psiconeurose psicogênica. [...] Eu compreendia agora que uma ideia psíquica dotada de uma pequeníssima quantidade de energia pode provocar um aumento da excitação. Por sua vez, essa excitação provocada torna a ideia insistente e vívida. Se cessa a excitação, a ideia também desaparece. Se, como no caso da neurose estásica, uma ideia consciente do ato sexual não consegue materializar-se por causa de uma inibição moral, o que acontece é que a excitação se prende a outras ideias que podem ser pensadas mais livremente. Concluí disso que a neurose estásica é uma perturbação *física* provocada pela excitação sexual inadequadamente resolvida, isto é, insatisfeita. Entretanto, sem uma inibição psíquica, a excitação sexual seria sempre adequadamente descarregada (REICH, 1942/1995a, p. 87 – tradução modificada).

Descrita a ideia central de Reich sobre a etiologia das neuroses, prosseguiremos agora para a elaboração de sua teoria do orgasmo, considerada por ele como o elemento mais importante da economia sexual.

⁶ Segundo Reich (1942/1995a), Freud nunca mais publicou nada a respeito.

Reich (1942/1995a) diz que, em sua experiência clínica inicial, vivenciou certa frustração quanto aos resultados esperados do tratamento psicanalítico: mesmo realizando interpretações “corretas e completas”, estas não eram acompanhadas da eliminação do sintoma. Foi a partir daí que seu foco analítico se desloca do âmbito qualitativo para o quantitativo, buscando explorar a energética responsável pela produção e manutenção do sintoma. Ele percebeu, no organismo humano, duas formas de satisfação sexual: a completa e a incompleta. Ambas são precedidas por um aumento gradual da tensão, do estímulo – fato biológico já descrito por Freud. Entretanto, na satisfação completa, a descarga de energia é equivalente à tensão acumulada, reduzindo-a a zero após atingir seu ápice, ao passo que na satisfação incompleta a descarga é sempre menor. Em 1923, ano em que desenvolve sua teoria do orgasmo, apenas as potências eretiva e ejaculativa eram conhecidas da sexologia e da psicanálise. O autor inova, portanto, ao elaborar o conceito de *potência orgástica*, referindo-se à

“[...] capacidade de abandonar-se, livre de quaisquer inibições, ao fluxo de energia biológica; a capacidade de descarregar completamente a excitação sexual recalçada, por meio de involuntárias e agradáveis convulsões do corpo” (REICH, 1942/1995a, p. 94 – tradução modificada).

Assim, essa “convulsão bioenergética involuntária” do organismo e a completa solução da excitação sexual seriam as características mais importantes da potência orgástica, ressaltando que esse mecanismo perfeito de satisfação só é possível através do pleno funcionamento genital. Consequentemente, e como conceito necessariamente complementar, Reich desenvolve a ideia de *estase*, a qual configura justamente essa energia sexual residual que ao organismo não foi possível eliminar, a diferença quantitativa entre a tensão e a descarga. Dessa forma, a estase sexual seria o resultado de uma perturbação funcional do orgasmo e corresponderia à fonte de energia da neurose. Assim, segundo Reich, a fórmula terapêutica de Freud para as neuroses, embora correta, é incompleta, pois tornar o paciente consciente do recalçamento da pulsão sexual garante a cura *somente* se essa consciência restaurar também a capacidade de obter uma plena satisfação orgástica, eliminando a energia da neurose – a estase sexual.

Vemos, então, que apesar da ressalva de Reich a respeito da existência de uma sobreposição entre neurose atual e psiconeurose, de certo modo, ele acaba por privilegiar a primeira forma de neurose. Algumas passagens do autor podem nos ser úteis para corroborar tal afirmativa: “os que estão psiquicamente enfermos precisam de uma só coisa – completa e

repetida satisfação genital” (REICH, 1942/1995a, p. 89); “*depende do grau de descarga da energia sexual que o conflito de Édipo se torne ou não patológico*” (p. 103); “Fundamentalmente, as neuroses podem ser curadas pela eliminação de sua fonte de energia, a estase sexual” (p. 137). Cabe a nós, todavia, evitar o engodo de uma simplificação de sua teoria. Não se trata, pois, de restringir a problemática ao imperativo “faça sexo”, porque – e isso frequentemente passa despercebido a seus críticos – é justamente a incapacidade de experimentar satisfação plena o que caracterizaria a neurose. A ausência de potência orgástica impediria qualquer sucesso do ato sexual, condenando-o à manutenção da estase. A resolução dos conflitos psicológicos se torna imprescindível (ponto consonante com a psicanálise), porém, mais como etapa intermediária para se alcançar a potência orgástica do que causa imediata da cura (argumento específico de sua economia sexual).

Uma importante definição conceitual de Reich, e que remete diretamente à negação da pulsão de morte, é a que trata dos termos *destruição, sadismo e agressão*. Segundo ele, o impulso destrutivo é desenvolvido por um organismo quando quer destruir uma fonte de perigo. Desse modo, não se refere a uma motivação pelo prazer da destruição, mas a uma tentativa de evitar a angústia e de preservar o eu em sua totalidade, servindo, portanto, à pulsão de vida. Já o impulso sádico surge da insistência da necessidade de satisfação sexual, que persiste, mesmo quando negada. Na busca pelo prazer a qualquer preço, o desejo de agredir começa a suprimir o de amar e se torna, em si mesmo, uma ação relaxadora, agradável, como uma expressão de vida, dando origem, dessa forma, ao sadismo. Assim, essa modalidade de perversão consiste na mistura de impulsos sexuais primários e de impulsos destrutivos secundários. Por fim, a agressão, em sentido estrito, não tem nenhuma relação com destruição ou sadismo, significa “aproximação”, uma expressão da musculatura e do movimento corporal. Corresponde sempre a uma tentativa de prover os meios para a satisfação de uma necessidade vital e, por isso, a uma manifestação positiva da vida. Não seria uma pulsão, mas um meio indispensável para a satisfação dela. A agressividade é uma resposta, em última instância, à tensão de uma pulsão. Consequentemente, haveria agressividade destrutiva, sádica, locomotora (não dirigida, sem um objetivo racional) e sexual. Nenhum dos termos, enfim, diria respeito a uma pulsão primária de morte, mas apenas a produtos secundários, oriundos de frustração e a serviço da vida.

Em sua economia sexual, Reich (1942/1995a) propõe o “princípio da autorregulação” como alternativa para a regulamentação moral. Ele observou na clínica uma importante mudança na personalidade dos pacientes quando eles desenvolviam a capacidade de experimentar completa “entrega genital”. A partir do restabelecimento sexual, energia

uma outra forma de moralidade, que não a governada por um “eu devo” ou “eu não devo”, mas que se desenvolvia espontaneamente com base nas exigências da satisfação sexual. Era a vigência do “princípio da autorregulação”, que propiciava liberdade para o sujeito realizar racionalizações do tipo: “eu gostaria muito, realmente, mas isso teria pequena significação pra mim: não me faria feliz” (p. 158). A regulação moralista, por funcionar como obrigação, cria uma aguda e irreconciliável contradição psíquica, intensifica a necessidade de satisfação da pulsão, o que, por sua vez, fortalece também a defesa moral. A autorregulação, diferentemente, seguiria “as leis naturais do prazer”: não apenas é compatível com as pulsões naturais, como é funcionalmente idêntica a elas. Dá-se espaço para algo inteiramente novo, um equilíbrio “saudável” íntima e socialmente, como se a autorregulação econômico sexual reparasse a lacuna entre a moralidade e a pulsão. Em decorrência da clarificação dessa variedade nos modos de agir, a tarefa terapêutica passou a ser a transformação do “caráter neurótico” em “caráter genital”, com a substituição consequente da regulação moralista pela autorregulação econômico-sexual.

Em suas incursões mais diretamente sociológicas, Reich (1942/1995a) explora a origem social do recalque sexual. Assim, afirma que a descoberta de Freud da sexualidade infantil e do recalque sexual era a primeira conscientização, ainda que vaga, da renúncia sexual que se vinha praticando por milhares de anos. Entretanto, diverge do criador da psicanálise quanto ao significado desse recalque, pois ao invés de um componente indispensável para o desenvolvimento da cultura, Reich estava convencido de que o homem sexualmente satisfeito é ainda mais produtivo, até mesmo no sentido cultural. Recorre principalmente ao trabalho do antropólogo polaco Bronislaw Malinowski (1884-1942) sobre os moradores das ilhas de *Trobriand* para fundamentar a historicidade do mecanismo do recalque sexual. Já em 1926, diz Reich, Malinowski contestava a natureza biológica do conflito sexual descoberto por Freud entre a criança e os pais (complexo de Édipo), argumentando que o tipo de vinculação entre eles muda de acordo com os processos sociais: é sociológico, pois, e não, biológico. Em seu principal trabalho, *The sexual life of savages in north-western Melanesia* (1929), ele apresenta uma grande quantidade de documentos que, para Reich, tornavam absolutamente claro o caráter histórico do recalque sexual. Devido ao fato de a vida sexual das crianças trobriandesas se desenvolver livremente, experimentando satisfação sexual plena em todos os estágios da vida⁷, não se via perversões sexuais, enfermidades mentais funcionais, psiconeuroses e assassinatos de origem sexual. Confirmava-

⁷ Reich não explicita como seria essa peculiar vivência da sexualidade.

se, além disso, a teoria reichiana de que não havia período de latência sexual natural nas crianças de seis a doze anos, como proposto por Freud. Essa suposta fase do desenvolvimento psicosexual seria o resultado de imposições sociais. Na adolescência, os trobriandeses vivem a sexualidade ativamente, com relações monogâmicas, mas também com mudanças de companheiro de maneira calma e pacífica, sem violência ou ciúmes. E na vida adulta, o casamento monogâmico voluntário, que pode, sem dificuldades, ser dissolvido a qualquer momento, prevalece como forma social de vida sexual. Tudo isso, para Reich, caracterizaria uma sociedade matriarcal e livre, ao contrário da patriarcal autoritária⁸. Com a ausência de impulsos secundários, os trobriandeses preservaram uma condição social muito distante do que se constatava em todo o continente europeu das décadas de 1930 ou 1940.

Por fim, Reich (1942/1995a) busca um diálogo eficaz entre a psicanálise e o marxismo, o que não se vê, comumente, entre os integrantes de ambas as racionalidades por se perderem em compreensões limitadas, totalizantes e, portanto, isoladas. Ele era crítico, assim, dos marxistas que acusavam a etiologia sexual das enfermidades psíquicas como um capricho burguês, como se a miséria sexual não fosse também uma forma de “miséria material”:

Não é uma “necessidade material” no sentido da economia marxista o que produz as neuroses. Antes, são as neuroses dessas pessoas que lhes destroem a possibilidade de fazerem algo de sensato quanto à miséria; de se afirmarem mais eficazmente; de entrarem na competição do mercado de trabalho; de chegarem a um entendimento com outros em semelhante situação social e de manterem a cabeça fria para o pensamento racional (REICH, 1942/1995a, p. 75).

Reich resistia, de um lado, a realizar o julgamento superficial de afirmar que a sociologia e a psicanálise poderiam se reconciliar sem dificuldades, e de outro, a aderir à opinião dos marxistas simpáticos à psicanálise de que esta, embora correta como uma psicologia individual, não tinha importância social. Contrariamente aos economistas do

⁸ Segundo Rycroft (1971), o equívoco principal contido nesse argumento, assim como o de Freud em *Totem e tabu* (1913/2012) e das antropologias especulativas de Johann Bachofen (1815-1887), Lewis Morgan (1818-1881) e Friedrich Engels (1820-1895), seria o de pressupor que as convenções que regem o parentesco e o traçado das linhagens refletem a estrutura de uma sociedade e a natureza das relações de poder existentes nela (como se a matrilinearidade refletisse intrinsecamente um matriarcalismo, assim como a patrilinearidade, um patriarcalismo). Os antropólogos acabaram verificando, posteriormente, que as sociedades eram muito mais complexas do que se imaginava. Reich, inclusive, teria interpretado mal, para o autor, o trabalho de Malinowski sobre os nativos das ilhas *Trobriand*, na Melanésia, que os descrevera, na verdade, como uma sociedade matrilinear, porém, patriarcal.

movimento socialista, era inconcebível, para o autor, evitar a teoria psicanalítica da sexualidade e fugir às suas consequências sociais, pois estava convicto de que o recalque sexual era um instrumento essencial de escravização econômica. Contrariamente, também, à separação completa, defendida pelos intelectuais desse tempo, entre problemas de “essência” (ciência) e de “possibilidade” (política e ideologia), ele afirmava categoricamente que toda “*descoberta científica inclui uma pressuposição ideológica e uma consequência social prática*” (REICH, 1942/1995a, p. 181), de modo que a articulação lhes é intrínseca e, portanto, inevitável.

Mas Reich (1942/1995a) também esclarece suas críticas à psicanálise e, conseqüentemente, os motivos que o levaram a um distanciamento posterior de Freud⁹. Até 1929, a relação da psicanálise com a “cultura” não havia sido discutida, ele diz. Entre 1905 e 1925, aproximadamente, os críticos da psicanálise assinalaram continuamente o “perigo para a cultura” que ela acarretaria, e Freud pensava poder contornar esse quadro por meio das teorias da sublimação e da renúncia às pulsões, desconsiderando a “angústia estática”. A postulação e aceitação da teoria da pulsão de morte significava a possibilidade de a psicanálise “adaptar-se à cultura”, pois trazia em seu bojo a necessidade civilizacional inquestionável de recalque, já que se tratava de impulsos agressivos, destrutivos, sádicos e, dessa forma, antissociais. Reich, um crítico ferrenho dessa postura, acreditava que isso somente levaria a psicanálise a um lugar de conformação e não, de revolução. Renunciar às pulsões, portanto, era simplesmente negar qualquer necessidade de alteração social para que elas pudessem ser satisfeitas, era transferir o problema da estrutura social para o campo das determinações biológicas. Em coerência com esse pensamento, Reich não interpretava a conclusão de *O mal-estar na civilização* (1930/2010d) como uma figura de linguagem, diferentemente dos psicanalistas em geral. Entendendo “Eros” como a pressuposição da inteira capacidade sexual, a mensagem de Freud seria de que apenas “*a liberação da capacidade natural do homem para o amor é que pode vencer a tendência destrutiva sádica*” (REICH, 1942/1995a, p. 195). Essa interpretação, evidentemente, diverge da necessidade de renúncia à satisfação das pulsões, já que a “tendência destrutiva sádica” a que se refere seria o próprio produto dessa negação. A partir de toda essa contextualização, torna-se possível a exposição dos dois fatores que Reich utiliza como justificativa para seu afastamento de Freud.

⁹ Devido à presente edição ter sido publicada somente em 1942, como já mencionado, esse tópico, em especial, antecipa cronologicamente informações que tratam de justificar o afastamento de Reich da psicanálise. As obras do autor analisadas no restante do capítulo foram escritas antes dessa incompatibilidade teórica surgir, ainda que a não aceitação, ao menos parcial, do conceito de pulsão de morte tivesse sido uma constante em seu pensamento.

Um era a exigência continuamente crescente por parte de milhões de pessoas culturalmente negligenciadas, materialmente exploradas e psiquicamente arruinadas de determinar a sua própria existência social. Podemos perceber, aqui, sua inquietação perante a necessidade de uma abordagem política, isto é, da busca direta de transformação social, algo que escapava ao escopo da psicanálise – ao menos enquanto prioridade. O segundo consistia na posição reichiana de que o comportamento “mau” e “antissocial” das pessoas não era natural, mas um mecanismo neurótico, pensamento incompatível com a ideia de pulsão de morte. Esse conceito, para o autor, havia transformado a psicanálise em uma “teoria da adaptação cultural” abstrata e, portanto, conservadora, negligenciando o componente histórico do comportamento atual do homem e da sociedade.

Podemos dizer, por fim, que em *A função do orgasmo* encontramos definições de conceitos da economia sexual reichiana que perpassaram toda sua obra. Ainda que apresentadas de forma sucinta, a diferenciação entre *psiconeuroses* e *neuroses atuais*, assim como as noções de *potência orgástica* e de *estase* estabelecem, certamente, uma base importante para se compreender a teorização do autor. Interessante notar que mesmo onde “sua psicanálise” se expressa na vertente mais biológica, na forma de uma energética da pulsão, é visível a articulação entre sexualidade e moral, entre satisfação e recalque, enfim, entre uma experiência individual subjetiva e uma existência social objetiva. A etiologia da neurose se encontraria exatamente no recalque sexual, conceito que, apesar de sua elaboração no sítio psicológico, é articulado com motivações de ordem essencialmente sociológica, para Reich. Isto é, um indivíduo desenvolve uma psicopatologia, em última instância, não por conflitos exclusivamente endógenos, de uma realidade interna que não toca a realidade externa, mas, fundamentalmente, pelos efeitos desta última sobre a primeira. O que se traduz como “conflito interno” possui sua causa maior na ação da sociedade sobre o organismo, a qual, por desvirtuar a natureza deste, impede-lhe de satisfazer suas necessidades básicas, especialmente as de origem sexual. Posto isso, vê-se a consideração, por parte do autor, da estrutura pulsional do ser humano, sobretudo através do aspecto energético da pulsão sexual – mas considerando também a pulsão de autopreservação –, o que Reich acusa de ser negligenciado no marxismo ortodoxo, o qual chama a atenção para uma ordem econômica opressiva, mas não enxerga que essa opressão se materializa subjetivamente através do recalque sexual, produzindo um eu impotente – sexual e, em consequência, socialmente –, submisso à autoridade e, ao mesmo tempo, propenso à agressão sádica.

2.2 O PAPEL DA HISTÓRIA NA “TEORIA DO CARÁTER” E A NEGAÇÃO DO DUALISMO PULSIONAL

Após a formulação da “teoria do orgasmo”, Reich promove alterações específicas na técnica psicanalítica, ainda na década de 1920, que chamou de “análise do caráter”. Ele publica um livro sobre o tema em 1933, intitulado *Charakteranalyse. Technik und Grundlagen* [*Análise do caráter. Técnica e fundamentos*] (1933/1970). Segundo o autor, os capítulos sobre técnica (Parte I) foram escritos entre o final de 1928 e o início de 1929, enquanto os capítulos sobre teoria (Parte II) são reedições aumentadas e parcialmente revistas de seus artigos publicados nas últimas edições da Revista Internacional de Psicanálise¹⁰. Ainda que não seja um trabalho que enfatize a discussão entre marxismo e psicanálise e, portanto, entre sociologia e psicologia, ele se mostra esclarecedor justamente por evidenciar a presença precoce e norteadora dessa articulação mesmo onde não ocupa lugar de destaque.

No prefácio à primeira edição, Reich (1933/1995b) adverte que seu conteúdo não constitui uma “supervalorização extravagante e unilateral da psicoterapia e da caracterologia do indivíduo” (p. 02). Seu esforço demonstrara, segundo afirma, que as neuroses seriam o resultado de uma educação familiar patriarcal e repressiva, no que se refere às questões sexuais. Como, em seu tempo, isso já configurava um fenômeno de massa, não haveria sentido buscar uma profilaxia em escala individual, através da clínica. A utilização que faz desta consiste, desse modo, em um instrumento de investigação da estrutura psicológica humana, impossível de ser realizada sem uma boa técnica de análise individual. A pesquisa clínica seria uma etapa necessária de aprimoramento metodológico da ciência psicanalítica com a finalidade de – aqui se encontra o cerne de sua justificativa – desvendar mais profundamente as cristalizações individuais impostas pelas transformações sociais e, somente assim, entendendo tais mecanismos, buscar uma profilaxia possível em dimensões amplas, em escala coletiva. Feita a defesa da clínica como método de investigação que, respeitando seu lugar e suas limitações, pode produzir resultados úteis para a compreensão do traslado de fenômenos sociais para fenômenos psíquicos, Reich afirma:

¹⁰ Na segunda edição do livro, de 1944, foi acrescido um apêndice intitulado “Contato psíquico e corrente vegetativa” (publicado em 1934), e na terceira edição, de 1948, mais três artigos: “A peste emocional” (publicado em 1945), “A linguagem expressiva da vida” e “A cisão esquizofrênica” (estes dois últimos não haviam sido publicados até então). A inclusão desse material veio compor a “Parte III” do livro, que não abordaremos aqui: “Da psicanálise à biofísica orgônica”.

[...] a psicologia científica natural e a caracterologia têm uma tarefa claramente definida: traçar os caminhos e mecanismos pelos quais a existência social dos homens se transforma em estrutura psíquica e, conseqüentemente, em ideologia. A produção social de ideologias deve ser diferenciada, portanto, de sua reprodução no povo de qualquer sociedade. O estudo da primeira é tarefa da sociologia e da economia, enquanto a determinação da segunda cabe à psicanálise. Esta última deve pesquisar em que medida não somente a existência material imediata (alimentação, habitação, vestuário, processos de trabalho, ou seja, o modo de vida e a maneira como as necessidades são satisfeitas), mas também a chamada superestrutura social (moral, leis e instituições) afetam o aparelho pulsional (REICH, 1933/1995b, p. 04).

Na parte I do livro, intitulada “Técnica”, Reich (1933/1995b) apresenta os pontos centrais da sua novidade clínica, a análise do caráter. Assim, sem maiores preocupações em definir a “estrutura do caráter” – o que constitui a parte II –, ele direciona todo o capítulo para a atuação prática do analista. Inicia sua crítica pela regra fundamental da psicanálise, a “associação livre”, mas não por discordar dela. Ao contrário, justamente por reconhecer sua necessidade para o trabalho terapêutico, busca acioná-la no momento apropriado, já que os pacientes não aderem a ela de início, mas somente quando as resistências foram dissolvidas com êxito. Reich encontra diversos motivos para essa incapacidade inicial, os quais podemos agrupar em duas categorias: uma primeira, a da fragmentação secundária do eu (constrangimento pela relação com um estranho – o analista; duração prolongada da patologia; forte influência de um meio neurótico; más experiências com outros psicoterapeutas; etc.); e uma segunda, que corresponderia à fragmentação primária do eu, a “barreira narcísica” (o caráter neurótico do paciente)¹¹. O fato é que, impossibilitados de associar livremente, os pacientes precisam primeiramente superar suas resistências, o que gera uma nova diretriz para o analista: “*Não fazer interpretação do sentido quando ainda não há uma interpretação da resistência*” (REICH, 1933/1995b, p. 40).

Após essa crítica, Reich detalha sua técnica. Esclarece, de início, que a análise do caráter consiste apenas em uma aplicação especial da análise da resistência, não sendo, em essência, algo novo. Entretanto, observa que, a partir das discussões de casos nos seminários de técnica em Viena, deparou-se como uma realidade em que, embora os princípios da técnica da resistência sejam, em geral, conhecidos e aceitos pelos analistas, na prática, procede-se quase exclusivamente de acordo com a velha técnica de interpretação direta do inconsciente: tenta-se, reiteradamente, eliminar a resistência a partir do isso, em vez de se analisar as defesas do eu. Desse modo, as diferenças essenciais entre a análise do caráter e a análise da

¹¹ As definições caracterológicas e os tipos de caráter serão vistos na parte II.

resistência habitual (como comumente é feita) dizem respeito à sequência em que o material deve ser interpretado, isto é, não somente seguir o paciente, mas interpretar a forma de sua defesa, inicialmente, para depois passar ao conteúdo e às experiências infantis – “preparar a análise por meio de análise”. Mas também, a própria técnica de interpretação da resistência, como descrita por Reich, teria suas peculiaridades.

Justificando as diferenças elencadas acima, ele afirma que toda resistência é formada por um impulso evitado – do isso – e por um que evita – do eu –, ambos inconscientes. A ordem de interpretação dos mesmos, que poderia parecer, superficialmente, uma arbitrariedade, revela-se fundamental, pois intervindo no isso diretamente se produzirá um comportamento de fuga ou a intervenção terá valor exclusivamente intelectual (longe das vivências afetivas). Preconizando-se o aspecto egoico da resistência – sua defesa –, além de evitar essa consequência, o analista facilita a aceitação da interpretação pelo paciente por ela se relacionar mais proximamente com seus elementos conscientes. Sobre o outro aspecto da diferença, da interpretação em si, Reich diz que vencer a resistência não significa que o paciente mudou seu caráter, pois isso só é possível após a análise de suas origens na infância. Assim, somente após esse primeiro momento de compreensão da resistência a partir da situação atual e por meio da interpretação de seu significado, ou seja, de como o paciente se defende no presente, a análise se dirige ao material infantil então produzido, conseqüentemente. Cria-se, a partir do trabalho anterior, uma entrada para a área central do conflito infantil: o complexo de Édipo e a angústia de castração.

Enfim, vê-se na análise do caráter uma retomada de princípios técnicos freudianos que, segundo Reich, não eram, de fato, aplicados pelos analistas de sua época. Mas, além disso, há certa inovação na forma de se conduzir o tratamento: primeiro se esclarece para o paciente que há uma defesa psíquica em seu modo de agir; em seguida, explica-se como ele a utiliza, de que meios se serve (momento da análise do caráter propriamente dita, segundo Reich, onde se analisa as defesas do eu); e, somente após, o analista lhe diz, ou ele descobre por si, contra o que se dirige sua defesa, que impulso do isso lhe suscita tal reação. Assim, Reich chama a atenção para a impossibilidade de aplicação da “regra fundamental” logo no início do tratamento e, ao mesmo tempo, para o fato de que o analista precisa ser mais ativo quanto à análise do comportamento do paciente na sessão, no momento presente¹². Posteriormente a esses cuidados é que seria permitido, enfim, adentrar as vivências mais

¹² Para Robinson (1971), essa ênfase no papel ativo do terapeuta e na reação afetiva do paciente foi o que afastou Reich de Freud e o aproximou dos psicanalistas Sándor Ferenczi (1873-1933) e Otto Rank (1884-1939).

profundas do paciente, ligadas aos conflitos da infância, possibilitando a realização da associação livre e, desse modo, de uma efetiva psicanálise.

Diferentemente da parte I, Reich (1933/1995b) se preocupa, na parte II, com a definição do conceito de caráter, demonstrando sua etiologia, detalhando sua estrutura e, conseqüentemente, diferenciando o caráter saudável do caráter neurótico. Diz que as bases psicanalíticas utilizadas para sua teorização seriam três: a teoria dos mecanismos inconscientes, a abordagem histórica e a compreensão da dinâmica e economia dos processos psíquicos.

A formação do caráter se daria a partir de um determinado tipo de superação do complexo de Édipo, condicionado a circunstâncias sociais específicas sob as quais a sexualidade infantil estaria submetida. Portanto, se estas circunstâncias mudarem, também modificarão as condições da formação e a estrutura do caráter. Dado o conflito infantil, edípico, devido a um ambiente externo repressor, a saída do mesmo se daria pela necessidade de recalcar os impulsos do mesmo. Conseqüentemente, a fim de manter o recalque e imobilizá-lo, o eu precisa se enrijecer, sua defesa deve assumir um modo cronicamente operante e automático. Precisamente aí se edifica o caráter, o qual pode ser compreendido como uma mudança estável do eu, na forma de um enrijecimento, um encouraçamento, e que constitui claramente uma restrição à mobilidade psíquica da personalidade como um todo. Sua função é proteger o eu dos perigos internos – as exigências pulsionais recalçadas do mesmo – e externos – frustrações advindas de imposições sociais. Diversas características de personalidade – pessoas severas ou brandas, nobres ou vis, orgulhosas ou subservientes, temperamentais ou insensíveis – consistiriam em nada mais que tipos distintos de comportamentos defensivos e, dessa maneira, de caracteres. O caráter engloba, enfim, a soma total de tudo o que o eu molda como “tipo reativo”, isto é, a forma de reação característica de uma personalidade específica: o andar, a expressão facial, a postura, a maneira de falar e outros comportamentos. O essencial aqui, para Reich, é que isso se dá a partir de elementos externos ao sujeito: proibições, inibições pulsionais e modos diversificados de identificação¹³.

¹³ Em *A função do orgasmo*, Reich (1942/1995a) compara a estratificação do caráter com a estratificação dos depósitos geológicos, que também são, de certo modo, a história solidificada. Um conflito, ele diz, vivenciado em determinada idade, sempre deixa atrás de si um vestígio no caráter do indivíduo, o qual se revela como um enrijecimento. Esses estratos da estrutura do caráter são parte da história da vida do indivíduo, conservada e, de outra forma, ativa no presente. Acabam por formar uma “couraça” no organismo vivo, dificilmente penetrável, cuja função é protegê-lo contra experiências desagradáveis, mas que, entretanto, acarretam também uma redução da capacidade do organismo para o prazer e a espontaneidade. O caráter de uma pessoa é, enfim, a totalidade funcional das experiências passadas (pp. 129-130).

A solução caracterológica do conflito sexual infantil não significaria, entretanto, um processo patológico inexorável, já que as condições fundamentais para o adocimento se encontrariam não no conflito em si, mas, qualitativamente, na maneira de sua resolução e, quantitativamente, na insatisfação da libido. Reich diferencia, então, dois tipos básicos de caráter: o saudável e o patológico. O primeiro, denominado caráter genital, tem em seu funcionamento uma economia libidinal regulada, ou seja, governada por uma alternância adequada entre tensão e satisfação garantida pelo primado genital e pela potência orgástica. Já o segundo, o caráter neurótico, ao contrário, sob a estase libidinal e satisfações pré-genitais, não se encontra em estado ideal de equilíbrio. Portanto, é a regulação quantitativa atual da economia da libido que determina a “saúde” ou “doença” – núcleo do argumento do autor.

Por outro lado, as bases qualitativas para tal desequilíbrio se encontram no período ainda infantil de estruturação do caráter. Reich (1933/1995b) descreve as diferenças entre as três instâncias psíquicas – isso, eu e supereu – conforme um dos tipos caracterológicos acima citados. Em resumo:

a) Isso. O caráter genital atingiu completamente a fase genital pós-ambivalente: o desejo de incesto e o desejo de se livrar do pai (ou da mãe) foram abandonados. O complexo de Édipo não é um fator contemporâneo, já foi resolvido. As tendências pré-genitais não estão recalçadas e, em parte, fixaram-se no caráter como sublimações culturais, assim como participam dos prazeres que antecedem a satisfação direta. Isto é, estão subordinadas aos empenhos genitais. A agressão também foi, em larga medida, sublimada em realizações sociais e, em menor medida, contribui diretamente para a sexualidade genital. Por outro lado, o caráter neurótico não é capaz de descarregar sua libido livre e não sublimada em um orgasmo satisfatório porque os objetos incestuosos ainda têm um investimento atual, ou porque o investimento da libido pertinente a esses objetos é empregado em formações reativas (pp. 172-173).

b) Supereu. No caráter genital ele é sexualmente afirmativo e está em harmonia com o isso, pois o complexo de Édipo já fora resolvido. Assim, também não está sadicamente carregado, além de não ser alimentado pela estase da libido – fenômeno que inexiste. As realizações sociais são satisfações narcísicas naturais, não compensatórias, ao contrário do que ocorre caráter neurótico, cujas realizações são provas de potência. Neste último, o supereu se caracteriza pela negação sexual e, portanto, está em conflito direto com o isso. O complexo de Édipo é atual e, em conjunto com a estase libidinal, intensifica os impulsos sádicos do supereu. Nesse sentido, o recalque é o que permite a moralidade, pois fornece a energia para

sua sustentação. As exigências positivas do eu ideal se elevam cada vez mais, ao contrário do caráter genital, onde o “ideal” e “real” têm correlação íntima (pp. 173-174).

c) Eu. As descargas orgásticas periódicas da tensão libidinal do isso reduzem consideravelmente a pressão das exigências pulsionais sobre o eu, no caráter genital. Pelo fato de o isso estar basicamente satisfeito, o supereu não tem motivo – nem fonte de energia – para ser sádico. Como o eu não se opõe ao isso, ele pode impor certas inibições muito mais facilmente, no que se refere aos empenhos genitais. O eu do caráter genital também possui uma couraça, mas ele a controla, ela é muito mais flexível. No ato sexual o eu quase deixa de existir, com exceção de sua função de percepção, de modo que nesse momento a couraça quase se dissolve por completo. As primazias genitais e intelectuais se interagem, assim como a estase da libido e a neurose, no caráter neurótico. Incapaz de ser satisfeito sexualmente, o caráter neurótico é forçado ao ascetismo ou à monogamia rígida. O eu é inimigo do isso e adulator do supereu. Como o sadismo não é sublimado, o supereu é extremamente severo, o isso é implacável nas exigências de satisfação e o eu desenvolve sentimentos de culpa e uma necessidade de punição. O sentimento de impotência força o eu a fazer compensações de natureza narcísica, diferentemente do caráter genital, que tem uma base narcísica sólida (pp. 174-178).

Podemos notar, desse modo, que a distinção entre saúde e doença ou caráter genital e caráter neurótico é determinada, segundo Reich, tanto por elementos quantitativos como qualitativos. A interação dos fatores se dá na medida em que o grau de satisfação sexual direta ou, seu oposto, o grau de estase da libido ativa no indivíduo os resultantes do conflito edípico. Assim, torna-se possível, nessa combinação, uma pré-disposição neurótica ser atenuada por uma saudável regulação da economia libidinal, ao passo que um caráter genital pode, por sua vez, ser “neuroticizado” devido à estase. Cabe ressaltar, porém, que Reich deixa claro que os dois caracteres citados configuram “tipos ideais”, entre os quais se faz presente a mais variada combinação de traços, os “caracteres reais”, que se definem precisamente conforme se aproximam ou se distanciam de um ou outro extremo. Ele fala, por exemplo, em caráter histérico, compulsivo, fálico-narcisista e masoquista. Daremos destaque apenas ao último por ser o recurso através do qual o autor oferece uma alternativa ao conceito de freudiano de pulsão de morte¹⁴.

¹⁴ Sobre o tema, Reich (1933/1995b) diz que o material aqui exposto sobre o masoquismo consiste na republicação de um artigo seu da Revista Internacional de Psicanálise (1932-33), representando o rompimento definitivo do autor com a teoria freudiana da pulsão de morte e, portanto, esclarecendo sua posição psicanalítica peculiar de enfatizar o impacto da sociedade sobre o aparelho pulsional.

Reich (1933/1995b) descreve sucintamente os traços do caráter masoquista da seguinte forma: sentimento subjetivo crônico de sofrimento, manifesto por uma tendência a se queixar; tendência crônica de infligir dor a si próprio e de se autodepreciar (“masoquismo moral”) e uma intensa paixão em atormentar os outros (ocasião em que também sofre); comportamento atáxico, desajeitado, especialmente prevalecente nos gestos habituais e nas relações com as pessoas (p. 226). Essa descrição básica parece se adequar às generalizações da época sem maiores problemas. A novidade vem, por outro lado, na explicação da dinâmica masoquista, pois, na contramão da tendência psicanalítica, Reich se apega ao Freud de “As pulsões e seus destinos” (1915/2021d), e não ao Freud posterior de “Além do princípio do prazer” (1920/2010a). Isso porque o primeiro Freud, anterior ao conceito de pulsão de morte, concebia o masoquismo enquanto fenômeno secundário ao sadismo, ao contrário do segundo Freud que, a partir da elaboração do conceito, elevou o masoquismo a uma força de primeiro grau: ao invés do masoquismo corresponder a um sadismo autodirecionado, o sadismo é que corresponderia a uma conversão externa do masoquismo. Essa querela, aparentemente superficial, oculta uma discussão fundamental: a essência do conflito psicológico. Ou seja, o que está em jogo é, principalmente, o conflito entre a pulsão e o mundo externo ou um conflito entre pulsões – Eros versus morte? As consequências dessa transformação da teorização psicanalítica são as mais dramáticas possíveis, segundo Reich. Muito além de uma discussão restrita ao âmbito do masoquismo, ocorre uma inversão de toda a lógica da etiologia da neurose: o que era o resultado do conflito entre a libido e o medo de punição passa a ser uma consequência do conflito entre libido e desejo de punição. Essa nova teoria direcionou a interpretação do conflito psíquico a seus elementos internos e diminuiu, progressivamente, o papel do mundo externo, outrora frustrante e punitivo.

Reich (1933/1995b), agora em uma posição teórica que o localiza claramente fora do campo de “Além do princípio do prazer” (1920/2010a), vem esclarecer a primazia do sadismo sobre o masoquismo. Seguindo de perto o problema, afirma que o sadismo presente em cada fase do desenvolvimento da libido corresponde a reações do aparelho psíquico à frustração, resultando, pois, de uma mistura entre a própria exigência sexual e o impulso destrutivo contra a pessoa responsável pela sua frustração: sadismo oral (frustração da sucção – morder), sadismo anal (frustração do prazer anal – esmagar, pisar, bater), sadismo fático (frustração do prazer genital – penetrar, perfurar). Essa agressão direcionada primeiramente para o mundo externo só é internalizada quando impossibilitada de descarga direta por algum tipo de pressão externa. Cabe ressaltar aqui, todavia, que, de modo análogo ao masoquismo, a primazia do sadismo também não lhe garante estatuto psicológico à altura da libido, da pulsão

sexual, mas, diferentemente, ele só surge da impossibilidade de satisfação, como um instrumento para a obtenção desta.

A teoria de Reich (1933/1995b) sobre a lógica do masoquismo parece se resumir, enfim, no argumento de que a busca do sujeito é sempre pelo prazer, isto é, se encontra sob a regência do “princípio do prazer”. Não existe qualquer impulso direto para o desprazer, este apenas surgindo como encobridor do prazer devido à interposição da angústia, que identifica, como percepção fantasiosa, o prazer com o medo de punição – mecanismo psicológico essencial do masoquismo. A intolerância a um determinado nível de prazer converte sua percepção em desprazer e a estratégia para seu controle é se colocar na posição masoquista perante o outro, pois só em posição de sofrimento se permitirá a satisfação sem culpa: “Bata-me para que, sem me sentir culpado, eu possa me aliviar” (p. 250). Tal alívio nada mais é que a satisfação sexual, de um modo um tanto peculiar, fundado, ao mesmo tempo, em fantasias produzidas ao longo de sua vida, em especial na infância, mas alimentada energeticamente pela estase – esta que é sempre atual. Podemos dizer, finalizando, que Reich discorda de Freud em dois pontos centrais e correlacionados: não existiria um masoquismo primário, pois o que se chama de masoquismo é a inversão posterior do sadismo e, conceitualmente, o sadismo surge somente quando se experimenta frustração da satisfação sexual. Assim, o masoquismo teria origem na sexualidade – “princípio do prazer” – e, conseqüentemente, dispensaria noções que vão “além do princípio de prazer” e que justificariam, em última instância, a necessidade de uma “pulsão de morte”¹⁵.

Reich encerra a Parte II de seu livro com um capítulo que serve, na verdade, de conclusão para toda a trama até então desenvolvida, tecendo “Algumas observações sobre o conflito básico entre necessidade e mundo externo”. Ao longo do que foi delineado até o momento, é claramente observável que ao se contrapor ao segundo dualismo pulsional de Freud, entre pulsão de vida e pulsão de morte, ainda que Reich retome as concepções anteriores do criador da psicanálise, não traz ao protagonismo também o seu primeiro dualismo, entre pulsão de autopreservação e pulsão sexual. O que sempre figura como o mais importante é o dualismo entre o organismo e o meio ambiente, a pulsão e a realidade externa, entre indivíduo e sociedade. Nada, para o autor, que se relacione com a pulsão de morte ocupa

¹⁵ Em *A função do orgasmo*, Reich diz: “Levei anos para ter certeza disto: *a tendência destrutiva cravada no caráter não é senão a cólera que o indivíduo sente por causa da sua frustração na vida e da sua falta de satisfação sexual*. Quando o analista prossegue em direção ao fundo, todos os impulsos destrutivos dão lugar a um impulso sexual. O desejo de destruir é apenas a *reação* ao desapontamento amoroso ou à perda do amor” (REICH, 1942/1995a, p. 133).

posição equiparável à pulsão sexual. A “ambivalência de sentimentos”, no sentido das reações simultâneas de amor e ódio, não é uma lei biológica, mas somente um produto do desenvolvimento socialmente determinado. Todo impulso libidinal que não é dirigido para o mundo externo – regressão narcísica – e é tomado como prova da existência da pulsão de morte, na realidade, não passa de reação a frustrações reais da satisfação das necessidades libidinais e de saciar a fome, causadas por nosso sistema social ou por outras influências do mundo externo. Se o indivíduo se destrói, não é por ser incitado a isso biologicamente, mas porque a realidade criou tensões internas que se tornaram insuportáveis e só podem ser resolvidas pelo autoaniquilamento, de modo que mesmo na vontade de morrer, o “princípio do prazer” está expresso. Portanto, a fórmula original da etiologia da neurose ainda seria válida: ela tem origem em um conflito entre a exigência sexual pulsional e a ameaça de ser punido por uma “sociedade patriarcal autoritária”. O corolário imediato disso é que o sofrimento provém, portanto, da sociedade, e por isso temos razão em perguntar por que e a quem isso interessa – momento em que a sociologia entra em cena.

Tomando por base tudo o que foi exposto sobre a análise do caráter, podemos realizar algumas observações conclusivas. Reich se utiliza da psicologia – representada pela psicanálise – para o desenvolvimento da economia sexual, cujo objetivo é o desvelamento dos mecanismos pulsionais do homem e os efeitos causados pela recusa de sua satisfação. Ele concebe, conseqüentemente, uma espécie de “antropologia biologicista”, isto é, analisa o ser humano como um organismo com necessidades sexuais impreteríveis e que se encontra em relação direta com o mundo social objetivo, em sentido amplo. Ele atribui à psicologia a tarefa de esclarecer os caminhos responsáveis pela transformação da existência social em estrutura psíquica e, sendo assim, da reprodução da ideologia, cabendo à sociologia a análise de sua produção. Reich nega qualquer tipo de “apelo metafísico” para as explicações psicopatológicas, localizando a raiz do sofrimento, do adoecimento e da agressividade humana – em suas vertentes destrutiva e autodestrutiva – no sistema social, descrevendo-o a partir de um referencial assumidamente sociológico e com uma adjetivação tripla que parece estabelecer uma relação de circularidade: patriarcal, autoritário e repressivo. Ele defende a validade do método clínico, mas sem enfatizar o aspecto terapêutico ou profilático no âmbito individual, e sim, sua função instrumental de investigação das profundezas psíquicas para subsidiar intervenções coletivas posteriores. Ele rompe definitivamente com o conceito freudiano de pulsão de morte, rebaixando tudo o que ele abarca a impulsos secundários à frustração da pulsão sexual. Assim, conseqüentemente, em última instância, o autor nega o dualismo em nível pulsional, já que define tanto as contradições da realidade objetiva quanto

o sofrimento subjetivo em termos de conflitos entre necessidade – o indivíduo com suas pulsões sexuais e de autoconservação – e mundo externo – a sociedade com suas proibições interessadas. Por fim, sua “análise do caráter” define o caráter individual com traços históricos, sociológicos e interacionais, não se restringindo à expressão de conflitos intrapsíquicos, descontextualizados das pressões externas que os definem. Portanto, a dimensão psicológica e a sociológica seriam indissociáveis no modelo caracterológico de análise do sofrimento humano proposto por Reich.

2.3 UMA PSICOLOGIA MATERIALISTA, DIALÉTICA E CRÍTICA

Em 1929, buscando fundamentar a aproximação conceitual entre psicanálise e marxismo, Reich publica o ensaio “Dialektischer Materialismus und Psychoanalyse” [“Materialismo dialético e psicanálise”] (1929), na revista *Unter dem Banner des Marxismus* [*Sob a bandeira do marxismo*], o qual foi reeditado em 1934¹⁶. O ensaio referido se mostra central à discussão proposta na presente investigação. De maneira abrangente, Reich (1934/1977) defende três teses essenciais que representam o modo como ele percebe a psicanálise, a saber: 1) que a psicanálise é materialista; 2) que ela se baseia numa dialética da vida mental; e 3) que ela se revela um pensamento essencialmente crítico¹⁷.

Antes de se debruçar sobre essas teses, Reich (1934/1977) se preocupa em esclarecer a perspectiva teórica que as embasa, sobretudo na diferenciação entre ciência e método, diferença que, observa já de antemão, não implica independência absoluta, pois os conceitos se interpenetram. Ele afirma que o marxismo como ciência, isto é, como uma sociologia, uma teoria dos fatos, não é o mesmo que o marxismo como método de investigação e prática baseada em uma concepção de mundo (uma *Weltanschauung*): “A sociologia marxista é o resultado da aplicação do método marxista ao domínio do ser social”¹⁸ (REICH, 1934/1977, p. 21). Feita essa ressalva, Reich estabelece uma relação possível entre a psicanálise e a sociologia: quanto ao estatuto científico, são irmãs, mas quanto ao método, se equiparam ou

¹⁶ Na reedição, a estrutura textual se manteve inalterada, sendo acrescida apenas de algumas notas de rodapé, indicadas por “nota de 1934”. Esta é a versão que utilizamos.

¹⁷ Talvez tenha sido essa organização temática que motivou a observação de Robinson (1971) de que, possivelmente, esta seja a obra mais solidamente argumentada do autor.

¹⁸ Reich acrescenta uma nota de rodapé na edição de 1934 em que dá um exemplo elucidativo: “Uma teoria da pequena burguesia, por exemplo, esboçada em 1848, não pode ser totalmente válida para a pequena burguesia de 1934. Mas o método para atingir resultados exatos sobre a pequena burguesia, permanece o mesmo hoje, como ontem. O método de investigação é sempre mais importante do que a teoria específica” (REICH, 1934/1977, p. 23).

se opõem. Com isso ele quer dizer que como “ciências”, ou seja, como teorias sobre os acontecimentos empíricos circunscritos, mantêm uma relação de complementariedade, com objetos distintos, mas interdependentes: “[...] uma trata dos fenômenos psíquicos e a outra dos fenômenos sociais, e quando acontece de se ajudarem mutuamente, isso ocorre na medida em que o fato social deve ser explorado no psiquismo individual, ou inversamente, o fato psíquico no ser social” (REICH, 1934/1977, p. 21 – tradução modificada). O verdadeiro objeto da psicanálise é, para o autor, a vida psíquica do indivíduo concebido como ser social, isto é, uma forma de psicologia social e que, exatamente por isso, pode ser uma ciência auxiliar da sociologia. Já em relação ao materialismo dialético, enquanto método, essa complementação não pode acontecer: ou a psicanálise é também materialista e dialética, ou se opõe a isso e é, portanto, idealista e antidialética. O que Reich vem a defender nesse texto, sobre esse aspecto, é justamente que o método materialista dialético é também empregado por Freud, ainda que ele mesmo desconheça o fato.

Adentrando as teses acima citadas, Reich (1934/1977) explora a primeira delas em uma argumentação que visa contrapor a materialidade da psicanálise com a psicologia idealista anterior a ela, mas também com as interpretações idealistas realizadas pelos próprios psicanalistas. Ele apresenta, de início, uma crítica ao materialismo mecanicista do século XVIII, que restringia a matéria ao que fosse mensurável, ponderável e tangível e que, a partir desses critérios, excluía a possibilidade de uma acepção materialista da vida psíquica. Além disso, ele descreve três formas de distinção entre idealismo e materialismo. Para Engels, o idealismo prioriza o “espírito”, enquanto o materialismo, o orgânico e a natureza. Segundo o referencial epistemológico de Lenin, no idealismo o mundo existe apenas no “espírito”, como representação, sensação e percepção, enquanto no materialismo também existe fora e independentemente do nosso pensamento. Por fim, o próprio Reich insere uma terceira diferenciação, a de que no idealismo o mental edifica o orgânico, ao passo que no materialismo ocorreria o inverso.

Reich (1934/1977) prossegue na defesa da materialidade da psicanálise considerando a teoria das pulsões, do inconsciente e do recalçamento, todas elas pedras angulares da ciência freudiana. Perspicaz, ele observa que cada uma das fases de desenvolvimento da libido é caracterizada pelas “condições de existência da criança”: da necessidade de alimentação surge a fase oral; com o controle das funções de excreção e o ensino da higiene, a fase anal, etc.. Isso seria uma grande evidência, para ele, da natureza material das pulsões e da libido. Além disso, Reich demonstra sua posição de que também os “princípios de realidade e de prazer” são moldados pelas condições socioeconômicas. Ele diz que ao considerarmos o princípio de

realidade uma exigência abstrata, inevitável e inespecífica da sociedade, acabamos por restringi-lo ao âmbito formal. Torna-se imprescindível, portanto, desmistificar o princípio investigando o que se exige e o porquê da exigência, incluindo em sua análise, por exemplo, as demandas de uma sociedade capitalista baseada na economia privada. A asserção geral de “adaptação à sociedade” remete a um caráter idealista e conservador, o que corresponderia à atitude de muitos psicanalistas e representaria uma contradição com o caráter objetivamente revolucionário da psicanálise. Introduzindo um aspecto histórico ao conceito, diz que o “princípio da realidade tinha originalmente outro conteúdo; ele se modifica na medida em que a ordem social se altera” (REICH, 1934/1977, p. 48 – tradução modificada). Da mesma forma, o conteúdo concreto do princípio de prazer não é universal e, assim sendo, necessita de clarificação e acréscimo à simples definição formal. Cita dois exemplos relevantes. O primeiro tem por base a diferença histórica: numa época de grande atenção à higiene, a satisfação anal será mais fraca e, conseqüentemente, a tendência para essa satisfação mais forte (energia acumulada). O outro exemplo considera a diferença de classe: as tendências anais parecem mais pronunciadas na burguesia, enquanto os impulsos genitais são mais intensos no proletariado. O esclarecimento dos elementos concretos, históricos e específicos que condicionam a teoria das pulsões e os princípios de realidade e de prazer seria uma tarefa necessária, segundo o autor, para a ruptura definitiva com os desvios idealistas encontrados no próprio campo psicanalítico.

Sobre o princípio materialista da teoria do inconsciente e do recalçamento, Reich (1934/1977) desenvolve seu raciocínio de modo análogo ao que acaba de ser descrito. Diz que o inconsciente freudiano, sistema caracterizado por conteúdos que não podem se tornar conscientes, é efeito de uma censura cujo sentido não se traduz em “misticismo”, mas corresponde às interdições e prescrições do mundo exterior, as quais acabam por se tornar também inconscientes. Reich observa, no entanto, que além dos desejos e representações censuradas, as representações simbólicas herdadas culturalmente também integram o inconsciente, as quais se modificam conforme as transformações da sociedade. Alterando a teorização inicial que se restringia aos sistemas do aparelho psíquico – consciente, pré-consciente e inconsciente –, Freud desenvolve a teorização das três instâncias psíquicas: isso, eu e supereu. Com esses novos recursos conceituais, torna-se possível dizer que as interdições e prescrições se situam ao nível do supereu, isto é, de uma porção diferenciada do eu e que exerce sobre ele a ação de censura. Qualquer criança, ao nascer, traz consigo pulsões e adquire logo cedo elementos desiderativos, como desejo incestuoso, analidade, exibicionismo, sadismo, etc., os quais, através da força exercida pela grande sociedade e pela pequena – a

família –, se submetem ao recalque e são represados no inconsciente. Portanto, Reich (1934/1977) não concebe um papel secundário à sociedade no desenvolvimento psicológico dos indivíduos. Ao contrário, ele considera que ela exerce uma ação fundamental e contínua de limitação, modificação e aceleração sobre as pulsões desde seus estágios mais prematuros. A consequência mais profunda dessa perspectiva é que a psicanálise não pode admitir um indivíduo sem a sociedade, pois ele só existe como ser socializado. Essa assertiva também inverte a concepção segundo a qual o mundo é uma produção do eu que tem por objetivo regulamentar as nossas pulsões. Para Reich, é precisamente ao contrário o que é teorizado por Freud: “[...] o eu é o resultado dos efeitos do mundo exterior real sobre o organismo pulsional, que ele surge como que um apara-excitações” (REICH, 1934/1977, p. 58). Não tendo comportamento livre, o eu sofre impacto direto do isso e do supereu, isto é, de certo modo, do “biológico” e do “social”. Enfim, vemos em Reich os conceitos psicanalíticos de inconsciente e de recalque como consequência das necessidades materiais e da ação da sociedade sobre o ser humano. O autor se esforça para desconstruir quaisquer resquícios idealistas atribuíveis aos conceitos, pois, caso contrário, representariam uma psicologia sem justificativa material e, conseqüentemente, ideológica.

Em relação à segunda tese, a da dialética da vida mental, podemos observar na exposição anterior uma apresentação do tema, pois ao dar vida ao argumento da materialidade da psicanálise, Reich (1934/1977) necessariamente revela a relação conflituosa entre indivíduo e sociedade, entre pulsões e realidade externa ou, numa acepção intrapsíquica do conflito, entre o isso e o supereu. Na discussão dirigida especificamente a essa tese, sua preocupação inicial recai sobre a necessidade de esclarecer como a dialética materialista de Marx surgiu em oposição à dialética idealista de Hegel. Ele diz, então, que Hegel considerava a dialética dos conceitos o fator primordial do desenvolvimento histórico, assim como via o mundo real como simples reflexo das ideias ou conceitos que se desenvolvem dialeticamente. Marx, por sua vez, invertera esta concepção de mundo a partir de um sentido materialista: o fenômeno material é o fator primordial ao qual estão subordinadas as ideias. No entanto, encontrando no próprio Hegel sua “dialética do devir”, ele superaria, ao mesmo tempo, o idealismo metafísico e o materialismo mecanicista.

Na tentativa de provar a dialética freudiana da vida mental, Reich (1934/1977) alinha uma série de argumentos e conceitos psicanalíticos – os quais não nos cabe aprofundar – para justificar a presença do método. Utilizaremos o exemplo da formação do sintoma, em especial, pela centralidade que ocupa na psicanálise e pelo detalhamento realizado na análise do autor. Reich descreve o processo em três fases. Na primeira fase, o eu do indivíduo se

encontra submetido a um “conflito psíquico”: a exigência pulsional de um lado e a recusa de sua satisfação pela realidade social, de outro. Obedecendo às exigências sociais, para não ser aniquilado ou punido, o eu recalca a pulsão. Se o recalçamento é consequência da contradição entre o desejo pulsional e a recusa do mundo exterior, na segunda fase, por sua vez, um novo processo surge como resultado da contradição entre o recalçamento e a estase pulsional. Ele afirma: “*O próprio recalçamento apresenta a sua destruição: com efeito, ele dá origem a uma forte estase de energia pulsional que acaba por se libertar destruindo o recalçamento*”¹⁹ (REICH, 1934/1977, p. 76). Não existiria, então, uma “tendência” para a formação do sintoma, isto é, uma predisposição que levasse inevitavelmente a tal estado de coisas, mas sim, um desenvolvimento resultante das contradições do conflito psíquico, onde ao mesmo tempo em que se recalca, cria-se a condição de ruptura do recalçado²⁰. O desfecho desse embate, a terceira fase, é a formação do sintoma, o qual contém, simultaneamente, a moção pulsional contra a qual o sujeito se defende, mas modificada e disfarçada, e a própria censura do eu. Assim, no sintoma os elementos antagônicos iniciais estão reunidos em um só fenômeno, que corresponde, desse modo, à negação (ruptura) da negação (recalçamento)²¹.

Segundo Reich (1934/1977), cada uma dessas fases, que começam com o conflito psíquico e culminam na formação do sintoma, corresponde perfeitamente ao método materialista dialético desenvolvido por Marx. Em todas elas podemos ver a marca do conflito entre indivíduo e sociedade. De maneira geral, ele diz que são justamente os conflitos interiores e exteriores que promovem o desenvolvimento do sujeito, ao passo que a existência social preenche, com suas representações e conteúdos atuais, tanto os objetos pulsionais, quanto os entraves morais. Até mesmo o complexo de Édipo é interpretado por Reich por essa via dialética e histórica. Ao invés de admitir o conceito como um dado imutável da história humana – pelo menos, desde o parricídio, segundo Freud –, Reich o concebe como a

¹⁹ Segundo o quarto princípio essencial do materialismo dialético marxista descrito por Reich: “O desenvolvimento dialético, resultante de contradições, faz com que *nada seja durável; tudo o que nasce traz em si o germe da sua desaparecimento*” (REICH, 1934/1977, p. 70).

²⁰ De acordo com o segundo princípio essencial do materialismo dialético marxista descrito por Reich: “O desenvolvimento, não só da sociedade, mas também de todos os outros fenômenos, incluindo os fenômenos naturais, não resulta, como o afirmam todos os metafísicos, idealistas ou materialistas, de um ‘princípio do desenvolvimento’ ou de uma ‘tendência para o desenvolvimento inerente a todas as coisas’; *este desenvolvimento resulta de uma contradição interna, de contradições contidas na matéria, de um conflito entre estas contradições; conflito que não pode ser resolvido no atual modo de existência da matéria, de forma que as contradições o destroem para criar outro*, no qual novas contradições surgem e assim por diante” (REICH, 1934/1977, pp. 68-69).

²¹ Corresponde ao quinto princípio essencial do materialismo dialético marxista descrito por Reich: “*Todo o desenvolvimento é a expressão e a consequência de uma dupla negação: negação da negação*” (REICH, 1934/1977, p. 70).

consequência das transformações sociais, mais especificamente, como corolário do modelo de família autoritária das sociedades patriarcais²². Ele conclui o tópico com a afirmativa de que negar a historicidade do complexo de Édipo seria negar a dialética que a própria psicanálise expôs da vida mental.

Por fim, a terceira tese de Reich (1934/1977) consiste na defesa de uma determinada posição sociológica da psicanálise, a qual é desenvolvida a partir da elaboração de três problemas e, conseqüentemente, suas respostas. O primeiro deles: quais fatos sociológicos permitiram o nascimento da psicanálise? Isto é, qual o seu significado sociológico? Vemos aqui o esforço do autor de reconstruir o contexto histórico em que Freud desenvolve sua obra, ou seja, de explorar as condições de possibilidade do surgimento da psicanálise. Ligada a uma determinada etapa do desenvolvimento social e a um dado nível de relações de produção, a psicanálise representaria uma reação às condições culturais e morais em que vive o ser social, mais especificamente uma reação às condições sexuais resultantes das ideologias religiosas. A mesma burguesia que realizou a revolução do século XIX e inovou com suas ideias liberais um ambiente até então dominado pela religião e suas leis morais, após a consolidação de seu poder e da economia capitalista, se tornou reacionária. A burguesia acabou se reconciliando com a igreja e reafirmando, em essência, a mesma moral sexual: condenação da sexualidade, monogamia e castidade, produzindo como resultado, entre outras coisas, a irrupção da sexualidade masculina e a opressão sobre a sexualidade feminina. Explorando um pouco mais a dinâmica da classe burguesa, Reich afirma que, por razões econômicas, a liberdade sexual é completamente asfixiada até ao casamento. Essa moralidade acaba por suscitar uma consequência dupla: ela decompõe a sexualidade do homem, ou seja, o faz buscar satisfação na mulher proletária, que ele despreza por sentimento de classe, ao mesmo tempo em que ela destrói a sexualidade da mulher, tornando-a, muitas vezes, frígida e pouco atraente. A civilização europeia experimenta, então, o que Reich chama de primeira etapa da destruição da moral burguesa: a multiplicação das perturbações mentais. Em seguida, no final do século XIX, ocorre a segunda etapa, representada pelo surgimento da psicanálise freudiana. Ele afirma:

Do seio da própria classe burguesa surge um cientista para afirmar que a neurose moderna é a consequência da moral sexual cultural e que as neuroses em geral, na sua essência específica, têm a sua origem numa excessiva restrição sexual. Este cientista, *Freud*, é desprezado, proscrito, tratado como um charlatão. Mas mantém as suas posições e, durante dezenas

²² O tema será mais bem explorado nas obras seguintes.

de anos, permanece só. Nesta época nasce a psicanálise, objeto de desprezo e de horror não só para a ciência, mas para todo o mundo burguês, pois ela ataca as raízes do recalçamento sexual, que é um dos pilares de numerosas ideologias conservadoras (religião, moral, etc.) (REICH, 1934/1977, pp. 118-119).

Dessa forma, enquanto o marxismo corresponderia à expressão de uma tomada de consciência das leis econômicas e da exploração de uma maioria por uma minoria, a psicanálise seria a expressão de uma tomada de consciência do recalque sexual, com a diferença de que este mecanismo psicológico engloba ambas as classes.

O segundo problema trazido por Reich (1934/1977) é sobre o lugar da psicanálise na sociedade daquele tempo (final da década de 1920). Para além da discussão sobre os fatores primordiais responsáveis pelo seu nascimento, ele discute agora seu impacto social. Ele divide o objeto dessa análise em dois públicos distintos. O primeiro, externo ao movimento psicanalítico, era constituído pelo grupo científico, especialmente psicólogos e psiquiatras, e também pelos leigos. O segundo grupo era representado pelos próprios psicanalistas. Sobre o primeiro, Reich afirma que “o mundo científico respirou aliviado” com a progressiva construção freudiana de uma psicologia do eu, sobretudo a partir da escrita de “O eu e o isso” (1923/2020a), em detrimento da sua teoria sexual. Ao se voltar para aquilo que existe de “superior” no homem, a psicanálise se tornava socialmente admissível. Com o grande público a situação era ainda pior, pois “este se apoderou da psicanálise como de uma moda que lhe permitia saciar a sua lubricidade” (REICH, 1934/1977, p. 125). Isto é, havia um emprego impreciso e equivocado dos conceitos psicanalíticos justamente por não serem compreendidos em essência, mas apenas aplicados vulgarmente: a psicanálise tornara um tema para bate-papo. Sobre o segundo público, o de psicanalistas, se observou uma série de afastamentos do movimento, todos impulsionados pela mesma dificuldade de sustentação da tese do recalçamento sexual:

[...] *Jung* baralhou toda a teoria psicanalítica (que, no entanto, estava solidamente construída) para fazer dela uma religião em que o problema da sexualidade já não se põe. Da mesma forma, o recalçamento sexual conduz *Adler* à tese segundo a qual a sexualidade não é senão uma das manifestações do impulso de poder, afirmação pela qual ele rompe com a psicanálise e funda uma comunidade ética. *Rank*, outrora um dos mais dotados discípulos de *Freud*, dilui o conceito de libido na psicologia do eu, chegando assim à sua teoria do corpo materno e do traumatismo do nascimento, acabando por negar os conhecimentos fundamentais da psicanálise (REICH, 1934/1977, pp. 126-127 – tradução modificada).

Portanto, a ação da moral sexual burguesa, motivo da grande denúncia freudiana, é também seu maior entrave. E não poderia ser diferente, senão o significado de “denúncia” não se aplicaria. A psicanálise foi cerceada, dessa maneira, externa e internamente.

Enfim, o terceiro problema, a tentativa de definição do papel da psicanálise no socialismo. Para Reich (1934/1977), a psicanálise, diferentemente do marxismo, não pode extrair de si uma concepção de mundo ou uma teoria social, mas ela implica uma revisão fundamental de certos valores: “[...] aplicada na prática ao indivíduo, destrói a religião, a ideologia sexual burguesa e liberta a sexualidade” (p. 131). No entanto, a essa altura o autor enxerga uma importante limitação do poder imediato da psicanálise, já que se encontra neutralizada pela sociedade burguesa, e reconhece a condição de seu emprego principalmente no futuro, após a revolução social²³. Assim, ele conclui seu ensaio com uma descrição dos três domínios de participação e contribuição da psicanálise nesse contexto vindouro: na exploração da história primitiva da humanidade, como ciência auxiliar integrante do materialismo histórico; no desenvolvimento de uma higiene mental baseada na boa regulação da economia libidinal; e como a base psicológica da educação socialista, devido ao conhecimento que tem do desenvolvimento mental da criança. Tais intervenções de base psicanalítica só poderiam ser concretizadas, dessa forma, após uma profunda transformação social, pois a “sociedade é mais forte do que as aspirações de alguns dos seus membros isolados” (p. 134).

A partir das considerações teórico-práticas contidas em *Materialismo dialético e Psicanálise* (1934/1977), vimos em Reich que, ao aceitar a vida psíquica como material, originária do orgânico e do social, e dialética, como consequência dos conflitos historicamente desenvolvidos internamente (isso e supereu) e externamente (eu e mundo externo), a psicanálise promovia um avanço perante a psicologia – e a filosofia – que a antecederam e denunciavam o recalçamento sexual antes perpetrado pela ideologia religiosa e, posteriormente, representado também pela ideologia burguesa. Abandonando as concepções idealistas, ela iluminou precisamente a incidência material das transformações sociais sobre o psiquismo. Reich concebe, desse modo, que desde o nascimento da criança o meio social começa a modelar os conteúdos psíquicos, das pulsões aos princípios de prazer e de realidade, e não por uma tendência absoluta ao desenvolvimento, mas devido às contradições impostas pela realidade às necessidades do ser social.

²³ Esse ponto foi revisto por Reich em *Psicologia de massas do fascismo* (1942/1974), obra em que ele defende que a dissolução das contradições entre necessidades sexuais e inibições morais constitui, para o trabalho revolucionário, um meio de ação importante.

A aproximação entre freudismo e marxismo realizada por Reich não representa, portanto, uma fusão inconsequente das duas tradições motivada pela paixão de um homem envolvido com ambas e que se vê impossibilitado de abandonar alguma. Primeiramente, é possível perceber, a partir da leitura integral do opúsculo, uma dedicação importante ao estudo não apenas dos escritos de Marx e de Freud, mas também dos pensadores e críticos envolvidos com o trabalho deles. Isto é, o marxismo e o freudismo da época, em geral, são levados em consideração, das interpretações ortodoxas às heterodoxas, sempre com uma visão crítica e bem fundamentada por Reich. Em segundo lugar, as três teses desenvolvidas pelo autor buscam considerar tanto as aproximações, quanto os distanciamentos entre a psicologia freudiana e a sociologia marxista. Ao mesmo tempo em que as adjetivações gerais atribuídas ao método da psicanálise (materialista, dialética e crítica) encontram correspondência no método marxista, os objetos das respectivas ciências não coincidem. Entretanto, eles se complementam, de modo que as duas ciências podem contribuir uma com a outra, enxergando por diferentes olhares aquilo que os seus próprios não veem.

2.4 A MORALIDADE SEXUAL BURGUESA E A GÊNESE DA NEUROSE

Dando continuidade às incursões sobre marxismo e psicanálise, em 1930, Reich publica *Geschlechtsreife, Enthaltensamkeit, Ehemoral. Eine Kritik der bürgerlichen Sexualreform* [Maturidade sexual, abstinência, moral conjugal. Uma crítica à reforma sexual burguesa] (1930/1968b). A obra foi ampliada em 1936 e publicada sob o título de *Die Sexualität im Kulturkampf* [A sexualidade na batalha cultural] (1936). Posteriormente, em 1945, ganhou sua versão em língua inglesa, *The Sexual Revolution. Toward a Self-Regulating Character Structure* (1936/1986), a partir da qual foi publicada *A revolução sexual* (1936/1968a), em português. Abordaremos a primeira parte dessa última versão, intitulada “O fiasco da moral sexual”, cujo conteúdo é a crítica geral da moral sexual burguesa. Na segunda parte, “A luta pela ‘nova vida’ na União Soviética”, Reich realiza uma análise específica da política sexual empregada na União Soviética.

Reich (1936/1968a) inicia a discussão a partir de sua experiência psicanalítica, buscando fundamentar clinicamente sua crítica, ao mesmo tempo, psicológica e socioeconômica. Segundo sua teoria da análise do caráter, o indivíduo de sua época vivia a experiência psíquica de uma “neurose” produzida pelo conflito entre pulsão e moral, de modo que seu organismo se vê obrigado a se defender tanto interna, quanto externamente. Impossibilitados de obterem satisfação genital completa, os sujeitos desenvolvem os sintomas

perversos e antissociais tão fortemente denunciados por Freud. O tratamento da análise do caráter, portanto, tem a tarefa quantitativa de liberar a energia sexual da armadura psíquica, possibilitando a fluência cada vez maior da sexualidade genital e retomando (ou criando) a capacidade para a satisfação orgástica completa²⁴. Este indivíduo, em plena potência sexual, não se comporta neuroticamente²⁵.

Reich (1936/1968a) retoma, em seguida, sua teoria de que os impulsos agressivos são consequência da frustração sexual, acrescentando ao tema, portanto, uma problematização sociológica. O autor defende, inclusive, a necessidade de uma sociologia do inconsciente e da sexualidade, isto é, uma reconstrução da história social dos estímulos inconscientes e dos conteúdos recalçados. O biologicismo mecanicista de uma acepção abstrata do princípio de realidade omite o fato de que ele também é histórico, assim como a negação dessa informação, justificada pelo argumento da neutralidade política da ciência, seria, ela própria, uma ação política.

Reich elenca alguns fatos que a psicanálise deixou de considerar e que, justamente por isso, acabam retornando como contradição imanente da ciência freudiana. Assim, ele diz que: o próprio inconsciente é determinado pela cultura; a prevenção de impulsos antissociais pressupõe a satisfação atual dos desejos sexuais; a sublimação, sendo a realização cultural principal do aparelho psíquico, demanda a eliminação de qualquer recalque sexual e, na idade adulta, se aplica somente às pulsões pré-genitais, e não às genitais; a satisfação genital, como fator sexual e econômico decisivo para a prevenção das neuroses e para o estabelecimento da capacidade de realização social, contradiz, em seu tempo, as leis do Estado e de qualquer religião patriarcal; a eliminação do recalque sexual, que foi introduzida pelos psicanalistas como terapia e, ao mesmo tempo, como fator sociologicamente importante, se encontra em marcante contradição com os elementos culturais vigentes, os quais representam, precisamente, as forças causadoras do recalque (REICH, 1936/1968a). Dessa maneira, Reich insiste na tese de que, mesmo onde a pesquisa psicanalítica visa proteger o aspecto alegadamente apolítico (“não pragmático”) da ciência, cada passo de sua teoria e de sua prática trata de fatos políticos (“pragmáticos”). Se um organismo necessita de satisfação sexual para se manter saudável e esta lhe é prontamente acessível, do ponto de vista de sua

²⁴ Os detalhes da energética sexual reichiana foram descritos em nossa análise de *A função do orgasmo* (1942/1995a).

²⁵ Reich (1936/1968a) dá exemplos de comportamentos que seriam indícios de perturbação na vida sexual: relações sexuais com prostitutas, fantasias sádicas, imposição ou violência sexual com o parceiro, perversões anais exibicionistas, sentimentos de medo e culpa sociais, ligações incestuosas aos pais e irmãos, etc.. Assim, vemos que ao tentar desconstruir a moral sexual burguesa, o próprio Reich não se absteve de incorrer em um novo padrão de moralidade.

constituição psíquica e de seu arcabouço biológico, o empecilho entre “pulsão” e “satisfação” se encontra, portanto, nas mediações impostas por determinada ordem social que, segundo o autor, se define pelo patriarcalismo, autoritarismo e repressão. Como uma consequência desastrosa desse *modus operandi*, o indivíduo experimenta uma jornada dupla da regulamentação moral: ao mesmo tempo em que esta realidade produz impulsos secundários perversos no indivíduo, ela lhe responsabiliza pelo seu controle. Isto é, a sociedade cria exatamente aquilo que pretende dominar: a vida impulsiva antissocial. Toda regulação moral é sexualmente negativa, segundo Reich, pois ela nega necessidades naturais e, em última instância, a própria vida. Mas a economia sexual proposta por Reich também aspira a um tipo de “comportamento moral”, ainda que ele seja compreendido de uma forma diferente. Ao invés de funcionar como uma regulamentação compulsória, o comportamento autorregulado de um indivíduo satisfeito sexualmente representaria a afirmação da vida, uma experiência harmônica entre natureza e civilização, sexualidade e sociabilidade, indivíduo e sociedade, e não sua oposição²⁶.

Das considerações especificamente psicanalíticas, Reich (1936/1968a) direciona sua argumentação, posteriormente, para a análise sociológica da função objetiva da família autoritária e do matrimônio. Assim, o autor afirma que ao longo do desenvolvimento histórico, o atrelamento entre as “leis de herança” e a “reprodução” inseriu o matrimônio na vida sexual pela primeira vez, de modo que esta deixou de significar propriamente uma questão sexual. O casamento surge ao mesmo tempo em que se desenvolve a propriedade dos meios de produção, pois é justamente ela a sua justificativa material, assim como a da família autoritária. O casamento monogâmico vitalício passa a ser o cerne da família e ela se torna a fonte da educação autoritária das crianças. Enquanto os conservadores enxergam a família como a “célula” base da sociedade humana, Reich a vê como a consequência de uma determinada estrutura econômica (família matriarcal, patriarcal, zadruga, patriarcado polígono, monógino, etc.). O tipo predominante em seus dias era uma variação do patriarcado, intitulada “família pequeno-burguesa”. Representando muito mais que a pequena burguesia, esse modelo de constituição familiar predominava também na grande burguesia e na classe operária. Sua estrutura triangular, condição para o complexo de Édipo, compreende a relação entre o “pai patriarcal”, que concentra toda autoridade, poder e legitimação moral, com sua esposa e filhos, cuja dependência material dos dois últimos em relação ao primeiro é um componente importante para a lógica de dominação. Devido à contradição entre a sua posição

²⁶ A saída para a regulação moral seria o princípio econômico-sexual da “autorregulação”, comentado na discussão sobre *A função do orgasmo* (1942/1995a).

no processo de produção (subordinado) e a sua função familiar (chefe), o pai é tipicamente uma espécie de “primeiro-sargento”. Isto é, ele se submete aos que estão acima dele, interiorizando seu papel (imitação), e se impõe aos que estão abaixo, lhes transmitindo uma ideologia que conserve essa forma de relação. O reflexo subjetivo imediato dessa situação é duplo: a família se reproduz nesses moldes, reprimindo sexualmente seus membros, ao passo que cria um tipo caracterológico que está sempre com medo da vida e da autoridade e, dessa maneira, se encontra impossibilitado de se rebelar. O ciclo de dominação se completa.

Preocupado com os efeitos civilizacionais danosos da repressão sexual, Reich detalha como a neurose é produzida no indivíduo durante as três principais fases da vida: a infância, a puberdade e a vida adulta. A preparação para o casamento e para a preservação da família repressiva é a finalidade da educação das crianças desde o início. Na família pequeno-burguesa típica, o erotismo pré-genital é predominante, de modo que a ênfase educacional recai sobre as funções de nutrição e excreção, ao passo que a atividade genital é reprimida. Nas famílias de operários esse processo é menos frequente devido à supervisão necessariamente reduzida das crianças pela maior jornada de trabalho dos pais. Entre as pulsões sexuais infantis, destaca-se a pulsão de exibição e observação das partes do corpo eroticamente acentuadas, especialmente os órgãos sexuais. Essa pulsão sofre o impacto da repressão desde cedo, o que acaba por acarretar alguma dessas consequências: o empobrecimento da vida amorosa e o surgimento de sintomas neuróticos, devido ao recalque do exibicionismo, ou a irrupção de uma perversão exibicionista. Reich (1936/1968a) afirma que mesmo o conflito triangular do complexo de Édipo não deixa marcas tão profundas quando o menino, por exemplo, ainda que renuncie ao desejo genital pela mãe, consegue a liberdade de executar “jogos sexuais” comuns à sua idade, em relação a outros objetos, e da prática masturbatória. Enfim, a disciplina doméstica infantil, rigorosa e prematura, representava para o autor a principal fonte do comportamento submisso e sem espontaneidade do homem adulto.

Na puberdade, o que teve início na infância é reforçado pelas mais diversificadas instituições sociais, pois agora se trata de um organismo em plena maturidade sexual. Por volta dos quatorze anos, a sexualidade entra numa fase eminentemente ativa. Se os jovens não estão conscientemente preparados para as relações sexuais, não é devido à imaturidade biológica e sim, às consequências da educação. Assim, desenvolvem um medo da satisfação sexual, que é diferente do medo do castigo (castração). A sociedade autoritária realiza, então, um grande salto ideológico: o significado da puberdade de período de maturidade sexual é substituído pela necessidade de abstinência sexual, representando uma experiência subjetiva

necessária para o casamento compulsório. Reich (1936/1968a) observa que a repressão sexual da juventude não ocorria nas sociedades matriarcais. Ao contrário, os jovens eram estimulados institucionalmente a experimentarem a livre fruição da sexualidade. Já nas sociedades autoritárias, eles encontram três alternativas: abstinência sexual, masturbação ou relações sexuais. A abstinência sexual da juventude tem como consequência o desenvolvimento de um quadro neurótico, seja na própria puberdade ou na vida adulta. Ou ao menos implicará numa diminuição do prazer de viver e da capacidade de trabalhar. A prática masturbatória, por sua vez, tem a capacidade de propiciar uma satisfação parcial, o que acaba por reduzir os malefícios da abstinência. Entretanto, produz resultados benéficos somente se for praticada sem sentimentos de culpa ou perturbações no processo de excitação e se a falta de um parceiro real não for sentida intensamente, o que geralmente não se pode conter com o passar do tempo. De qualquer forma, segundo Reich, a satisfação exclusivamente masturbatória enfraquece, progressivamente, as relações com a realidade. Por fim, a alternativa da relação sexual direta, única forma saudável e completa de satisfação, a partir da ordem social autoritária, leva o adolescente, quando a busca, a conflitos sociais, impedindo a realização de seu curso natural. Portanto, o que era pra ser o caminho ideal de satisfação da sexualidade é transformado em neurose pela sociedade, de modo que a crise sexual da juventude representa a própria crise da ordem social autoritária. A conclusão de Reich, portanto, é a de que os jovens são culturalmente preparados para as limitações orgásticas do casamento compulsivo e monogâmico e, conseqüentemente, desapropriados do espírito de luta.

Na idade adulta, a neurose se realiza com a instituição social do “casamento compulsório”, que representa uma forma estável de união não espontânea, em que as necessidades sexuais passam a ser controladas por processos socioeconômicos, produzindo uma oposição artificial entre interesses sexuais e econômicos. Reich (1936/1968a) não condena as relações sexuais permanentes (monogâmicas). Ao contrário, ele acredita que justamente esse tipo de relação oferece melhores condições para uma satisfação sexual completa devido à maior adaptação entre os companheiros. Além do mais, a relação estável os libera da busca infundável por um parceiro adequado, assim como permite a dedicação a realizações sociais. Contudo, o autor defende essa forma de relação somente nos casos em que seja possível experimentar espontaneamente o prazer e a satisfação sexual repetidamente com o mesmo parceiro, alcançando uma lógica harmônica entre sexualidade e economia. Assim, ela não é saudável quando se origina da inibição de impulsos poligâmicos ou de considerações morais. Da maneira compulsória em que o matrimônio é realizado, ele acaba

resultando numa importante fonte de frustrações, assim como a rígida moral sexual propicia exatamente o contrário do que se pretende: a virgindade pré-nupcial das moças dá origem à prostituição e o casamento monogâmico, ao adultério. No esforço de legitimação da naturalidade do casamento e da monogamia, os quais, na verdade, não passam de produtos históricos relativamente recentes, os dados etnográficos são distorcidos a partir da afirmação de que os homens sempre viveram monogamicamente. A necessidade de tanta dedicação para a consolidação desse modo de interação humana se justifica pela produção generalizada de sofrimento que ele acarreta, uma consequência do desrespeito às exigências sexuais naturais. Reich (1936/1968a) afirma que o ser humano não se distingue das demais espécies animais por possuir menos impulsos sexuais, mas ao contrário, por experimentar uma sexualidade ainda mais intensa, expressa pela disposição permanente para relações sexuais. Sobre esse tema, “o homem é ‘mais animal’ que o animal” (REICH, 1936/1968a, p. 168). Enfim, a máxima reichiana de que o “sentido da socialização do homem é facilitar a satisfação da fome e do amor” (p. 186) parece não condizer com a vida sexual da civilização de seu tempo.

Novamente, Reich formula seu freudomarxismo a partir de considerações individuais e subjetivas – aspecto psicológico – e de análises sociais e objetivas – aspecto sociológico. A diferenciação não implica, entretanto, maior ou menor grau de cientificidade, pois o método de investigação é sempre “objetivo”, em sua acepção científica. Ela simplesmente identifica o objeto específico dentro do fenômeno amplo: se as necessidades pulsionais envolvidas ou as exigências socioeconômicas. Igualmente, não se estabelece, nessa distinção, nenhum tipo de hierarquia, de modo que para uma análise completa da realidade se faz necessário abordar ambas as formas de sua expressão. Na obra em questão, Reich descreve como a objetividade material socioeconômica produz experiências subjetivas também materiais na infância, na puberdade e na vida adulta, necessárias para a manutenção e reprodução de determinada organização social. Na essência do fenômeno analisado encontramos a presença constante do recalque sexual, e “o fiasco da moral sexual” se refere ao inegável mal-estar decorrente do modelo de casamento e família compulsórios. Se, objetivamente, a ordem social se impõe com facilidade sobre o indivíduo, então passivo e submisso, em termos subjetivos, haveria um desconforto sempre inquietante decorrente da frustração sexual. Portanto, se a satisfação da sexualidade é proscrita ao sujeito e, conseqüentemente, sua motivação para agir, sua saúde e sua reflexividade se encontram fundamentalmente comprometidas, também é verdade que ele possui um “potencial para a ação”, tornando possível a emergência de um caráter revolucionário a qualquer momento. Considerar a livre fruição da sexualidade como condição para uma sociedade livre significa reconhecer que uma revolução social passa,

inevitavelmente, por uma revolução sexual e, conseqüentemente, por uma profunda transformação psicológica de seus agentes.

2.5 O RECALQUE DA SEXUALIDADE COMO CONDIÇÃO DO FASCISMO

Ainda no início da década de 1930, Reich se dedica à investigação de uma temática política proeminente em seus dias: a ascensão do Partido Nacional-Socialista Alemão. Com esse objetivo, ele publica, em 1933, *Massenpsychologie des Fascismus* [*Psicologia de massas do fascismo*] (1933/2020). A novidade metodológica que ele emprega nesse livro é a recorrência à psicanálise na tentativa de compreender a clivagem que se estabelece entre a situação social e a consciência dessa situação – a ideologia –, assim como de desvelar as bases psicológicas do fascismo e as condições necessárias para o seu surgimento e para a sua manutenção. Dessa forma, Reich (1942/1974) explora os seguintes temas: a repressão sexual exercida pela sociedade patriarcal e autoritária; a estrutura de caráter propensa à submissão e à agressão; a família como instrumento do autoritarismo; o misticismo da raça e da religião; e, como saída para essa situação complexa, a necessidade de uma profunda transformação no comportamento sexual geral da população.

A partir da terceira edição em língua inglesa do livro, publicada em 1942, sob o título *The Mass Psychology of Fascism* (1942/1980), Reich (1942/1974) acrescenta um prefácio no qual ele descreve a estrutura psicológica do indivíduo de seu tempo. A teoria das camadas biopsíquicas que ele desenvolve nesse texto iluminou toda a sua obra anterior. Por isso, sem recorrer a nenhum argumento de base orgônica, buscaremos analisá-la sucintamente.

Reich (1942/1974) descreve, portanto, três níveis diferentes da estrutura “biopsíquica” do ser humano. Primeiramente, existiria uma camada mais profunda, a natureza biopsicológica do sujeito. Ela se constitui como um organismo racional e essencialmente honesto, cooperativo e trabalhador. É regida pelo amor, mas também sabe odiar. A partir da frustração dos anseios dessa camada, surge uma segunda, a qual corresponderia ao inconsciente recalcado da teoria freudiana. Ela compreenderia impulsos cruéis, sádicos, lascivos e invejosos. Por último, haveria a camada mais superficial, representada por comportamentos de ponderação, responsabilidade e consciência. Reich afirma que a situação social não seria trágica, caso este nível superficial da personalidade estivesse em contato direto com o cerne natural profundo. Entretanto, o que predomina é justamente a influência do nível intermediário, que comporta o aspecto antissocial dos indivíduos. A análise de Reich inclui ainda uma crítica ao que ele denomina de “erro da filosofia idealista”, que consiste em

teorizar uma estrutura humana imutável. Para o autor, o que existe de sádico e cruel no ser humano é apenas uma consequência do recalçamento de exigências biopsicológicas primárias e não, ao contrário, um aspecto de sua natureza. Contudo, Reich reconhece que a camada mais profunda do indivíduo não encontra representação social desde o colapso da forma primitiva de organização coletiva, baseada na democracia do trabalho.

O significado com maiores consequências da estratificação psicológica reichiana se apresenta na sua articulação com o fascismo. Reich afirma, dessa forma, que o comportamento fascista consiste precisamente na expressão politicamente organizada da estrutura de caráter do indivíduo médio, isto é, a atitude emocional básica dos sujeitos reprimidos da civilização autoritária, com sua maneira mística e mecanicista de encarar a vida²⁷. O fascismo não pode ser compreendido, portanto, como uma criação de Hitler ou Mussolini, mas, de forma mais ampla, como a expressão da estrutura irracional do indivíduo da massa, representando um fenômeno internacional.

Finalizando o prefácio, Reich (1942/1974) antecipa a relação de complementariedade entre psicanálise e marxismo que guiará o restante do livro. Ele se refere ao marxismo como uma teoria socioeconômica científica construída com base nas condições sociais existentes até meados do século XIX. Mas chama atenção para o fato de que as transformações sociais prosseguiram no século XX num sentido significativamente diverso ao que se esperava. Por isso, Reich viu a necessidade da construção de sua *economia sexual* como uma tentativa de articular a psicologia profunda de Freud com a teoria socioeconômica de Marx, reconhecendo que a existência humana é determinada tanto pelos processos pulsionais, quanto pelos socioeconômicos. Com essa articulação ele acredita resolver a contradição que levou a psicanálise a esquecer o fator social e o marxismo a esquecer a origem animal do ser humano. Assim, Reich emprega a categoria analítica de “caráter” em substituição aos conceitos puramente socioeconômicos de “burguesia” e “proletariado”, argumentando que as noções de “caráter reacionário” e “caráter revolucionário ou libertário” revelam mais da dinâmica socioeconômica do que o simples pertencimento a uma determinada classe.

Adentrando o conteúdo do texto publicado em 1933, Reich (1942/1974) desenvolve sua resposta psicológica ao marxismo ortodoxo. Contrariando a previsão econômica marxista, a crise da década de 1930 (consequência da “Crise de 29”) conduziu as camadas proletárias da população alemã a uma guinada ideológica para a direita. Tal fato marca a clivagem entre

²⁷ Em *A função do orgasmo*, Reich (1942/1995a) escreve: “Brutalidade sádica mais misticismo produzem a mentalidade fascista” (p. 206).

situação social e a estrutura psíquica das massas, exigindo uma revisão da compreensão da dinâmica da ideologia. As vertentes mais comuns do marxismo, segundo Reich, separavam radicalmente a existência econômica da existência social e, conseqüentemente, interpretavam a ideologia e a consciência como uma produção direta e exclusiva da estrutura econômica. A principal crítica de Reich, aliás, parece ser justamente o desinteresse na investigação da “dinâmica da ideologia”. A psicologia, por sua vez, era vista como um sistema metafísico. Reich discorda dessa visão:

A psicologia materialista dialética não pode ser senão a pesquisa desse fator subjetivo da história, da estrutura ideológica dos homens de uma época e da estrutura ideológica da sociedade que constituem. Ela não se opõe, como a psicologia burguesa e a economia psicologista, à sociedade de Marx, erguendo frente a ela uma “concepção psicológica” do social, mas subordina-se e integra-se, num ponto muito preciso, a essa teoria que deriva a consciência do ser. [...] A tese de Marx segundo a qual o material (o ser) se transpõe na cabeça do homem em ideal (em consciência), e não inversamente na origem, deixa dois problemas em aberto: em primeiro lugar, de que modo isso acontece, o que se passa então “na cabeça do homem”, em segundo lugar, de que modo a consciência assim produzida (falaremos a partir de agora em *estrutura psicológica*) repercute por sua vez no processo econômico. A psicologia analítica preenche essa lacuna ao revelar o processo interior à vida psíquica do homem, que é determinado pelas condições de existência, e ao apreender assim efetivamente o fator subjetivo. Ela tem, portanto, uma tarefa rigorosamente circunscrita. Não pode, por exemplo, explicar a gênese da sociedade de classes ou o modo de produção capitalista (quando tenta fazê-lo, logo habitualmente daí surgem inépcias reacionárias, por exemplo que o capitalismo é uma manifestação da cobiça dos homens), mas ela é sem dúvida a única habilitada – e não a economia social – a buscar de que maneira as contradições de sua existência nele repercutem, de que modo ele tenta acomodar-se com essa existência, etc. É certo que ela estuda apenas o indivíduo, mas quando se especializa na exploração dos processos psicológicos típicos *comuns* a uma camada social, a uma classe, a um grupo profissional etc., e deixa de lado as diferenças, torna-se psicologia de massa (REICH, 1942/1974, pp. 19-20).

Essas implicações teóricas levam Reich a dois objetivos essenciais: demonstrar a materialidade dos conteúdos psíquicos e justificar uma resposta psicológica para o problema. A partir da investigação da psicologia de massas e de sua função, Reich passou a compreender a ideologia como o impacto do processo econômico nas estruturas psíquicas dos seres humanos de uma determinada sociedade. Assim, na medida em que a estrutura psíquica se modifica, essa transformação se converte numa força ativa, evidenciando seu poder material e objetivo de ação sobre o meio, produzindo um impacto social direto. A dimensão psíquica perde, portanto, sua essência metafísica ou psicologista. Ao mesmo tempo, Reich (1942/1974) afirma que a ideologia evolui mais lentamente que a base econômica, o que resulta no fato de

que, progressivamente, as estruturas psíquicas fiquem para trás das rápidas mudanças das condições socioeconômicas que as originam – a clivagem entre a situação econômica e a situação ideológica. Quando um grupo de trabalhadores, passando por dificuldades devido aos baixos salários, decide fazer greve, ou quando um esfomeado rouba pra comer, não há necessidade de “explicações psicológicas”. Nos dois casos, as ideologias e os comportamentos correspondem às pressões econômicas e, portanto, a situação econômica coincide com a ideológica. A questão colocada pela psicologia social é, justamente, por que a maioria dos esfomeados não rouba e a maioria dos explorados não faz greve. A incapacidade de o marxismo ortodoxo responder essa questão sozinho é o que justificaria, segundo Reich, a complementação de uma explicação psicológica.

Reich (1942/1974) destaca as quatro grandes descobertas freudianas que fundamentam sua economia sexual. A primeira é a de que a consciência representa apenas uma pequena parte de nossa vida psíquica e que toda experiência psicológica tem uma função e um sentido. A segunda é a que confirma a sexualidade infantil e, ao mesmo tempo, a diferencia da função reprodutiva. Isto é, a que esclarece que a noção de sexualidade não coincide com a de genitalidade. A terceira, por sua vez, se refere ao recalçamento da sexualidade infantil pelo medo do castigo por pensamentos e atos de natureza sexual (complexo de Édipo). Porém, essa teoria reconhece que, apesar de afastar determinado conteúdo do domínio da consciência, ele não perde a sua força. Por último, Reich fala da concepção de moral segundo a psicanálise, a qual se construiria a partir da educação familiar e de seus representantes, descartando explicações teológicas ou metafísicas. Contudo, a profundidade com que o autor enxerga o avanço da psicologia freudiana se reverte também em crítica contra o que ele percebe como “resquício metafísico” da psicanálise, sobretudo em relação à pulsão de morte e suas consequências para teoria social. Assim, Reich afirma que, nessa esfera, a ciência freudiana tentou analisar a sociedade como se fosse um indivíduo e acabou por criar uma antítese universal entre o processo de civilização e a satisfação sexual. Ela concebe os impulsos destrutivos como valores biológicos primários e irremediáveis ao destino humano. Além disso, ela rejeita a tese da sociedade matriarcal primitiva, o que resulta num ceticismo estagnador diante da recusa das consequências mais radicais de suas próprias descobertas. O fato de a sexualidade ser reprimida pela sociedade e recalçada pelo indivíduo seria explicado pela “filosofia da civilização” de Freud através da concepção resignada de necessidade e interesse cultural. Reich questiona: como é que a masturbação infantil e as relações sexuais na adolescência poderiam perturbar a construção de postos de gasolina ou de aviões? Ele defende categoricamente a ideia de que não é a atividade cultural que demanda a

repressão e o recalçamento da sexualidade, mas somente as formas atuais dessa atividade. Ou seja, não se trata de uma questão intrínseca à cultura, mas de um resultado da ordem social estabelecida. Contradizendo Freud, Reich afirma que a repressão e o recalçamento não são os pressupostos do desenvolvimento cultural, pois eles consistem em fenômenos tardios da história humana, estabelecidos após o advento do patriarcado autoritário e da divisão social de classes.

Reich (1942/1974) reserva uma parte importante de sua obra para discutir a etiologia e os pressupostos que sustentam o fascismo. Ele inicia e finaliza sua argumentação pelo fenômeno que considera o fator preponderante: o recalque sexual. A combinação entre a estrutura socioeconômica e a sexual da sociedade se verificaria já nos primeiros anos de vida da criança no seio da família autoritária. Através da imposição de inibições sexuais, a criança se torna frágil, medrosa e submissa. Como resultado do recalque sexual e, conseqüentemente, do impedimento das pulsões sexuais atingirem uma satisfação “normal”, o organismo pulsional recorre aos mais variados tipos de satisfação substituta. Um exemplo relevante citado por Reich é o fato de a agressividade reativa normal se transformar em sadismo brutal, um importante componente, aliás, da base psicológica das guerras imperialistas. Desse modo, o recalque sexual produz um indivíduo submisso e sádico, ao mesmo tempo em que lhe fornece uma fonte energética inesgotável para a sustentação de seu estado psicológico, resultante da estase.

O fascismo, segundo Reich (1942/1974), consiste num movimento político disseminado principalmente nas classes médias baixas²⁸, isto é, entre os indivíduos que ocupam uma posição intermediária entre a elite econômica e os trabalhadores manuais. Dessa forma, ao mesmo tempo em que obedecem aos superiores (submissão), eles representam essa autoridade diante dos que estão abaixo de si e, sendo assim, gozam de uma posição moral privilegiada (ocasião em que exercem o sadismo). Essa é a mesma posição ocupada pelo “chefe” de família, reproduzindo em seus familiares a necessidade do comportamento submisso perante a autoridade. Mas o ciclo se completa, na vida adulta, no contexto extrafamiliar, quando os indivíduos da massa se identificam com o *Führer*. Quanto mais desamparo a educação propiciou, maior é a necessidade infantil de proteção sentida pelo sujeito, a qual se realiza, disfarçadamente, na fórmula da identificação com o *Führer*. Justamente por esse sujeito se reconhecer na grande figura de representação do Estado autoritário e se sentir defensor da “herança nacional” (submissão), ele acaba por desprezar a

²⁸ Reich (1942/1974) elenca vários países como exemplo de sua afirmação. Assim, ele cita os casos de Itália, Hungria, Noruega, Argentina e Japão.

população de massas, se opondo a ela como um indivíduo superior (sadismo). O trabalhador consciente e revolucionário, em oposição ao alienado e reacionário, seria aquele capaz de neutralizar sua estrutura psicológica submissa e se identificar com seu trabalho e com as massas trabalhadoras de todo o mundo, e não com o *Führer* ou com sua pátria.

Reich (1942/1974) destaca a importância do misticismo para a sustentação ideológica do fascismo, que é decomposto por ele em misticismo da raça e da religião. Apesar de atuarem em conjunto, ele observa que a vertente racial é incorporada ao fascismo alemão de um modo mais essencial que em outros movimentos totalitários. De maneira geral, o misticismo é veiculado através das seguintes ideologias: negação de qualidades evolutivas em raças consideradas inferiores e fracas, assim como a atribuição de impureza e doença a seus integrantes, os quais podem causar o envenenamento do sangue dos “puros” através do contágio de doenças – uma espécie de metafísica biológica (misticismo racial); necessidade de negar os desejos sexuais para alcançar a fé, a pureza de espírito e a superioridade da alma, representando uma separação definitiva entre religiosidade e sexualidade (misticismo religioso). Essas ideologias, ora mais explícitas, ora menos, cumpririam importantes funções objetivas e subjetivas. Objetivamente, elas mantêm a ordem social e o *status quo* por aprisionarem a consciência das massas à sua experiência de resignação. Além disso, elas impedem a “mistura” de integrantes de diferentes classes sociais e de diferentes “raças”, justificando os anseios imperialistas alemães de aumento territorial e ocultando, em última instância, uma questão econômica. Subjetivamente, as ideologias são responsáveis pelo encobrimento do recalque sexual e do medo da sexualidade, ambos perpetrados por uma organização social patriarcal e autoritária. Dessa forma, elas ocultam o processo de conversão do potencial ativo e agressivo dos indivíduos em docilidade passiva e atitudes masoquistas, tanto morais quanto físicas, assim como desviam a atenção das reais explicações para o comportamento irracional. Reich afirma que somente através do controle das convicções ideativas das massas se torna possível sustentar tamanho disparate social. É fundamental convencer a população de que o problema está em outro lugar e que seu comportamento irracional é, na verdade, plenamente racional, a partir da narrativa racial e religiosa que o legitima. Além disso, é preciso manter as massas desprovidas de sua capacidade ativa e libertadora, reprimindo sua sexualidade. A energética das pulsões recalçadas encontra sua vazão por meios neuróticos – sadismo e masoquismo –, os quais são conduzidos para fins que não implodam o sistema e que ganham contornos de objetos bem definidos: o inimigo da nação ou do ascetismo.

Por fim, se o recalque sexual se encontra no centro da psicologia de massas do fascismo, não é possível qualquer saída que não passe por uma “libertação sexual”, o que reforça o papel revolucionário da sexualidade na obra de Reich. Em qualquer ordem social autoritária, as camadas inferiores desenvolvem ideias e comportamentos sexuais que representam um perigo para a classe dominante, o que a obriga a se dedicar sempre à propaganda em favor da moralidade racial e religiosa através do controle sexual. Para que seja possível alcançar esses objetivos, é fundamental a consolidação do casamento e da família como instituições produtoras e mantenedoras da política sexual reacionária. Desse modo, a única forma de sexualidade aceita moralmente é aquela que se associa à função de reprodução, convertendo em imoralidade tudo aquilo que a ultrapassa, a exemplo do próprio prazer sexual. Assim, a fruição espontânea da vida sexual seria a condição para o empoderamento político das massas, para a sua tomada de consciência da atual ordem social e de seu papel de agente transformador, assim como para uma transformação da situação de caos social produzida pela moral autoritária.

Reich deixa claro, portanto, a interposição de categorias psicanalíticas e marxistas utilizadas para a análise do fenômeno do fascismo. Partindo da base econômica e, desse modo, da função objetiva do problema, ele avança para a dinâmica subjetiva até então inexplorada pela ortodoxia marxista. Esse esforço teórico é exigido na medida em que a complementação de uma resposta psicológica se mostra necessária para apreensão do fenômeno do fascismo em suas diferentes perspectivas. A materialidade dos conteúdos psíquicos, convertidos em ação concreta no mundo, o direcionamento ideativo realizado pelo misticismo, a estrutura caracterológica do homem das massas composta de elementos sádicos e masoquistas: tudo passa pelo recalque sexual. No desvelamento desses mecanismos inconscientes de poder, a partir dos quais se fundam ideias e motivações, Reich acredita ter encontrado as maiores contribuições psicanalíticas para a análise marxista e, desse modo, da psicologia profunda para a sociologia materialista dialética.

2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do nosso percurso pelas referidas obras de Reich, podemos dizer que, de certa forma, todas elas possuem um objetivo em comum, alterando a estratégia conforme a preocupação preponderante. Como psicanalista e cientista social, o autor analisa o sofrimento humano com base na dinâmica entre indivíduo e sociedade ou, de outro modo, entre a psicologia e a sociologia. Levando em consideração os mecanismos pulsionais do homem e

suas necessidades, Reich investiga os efeitos psicológicos tanto da satisfação sexual, quanto da negação da mesma. Acompanhando o desenvolvimento socioeconômico da civilização ocidental, ele se interessa pela realidade social e psicológica de seu tempo e, conseqüentemente, pelo impacto do capitalismo e do recalque na qualidade de vida de seus indivíduos. Ainda que sua formação se situe basicamente na área médica, tendo a psicanálise como principal referência, ele percebia uma participação fundamental do modo de organização da sociedade no processo de adoecimento. Em decorrência disso, se viu obrigado a extrapolar os limites da clínica, buscando no marxismo recursos sociológicos inexistentes em sua formação científica original. Por outro lado, se o contato com a sociologia de Marx foi determinante na sua interpretação da ciência freudiana, o contrário também ocorreu, já que ele integrou em seu marxismo conceitos e conhecimentos advindos de anos de pesquisa e atuação como psicanalista. Ter a clareza da dinâmica entre as duas tradições é a chave compreensiva do trabalho de Reich. Isto é, somente através do reconhecimento de que a sua investigação considera, ao mesmo tempo, o objeto psicológico e o objeto sociológico é que se torna possível apreender sua crítica como um todo. O objetivo das linhas a seguir é realizar uma análise final e sucinta da articulação descrita até aqui, implícita ou explicitamente.

Ao desenvolver sua teoria do orgasmo, Reich descreve a estrutura do organismo pulsional, ao mesmo tempo em que explora os efeitos psicológicos da satisfação sexual ou de seu impedimento. A partir dos conceitos de potência orgástica e de estase, ele descreve como o recalque sexual, oriundo de determinada imposição moral, é patológico, atrelando, de um modo fundamental, a fruição atual da sexualidade de uma pessoa às qualidades do seu eu, se reflexivo ou irreflexivo, ativo ou submisso, maduro ou infantil. Assim, mesmo quando sua economia sexual se aproxima de uma “biologia das pulsões”, isto é, quando o organismo é visto como uma espécie de sistema energético regulado ou desregulado, sua análise busca recursos sociológicos para dar conta de explicar a função do recalque na sociedade de seu tempo e para desconstruir a ideia de que o recalque é uma necessidade civilizatória. Para isso, Reich recorre a argumentos da antropologia de Bronislaw Malinowski na tentativa de sustentar a tese do contingenciamento histórico do complexo de Édipo. Considerando a organização social dos moradores da ilha de *Trobriand* um exemplo de sociedade matriarcal, na qual a centralidade e legitimidade da autoridade masculina não se fazia presente como na sociedade europeia e a sexualidade era muito mais livre, Reich observa que os habitantes da ilha não vivenciavam conflitos psicológicos e nem a agressividade decorrente deles, tendo uma vida social pacífica e harmônica. Além disso, em sua teoria do orgasmo o autor constrói um diálogo entre psicanálise e marxismo, inserindo a discussão sobre a vida sexual e psíquica

do indivíduo na problemática socioeconômica, e vice-versa. Reconhecendo a frustração da sexualidade como a causa da neurose, ele acreditava que esse estado de impotência é o que impedia a insurreição das camadas exploradas contra a injustiça da ordem vigente e, portanto, que o recalque sexual era um instrumento essencial de escravização econômica.

Em sua teoria do caráter, Reich diz que a psicologia científica tem a tarefa de traçar os caminhos e mecanismos pelos quais a existência social dos homens se transforma em estrutura psíquica e, conseqüentemente, em ideologia. O estudo da “produção objetiva” da ideologia é função da sociologia e da economia, ao passo que a análise de sua “reprodução subjetiva” cabe à psicologia. Dessa forma, Reich defende a ideia de que a produção simbólica só pode se dar coletivamente e em decorrência da ação de forças que já estão materializadas socialmente, de alguma maneira, e que, sendo assim, representariam a condição do fenômeno da individualização. No outro extremo, entretanto, ele observa as infinitas possibilidades de articulação simbólica realizada pelos indivíduos, de modo que a estrutura de caráter que se desenvolve desde a infância é composta de anos de sedimentação dessa experiência. Um caráter neurótico consistiria não apenas num organismo doente, experimentando as mais diversificadas mazelas subjetivas, mas também num indivíduo impotente de agir, de lutar por uma existência mais justa. A condição dessa estrutura de caráter é o recalque sexual, que, a partir da “impotência orgástica” e da estase, produziria efeitos psicológicos como conflitos internos, perversões e um “eu fraco”. Ou, de outra maneira, sofrimento, sadismo e submissão à autoridade (com certa dose de masoquismo). Desse modo, vemos que mesmo o seu método clínico e individual de “análise do caráter” acaba por encontrar sua contraparte no sistema social, considerando a raiz do adoecimento. No capítulo que finaliza a parte II do livro, Reich resume a ideia como um conflito entre necessidade e mundo externo, afirmando que a frustração sexual e, seu corolário, os impulsos agressivos, que representam a causa do sofrimento humano, são determinados sociologicamente, e não biologicamente. Os impulsos agressivos e destrutivos dos homens nada mais são do que a resultante da energia sexual inibida, isto é, impedida de satisfação por uma sociedade autoritária e repressiva. Portanto, nessa dinâmica entre necessidade e mundo externo, ou entre estrutura e história, se delineia a economia sexual de Reich.

Em sua discussão propriamente metodológica, vemos a preocupação de Reich em assegurar a materialidade, a dialética e o fator crítico como características da psicanálise. Ele considera as necessidades de sobrevivência e as sexuais, assim como seus obstáculos e deformações externas, a base material sobre a qual Freud construiu sua psicologia, de modo que a vida psíquica proveria ao mesmo tempo do orgânico e do social. A dialética

psicanalítica pode ser vista, por sua vez, na história conflitiva do desenvolvimento psicosssexual do ser humano. A partir de sua estrutura, enquanto um organismo pulsional, ele se desenvolve concretamente nas experiências individuais e coletivas de uma determinada época. Por fim, o caráter objetivamente crítico ou revolucionário da psicologia profunda não se encontra na dimensão intencional de Freud, mas em sua perspicaz constatação da experiência do recalque sexual do indivíduo de seu tempo. A interpretação reichiana, de viés claramente marxista, traz para o centro da discussão a noção de historicidade e, conseqüentemente, gera um impacto sem precedentes na psicanálise. A radicalidade dessa noção imprime uma revisão dos seus conceitos mais fundamentais, os quais perderiam agora, para o autor, a essência abstrata e formal, para ganhar contornos concretos e ainda mais dinâmicos. Nada escapa à concepção histórica para Reich: os princípios de prazer e de realidade, o inconsciente, o complexo de Édipo, todos são apreendidos de forma contingencial. Ele não desconsidera, por sua vez, aquilo que é constitucional da espécie, mas destaca sua suscetibilidade tão prematura ao condicionamento que não vê a possibilidade de se tomar um sem a presença do outro. A ação contínua da sociedade de limitação, modificação e aceleração do desenvolvimento das pulsões produziria conseqüências importantes, por exemplo, nos modos de satisfação admitidos pelo princípio de prazer. Em relação ao princípio de realidade, seria necessária uma definição precisa de qual realidade se trata, isto é, uma descrição das forças específicas que impõem o adiamento da satisfação e as razões para isso²⁹. O inconsciente, em sua acepção dinâmica e conflitiva, não existiria se não houvesse recalque³⁰, o qual também integra o modelo familiar autoritário que justifica o complexo de Édipo. Sendo assim, essa transformação de princípios abstratos em conteúdos concretos e históricos seria o diferencial, para Reich, entre uma psicologia idealista e, por isso, reacionária, e uma psicologia objetivamente crítica e, conseqüentemente, revolucionária. Somente sobre este solo materialista dialético a psicanálise representaria uma forma de psicologia legítima e verdadeiramente científica, ocupando, a partir disso, o posto de ciência auxiliar à sociologia na análise da complexa realidade social.

Na crítica direta e específica à moralidade sexual burguesa, Reich chama atenção para o fato de que as experiências subjetivas na infância, na puberdade e na vida adulta são conseqüência da objetividade socioeconômica. Portanto, a neurose seria produzida ao longo

²⁹ O princípio de realidade, para Freud, é visto como um mecanismo básico do aparato biopsicológico de sobrevivência, uma função estrutural e necessária para suportar uma tensão pulsional impossível de ser satisfeita imediatamente.

³⁰ Também o conceito de recalque não é interpretado por Reich como função natural, mas sim, uma necessidade histórica, o que se aplica às noções de inconsciente e de complexo de Édipo.

de todo o desenvolvimento psicosssexual do ser humano, mantendo como fio condutor o recalque sexual. Buscando compreender o complexo de Édipo em sua qualidade histórica, ele afirma que foi o atrelamento entre “leis de herança” e “reprodução” o responsável pela inserção do matrimônio na vida sexual e originando o casamento compulsório, dessexualizando, em última instância, a união do casal. Assim, com o advento da propriedade dos meios de produção, surge a necessidade da família autoritária, instrumento de reprodução e manutenção da nova forma de organização social. Em decorrência disso, o complexo de Édipo é institucionalizado como o modelo básico da relação familiar, sendo operacionalizado pelo autoritarismo do pai, pela submissão dos filhos e da esposa e, conseqüentemente, pelo recalque da sexualidade. Mas não apenas o conflito edípico, também o inconsciente, de modo geral, tem uma história social de seu conteúdo do recalque, já que o autor transfere o fenômeno do campo estrutural para o sociológico. O inconsciente, ao menos na acepção “perversa” concebida por Freud, não seria natural, mas sim, um produto das transformações históricas que passaram a exigir do sujeito que recalcesse seus desejos e, em especial, sua sexualidade. A consequência devastadora disso e, ao mesmo tempo, “o fiasco da moral sexual”, denunciado explicitamente por Reich e implicitamente por Freud, é a neurose. Somente a partir da compreensão desse estado de coisas foi possível a Reich chegar a conclusões fundamentais, em que freudismo e marxismo se articulam. A primeira é a de que fazer ciência é, ao mesmo tempo e inevitavelmente, fazer política, de modo que o aspecto pragmático da psicologia não pode ser anulado. A segunda, por sua vez, consiste no reconhecimento de que a dependência entre a liberdade social e a liberdade sexual revela que uma revolução sexual é condição para uma revolução social.

Por fim, para tratar do tema do fascismo, Reich se utiliza da interposição de categorias tanto psicanalíticas, quanto marxistas. A condição de ascensão do fascismo estaria, entre outros fatores, no descompasso entre a situação socioeconômica e a situação psíquica das massas, necessitando, então, de uma revisão da compreensão da dinâmica da ideologia. Para o autor, a ideologia que sustentava o fascismo só poderia ser explicada pelo recalque sexual, que produz e mantém a neurose dos indivíduos, deixando-os irreflexivos, frágeis, submissos e, ao mesmo tempo, autoritários. Assim, a explicação psicológica é solicitada justamente a partir da clivagem entre estrutura e superestrutura, isto é, quando a reação à exploração (comportamento racional) dá lugar à aceitação passiva (comportamento irracional). Ela investiga, desse modo, o “fator subjetivo da história”, a estrutura caracterológica do homem de uma determinada época: os efeitos das contradições de sua existência sobre como pensa, age, reage. Os conceitos marxistas de “burguesia” e

“proletariado” são substituídos pela categoria psicológica de “caráter”, o qual se dividiria nos tipos “reacionário” e “libertário”, acrescentando elementos subjetivos importantes ao que, antes, se definia exclusivamente pelo pertencimento objetivo a uma classe econômica. Portanto, foi na análise dos mecanismos irracionais e sexuais subjacentes ao comportamento humano que Reich viu as maiores contribuições da psicologia profunda para a sociologia materialista dialética – no tema em questão, da psicologia de massas para o estudo do fascismo. Ele pensava que tanto os processos pulsionais como os socioeconômicos eram determinantes da existência humana, e com sua “economia sexual” buscou a harmonização entre a teoria de Freud e a de Marx, solucionando, segundo acredita, a contradição que preteriu do freudismo o fator social – as forças externas ao indivíduo – e do marxismo, o fator pulsional – suas forças internas.

A título conclusivo, podemos afirmar que é claro o esforço de Reich em tentar conciliar a psicanálise com o marxismo, de construir as bases para uma articulação entre a psicologia freudiana e a sociologia marxista. O autor defende, a partir do materialismo dialético, uma historicidade da psicanálise que apesar de, segundo sua interpretação, não ser reconhecida ou, muito menos, desenvolvida por Freud e os psicanalistas em geral, representaria, ao fim e ao cabo, uma consequência radical dos próprios conceitos psicanalíticos, sendo, portanto, intrínseca à nova ciência da vida psíquica³¹. Assim, da mesma forma em que presenciamos uma leitura marxista dos conceitos freudianos, eles são mantidos e reconhecidos como descobertas fundamentais do complexo mecanismo de interação entre indivíduo e sociedade. Ao mesmo tempo em que Reich se preocupa em não obscurecer as diferenças entre as duas tradições científicas, definindo precisamente seus objetos enquanto diferentes e complementares e unificando as ciências somente em seu aspecto metodológico (materialista, dialético e crítico), é essencial em seu pensamento a compreensão de que a análise só é completa quando se aborda os dois aspectos do fenômeno, o psíquico e o social, o particular e o geral. Essa forma peculiar de enxergar e interpretar o campo das ciências que estudam os seres humanos o levou ao desenvolvimento de uma teoria científica que abarca as duas tradições simultaneamente, mas sem anular a especificidade de cada uma. Desse modo, articulando Marx e Freud, ele cria sua *economia sexual*.

³¹ Em *Materialismo dialético e psicanálise*, Reich acrescenta uma nota na edição de 1934, em que afirma que o cientista pode produzir um trabalho muito fecundo sem deduzir, ao nível de concepção de mundo, suas consequências – isto é, as consequências sociais de seu trabalho (REICH, 1934/1977, p. 18).

3 ERICH FROMM E A DEFESA DE UMA PSICOLOGIA SOCIAL ANALÍTICA

Se Reich propiciou os fundamentos para a articulação entre Marx e Freud, foi através do trabalho de Erich Fromm que o Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt realizou seu investimento próprio de reconciliação entre sociologia e psicologia. Nascido em Frankfurt, em 1900, Fromm fora criado em um meio de forte influência da ortodoxia judaica. Ainda que tenha se distanciado dessa tradição após sua primeira análise, em 1926, em Munique, uma atitude de “religiosidade” se manteve em todo o seu trabalho (JAY, 1976). Depois de estudar sociologia, psicologia e filosofia nas universidades de Heidelberg, Frankfurt e Munique, realizou sua formação em psicanálise no Instituto Psicanalítico de Berlim e, em 1926, iniciou sua prática clínica, embora nunca tivesse cursado medicina. Em 1927, publica *Der Sabbath* [O Sabbath] (1927), explicando o evento judaico através de uma referência direta às especulações freudianas de “Totem e tabu” (1913/2012). E em 1930, publica seu primeiro estudo longo, *O dogma de Cristo* (1930/1974) – ensaio que será analisado neste capítulo.

A par do interesse de Fromm pela temática da religião, ele logo se direcionou aos estudos mais gerais de psicologia social. Já na década de 1920, e também na de 1930, encontram-se suas colaborações mais evidentes dentro de uma perspectiva freudomarxista. Em seu discurso na abertura do Instituto Psicanalítico de Frankfurt, proferido em 16 de fevereiro de 1929, ele fala da importância de Marx e Freud para a análise de fenômenos, ao mesmo tempo, psicológicos e sociológicos. Ele sintetiza o argumento:

A aplicação da psicanálise à sociologia deve definitivamente se resguardar do equívoco de querer dar respostas psicanalíticas onde os fatos econômicos, técnicos ou políticos fornecem uma explicação real e suficiente às questões sociológicas. Por outro lado, o psicanalista deve enfatizar que o sujeito da sociologia, a sociedade, consiste, na realidade, de indivíduos, e que são esses seres humanos, ao invés de uma sociedade abstrata como tal, cujas ações, pensamentos e emoções constituem o objeto da pesquisa sociológica (FROMM, 1929/1989, p. 37).

Na década de 1930, já integrando o Instituto de Pesquisa Social, Fromm participou ativamente das produções da Revista para Pesquisa Social. Três de seus ensaios publicados na revista serão objetos de análise do presente capítulo, a saber: “Método e função de uma psicologia social analítica” (1932/1971d) e “Caracterologia psicanalítica e sua relevância para a psicologia social” (1932/1971c), ambos de 1932, e “A teoria do direito materno e sua relevância para a psicologia social” (1934/1971b), de 1934. Posteriormente, em 1936, ele redige a “Sozialpsychologischer Teil” [“Seção sociopsicológica”] dos *Studien über Autorität*

und Familie [Estudos sobre autoridade e família] (1936/1987), o mais importante trabalho empírico do Instituto na década. No ensaio, a partir do fortalecimento teórico de sua caracterologia, ele defende a ideia de que o tipo específico do “caráter sadomasoquista” corresponderia ao núcleo da personalidade autoritária. Haveria, pois, um enfraquecimento da sexualidade “genital” e uma regressão a estágios anteriores do desenvolvimento da libido, tendo por consequência um misto de submissão perante a autoridade e agressividade direcionada aos mais fracos (ROUANET, 1978/1998). Nos anos que se seguiram, escreveu somente mais um artigo para a revista do Instituto, em 1937, intitulado “Zum Gefühl der Ohnmacht” [“Sobre o sentimento de impotência”] (1937).

Ao final da década de 1930 e início da de 1940, entretanto, Fromm inicia um percurso numa direção diferente. Embora nunca desistisse por completo de seus esforços de articulação entre psicanálise e marxismo, ele foi progressivamente dando menos relevância a certos aspectos da obra de Freud, ao passo que crescia sua valorização e interesse nos achados psicológicos originários do próprio Marx. Conforme se afastava da ortodoxia psicanalítica³², distanciava-se também de seus antigos colegas, até que, em 1939, interrompeu sua ligação com o Instituto e passou a se dedicar prioritariamente ao trabalho clínico, na vertente de seu pensamento que, justamente, revisava conceitos essenciais à psicanálise, até mesmo a teoria da libido. Seu livro *Escape from Freedom* (1941/1994) parece ter sido a obra divisora de águas por sedimentar suas novas teses. Rouanet (1978/1998) diz que Fromm, a partir desse período, “se continua, em tese, fiel a Freud e a Marx, privou tanto o freudismo como o marxismo de seu conteúdo polêmico. Sua psicanálise é o freudismo *menos* a teoria das pulsões, e seu marxismo é o materialismo histórico *menos* a luta de classes” (p. 50). Na busca de contribuições relevantes para o problema em pesquisa, serão utilizados os quatro ensaios do autor acima citados, todos pertencentes a um período em que, mesmo havendo já certa discordância teórica, como fica claro em relação ao conceito de pulsão de morte, ela não é tematizada e o freudomarxismo de Fromm é contundente.

³² Por “ortodoxia psicanalítica” ou “ortodoxia freudiana”, assim como no caso de Marx, nos referimos aos escritos originais de Freud.

3.1 PSICANÁLISE E MARXISMO EM SEU TRABALHO PRÉ-INSTITUTO: UMA ANÁLISE SOCIOPSIOLÓGICA DAS TRANSFORMAÇÕES DO CRISTIANISMO PRIMITIVO

A presença marcante do judaísmo ortodoxo na educação de Fromm acabou por lhe despertar o interesse pelo estudo da psicologia das religiões. Após a publicação de *Der Sabbath* (1927), ensaio no qual ele analisa o evento judaico, o autor se dedica à pesquisa da transformação do dogma central do Cristianismo. Publica, em 1930, o ensaio *Die Entwicklung des Christudogmas. Eine psychoanalytische Studie zur sozialpsychologischen Funktion der Religion* [O desenvolvimento do dogma de Cristo. Um estudo psicanalítico sobre a função sociopsicológica da religião] (1930/1931), que ganha uma versão na língua inglesa em 1963, inserido em uma coletânea do autor intitulada *The Dogma of Christ and Other Essays on Religion, Psychology and Culture* (1963b). O ensaio é considerado sua primeira grande obra (JAY, 1976; WIGGERSHAUS, 1986/2006), representando um marco histórico na produção de Fromm. Duas características principais lhe conferem essa condição: uma quantitativa, outra qualitativa. A primeira se refere, justamente, à extensão do ensaio, inaugurando suas produções de maior fôlego. A segunda, que justifica a primeira, é o empreendimento audacioso do autor ao apresentar uma interpretação alternativa – mesmo, oposta – do dogma cristológico àquela apresentada por Theodor Reik, um de seus professores no Instituto Psicanalítico de Berlim. Assim, nesse trabalho, Fromm (1930/1974) buscou transcender o método psicanalítico tradicional de interpretação psicológica dos fenômenos históricos e sociais, aplicando uma psicologia social de base psicanalítica que, segundo o próprio autor, representaria somente uma redescoberta da radicalidade mesma já contida na psicanálise individual.

A preocupação inicial de Fromm (1930/1974) está em definir a metodologia por ele empregada e a natureza do problema posto em discussão. Para tratar do primeiro tema, recorre a *Psicologia das massas e análise do eu* (1921/2011), de Freud. Nessa obra, o criador da psicanálise reconhece uma relação intrínseca e inescapável entre o “individual” e o “social”, chegando a afirmar que toda psicologia individual é ao mesmo tempo uma psicologia social, ainda que um ou outro aspecto ganhe maior relevância a depender do objeto analisado. Assim, para Fromm, Freud elimina a falsa distinção entre psicologia individual e social, não desenvolvendo a psicanálise no sentido da investigação de um *homo psychologicus*, mas sim, da reconstrução do desenvolvimento psicológico das primeiras relações sociais, isto é, com os pais e irmãos. Partindo desse argumento principal, Fromm emprega em sua metodologia duas

premissas básicas: 1) a de que há uma continuidade entre psicologia social e individual; e 2) que sua abordagem é essencialmente histórica, quer na investigação individual, quer na social – convergindo, nesse aspecto, com a perspectiva de Reich.

Sobre a primeira premissa, Fromm se preocupa em demonstrar, seguindo Freud, que não há uma ruptura entre as duas psicologias: ambas se amparariam, em última instância, nos mesmos pressupostos metodológicos e ontológicos. A distinção se situa, podemos dizer, na ênfase da investigação dentro do *continuum* indivíduo-sociedade: se mais detalhes de um objeto específico – âmbito do indivíduo –, ou menos detalhes de um objeto mais amplo – âmbito social. Fromm explica:

A diferença entre a psicologia individual e social é mais quantitativa do que qualitativa. A primeira leva em conta todos os determinantes que afetaram a sorte do indivíduo, e com isso chega a um quadro, completo ao máximo, da sua estrutura psíquica. Quanto mais se amplia a esfera da investigação psicológica – ou seja, quanto maior o número de homens cujos traços comuns permitem um agrupamento – tanto mais devemos reduzir as proporções de nosso exame da estrutura psíquica total dos membros individuais do grupo (FROMM, 1930/1974, p. 12).

Posto isso, torna-se compreensível a necessidade maior de uma psicologia que se direcione ao indivíduo, por exemplo, ao investigar a estrutura psicológica subjacente de uma “pessoa neurótica”. Devido a um “desajuste psíquico” que impede a relação harmônica entre realidade interna e realidade externa, faz-se indispensável o conhecimento das experiências infantis e específicas do neurótico, identificando, assim, as fixações de certas pulsões que configuram a gênese dos conflitos psicológicos e, portanto, de sua neurose. Em relação aos grupos de “pessoas normais”, que estão mais adaptadas à realidade externa e, por isso, são mais influenciadas por ela que os neuróticos, pode-se abdicar de investigações individuais e específicas dos membros de um grupo, tornando-se viável somente uma investigação em nível coletivo. Assim, a psicologia social se direcionaria apenas para a matriz do caráter³³, aquilo que é comum a todos os membros do grupo, desconsiderando, pois, as especificidades dos caracteres individuais. Surge, conseqüentemente, a possibilidade de aplicação de um mesmo conhecimento a um número generalizado de pessoas, ao passo que se perde a possibilidade de extração máxima de um conhecimento singularizado.

³³ Essa matriz do caráter a que Fromm se remete parece corresponder ao que, posteriormente, ele veio definir como “caráter social”, em contraste com o caráter individual.

Em relação à segunda premissa, Fromm assevera que, como o método original da psicanálise individual é “delicadamente histórico”, ao se aplicar a psicanálise ao contexto social isso não pode ser diferente. Num caso, busca-se a compreensão do desenvolvimento emocional com base no conhecimento da vida do indivíduo e, no outro, o conhecimento de situações de vida características de todos, o que permitirá afirmações sobre as atitudes psíquicas também comuns. A psicanálise aceita a pressuposição do fator constitucional – estrutura pulsional e tendências idiossincrásicas a determinadas fixações da libido – como “parcialmente determinante” do indivíduo. Mas sua principal preocupação recai, contudo, na investigação da influência da experiência do indivíduo – frustrações da libido – sobre o seu desenvolvimento emocional. Quando se trata das coletividades, a perspectiva histórica é a mesma: são justamente as vivências comuns aos membros de um grupo, uma espécie de “frustrações libidinais coletivas”, que condicionarão a formação de determinada estrutura psíquica. Desse modo, a tarefa da psicologia, seja individual ou social, é recriar as condições históricas que levaram um indivíduo ou uma sociedade ao estado psicológico atual, compreendendo, então, o fenômeno como um todo.

O segundo tema, que encerra a introdução teórica do texto, trata do esclarecimento da natureza do problema a que se dedica o ensaio. Fromm busca investigar os motivos que condicionam a evolução dos conceitos sobre a relação de “Deus Pai” com “Jesus”, compreendendo o período histórico que vai desde o início do Cristianismo até a formulação do Credo de Nicéia, no século IV. Ele visa determinar a proporção em que a transformação de certas ideias religiosas representa uma expressão da transformação psíquica das pessoas em causa, e o impacto, nessa dinâmica, do seu modo de vida. Ao definir seu empreendimento em termos de objeto, deixa implícito na descrição, também, as peculiaridades de seu método, evidenciadas na seguinte passagem:

Procuraremos compreender as ideias, em termos dos homens e do tipo de vida que levavam, e mostrar que a evolução do dogma só pode ser compreendida através do conhecimento do inconsciente, sobre o qual a realidade externa influi e que determina o conteúdo da consciência (FROMM, 1930/1974, p. 16).

Isso talvez fique mais claro quando ele confronta o seu método com o método de Reik, ao final do ensaio. Por ora, é suficiente assegurar que Fromm considera as construções teológicas como consequência de transformações dos processos psicológicos inconscientes, os quais, por sua vez, estão diretamente vinculados à materialidade da vida das pessoas em todos

os aspectos, incluindo os socioeconômicos. Por isso mesmo, esses processos são essencialmente históricos.

Das questões mais gerais, Fromm se direciona, em seguida, para a matéria de seu estudo. Nesse sentido, expõe, inicialmente, sua perspectiva acerca da função sociopsicológica da religião, definindo, por um lado, os elementos psicanalíticos que amparam sua teoria e esclarecendo, por outro, como a experiência religiosa se articula com os mesmos. Em primeiro lugar, contrastando a psicanálise com outras teorias psicológicas concorrentes, ele afirma que:

A psicanálise é a psicologia das tendências ou pulsões. Vê o comportamento humano como condicionado e definido por pulsões emocionais, que interpreta como resultados de certas pulsões psicologicamente enraizadas, e que não são objeto da observação imediata (FROMM, 1930/1974, p. 17 – tradução modificada).

Posteriormente, prioriza, assim como Reich, o primeiro dualismo pulsional freudiano, abdicando da ideia de “pulsão de morte”, sem, contudo, tecer maiores considerações sobre o tema. Enfatiza, dessa forma, a distinção entre as qualidades das pulsões sexuais e das pulsões do eu. Ele afirma que as pulsões sexuais não são imperativas, isto é, que sua insatisfação não ameaça a vida, diferentemente das pulsões do eu que, justamente, remetem à autopreservação (exigências de fome, sede e de dormir). As pulsões sexuais têm maior flexibilidade e versatilidade de satisfação, de modo que uma pulsão frustrada pode ser compensada pela satisfação de outra. Por fim, elas podem ser parcialmente satisfeitas pela imaginação e pelo próprio corpo, sendo mais independentes da realidade externa que as pulsões do eu³⁴. Essa caracterização, aliás, de que as pulsões sexuais são mais facilmente substituídas será fundamental para sua argumentação.

Referindo-se a *O mal-estar estar na civilização* (1930/2010d), Fromm diz que o indivíduo quer experimentar uma satisfação máxima da libido e o mínimo de sua frustração, cabendo à sociedade essa dupla função na situação psíquica do indivíduo: satisfazendo-a e frustrando-a. Acrescenta, entretanto, que se faz necessário aos governantes propiciar um mínimo de satisfação aos governados, de modo que estes possam continuar a funcionar como membros cooperadores da sociedade. Esse é, precisamente, o ponto em que Fromm insere a função sociopsicológica da religião:

³⁴ A noção de sexualidade em Fromm é bem mais próxima da concepção freudiana que a de Reich.

Tem ela [a religião] a tarefa de impedir qualquer independência psíquica da parte do povo, de intimidar intelectualmente, de provocar uma docilidade infantil, socialmente necessária, para com as autoridades. Ao mesmo tempo, tem outra função essencial: oferece às massas certa satisfação que torna a vida suficientemente tolerável e impede que elas procurem modificar sua posição, passando de filho obediente a filho rebelde (FROMM, 1930/1974, p. 21).

O sucesso de tal empreendimento se daria por duas razões básicas. A primeira, já adiantada, é que essa satisfação religiosa seria de natureza libidinosa, ocorrendo essencialmente no campo da imaginação, já que as pulsões libidinosas, em contraste com as pulsões do eu, permitem uma satisfação imaginária. A religião, por se tratar de uma ilusão partilhada coletivamente, é percebida pela mente consciente como se fosse realidade e, à semelhança dos narcóticos, cumpriria as funções de analgesia e repressão de uma transformação ativa da realidade. A segunda razão, ainda que Fromm não cite nenhuma referência, soa como uma articulação entre a análise freudiana da religião em *O futuro de uma ilusão* (1927/2014b) e sua discussão sobre a adesão das massas a uma figura de liderança ou a uma ideia, contida em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921/2011). Fromm afirma que a sensação de impotência do homem adulto perante a natureza não passa de uma repetição da situação em que se viu quando criança, com a diferença de que, agora, os sentimentos que outrora foram dirigidos aos pais são transferidos para a figura de Deus. Ele acrescenta que esse mesmo afeto é também estendido para os líderes ou governantes. O autor finaliza seu raciocínio com a afirmação de que a imagem da divindade fornece um importante complemento à situação de dominação, pois Deus sempre figura como aliado dos governantes. Assim, quando a autoridade deles se enfraquece, visto que são pessoas reais e, portanto, imperfeitas, eles recorrem à autoridade divina para a manutenção do *status quo*. Posto isso, Fromm resume:

[...] a religião tem uma tríplice função: para toda a humanidade, serve de consolo às privações impostas pela vida; para a grande maioria dos homens, é um estímulo à aceitação emocional de sua situação de classe; e para a minoria dominante, é um alívio dos sentimentos de culpa provocados pelo sofrimento daqueles a quem oprime (FROMM, 1930/1974, p. 24).

Após essa exposição generalizada da função sociopsicológica da religião, Fromm busca caracterizar o contexto histórico do surgimento do Cristianismo primitivo e do conceito original da figura de Jesus (o da teoria “adocionista”), descrevendo, em seguida, as

transformações progressivas do fenômeno até a possibilidade de elaboração psíquica do dogma “homousiano”, instaurado pela Igreja Católica oficialmente no século IV d.C..

Os movimentos políticos e religiosos do mesmo contexto histórico-geográfico do Cristianismo tiveram como pano de fundo uma importante oposição, dentro do judaísmo palestino, entre a aristocracia, as classes médias e seus líderes intelectuais, de um lado, e o proletariado urbano e rural, de outro. Já no ano 4 a.C., houve vários levantes populares contra Roma, que dominava o Oriente Médio, levando à morte de milhares de manifestantes. No início da era cristã, quanto mais opressivo se tornava o jugo dos romanos e da aristocracia judaica, maior era o desespero das massas e, assim, mais adeptos ganhavam os “fanáticos” (novo partido formado pelas classes inferiores rurais e urbanas). Essa tendência inicial se estendia da luta política contra Roma, às lutas de classe em Jerusalém. Entretanto, progressivamente, pela desesperança que se abatia devido às fragilidades materiais, essas forças revolucionárias foram perdendo seu caráter político e se transferindo para o nível das fantasias religiosas e das ideias messiânicas. Independentemente das características próprias de cada movimento, todos eles teriam seguido as mesmas motivações básicas: o ódio e a esperança das massas sofredoras. Estas se caracterizavam psicologicamente por um ódio feroz aos opressores e, ao mesmo tempo, pela esperança de uma modificação em sua situação. Prevalencia, dessa forma, a seguinte ambivalência: o povo amava, em fantasia, um pai bondoso, que o ajudaria e o libertaria, e odiava o pai malvado, que o oprimia, o atormentava e o desprezava. Nesse contexto, o Cristianismo surge como um movimento messiânico-revolucionário historicamente significativo, cuja doutrina, assim como a pregação de João Batista, não se dirigia aos cultos e aos ricos, mas aos pobres, aos oprimidos e aos sofredores. O conteúdo da mensagem cristã original não era um programa econômico ou de reformas sociais, mas a promessa de um futuro não tão distante no qual os pobres seriam ricos, os famintos satisfeitos e os oprimidos teriam a autoridade. Essa mudança se daria a partir de um grande acontecimento, um início miraculoso de uma nova era sob a égide do Cristo, e não mais a partir de uma revolução advinda dos esforços das massas.

Segundo a história das religiões, a ideia primitiva que amparava o fenômeno cristão é descrita como uma “teoria adocionista”. Isto é, o conceito de “adoção” é usado em contraste com o de “filiação natural” proveniente do nascimento, pois, segundo a perspectiva adocionista, Jesus não era o Messias desde o início. Ele não nascera “Deus”, mas, por um ato definido e preciso da vontade de Deus, ele (um homem) fora elevado à condição de Deus, adotado por ele para ser, a partir dali, seu filho. Haveria, dessa forma, uma distinção original das “substâncias” de um e outro, que só se equiparariam em decorrência da ascensão do

homem a Deus, de Jesus a Cristo. Até o momento, a exposição de Fromm corresponde somente a um levantamento historiográfico sobre o tema. Entretanto, o componente inovador está na sua proposta de interpretação psicanalítica dessa visão adocionista. Segundo ele, as pessoas odiavam intensamente as autoridades por estas lhes imporem um poder “paternal”. Dessa forma, odiavam os sacerdotes, os eruditos, os aristocratas, em suma, todos os governantes que as excluía do gozo da vida e que em seu mundo emocional desempenhavam o papel do pai severo, proibidor, ameaçador, atormentador. Assim, esse ódio era também estendido para o “Deus Pai”, percebido como um aliado de seus opressores ao permitir tamanho sofrimento e opressão. Todavia, se às autoridades era dirigido um ódio consciente, a hostilidade ao “Pai divino” se manifestava de forma inconsciente, na fantasia do Cristo. Este, inicialmente um homem sofredor e, justamente por isso, passível de identificação, torna-se Deus, seu corregente, e vem representar os desejos edípicos. Isto é, parte dos desejos de eliminação do Deus Pai se transfere para o filho, permitindo que o pai seja morto na figura do filho. O sentido inconsciente do conceito de adoção seria, então, o desejo de substituir o Deus pai: “Se o homem pode tornar-se Deus e ser entronizado à direita de Deus, então Deus está destronado” (FROMM, 1930/1974, p. 70). Também, cumprindo a dupla função do mito, a identificação das massas com o filho lhes permitia a expiação de seus desejos de ódio e eliminação do pai. Dessa forma, dada a interpretação específica de Fromm, podemos perceber duas identificações concomitantes, cada uma com sua consequência fundamental: entre o Pai e o filho, que permite uma satisfação parcial dos desejos hostis de eliminação do Pai, e entre as massas mesmas e o filho, que lhes oferece esperança e expiação.

Posteriormente, contudo, o Cristianismo lentamente se transforma. Em meados do século III e início do século IV da era cristã, os adeptos dessa fé já eram bem diferentes dos primeiros cristãos. Além de não mais se restringirem ao povo judeu e passarem a abarcar todos os povos do império romano (gregos, romanos, sírios, gállos), deixavam também de ser compostos unicamente pelas massas das classes inferiores, mesmo que estas ainda constituíssem sua maioria, penetrando nas classes destacadas e dominantes. As esperanças escatológicas, por sua vez, desapareceram gradualmente, afastando-se do segundo advento do Cristo e, com isso, apagando o entusiasmo dos cristãos primitivos. O peso da mensagem não mais se encontrava na ideia de que o reino de Cristo era iminente, mas sim na ideia de que o aparecimento de Jesus já representara o milagre: os cristãos já não se voltavam para o futuro, mas para o passado. O mundo histórico e real já não necessitava de transformação, pois a salvação se tornara interior, espiritual, a-histórica, uma questão individual assegurada pela fé

em Jesus, de modo que o interesse histórico fora substituído pelo interesse cosmológico. Por fim, houve uma reaproximação da religião com o Estado:

[...] de religião dos oprimidos à religião dos governantes e das massas por eles oprimidas, da expectativa da iminência do dia do Juízo e de uma nova era para uma fé na redenção já consumada, de um postulado de vida pura e moral para a satisfação da consciência através dos meios eclesiásticos da graça, da hostilidade ao Estado para um acordo cordial com ele [...]. O Cristianismo, que fora a religião de uma comunidade de irmãos iguais, sem hierarquia ou burocracia, tornou-se “a Igreja”, um reflexo da imagem da monarquia absoluta do Império Romano (FROMM, 1930/1974, p. 56).

Todas essas transformações foram possíveis, segundo Fromm, pela progressiva transformação concomitante no dogma de Cristo, ganhando novos contornos até o século IV, quando, no concílio de Nicéia, a Igreja Católica oficializou a nova versão desse dogma. O concílio tratou, dentre outros temas, de resolver a controvérsia entre Ário e Atanásio acerca da natureza de Jesus e, dessa forma, de sua relação com Deus. Para o primeiro, Deus era uno, não havendo ninguém ao lado dele e, sendo assim, seu filho era um ser independente, diferindo em essência do Pai (dogma que corresponde à teoria adocionista já citada). Para o segundo, entretanto, o filho era produto da essência do Pai, composto da mesma substância deste. Essa segunda versão do dogma de Cristo ficou conhecida como a “teoria homoousiana”, pois o termo grego *homoousios* tem o sentido de “mesma substância”, “mesma essência”. Passou-se a assumir, desde aquela data, que Jesus fora gerado pelo Pai desde sempre, ao invés da teoria anterior de que ele ascendera ao status de divindade a partir de um momento específico da sua vida. Com esse novo conceito de Jesus, altera-se a perspectiva de que o homem se elevou a Deus para a ideia de que Deus “desceu” pra se fazer homem.

Fromm enxerga na mudança as mais profundas consequências sociopsicológicas. A transformação do dogma cristológico correspondeu à função sociológica da religião em geral: manutenção da estabilidade social pela preservação dos interesses das classes dominantes. A vitória de Atanásio elimina qualquer possibilidade de se conceber Cristo um homem real e, desse modo, sela a derrota da esperança de ascensão dos pequenos artesãos, camponeses e proletários da Palestina. Se no Cristianismo primitivo prevalecia a hostilidade à autoridade e ao Estado, satisfazendo os desejos revolucionários das classes inferiores em um nível imaginário, o Cristianismo posterior pretendia ser, ao mesmo tempo, a religião dos governantes e dos governados, integrando as massas ao sistema absolutista do império romano. O novo dogma de Cristo representava os interesses do grupo dominante e era uma

criação sua, evidenciando a evolução gradual de uma religião revolucionária para uma religião conformista e apoiadora do Estado, a ponto de, no século IV, tornar-se a religião oficial do império. No nível psicológico, ao se evitar o conceito de que um homem podia se tornar Deus, eliminava-se da fórmula a hostilidade ao pai, embrião do caráter revolucionário da doutrina antiga. O crime de Édipo, isto é, a substituição do pai pelo filho, foi extirpado no Cristianismo renovado, e a ideia de que Deus se tornou homem foi transformada em símbolo de um laço terno e passivo com o pai. Os impulsos agressivos causados pela opressão dos governantes foram desviados para o próprio indivíduo, de modo que a derrubada do pai dá lugar à autoaniquilação do filho. Os governantes já não eram mais culpados do mal e do sofrimento, mas os próprios sofrendores eram agora os culpados: somente pelo sofrimento pessoal poderiam expiar a culpa e conquistar o amor e o perdão de Deus e de seus representantes na terra – os governantes. Ainda, o sofrimento passa a ter uma conotação reconfortante, pois assim como o único filho de Deus vivenciara todo o martírio voluntariamente, a aflição das massas vem expressar a graça divina. Por fim, Fromm explora outra significação profunda do dogma homoousiano. Segundo sua interpretação psicanalítica, a contradição lógica do dogma – a saber, que dois são iguais a um – oculta um sentido inconsciente: a situação da criança no ventre da mãe, já que mãe e filho são dois seres e, ao mesmo tempo, somente um. A partir daí, verificam-se também modificações fundamentais em torno da figura do Pai que, de forte e poderoso, se torna a mãe agasalhadora e protetora. Sobre o Deus paternal judeu surge, então, a imagem da Grande Mãe, predominante no Cristianismo católico medieval. Nasce, dessa forma, o culto a Maria, cujas qualidades maternas que sempre integraram, inconscientemente, a imagem do Deus Pai, passaram a ser experimentadas cõnsncia e claramente, simbolicamente representadas. Tomando por base o artigo de Sandor Radó publicado na Revista Internacional de Psicanálise, em 1927, Fromm conclui que tanto a fantasia do Jesus sofredor como a do Jesus menino no seio da mãe (Madona) são expressão do desejo de perdão e expiação. No primeiro caso, o perdão é conseguido por uma submissão passiva, autocastradora e masoquista ao pai; no segundo, a mãe, no lugar do pai, pacifica a criança, ao mesmo tempo em que lhe concede perdão e expiação. Porém essa fantasia da mãe acolhedora impõe aos homens a regressão a uma postura infantil, passiva, impedindo a revolta ativa. Essa era a atitude psíquica correspondente ao homem da sociedade medieval hierarquicamente estruturada: “[...] um ser humano que se via na dependência dos governantes, que esperava conseguir deles sua subsistência mínima, e para quem a fome era uma prova de seus pecados” (FROMM, 1930/1974, p. 64).

Ainda que em todo o texto Fromm busque demarcar, implicitamente, a diferença entre sua interpretação do dogma e a de Theodor Reik, ao final ele explora essa distinção de modo explícito, descrevendo a versão de seu antigo professor e pontuando suas discordâncias. Fromm e Reik partilham do objeto da investigação – a evolução do dogma cristológico –, assim como do ponto de partida – a interpretação da fé cristã primitiva como manifestação da hostilidade ao pai –, mas divergem quanto ao método de análise, o que, inevitavelmente, leva a resultados também divergentes. O método de Reik, segundo Fromm, consiste no estabelecimento de um paralelo entre a religião e a neurose obsessiva, enfatizando, dessa forma, a ambivalência afetiva em relação ao pai. Assim, na formulação do dogma estariam envolvidos os mesmos mecanismos defensivos dos processos compulsivos do indivíduo, de modo que a sua evolução seria compreendida dentro das mesmas leis que governam os processos neurótico-compulsivos. A principal suposição implícita de Reik, que legitimaria a aplicação generalizada do conceito de ambivalência, seria:

[...] como uma religião, no caso o Cristianismo, é concebida e apresentada como uma entidade, os adeptos dessa religião são considerados como uma entidade unificada, e as massas são, por isso, tratadas como se constituíssem um único homem, um indivíduo (FROMM, 1930/1974, p. 73).

Aqui, Reik incorreria no mesmo erro da sociologia organicista, que concebia a sociedade como uma entidade viva e compreendia os diferentes grupos dentro da sociedade como partes diferentes de um mesmo corpo. No caso de Reik, contudo, ele assume uma versão psicanalítica, adotando uma espécie de organicismo psicológico. O elemento essencial que Reik parece ignorar, para Fromm, é a presença de interesses de classe conflitantes. Não se trata de um organismo ou indivíduo, mas de conflitos de base socioeconômica entre diferentes grupos, cada qual com interesses próprios. O conceito de ambivalência, portanto, só se aplicaria quando houvesse um conflito de impulsos dentro do mesmo indivíduo ou, ao menos, de um grupo de indivíduos relativamente homogêneos. Seu uso estaria equivocado no sentido aplicado por seu ex-professor. Além disso, Reik não investiga as massas, cuja unidade supõe, em sua situação de vida real, não se ocupando concretamente da situação psíquica de seus integrantes. Consequentemente, não interpreta as ideologias como criadas pelos homens, mas os reconstrói abstratamente a partir delas. Assim, seu método seria relevante, afirma Fromm, para a “história do dogma”, como uma aplicação específica do método generalizado da “história das ideias”, mas não para o estudo da história religiosa e sociopsicológica.

Para além da discussão metodológica, Fromm finaliza sua argumentação com uma análise das diferentes interpretações acerca do dogma em si, isto é, das consequências fundamentais advindas das variações do método. Como já citado, ambos partem do reconhecimento de que o Cristianismo primitivo representa, psicologicamente, uma manifestação da hostilidade em relação ao pai. Entretanto, as posições se opõem quando se trata da análise do desdobramento do dogma e de sua acepção final. Reik veria no homoousianismo a predominância extrema dos impulsos de revolta das massas, de modo que, para ele, a “religião do filho” degradara a “religião do pai”. A doutrina da preexistência de Jesus traria consigo a sobrevivência e a conquista da hostilidade cristã original ao Pai, expressando sua conclusão na fórmula da prevalência da hostilidade para com Jeová, na substituição do Deus Pai judaico pelo Cristo. Fromm, por sua vez, considera que o dogma homoousiano eliminara todas as tendências revolucionárias do Cristianismo primitivo, buscando mostrar que a ideia da preexistência de Jesus substituíra a hostilidade original para com o Pai por uma tendência oposta e conciliadora. Ele defende a superioridade de suas conclusões com esse argumento metodológico, afirmando que, ao contrário das investigações de Reik, sua interpretação não se origina de um conceito religioso isolado, mas sim, do exame desse conceito em sua ligação com a situação real de vida dos homens que o defendem, como, por exemplo, a estagnação e o retrocesso da economia e das forças sociais e políticas contextuais. Acrescenta, contudo, que há outra função orgânica do dogma, especialmente psicológica: promover uma satisfação supostamente real advinda de elementos fantasiosos. Por ser uma sugestão poderosa e aceita coletivamente, ela é experimentada subjetivamente como realidade, penetrando nas profundezas do inconsciente. A condição, entretanto, para o sucesso do empreendimento é que o conteúdo não aceito conscientemente deva ser eliminado e apresentado sob uma forma racionalizável e, assim, aceitável para o sujeito: a narrativa do dogma.

A partir dessa investigação específica de Fromm, podemos, então, chegar a conclusões essenciais acerca do modo como ele articula a psicologia e a sociologia em sua análise. Primeiramente, tomando por base a discussão metodológica do início do texto, ele busca demonstrar, apoiando-se em Freud, como é falsa a consideração de qualquer ruptura entre psicologia individual e psicologia social. Quando se refere à “psicologia individual”, que seria mais próxima da psicologia tradicional, ele argumenta que o elemento sociológico lhe é intrínseco, está inserido desde sempre, pois, ao invés de um *homo psychologicus*, isto é, um ser concebido com uma estrutura psicológica definida geneticamente, o que essa psicologia busca desvendar é a estrutura psicológica construída em consequência das

primeiras relações sociais desse ser. Partindo dessa premissa básica, a psicologia individual se direciona para a reconstrução histórica da rede mais completa possível de condicionantes psicológicos e sociais que determinaram o indivíduo em questão. Por outro lado, ao tratar da “psicologia social” que, por sua vez, se aproxima mais do campo sociológico, os mecanismos psicológicos que compõem as transformações sociais complexas é que ganham destaque. Ainda que, em determinadas circunstâncias, esses mecanismos possam não se situar como causas de primeira ordem, somente através deles os processos sociais são concretizados e vividos pelos sujeitos. Reconhecendo este argumento como outra premissa fundamental, cabe à psicologia social adentrar as coletividades e apreender os condicionantes sociopsicológicos comuns a uma multiplicidade de indivíduos, isto é, descrever os invariantes que caracterizam a experiência psicológica coletiva. Em suma, podemos dizer que a concepção de Fromm sobre o tema é análoga a uma lupa: quando nos aproximamos de um ponto – o indivíduo –, nos cegamos para o seu entorno – a sociedade –, ao passo que, na medida em que nos afastamos desse mesmo ponto, capturamos mais do ambiente circundante. Em qualquer dos casos, entretanto, é sempre o método histórico o fio condutor.

Posteriormente, após uma revisão bibliográfica sobre o dogma cristológico, Fromm aplica o que, até então, fora somente elucidado como seus pressupostos teóricos e metodológicos. Ele utiliza o instrumental psicanalítico, sobretudo no que diz respeito à ambivalência afetiva em relação ao pai – isto é, o complexo de Édipo – e à possibilidade de satisfação libidinal imaginária, mas ao mesmo tempo emprega implicitamente o arcabouço marxista, trazendo como elemento central ao texto a noção de conflito de classes. O dogma, em sua origem revolucionária, continha em seu cerne a representação da hostilidade dos filhos para com o pai, retratando a condição psicológica das massas, então oprimidas, por seus governantes e pela elite econômica. O mito da ascensão do homem representava, concomitantemente, a derrubada do pai e de seus representantes. Com as transformações econômicas e sociais e, conseqüentemente, as mudanças na composição das comunidades cristãs, altera-se também a atitude psíquica dos crentes, de modo a possibilitar a evolução do dogma de um homem que se torna Deus, para a ideia de um Deus que se torna homem. Em sua acepção psicológica, desse modo, a alteração designa a passagem de uma postura hostil para com o pai para uma passiva, masoquista e dócil, culminando na atitude de uma criança amada pela mãe. Já em sua acepção sociológica, mais uma vez a classe dominante mantém o *status quo*, transformando um movimento de revolta em um de complacência. A interpretação de Reik, por sua vez, vai em sentido contrário. Para ele, a versão homoousiana do dogma é a representação definitiva da hostilidade dos filhos para com o pai. Seu método, típico dos

psicanalistas de sua época, centra-se no papel da ambivalência afetiva em relação ao pai e, por conseguinte, em relação a Deus. Assim, aquilo que, em Fromm, é tomado como parte da análise – isto é, o elemento diretamente psicológico do fenômeno –, em Reik, é a essência do seu método, ignorando o aspecto social dos conflitos de classe e, portanto, o restante de sua base material. A crítica ao ex-professor é, em última instância, uma crítica ao modelo tradicional de pesquisa psicológica dos fatos históricos e sociais, o qual se coaduna, em grande parte, com o método da história das ideias devido à negligência do impacto da estrutura socioeconômica sobre os conceitos em análise. Finalizando, podemos afirmar que ao propor um novo modelo de aplicação da psicanálise a fenômenos que ele mesmo denomina “sociopsicológicos”, Fromm considera ambos os aspectos (o “social” e o “psicológico”) como fundamentais, buscando corrigir o que ele considera como falhas da literatura psicanalítica. Segundo o autor, muitas vezes se vê um psicologismo, isto é, uma redução psicológica de toda a sorte de condicionantes materiais que se encontram presentes na determinação das ações e dos eventos que envolvem a vida humana. Por outro lado, Fromm insere no método sociológico a subjetividade e as vivências experimentadas individualmente, reconhecendo-as também como reveladoras de uma realidade social maior, que transcende as singularidades.

3.2 A ESSÊNCIA HISTÓRICA DO MÉTODO PSICANALÍTICO E A DIALÉTICA ENTRE O “FATOR LIBIDINAL” E O “FATOR ECONÔMICO”

No início da década de 1930, após Horkheimer assumir a direção do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, Fromm passa a integrar formalmente o corpo de intelectuais e pesquisadores do mesmo. Assim, já no primeiro volume da Revista de Pesquisa Social, ele contribui com o artigo “Über Methode und Aufgabe einer Analytischen Sozialpsychologie” [“Sobre o método e a função de uma psicologia social analítica”] (1932b). Em 1970, esse artigo foi publicado em inglês com o título “The Method and Function of an Analytic Social Psychology” (1932/1970c), em uma coletânea de ensaios de Fromm intitulada *The Crisis of Psychoanalysis. Essays on Freud, Marx and Social Psychology*³⁵ (1970b). Segundo o prefácio do próprio autor, essa coletânea “está unificada pelo tema comum da relação mútua entre fatores psicológicos e sociológicos” (FROMM, 1971a, p. 7). Diferentemente do ensaio anterior, em que Fromm realiza uma exposição teórica de início e aplica, em seguida, seu

³⁵ Os próximos ensaios do autor discutidos neste capítulo, a saber, “Caracterologia psicanalítica e sua relevância para a psicologia social” e “A teoria do direito materno e sua relevância para a psicologia social”, foram publicados nessa mesma coletânea.

método a um objeto histórico delimitado – a evolução do dogma cristão –, neste, seu esforço é todo no sentido de uma fundamentação teórica da psicologia social analítica. Cabe lembrar, entretanto, que o Instituto e sua revista integram o campo da “pesquisa social”, o que justifica a busca do autor por um argumento em prol da utilidade da psicanálise para esse contexto de investigação.

Logo nos primeiros parágrafos do ensaio, o que aparenta uma tentativa simples, de cunho puramente descritivo, de resumir os fundamentos da psicanálise, já revela, a uma leitura mais atenta, a visão particular que Fromm tem da ciência freudiana, na qual se baseia para sua própria teorização posterior. O autor analisa dois dualismos básicos da teoria psicanalítica: primeiro, o dualismo pulsional e, a seguir, o dualismo entre a constituição física herdada e as experiências vividas. Sobre o primeiro tema, Fromm (1932/1971d) desenvolve sua teorização a partir da oposição entre pulsões de autopreservação e pulsões sexuais. Ele critica o conceito de pulsão de morte por considerá-lo “muito mais especulativo” e menos empírico, além do que contradiz a posição original de Freud de que as pulsões corresponderiam, essencialmente, a desejos e anseios a serviço da luta do homem pela vida. Posto isso, descreve cinco diferenças principais entre as pulsões de autopreservação e as sexuais: as primeiras são mais imperativas, pois sua insatisfação leva à morte, já as outras podem ter sua satisfação adiada; as pulsões sexuais podem ser recalcadas; podem também ser sublimadas, isto é, satisfeitas indiretamente; podem se satisfazer mediante fantasias; e são altamente intermutáveis e substituíveis³⁶. Isso não significa, entretanto, que as pulsões sexuais possam permanecer em constante insatisfação – elas necessitam de satisfação em alguma medida, ainda que mínima –, mas somente que elas são muito mais elásticas e flexíveis do que as de autopreservação³⁷. Essas peculiaridades das pulsões sexuais são caras à teorização de Fromm, pois ele considera que justamente através da sua labilidade é que são forjadas e enraizadas as ideologias.

Sobre o segundo tema citado, Fromm afirma que a estrutura pulsional do indivíduo seria condicionada, para Freud, por dois fatores: sua constituição física herdada e suas experiências vividas. Ou seja, o dado biológico que compõe a natureza do ser humano é acrescido da força da vida social, cuja relevância, na obra de Fromm – assim como no discurso dos frankfurtianos como um todo –, parece ultrapassar a do texto original de Freud.

³⁶ Essa caracterização retoma os termos do ensaio anteriormente discutido.

³⁷ Ainda que em relação à negação do segundo dualismo pulsional freudiano as posições de Reich e Fromm coincidam, na teorização reichiana a satisfação das pulsões sexuais obedece a uma urgência não encontrada no pensamento de Fromm, o qual, por sua vez, reconhece certa naturalidade e um menor potencial nocivo no processo de adiamento ou nas formas substitutivas das satisfações sexuais.

Considerando, então, a incidência dessa ação externa sobre a natureza interna é que Fromm enxergará na sua psicologia social analítica a função de explorar e descobrir a influência das experiências de vida sobre a constituição pulsional herdada e, por conseguinte, a ação da história sobre o organismo biológico. Ele afirma: “Assim, o método analítico é requintadamente histórico: *procura compreender a estrutura das pulsões através da compreensão da biografia*” (FROMM, 1932/1971d, p. 136 – tradução modificada).

Pode-se ver, nesse ponto, que Fromm insere explicitamente elementos de sua interpretação particular da psicanálise, especialmente quanto ao papel exercido pela história. Essa visão é complementada, ao longo do ensaio, pelo conceito de “adaptação”, típico da biologia evolucionista e que, para o autor, é revelado também na ciência psicanalítica. Ele diz: “*A adaptação passiva e ativa do dispositivo biológico, das pulsões, à realidade social é o conceito fundamental da Psicanálise e toda a exploração da psicologia individual desenvolve-se a partir dessa concepção*” (FROMM, 1932/1971d, p. 138 – tradução modificada). Avançando para o plano coletivo e se apoiando na psicanálise, a psicologia social analítica procura conhecer os traços psíquicos comuns aos membros de um grupo, isto é, seu dispositivo pulsional ou comportamento libidinal, predominantemente inconsciente, e explicá-los em função das experiências de vida compartilhadas, sobretudo a partir do sistema socioeconômico vigente. Todavia, esse “dispositivo pulsional” que a psicanálise aborda não se trata do mecanismo instintivo animal em geral ou de alguma forma biológica primitiva, puramente fisiológica, mas sim, de uma qualidade própria, uma forma específica que se estrutura somente através das interações sociais: “A psique humana permanece sempre uma psique que foi modificada pelo processo social” (p. 153). Desse modo, as pulsões seriam suscetíveis em qualidade e quantidade ao meio social. Se Freud reconheceu, por um lado, a influência fisiológica sobre as pulsões, ele também enfatizou, por outro, a possibilidade de modificação delas pela realidade social. Dessa forma, pode-se afirmar que, para Fromm, a psicanálise investiga a adaptação de fatores biológicos à realidade social, compreendendo o papel da psicologia no entremeio da biologia e da sociologia, isto é, algo que, ao mesmo tempo em que se estrutura a partir dessas duas esferas da realidade, ultrapassa-as, ganhando uma realidade própria.

Concebendo a vida pulsional e o inconsciente como bases para o entendimento do comportamento humano, a psicanálise estaria autorizada a contribuir com a investigação dos motivos subjacentes ao comportamento social. Considerando-a, ainda, como a primeira psicologia materialista científica, Fromm percebe, a partir dessas duas características, aproximações importantes com o materialismo histórico. Cita duas coincidências

fundamentais. Uma, que ambas as ciências partem da vida e de necessidades terrenas, não de “ideias”. Ou seja, elas se contrapõem ao plano idealista de filosofias anteriores ao tomar por objeto as vivências concretas, objetivamente situadas no processo histórico. A outra, que elas veem a consciência mais como o reflexo de outras forças encobertas do que a força motriz subtendida no comportamento humano, rompendo, desse modo, com as ilusões da centralidade do eu e do acesso imediato à realidade. Poderíamos acrescentar uma terceira semelhança, de acordo com outra passagem do ensaio. Assim como Fromm se referiu ao fato de que o conceito fundamental da psicanálise era o da adaptação passiva e ativa do dispositivo pulsional à realidade social, ele considera também que “[o] materialismo histórico vê a História como o processo de adaptação ativa e passiva do homem às condições naturais que o cercam” (FROMM, 1932/1971d, p. 152). Portanto, ambas as considerações se referem a um processo dinâmico de adaptação, uma interação sem fim entre organismo e ambiente, entre o homem e a natureza, entre indivíduo e sociedade.

O distanciamento tradicional entre as duas ciências é trazido, a seguir, para o centro da discussão. Essa distância é considerada por muitos como um abismo insuperável e se refere à natureza dos fatores determinantes da consciência do homem: que uma vê a consciência como a expressão da existência social, e a outra como determinada por pulsões. Esse distanciamento seria, para Fromm, somente superficial e aparente, pois não haveria, de fato, contradição. É verdade que a psicanálise explica o desenvolvimento pulsional em função das experiências infantis, quando o indivíduo se encontra sob a ação direta e predominante da família. Porém, aquilo que poderia ser interpretado como oposição entre a prioridade da família, na psicanálise, e da sociedade, no marxismo, seria um falso conflito, já que a família, com todas as suas típicas relações emocionais internas e ideais educacionais, está condicionada por antecedentes sociais e de classe. Fromm critica, dessa forma, a grande maioria das obras psicanalíticas que tentaram aplicar a psicanálise aos problemas sociais, afirmando que tiveram um ponto de partida correto, mas não deram conta de desenvolver o problema:

Aperceberam-se com muita clareza de que o indivíduo só pode ser compreendido como um ser socializado. Viram que as relações da criança com os vários membros da família têm uma influência decisiva no desenvolvimento pulsional daquela. Mas ignoraram quase completamente o fato de que a própria família, em sua estrutura psicológica e social global, com todas as suas metas educacionais e atitudes emocionais específicas, é o produto de uma estrutura social e (numa acepção mais estreita) de classe também específica; de que, de fato, ela é, pura e simplesmente, a agência

psicológica da sociedade e da classe donde ela provém (FROMM, 1932/1971d, p. 142 – tradução modificada)³⁸.

Esse era um erro comum de pesquisadores burgueses, diz Fromm, mesmo os progressistas: generalizar a organização socioeconômica capitalista, isto é, considerar que suas condições e fatores psíquicos e sociais eram típicos de toda e qualquer sociedade³⁹. Outro equívoco também recorrente, porém específico dos analistas, era tratar e pesquisar, sobretudo, integrantes das classes médias, ou seja, grupos com as mesmas condições e fatores psíquicos e sociais. Em seguida, o conhecimento advindo dessa experiência era generalizado para toda a sorte de agrupamentos existentes numa mesma sociedade⁴⁰. As diferenças permaneciam, a partir dessa referência, somente em pequenos detalhes:

Só diferiam psicologicamente na medida em que um deles tinha um pai francamente austero e inflexível que o aterrorizara na infância, um outro tinha uma irmã mais velha que era o foco de todo o seu amor, e ainda um outro tinha uma mãe tão excessivamente possessiva que ele nunca conseguiu romper seus vínculos libidinais com ela (FROMM, 1932/1971d, p. 143).

Assim, a sociedade capitalista e a família burguesa patriarcal tornaram-se os modelos universais de organização humana, universalizando também o fenômeno do complexo de Édipo⁴¹. Como os pesquisadores psicanalistas não atentavam para as demais dimensões da experiência da vida humana (como a estrutura socioeconômica), limitando sua análise ao “microcosmo” psicológico, começaram a “analogizar”, ao invés de analisar, segundo Fromm, tratando a humanidade ou uma determinada sociedade como um indivíduo e transpondo mecanismos psicológicos contemporâneos, burgueses e ocidentais, para todos os tipos possíveis e imagináveis de indivíduos e sociedades. Com isso, menosprezavam também um aspecto fundamental para a própria psicologia individual: o fato de que a neurose, quer se trate de um sintoma neurótico ou de um traço neurótico de caráter, não abarca a maioria das pessoas. As pessoas saudáveis são justamente aquelas que possuem melhor capacidade de “adaptação” à realidade. Por isso, as massas, que consistem no objeto da psicologia social,

³⁸ Em nota, Fromm aplica essa crítica a autores reconhecidos, tais como o psicanalista Theodor Reik e o antropólogo e psicanalista húngaro Geza Roheim (1891-1953), e absolve outros, como Reich e o freudomarxista Siegfried Bernfeld (FROMM, 1932/1971d, p. 142).

³⁹ Aqui, a crítica de Fromm se endereça à desconsideração de diferentes tipos de organização social, seja por período histórico – sociedade clássica, medieval, moderna, etc. –, seja por diferenças culturais – sociedades ocidentais e orientais, patriarcais e matriarcais, etc.

⁴⁰ Já aqui, sua crítica se dirige a não diferenciação das classes dentro de uma mesma organização social – alta elite, burguesia, proletariado, campesinato, etc.

⁴¹ O tema da universalização do complexo de Édipo será explorado também no último ensaio analisado no capítulo: “A teoria do direito materno e sua relevância para a psicologia social”.

não podem ser explicadas pela simples analogia com o fenômeno neurótico. No entanto, salienta Fromm, esse problema interpretativo não se deve ao método ortodoxo da psicanálise, o qual, se seguido criteriosamente, leva a uma avaliação correta do fenômeno social. Ele se deve, pois, aos psicanalistas que, incorrendo em equívocos lógicos, falharam justamente na transposição do método individual, intrinsecamente histórico, ao estudo das coletividades⁴². Em última análise, se o método psicanalítico tradicional de interpretação investiga a história das pulsões de um determinado organismo, a qual transcorre na dinâmica adaptativa do indivíduo ao meio natural e social, o método de uma psicologia social analítica também abarcará essa dinâmica interacional. Porém em vez de se referir às pulsões de organismos individuais, partirá de disposições pulsionais coletivas. Na seguinte passagem, Fromm sintetiza os argumentos essenciais apresentados até então:

Aplicando o método da psicologia psicanalítica individual aos fenômenos sociais, verificamos que os fenômenos da Psicologia Social devem ser entendidos como processos que envolvem a adaptação ativa e passiva do dispositivo pulsional à situação socioeconômica. Em certos aspectos fundamentais, o próprio dispositivo pulsional é um dado biológico; mas é altamente modificável. O papel dos fatores formativos primários cabe às condições econômicas. A família é o meio essencial através do qual a situação econômica exerce a sua influência formativa sobre a psique do indivíduo. A tarefa da Psicologia Social é explicar as atitudes e ideologias psíquicas compartilhadas e socialmente relevantes – e suas raízes inconscientes, em particular – em função da influência das condições econômicas sobre os impulsos da libido (FROMM, 1932/1971d, pp. 146-147 – tradução modificada).

Estabelecidos os delineamentos conceituais gerais do ensaio, Fromm se dirige, posteriormente, para a formulação de uma resposta suficiente para a seguinte questão: qual é a relação, afinal, entre a psicanálise e o materialismo histórico? Ele a responde com um desdobramento da ideia básica de que a psicanálise pode fornecer um conhecimento mais preciso sobre a natureza pulsional do próprio homem, componente este que, em sua visão, integra e modifica fundamentalmente o processo social. É fato o peso exercido pela ação dos interesses sociais sobre o indivíduo, sobretudo a partir do agenciamento das primeiras relações afetivas pela família e da dependência da produção material para satisfação das necessidades básicas de autopreservação. Mas Fromm defende também que a

⁴² É importante observar que Fromm defende *O futuro de uma ilusão* (1927/2014b) como o trabalho de Freud mais próximo de uma psicologia social materialista, tanto em método quanto em conteúdo, pois nele são analisadas as transformações subjetivas em conexão direta com as transformações culturais objetivas, diferentemente do que ocorre em *O mal-estar na civilização* (1930/2010d), considerado por Fromm sua antítese.

modificabilidade do dispositivo pulsional pela influência de fatores externos só acontece dentro de certos limites biologicamente determinados. Desse modo, o próprio aparelho pulsional se converte numa força ativa, cuja tendência para alterar as condições de vida segundo suas metas lhe é intrínseca.

Aponta, em seguida, para as profundas e complexas relações entre libido e ideologia. Marx e Engels teriam postulado, afirma Fromm, a dependência de todos os processos ideológicos da estrutura econômica, dispensando a necessidade de qualquer componente psicológico auxiliar para a compreensão do fenômeno. Para o autor, contudo, há casos em que a ideologia é a expressão imediata de interesses econômicos e outros em que se faz urgente um pressuposto psicológico materialista explicativo. Nesse sentido, ele diz que:

A Psicanálise pode mostrar que as ideologias do homem são produtos de certos desejos, pulsões, interesses e necessidades, os quais, em grande medida, inconscientemente, encontram sua expressão como racionalizações – isto é, como ideologias. A Psicanálise pode mostrar que, embora as pulsões se desenvolvam, de fato, na base de instintos biologicamente determinados, a sua quantidade e conteúdo são grandemente afetados pela situação ou classe socioeconômica do indivíduo. Marx diz que os homens são os produtos de suas próprias ideologias; a psicologia social analítica pode descrever empiricamente o processo de produção de ideologias, da interação dos fatores “naturais” e sociais. *Portanto, a Psicanálise pode mostrar como a situação econômica é transformada em ideologia, através das pulsões do homem* (FROMM, 1932/1971d, pp. 153-154 – tradução modificada).

Dessa interação, resultam transformações no próprio homem (natureza interna), assim como seu trabalho altera a natureza extra-humana (natureza externa), evidenciando como as ideologias são produzidas numa espécie de “metabolismo” entre homem e natureza. Não somente as ideologias, em toda sua complexidade estrutural, mas qualquer ideia, por mais simples que seja, tem um maior ou menor impacto em decorrência do conteúdo inconsciente e dos aspectos pulsionais que a sustentam. Assim, a qualidade e intensidade da estrutura libidinal de uma sociedade é o que determina, ao fim e ao cabo, o efeito social de uma ideologia, tornando possível, a partir do conhecimento psicanalítico, reduzir até mesmo a motivação do que se apresenta como “nobres ideais” ao seu núcleo libidinal, reavaliando, dessa forma, a exclusividade das necessidades econômicas como as únicas relevantes.

Fromm explora, como se pode ver, a importância da força exercida pela libido sobre a sociedade. Para além da importância atribuída à ideologia, ele recorre à libido também para explicar a união das pessoas no contexto social, afirmando que os impulsos libidinais

serviriam de um “cimento” sem o qual a sociedade não se manteria integrada⁴³. Sua análise extrapola, na busca das causas subjacentes da estabilidade do fenômeno social, tanto os interesses supostamente racionais e egoístas, quanto o que chama de maquinaria externa de poder (política, tribunais, exército, etc.), reconhecendo sua importante participação, mas também a insuficiência desses mecanismos sem o recurso de um componente libidinal. Ora, diz ele, uma maioria não aceitaria ser governada por uma minoria se não fossem os vínculos libidinais – ansiedade, amor, confiança – que enchem suas almas nas suas relações com a classe dominante, expressando a adaptação libidinal dessas pessoas às condições de vida impostas pela necessidade econômica. Disso ele extrai a conclusão de que “toda e qualquer sociedade possui sua *estrutura libidinal distinta*, tal como tem suas próprias estruturas econômica, social, política e cultural”⁴⁴ (FROMM, 1932/1971d, p. 159). Considera, ainda, além dessas condições econômicas da estrutura da libido, sua estrutura psicológica propriamente dita. Assim, percebe na situação de dominação uma repetição ou continuação da atitude psíquica infantil em relação aos pais, sobretudo o pai, em uma família tipicamente burguesa. Um misto de admiração, medo, fé e confiança na força e na sabedoria do pai caracteriza a criança e se endereça aos membros da classe dominante, quando se considera os adultos dessa mesma sociedade patriarcal e de classes. Desse modo, Fromm afirma que o mecanismo cultural não só dirige as forças libidinais em direções socialmente desejadas, como também as enfraquece, revertendo-as ao domínio pré-genital através da educação e da moralidade sexual – posição que o aproxima de Reich.

Fromm finaliza o ensaio enfatizando a dialética fundamental que se estabelece entre o “fator libidinal” e o “fator econômico” – o que, em última análise, compõe a base para toda a argumentação exposta. Para o autor, “[os] seres humanos, impelidos pelos seus impulsos libidinosos, provocam mudanças nas condições econômicas; as condições econômicas alteradas dão origem a novas metas e satisfações libidinais” (FROMM, 1932/1971d, p. 160). Retomando os termos-chaves que intitulam o texto, ele conclui que o *método* de uma psicologia social analítica é o da psicanálise freudiana clássica aplicada aos fenômenos sociais, e sua *função* consiste em analisar os impulsos libidinais socialmente relevantes, isto é, a estrutura libidinal de uma dada sociedade e o papel que exerce no processo social.

Não restam dúvidas de que esse ensaio de Fromm representa uma tentativa de articulação entre psicologia e sociologia e que consegue expor, de forma bastante clara, o

⁴³ Argumento semelhante pode ser encontrado no ensaio freudiano *O mal-estar na civilização* (1930/2010d).

⁴⁴ Fromm observa que “estrutura libidinal da sociedade” era uma terminologia freudiana que, posteriormente, ele passou a designar por “caráter social”.

valor da psicanálise, mesmo em sua formulação ortodoxa, para a análise dos fenômenos sociais complexos de seu tempo. A essência de seu argumento pode ser encontrada nessa breve passagem:

Em resumo: 1) O domínio das pulsões humanas é uma força natural que, como outras forças naturais (fertilidade do solo, irrigação natural, etc.), é uma parte imediata da subestrutura do processo social. Portanto, o reconhecimento dessa força é necessário ao entendimento completo do processo social. 2) O modo como as ideologias são produzidas e funcionam só pode ser corretamente compreendido se soubermos como opera o mecanismo das pulsões. 3) Quando fatores economicamente condicionados encontram o domínio das pulsões, ocorrem algumas modificações; em virtude da influência das pulsões, o processo social opera num ritmo mais rápido ou mais lento do que seria de esperar se não fosse dada qualquer consideração teórica aos fatores psíquicos (FROMM, 1932/1971d, pp. 155-156 – tradução modificada).

Na busca de descrever de uma forma mais precisa o *modus operandi* dessa articulação, Fromm lança mão da ideia de adaptação, conceito oriundo da biologia, mas que, em sua acepção, explicita uma dinâmica complexa e constante entre o organismo e o meio. Assim, se, por um lado, esse organismo se estrutura sobre a ação fundamental de processos sociais, por outro, os próprios fenômenos sociais se edificam parcialmente pelas demandas biológicas e psicológicas. Essa noção de uma adaptação típica da espécie humana só é assim possível pela peculiar constituição das suas pulsões. Além da característica geral de força motivadora que impele o organismo a buscar satisfação, as pulsões sofrem um importante impacto social, justamente no que se refere à qualidade e à quantidade dos objetos dessa satisfação, os quais, sujeitos a toda sorte de representações, apresentam-se indefinidos *a priori*. Vê-se, então, que a dimensão de historicidade apresentada por Fromm revela um encontro da psicanálise com ela mesma. O que supostamente seria uma construção inovadora de psicanalistas heterodoxos não passa de uma interpretação radical de pressupostos encontrados já no texto original freudiano. A tese de Fromm é a de que toda a ciência psicanalítica se sustenta na investigação da biografia do sujeito, isto é, na busca de uma narrativa que recontem os caminhos e descaminhos da libido em toda a sua história. O desenvolvimento psicológico do indivíduo ocorre, portanto, a partir da força de impulsos biológicos especiais – as pulsões – sobre a realidade social, assim como da ação de preenchimento e contorno pulsional que essa realidade exerce. Concebendo, dessa forma, a dimensão psicológica como uma instância biológica complexa que se encontra em constante interação com a materialidade social, Fromm vem a falsear a suposta linha que isola

psicologia e sociologia em polos opostos, afirmando que a psicologia só pode se referir a um indivíduo socializado, assim como a sociologia somente pode falar de instituições em que as estruturas e mecanismos psíquicos de seus indivíduos cumprem função indispensável.

3.3 DA RELAÇÃO ENTRE “TRAÇOS DE CARÁTER” E ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA

Ainda no primeiro ano da Revista de Pesquisa Social, em 1932, Fromm publica “Die psychoanalytische Charakterologie und ihre Bedeutung für die Sozialpsychologie” [“A caracterologia psicanalítica e sua relevância para a psicologia social”] (1932a). No ensaio, ele buscava estabelecer importantes relações entre a teoria freudiana do caráter anal – descrito primeiramente em “Caráter e erotismo anal” (1908/2015b) – e a base psíquica do capitalismo. Seguindo esse objetivo, Fromm dedica uma primeira parte do texto para a definição da caracterologia psicanalítica de modo geral e, num segundo momento, defende a possibilidade de aplicação de conceitos oriundos dessa área específica de pesquisa para o campo da psicologia social. Cabe ressaltar que se hoje tal argumentação pode soar corriqueira e já bastante explorada, na época em que o ensaio foi escrito representava uma grande inovação teórica (JAY, 1976).

A primeira preocupação de Fromm (1932/1971c) é mostrar que a psicanálise evoluiu progressivamente do estudo de pessoas “doentes” para a análise mais ampla das pessoas “saudáveis”. Isto é, de uma terapêutica dos neuróticos, ela se expande para a busca de explicações dos fenômenos psíquicos mais gerais da espécie humana, passando do esquema “libido – recalque – sintoma” para “libido – sublimação ou formação reativa – traço de caráter”. O autor considera que tanto a teoria da neurose quanto a caracterologia psicanalítica partilham a ideia de que os fenômenos psíquicos derivam de fontes libidinais e das primeiras experiências infantis. Entretanto – e aqui se encontra a distinção essencial entre a psicopatologia e a caracterologia –, o “sintoma” e o “traço” neuróticos resultam essencialmente de uma adaptação insatisfatória das pulsões à realidade social, ao passo que no “traço de caráter” não se evidencia uma neurose propriamente dita devido à relativa estabilidade e adaptação das pulsões através dos mecanismos da *sublimação* e da *formação reativa*. A diferença básica entre esses dois mecanismos de defesa do eu, para o autor, reside no fato de que a formação reativa funciona sempre para resistir e manter subjogado uma pulsão recalçada, da qual extrai sua energia. Já a sublimação representa uma transformação direta das pulsões, uma canalização.

É importante lembrar, observa Fromm, que Freud relacionou o problema da sublimação e das formações reativas principalmente com as pulsões sexuais pré-genitais, isto é, a sexualidade oral e anal e o sadismo. Foi nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/2016) que ele se dedicou extensamente a essa temática pela primeira vez. Segundo o resumo descritivo do desenvolvimento da libido apresentado por Fromm, primeiramente, na fase oral, essa zona erógena e suas funções associadas (chupar e morder) constituiriam o centro da sexualidade. Após o período de amamentação, esse centro se transferiria para a zona anal e suas funções (defecção ou retenção de fezes), constituindo a fase anal. Posteriormente, na fase fálica, dos três aos cinco anos aproximadamente, a zona genital ganharia importância, sobretudo pelas sensações e fantasias a respeito do órgão em si, isto é, do falo ou do clitóris falicamente representado. Por fim, após uma fase de latência, que finda com a puberdade, a sexualidade genital se desenvolve associada à maturação física, dominando as pulsões pré-genitais e concluindo o desenvolvimento da libido na fase genital. Durante o crescimento da criança, entretanto, as zonas erógenas pré-genitais (oral e anal) cedem somente parte de sua energia sexual aos órgãos genitais, retendo um montante em sua forma original ou na forma de sublimações e formações reativas dentro do eu.

Foi a partir, então, da teoria das fases pelas quais perpassa a libido que Freud (1908/2015b) escreve “Caráter e erotismo anal”, em que esboça o que se tornaria, posteriormente, a base da caracterologia psicanalítica. De acordo com esse texto, nos indivíduos em que o prazer na evacuação intestinal e seus produtos desempenha um papel de destaque na infância, três traços de caráter são comumente encontrados: ordem, parcimônia e obstinação. Utilizando esse raciocínio como referência, podemos dizer que haveria uma diferença entre a simples passagem por uma determinada fase do desenvolvimento psicosexual da espécie, com suas experiências e impacto típicos do período, e uma passagem em que as vivências sejam experimentadas de um modo especial, com maior mobilização afetiva, culminando na produção de traços de caráter próprios e decorrentes dessa mesma fase.

Fromm pontua, por sua vez, que tanto na obra freudiana, quanto nos trabalhos subsequentes de outros psicanalistas não se distinguiu claramente “objetivo” sexual de “objeto” sexual, o que ele se preocupa em realizar nesse ensaio. Diz, assim, que tão relevante quanto a avidez das zonas erógenas – isto é, o prazer obtido através do órgão, o que ele denomina de objetivo sexual –, são as relações objetais, as atitudes de amor e ódio em relação a si próprio, a outrem e, por extensão, ao mundo circundante em geral – o que se designa por objeto sexual. De modo análogo, as formas de relação com os objetos de amor também

possuem um curso comum de desenvolvimento. A criança de peito seria predominantemente narcisista e exclusivamente preocupada com a satisfação de suas próprias necessidades e carências. Em seguida, após a amamentação, haveria um incremento de atitudes sádicas e hostis em relação ao objeto que desempenham um importante papel também na fase fálica. Só com a primazia da sexualidade genital, já na puberdade, é que as atitudes amorosas e amistosas em face dos objetos passariam a ser claramente dominantes. O nível de dependência entre as relações objetais e as zonas erógenas é uma questão polêmica, e Fromm se limita a distinguir os dois aspectos.

Buscando esclarecer sua concepção da caracterologia psicanalítica, Fromm descreve de maneira mais detalhada os possíveis efeitos de cada fase do desenvolvimento da libido sobre o adulto, abarcando tanto o aspecto diretamente ligado às zonas erógenas e ao prazer do órgão, quanto às relações objetais⁴⁵. O mais importante para a caracterologia, no entanto, é compreender que essas pulsões sexuais pré-genitais nunca são completamente superadas, de modo que uma parcela das mesmas, ainda em sua forma original, é conservada na vida adulta. Outra parcela substancial é sublimada ou transformada em formações reativas. No erotismo oral, por exemplo, seus vestígios diretos podem ser facilmente encontrados na prática do beijo, assim como nos hábitos de roer as unhas, chupar o polegar e fumar. Ainda que outros fatores possam estar envolvidos, há, certamente, uma raiz oral-erótica nessas ações. Já a forma mais significativa da sublimação, para Fromm, estaria na transferência do prazer infantil de sucção para o domínio intelectual, em que o saber toma o lugar do leite materno. Formações reativas típicas se apresentariam nas inibições alimentares – manifestação não sublimada – ou relativas ao estudo, trabalho e curiosidade – manifestações sublimadas. Sobre as relações objetais, os sujeitos com prevalência da oralidade demonstram uma atitude de confiança e amizade, um desejo de ser amado e mimado, por um lado, e uma continuação das tendências agressivas, odientas e vorazes, por outro.

Um caminho idêntico pode ser observado com o erotismo anal. Reações afetivas relativamente fortes ligadas ao ânus, desde o prazer corpóreo a anedotas que envolvam o órgão, assim como o interesse carinhoso das pessoas por suas próprias fezes, são exemplos de vestígios primitivos da sexualidade anal. Ordem, parcimônia e obstinação foram as descobertas caracterológicas inaugurais de Freud⁴⁶, corroboradas extensamente pela pesquisa

⁴⁵ Uma exploração dos pormenores caracterológicos descritos por Fromm não será realizada aqui, visto que não é o propósito deste trabalho. Além de suas contribuições originais, ele cita os trabalhos de Siegfried Bernfeld (1925) e Karl Abraham (1925).

⁴⁶ Em “Caráter e erotismo anal”, Freud (1908/2015b) fala de ordem, parcimônia e obstinação como os primeiros e mais constantes resultados da sublimação do erotismo anal. Já a limpeza, a ordem (ele a

psicanalítica posterior. Entretanto, acréscimos importantes de outros psicanalistas precisam ser considerados. Fromm diz que foi o médico e psicanalista austríaco Isidor Sadger (1867-1942) quem, pela primeira vez, sublinha como um traço anal o orgulho relacionado ao sentimento de singularidade, de proteger o que é “privado” das invasões externas, e não somente em referência ao dinheiro ou posses materiais, mas também a seres humanos, sentimentos, recordações e experiências. Ou seja, esse autor teria demonstrado uma associação fundamental entre as tendências libidinais e a esfera privada. Já o psiquiatra e psicanalista inglês Ernest Jones (1879-1958), por sua vez, observa o traço de manutenção obstinada de um regime engendrado pela própria pessoa ou a tendência em impor tal regime aos outros, incluindo rituais, tabelas ou planos no escopo da programação. Ainda, Abraham (1925) teria acrescentado que o caráter anal manifesta uma tendência inconsciente de se considerar mais produtivo e superior que a função genital, atribuindo, conseqüentemente, uma grande valorização das posses e coisas acumuladas. Já na dimensão das relações objetais, as satisfações genitais costumam ser restritas e acompanhadas de racionalizações e ansiedades moralistas. O amor é tratado da mesma forma que os objetos de posse: possuir tanto (como forma de arrecadação, acúmulo) e tão exclusivamente (com preocupações extremas com ciúmes e fidelidade) quanto for possível. Por fim, somam-se a isso os traços de parcimônia e avareza, que marcam a qualidade especial da relação desses sujeitos com o dinheiro, mas também com o tempo e a energia, de modo que só o que é gasto com trabalho é considerado útil.

Fromm discorre também a respeito da sexualidade genital, mas abreviadamente. Ele afirma que seu impacto na estrutura caracterológica se apresenta, ao menos superficialmente, de forma positiva e menos problemática quando comparado aos efeitos da sexualidade pré-genital. Em consequência disso, o conhecimento sobre a estrutura de caráter genital é inferior aos outros tipos de caracteres. Diz ele:

Em princípio, a *sexualidade genital* tem um significado diferente da sexualidade oral e anal para a formação do caráter. Enquanto que apenas uma parcela relativamente pequena das últimas pode sobreviver, de forma direta, ao período inicial da infância e é aplicada, principalmente, nas sublimações e formações de reação da vida adulta, a sexualidade genital, pelo contrário, tem o intuito primordial de manter a descarga física direta. Sendo tão simples descrever a finalidade sexual da sexualidade genital, é difícil dizer qualquer coisa sobre os traços do caráter especificamente

cita novamente, como que cumprisse duas funções distintas) e a fidedignidade representariam, por sua vez, uma formação reativa contra um interesse pela imundice perturbadora que não deveria pertencer ao corpo.

genital. É verdade, sem dúvida, que as relações objetivas ligadas à sexualidade genital são amistosas e relativamente isentas de ambivalência. Mas não se pode esquecer que um ato sexual fisiologicamente normal não implica, necessariamente, uma correspondente atitude psíquica de amor. Do ponto de vista psicológico, pode ser experimentado como um ato predominantemente narcisista ou sadista (FROMM, 1932/1971c, p. 175).

Sendo assim, a genitalidade, para Fromm, representa o objetivo final de um desenvolvimento psicosssexual sadio, de modo que seus traços de caráter não apresentariam, em si, considerável relevância, nem para a psicopatologia, nem para a psicologia social⁴⁷.

Deixando claras as bases caracterológicas da discussão, Fromm busca uma aproximação mais direta com a psicologia social, adentrando as relações entre caráter e sociedade. Ele observa que o desenvolvimento do caráter obedece a dois fatores que operam em direções diferentes. O primeiro se refere à maturação física do indivíduo, uma força que se exerce de dentro para fora e que inclui o crescimento da sexualidade genital e o papel fisiologicamente declinante das zonas oral e anal, o amadurecimento da personalidade como um todo e a diminuição da impotência infantil, habilitando o sujeito a desenvolver uma atitude de amizade e amor em relação aos outros. Já o segundo fator atua de fora pra dentro, na ação da sociedade sobre o indivíduo, representado principalmente por normas sociais transmitidas vigorosamente através do processo educativo, as quais exigem o recalque das pulsões sexuais pré-genitais e facilitam o progresso da sexualidade genital. Porém, como já foi visto, esse progresso nunca se dá completamente: seja diretamente, seja através da sublimação e da formação reativa, as fases anteriores se conservam fortes. Isso se deve à ação combinada dos fenômenos de fixação e de regressão. Ao longo da história infantil do indivíduo, determinadas satisfações libidinais pré-genitais deixam suas marcas psíquicas – fixação –, representando, já na vida adulta, uma disposição que, em certas circunstâncias, especialmente em frustrações intensas, leva o sujeito a reverter seu amor genital a formas mais primitivas de satisfação da libido, ocasionando a regressão⁴⁸.

Fromm afirma que essa insistente e complexa imposição social opera, sobretudo, através da família, a qual define o modo e o grau em que as pulsões pré-genitais da criança são recalçadas ou intensificadas e a maneira como as sublimações ou formações reativas são

⁴⁷ As ponderações de Fromm acerca do desenvolvimento da libido são consonantes com a teorização de Reich, pois ambos defendem a genitalidade como a maturidade sexual. Já Marcuse (1955/1975), em *Eros e Civilização*, assume uma postura oposta a de seus antecessores, argumentando que a retomada das pulsões parciais ou pré-genitais, resultado da descentralização da libido genital, é condição para a não conversão do corpo num instrumento de trabalho.

⁴⁸ Uma definição mais precisa desses conceitos pode ser encontrada na “Conferência 22: Considerações sobre desenvolvimento e regressão: Etiologia”, das “Conferências introdutórias à psicanálise” (FREUD, 1916-7/2014a).

estimuladas. O processo educativo não passaria, desse modo, de uma expressão particular da estrutura psíquica geral da sociedade. A moralidade sexual, que desempenha um importante papel na educação familiar, traria consequências essenciais, pois a restrição das satisfações genitais provoca um refluxo da libido para as zonas pré-genitais, promovendo crescentes manifestações de traços de caráter oral e anal na vida da sociedade.

Determinados perfis caracterológicos seriam mais úteis dentro de certa estrutura econômica, social ou de classe, sendo, portanto, premiados socialmente, assegurando a adaptação do caráter individual ao que é considerado “normal” e “saudável” para o contexto em vigência. A própria distinção entre “normal” e “neurótico”, por sua vez, está parcialmente condicionada por fatores sociais, pois qualquer estrutura de caráter que não esteja adaptada a essa sociedade é considerada “doente”. Essa adaptação, porém, não ocorre de forma tão rápida e simples, como a pesquisa caracterológica pôde esclarecer. Os traços de caráter possuem certa estabilidade, pois se encontram alicerçados sobre a estrutura libidinal do indivíduo (história individual) e se desenvolvem como adaptações à estrutura socioeconômica em questão (história coletiva). Entretanto, posteriormente a esse enraizamento profundo, a estrutura da libido passa a apresentar certa inércia, requerendo um longo período de adaptação a novas condições. Esta seria “a razão pela qual a superestrutura ideológica, que se baseia nos traços de caráter típicos de uma determinada sociedade, transforma-se mais lentamente do que a subestrutura econômica” (FROMM, 1932/1971c, p. 178).

Na busca de maiores consequências práticas para a psicologia social, Fromm aplica o conhecimento da caracterologia psicanalítica a um tema sociológico concreto: o problema do “espírito” do capitalismo⁴⁹, ou seja, sua base psíquica. Ele justifica sua investigação a partir de duas razões básicas: primeiramente, porque o espírito do capitalismo se relaciona diretamente com o caráter anal, que é a parte mais desenvolvida da caracterologia psicanalítica; segundo, por haver uma extensa literatura sociológica sobre o assunto, de modo que parece oportuno introduzir uma nova perspectiva. Mas ele esclarece que, para analisar o problema em questão, descartará outros problemas adjacentes: a conexão entre o espírito burguês e o Protestantismo, as raízes econômicas da sociedade capitalista e o ponto da história em que surgem, definitivamente, o capitalismo e o espírito burguês-capitalista.

⁴⁹ Apesar de não haver nenhuma citação de Max Weber (1920/2004) e seu livro *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, está implícita a referência pela observação de Fromm de que não incluirá em sua análise a problemática da conexão entre “o espírito burguês e o Protestantismo”. Assim, o autor esclarece a abordagem caracterológica do conceito de “espírito”, isto é, a base psíquica que se estrutura a partir da história do desenvolvimento da libido, que também se insere fundamentalmente, cabe ressaltar, no contexto sociológico mais amplo.

Para o autor, o “espírito” do capitalismo seria, ao mesmo tempo, o espírito da sociedade burguesa. Ele corresponderia à soma total de traços de caráter típicos dos seres humanos que integram essa sociedade, com ênfase na função dinâmica de estruturação do caráter. Além dessa consideração, Fromm procura definir o espírito capitalista a partir de uma comparação histórica com um tipo de espírito pré-capitalista, que definiria os integrantes de uma sociedade imediatamente anterior. Ele explica:

A natureza específica do espírito burguês-capitalista pode ser mais facilmente descrita em termos negativos, assinalando as características do espírito pré-capitalista (por exemplo, da Idade Média) que aquela deixou de possuir. A obtenção de prazer e alegria na vida já não é mais um objetivo axiomático para a psique burguesa, um propósito intrinsecamente evidente que as várias atividades, mormente as econômicas, procurem atingir. E isso é válido quer falemos dos prazeres mundanos desfrutados pela classe feudal medieval, da “bem-aventurança” que a igreja prometia às massas ou do deleite que uma pessoa extraía dos suntuosos festivais, belas pinturas, esplêndidos edifícios e grande número de dias festivos. Estava subentendido que o homem tinha direito inato à felicidade, bem-aventurança ou prazer; isso era considerado o propósito adequado de toda a atividade humana, quer fosse econômica ou não. [...] O espírito burguês introduziu uma decisiva mudança a esse respeito. Felicidade e bem-aventurança deixaram de ser uma finalidade indiscutível da vida. Uma outra coisa ocupou o primeiro lugar na escala de valores: o dever (FROMM, 1932/1971c, p. 180).

Dessa forma, a supremacia do “dever”, em detrimento da felicidade e da bem-aventurança, está profundamente enraizada no pensamento burguês desde o calvinismo – seja em suas racionalizações teológicas ou não. Mas outros traços são também elencados por Fromm como essenciais ao espírito burguês. Com a ascensão do dever enquanto norma ética, o “empenho pessoal” nas atividades econômicas passou a se tornar um “valor em si”, de modo que, no ato mesmo da aquisição de posses e de poupar, já se encontrava uma espécie de satisfação, independentemente da utilização ou não do bem adquirido⁵⁰. Outro traço se refere à relevância que ganha a “esfera privada”, a santidade que esta passa a representar. Qualquer invasão desse espaço, composto tanto por objetos, quanto pelo próprio psiquismo, é tratado como grave ofensa. Fromm fala também da “racionalidade” como um componente fundamental do espírito capitalista. Essa racionalidade burguesa em nada corresponderia a qualquer forma superior de emprego das capacidades cognitivas, mas sim à obsessão pela “ordem”, pela regra, por um princípio de justificação e determinação.

⁵⁰ Ainda que não haja uma referência direta, a discussão remete ao conceito de “fetiche da mercadoria”, apresentado por Marx (1867/1996) no primeiro volume de *O Capital*, e que pode ser aqui grosseiramente resumido como uma espécie de assolamento do valor de uso da mercadoria pelo seu valor de troca.

Por fim, Fromm aborda o tema das formas de relações amorosas típicas do espírito burguês. Destaca, nesse âmbito, a limitação do prazer sexual imposta pelo senso específico de moralidade que integra o pensamento em questão. Ele observa que, ainda que a moral católica nunca tenha sido favorável a esse prazer, a conduta do mundo burguês-protestante introduziu diferenças práticas importantes a esse respeito, trazendo consequências fundamentais para qualquer modalidade de relação interpessoal. Segundo Fromm,

Essa desvalorização do prazer sexual corresponde à coisificação de todas as relações humanas, no contexto da sociedade burguesa. As relações de amor, sobretudo, foram amplamente subordinadas a considerações econômicas. A par dessa coisificação, uma indiferença pelo destino do próximo caracterizou as relações dentro do mundo burguês. Isso não significa que não houvesse, ou houvesse menos crueldade no período pré-capitalista. A questão é que a diferença burguesa tinha suas tonalidades e cambiantes particulares: não havia vestígio algum de responsabilidade individual pela sorte dos outros, nenhum indício de amor pelo próximo, sem que alguma condição não lhes estivesse vinculada (FROMM, 1932/1971c, p. 183).

Na consciência burguesa, contudo, essa ausência de compaixão não parecia absurda, visto que ganhava certa legitimidade ética e, mesmo, religiosa. A contribuição teórica do calvinismo possibilitou a substituição da promessa de felicidade como estabelecida até então: ao invés da bem-aventurança garantida aos fiéis da igreja, seriam “abençoados” – conceito que já ganha uma conotação mais próxima de um “prêmio social”, com efeitos prático-econômicos – aqueles que cumprissem com suas obrigações. Tais alterações nas formas de relação teriam representado uma adaptação necessária à estrutura econômica capitalista, pois o princípio da livre concorrência e da sobrevivência dos mais aptos exigia indivíduos insensíveis aos outros, de modo a não atrapalhar seus negócios. Fromm conclui o tema:

Em resumo: como traços principais do espírito burguês-capitalista reconhecemos: 1) restrição do papel do prazer como um fim em si (especialmente o prazer sexual); 2) renúncia ao amor, substituído pela ênfase sobre arrecadar, possuir e poupar como fins em si mesmos; 3) cumprimento dos deveres pessoais como valor supremo; 4) exaltação da “ordem” e exclusão da compaixão pelo próximo (FROMM, 1932/1971c, p. 185).

Posto isso, Fromm finaliza suas considerações caracterológicas com a defesa de que os traços mais comuns do espírito burguês coincidiriam com os traços típicos do caráter anal e, em consequência, a estrutura libidinal do homem burguês se caracterizaria por uma intensificação da libido anal. Dessa maneira, tanto os traços do caráter anal se desenvolveram como uma adaptação aos requisitos da estrutura econômica capitalista, quanto o próprio

erotismo anal subjacente serviu, em parte, como força produtiva no desenvolvimento da economia capitalista. Fromm observa, entretanto, que esses mesmos traços específicos do indivíduo burguês do século XIX desapareceram gradualmente no século XX, na medida em que desaparecia também o tipo clássico de empresário independente e *self-made man*, que era, ao mesmo tempo, dono e gerente do seu negócio. Esses traços se tornaram uma desvantagem para o novo tipo de capitalista que emerge com o recente capitalismo monopolista, superando sua fase liberal anterior. Contudo, justamente na baixa classe média alemã e de outros países de “capitalismo avançado” – a pequena burguesia –, que representavam populações econômica e politicamente impotentes, esses traços permaneceram. Isto é, adentrando o século XX, formas antiquadas de uma época capitalista anterior, remontando aos séculos XVIII e XIX, continuaram desempenhando sua tarefa econômica. A explicação do fenômeno seria que a estrutura libidinal subjacente a esses traços e suas ideologias correspondentes são condicionadas pela família e por outros fatores culturais, possuindo um ritmo próprio no processo de transformação e, assim, mudando mais lentamente do que as condições econômicas a que tal estrutura estava anteriormente adaptada. Ou seja, há uma estabilidade temporal dos traços de caráter, tal como descrito anteriormente. A classe trabalhadora, por sua vez, apresentava esses traços em muito menor grau, estando mais condizente com seu lugar no processo de produção.

A relevância deste tipo de psicologia social, baseada na caracterologia psicanalítica, para a sociologia, conclui Fromm, é a possibilidade de compreensão das forças libidinais que se expressam no caráter e o seu papel como fator atuante na promoção ou inibição do desenvolvimento de uma sociedade e de suas forças produtivas. Com isso, o conceito de “espírito”⁵¹ de uma época ou de uma sociedade ganha sentido concreto e científico, pois deixa de se amparar essencialmente na ideologia, passando a ser concebido a partir dos traços de caráter, os quais podem encontrar expressão em uma grande variedade de ideologias diferentes e, mesmo, opostas. Assim, a psicanálise tanto fornece aos sociólogos instrumentos úteis para o estudo dessas questões, quanto impede o uso arbitrário de falsas categorias psicológicas.

Podemos notar, no texto de Fromm, que sua preocupação em delinear uma teorização consistente acerca da caracterologia psicanalítica é motivada pela tentativa de articulação das descobertas clínicas com os fenômenos que se desdobram no âmbito social. Por isso, ele inicia o texto pontuando a evolução da psicanálise da pesquisa inicial dos neuróticos, para a

⁵¹ A acepção própria que Fromm traz ao conceito já foi comentada anteriormente.

pesquisa posterior das atitudes psíquicas em geral. Quando ele diz que “[a] base geral da caracterologia psicanalítica consiste em considerar certos traços de caráter como sublimações ou formações de reação de certas pulsões que são de natureza sexual” (FROMM, 1932/1971c, p. 163 – tradução modificada), o que está em questão é mostrar como o fenômeno histórico – individual e coletivo – atua desde a mais tenra idade para moldar nossa sexualidade. Os traços de caráter nada mais são que a permanência, na vida adulta, da história pré-genital da libido na infância, seja por manifestação direta ou através dos mecanismos de sublimação e formação reativa. As vivências com impacto afetivo especial durante a experimentação da sexualidade oral ou anal deixariam marcas psíquicas – fixações – que refletiriam no padrão de comportamento do adulto. Essa fórmula já se encontra no texto freudiano de 1905, “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/2016), mas somente em “Caráter e erotismo anal” (1908/2015b), Freud descreve, ainda que sucintamente, atitudes psíquicas típicas do caráter anal, o que motivou Reich, Fromm e tantos outros psicanalistas a desenvolverem o tema. A inovação teórica principal que estes dois autores, em particular, trouxeram foi demonstrar, cada um à sua maneira, uma relação decisiva desses traços de caráter com o sistema socioeconômico em questão.

Neste ensaio, Fromm defende a identidade entre os comportamentos descritos como “anais” e a base psíquica do capitalismo. Assim, o que fora já antecipado por Freud – ordem, parcimônia e obstinação – e os complementos trazidos pela pesquisa caracterológica posterior – dever, valorização da esfera privada, produtividade, vinculação máxima entre tempo e trabalho, o amor tratado como posse – representariam o “espírito” burguês. Mais que uma correspondência arbitrária, porém, Fromm enfatiza a interação fundamental entre os fatores, afirmando que esse perfil caracterológico ganha destaque na estrutura econômica capitalista pela sua utilidade, isto é, como uma espécie de prêmio social, ao passo que as vivências básicas do erotismo anal tiveram também um papel propiciador do modelo econômico vigente. Portanto, mais uma vez, encontramos claramente a asserção de que a realidade humana é uma resultante de diferentes forças (o biológico, o social e o psíquico) que, quando tomadas individualmente e concebidas de modo fragmentado, não oferecem explicação suficiente. Como o ensaio foi destinado a uma revista de pesquisa social e voltado para um público formado predominantemente por sociólogos, economistas, historiadores e filósofos, e não psicanalistas ou psicólogos, Fromm se empenhou em demonstrar como a materialidade científica do campo deve incluir em sua análise as necessidades biológicas básicas de sobrevivência e da sexualidade, assim como o desdobramento de suas representações sobre os indivíduos, isto é, seu impacto na esfera psíquica. Desse modo, a pesquisa caracterológica

ultrapassa o aspecto propriamente sociológico da ideologia, buscando os complementos biológicos e psicológicos subjacentes.

3.4 A CONTINGÊNCIA DO COMPLEXO DE ÉDIPO E A TEORIA DO “COMPLEXO PATRICÊNTRICO”

No início da década de 1930, Fromm demonstra interesse na teoria do matriarcado do antropólogo suíço Johann Jakob Bachofen (1815-1887), especialmente como elaborada no livro *Das Mutterrecht. Eine Untersuchung über die Gynaiokratie der alten Welt nach ihrer religiösen und rechtlichen Natur* [*O Direito Materno: uma pesquisa sobre a ginococracia do mundo antigo em sua natureza religiosa e jurídica*] (1861/1997). Na tentativa de articular essas ideias antropológicas inovadoras com a psicanálise, Fromm publica o ensaio “Die sozialpsychologische Bedeutung der Mutterrechtstheorie” [“A relevância sociopsicológica da teoria do direito materno”] (1934), também na Revista de Pesquisa Social do Instituto. Devido ao fato de a obra de Bachofen ser contemporânea de *A origem das espécies* (1859/2014), de Darwin, e de *Contribuição à crítica da economia política* (1859/2008), de Marx, Fromm a considera um importante componente desse contexto de transformações profundas no campo intelectual do ocidente e que acabou por impactar a sociedade europeia como um todo.

É no distanciamento e relativização da sociedade burguesa de seu tempo que Fromm (1934/1971b) situa a principal contribuição das incursões sobre a teoria do direito materno realizadas originalmente por Bachofen. Afirma o autor que o campo socialista, de modo geral, celebrou e reverberou tais ideias, com destaque para o próprio Engels, ainda no século XIX, sobretudo em *Origem da família, propriedade privada e Estado* (1884/2019)⁵². Bachofen defende a tese de que as sociedades primitivas não viviam sob a égide do autoritarismo paternalista predominante na sociedade europeia e que tal mudança histórica veio a se sedimentar, principalmente, com a vitória de Roma sobre Oriente, instaurando o reinado do “paternal-espiritual” sobre o princípio “maternal-material” (FROMM, 1934/1971b).

Segundo a exposição que Fromm faz do material pesquisado por Bachofen, a estrutura psíquica matriarcal e a religião ctoniana⁵³ a ela relacionada manifestam perante a natureza uma atitude de orientação para as coisas materiais. Elas só reconhecem a vida corpórea, o aspecto físico do homem, em oposição às coisas intelectuais e espirituais das

⁵² Nessa obra, Engels também se ampara nas pesquisas do antropólogo americano Lewis H. Morgan (1818-1881), expostas no livro *Ancient society* (1877).

⁵³ Religião cujos elementos essenciais se remetem à terra, ao solo, ao terreno ou telúrico.

sociedades patriarcais. Desse modo, a rendição passiva à natureza e o reconhecimento dos valores naturais e biológicos, em contraste com os valores intelectuais, seriam as duas representações essenciais da relação da sociedade matriarcal com a natureza. Esta ocupa, pois, um lugar central na cultura e, tal como uma mãe, é vista como aquela que ampara toda a humanidade. Haveria, portanto, uma clara valorização do natural e do biológico, em detrimento do espiritual ou do racional. Isso traz consequências também no campo da “justiça” que, nesse contexto, se caracteriza pelo predomínio de valores instintivos e naturais, sem um equilíbrio lógico entre culpa e expiação, como ocorre no direito burguês: a justiça matriarcal funcionaria sob o princípio de talião, de revidar de modo proporcional.

Os termos “matriarcal” e “patriarcal” exigem, obviamente, uma distinção entre “feminino” e “masculino”, e aí se encontra a chave para a compreensão das especificidades de cada sociedade, como proposto por Bachofen. Para Fromm, essa diferenciação fundamental revela um traço essencialmente romântico adotado pelo antropólogo, que concebe as duas qualidades como radicalmente separadas, tanto no domínio orgânico, quanto no psíquico. Tal preceito se choca com as ideias populares dos séculos XVII e XVIII, que podiam ser sintetizadas na frase “as almas não têm sexo”, de modo que qualquer diferença psíquica era atribuída ao treinamento e à educação. Essa noção não romântica de identidade fundamental dos sexos constituiu a base para a exigência de igualdade política entre homens e mulheres, tão relevante na revolução burguesa da França. Entretanto, a suposta emancipação feminina somente tornou as mulheres iguais aos “varões burgueses”, expandindo, assim, essa fórmula descritiva para a concepção geral da natureza humana. Posteriormente, com a consolidação das conquistas da sociedade burguesa, as posições políticas progressistas foram retiradas, revogando-se, conseqüentemente, a igualdade entre os sexos. A naturalização da diferença entre os sexos acabou sendo uma das principais razões que levaram Bachofen a ser reconhecido também pelo campo conservador. Fromm observa, porém, que a radicalidade de suas descobertas superou amplamente a interpretação reacionária potencial de sua teoria, visto que a superioridade e a autoridade das mulheres e do feminino evidenciadas nas antigas estruturas sociais e culturais desnaturalizavam o patriarcalismo. Os seres humanos cometem facilmente o erro de considerarem determinada “estrutura” psíquica e social como a “natureza” psíquica e social. A descoberta do matriarcado teria sido, pois, revolucionária, justamente por evidenciar a relatividade histórica dessas estruturas e, como resultado, da

psique e da sociedade burguesas. Além disso, revelou um período em que a mulher fora a autoridade e o fulcro da sociedade, em vez de escrava do homem e objeto de transação⁵⁴.

Fromm considera duas outras características essenciais da teoria do matriarcado de Bachofen e que coincidem perfeitamente com os preceitos do socialismo. A primeira se refere ao papel decisivo da preocupação com o bem-estar material e a felicidade terrena. Por consistir numa organização social em que o ímpeto moral predominante era o amor e a compaixão maternas, reinava na sociedade matriarcal uma espécie de democracia primitiva, em que a propriedade privada inexistia e o gozo da vida presente era uma realidade para os membros da comunidade. Segundo Fromm, era um tipo de “materialismo naturalista” oriundo de um “princípio materno” dedicado ao aperfeiçoamento da vida material humana, que culminaria num hedonismo social. Ainda que diferente do materialismo dialético em termos conceituais, haveria entre eles certa identidade prática.

Já a outra característica, que se encontra intimamente vinculada a esta – e que nos aproxima mais diretamente da teorização psicanalítica –, diz respeito à fruição da sexualidade num contexto isento da depreciação cristã. A ausência de restrições sexuais atribuída por Bachofen à primitiva sociedade ginococrática, era uma clara e reconhecida condição para a felicidade humana. Partindo dessas considerações, Fromm analisa o impacto social e subjetivo das transformações pelas quais a sexualidade passou dentro do modelo de sociedade patriarcal:

A sexualidade oferece uma das mais elementares e poderosas oportunidades de satisfação e felicidade. Se ela fosse permitida na medida plena necessária ao desenvolvimento produtivo da personalidade humana, em vez de limitada pela necessidade de manter o controle sobre as massas, a realização dessa importante oportunidade para a felicidade levaria, necessariamente, à intensificação das exigências de satisfação e felicidade em outras áreas da vida. Como a satisfação dessas exigências adicionais teria de ser conseguida através de meios materiais, tais exigências, só por si, redundariam numa ruptura da ordem social vigente. Estreitamente ligada a esta encontramos uma outra função social das restrições à satisfação sexual. Na medida em que o prazer sexual como tal é declarado pecaminoso, enquanto que os desejos sexuais continuam agindo em todo o ser humano, as proibições morais convertem-se, fatalmente, numa fonte de produção de sentimentos de culpa, que são frequentemente inconscientes ou transferidos para matérias diferentes. [...] Esses sentimentos de culpa são de grande importância social. Explicam o fato do sofrimento ser sentido como justa punição para a culpa própria, em vez de ser imputado aos defeitos da organização social. Finalmente, provocam intimidação emocional, limitação das capacidades

⁵⁴ Essa asserção vai em sentido contrário às ideias posteriormente desenvolvidas por Lévi-Strauss (1949/2012) em *As estruturas elementares do parentesco*.

intelectuais – e, especialmente, críticas – da pessoa, ao mesmo tempo que desenvolvem uma dedicação emocional aos representantes da moralidade social (FROMM, 1934/1971b, p. 122).

Portanto, as pulsões sexuais dos seres humanos representam importantes “forças produtivas” da sociedade. O alcance máximo do desenvolvimento de uma pessoa e de sua independência psíquica – que, para Fromm, é representado somente pelo caráter genital – está condicionado pela ausência de restrições sexuais. Desse modo, o controle da satisfação sexual tem consequências psíquicas importantes, tanto afetivas, quanto intelectuais, implicando a possibilidade de direcionamento da libido e de seus representantes para manutenção da situação de exploração e desigualdade social. A estrutura psíquica compartilhada pelos membros de um grupo social constitui um importante suporte de estabilidade social, mas somente na medida em que as contradições entre essa estrutura psíquica e as condições econômicas não ultrapassem certo limiar. Se isso acontecer, as forças psíquicas tendem a mudar ou dissolver a ordem vigente.

Uma interessante contribuição teórica de Fromm (1934/1971b) no ensaio é seu conceito de “complexo patricêntrico”, o qual, imbuído de elementos essenciais do complexo de Édipo, mas não se limitando aos mesmos, expande a análise para a perspectiva psicológica do pai sob a ação direta de fatores socioeconômicos. Ele considera que o complexo patricêntrico está centrado numa estrutura psicológica decorrente de uma relação particular entre pai (ou seus equivalentes psicológicos) e filho. Reconhece no conceito de complexo de Édipo uma importante descoberta freudiana – ainda que contenha o equívoco da universalização –, a saber: a atitude psíquica ambivalente do filho para com o pai, isto é, um misto de identidade com rivalidade. Entretanto, Fromm assinala que essa complexa interação também é moldada pelos processos psíquicos que se desenrolam no próprio pai. Ele leva em conta, desse modo, que o pai também tem ciúmes do filho, tanto por este ainda estar no início de sua vida (ser jovem), quanto por se encontrar livre de obrigações sociais. Afirma também que, sob o ponto de vista socioeconômico, o filho é o herdeiro dos bens paternos ou seu futuro sustento e que o papel social do filho contribui para o prestígio social do pai. Em suas palavras:

Em virtude da função social e econômica do filho, o propósito da educação não é, vulgarmente, a sua felicidade pessoal – isto é, o desenvolvimento máximo da sua própria personalidade; é, antes, a sua utilidade máxima na contribuição para as necessidades sociais ou econômicas do pai. Portanto, encontramos frequentemente um conflito de objetivos entre a felicidade do filho e a sua utilidade; mas esse conflito não é, usualmente, notado pelo pai

de modo consciente, visto que a ideologia da sua sociedade leva-o a ver ambos os objetivos como idênticos. A situação ainda mais se complica pelo fato do pai frequentemente se identificar com o seu filho; espera que este seja não só socialmente útil mas realize também os desejos e fantasias paternos (FROMM, 1934/1971b, p. 125).

A qualidade do amor paterno seria, pois, condicional: o pai dedica amor a seu filho desde que cumpra com as expectativas criadas para ele. Caso isso não ocorra, o amor do pai pode se converter em descaso ou até em ódio. As consequências psíquicas para o filho seriam a perda da segurança psíquica advinda do conhecimento de que ele não é amado incondicionalmente. A intensificação do papel da consciência – isto é, o cumprimento do dever – se transforma na preocupação central da vida como garantia mínima de ser amado. Entretanto, o sentimento de culpa nunca deixará de existir, pois o desempenho do filho sempre estará aquém dos ideais fixados pra ele. Fromm resume o “complexo patricêntrico”, sob a perspectiva do filho, da seguinte forma:

[...] dependência afetiva da autoridade paterna, envolvendo um misto de ansiedade, amor e ódio; identificação com a autoridade paterna, em face das mais fracas; um supereu forte e austero, cujo princípio é que o dever tem mais importância do que a felicidade; sentimentos de culpa, reproduzidos repetidamente pela discrepância entre as imposições do supereu e as da realidade, tendo por efeito manter as pessoas dóceis ante a autoridade (FROMM, 1934/1971b, p. 120).

Contrastando o modelo de relação estabelecido no “complexo patricêntrico”, Fromm, baseado no trabalho de Bachofen, desenvolve a ideia de um “complexo matricêntrico” comparando a “natureza condicional” do amor paterno com a “natureza incondicional” do amor materno. Tais extremos estariam concebidos idealmente, ele pontua, de modo que o amor incondicional da mãe pode ser observado especialmente nos dois primeiros anos de vida do filho. O autor descreve:

Os cuidados maternos com o bebê impotente não dependem de quaisquer obrigações morais ou sociais a serem executadas pela criança; não existe sequer a obrigação dela retribuir o amor que a mãe lhe dedica. A natureza incondicional do amor materno é uma necessidade biológica que pode também fomentar uma propensão para o amor incondicional na disposição emocional da mulher. A certeza de que o amor da mãe (ou de seu equivalente psicológico) não depende de quaisquer condições significa que o cumprimento de ditames morais desempenha um papel muito menor, visto que não é condição prévia para ser amado (FROMM, 1934/1971b, p. 126).

Transpondo esses complexos psicológicos para os tipos de sociedades correspondentes, Fromm diz que tanto o antropólogo americano Lewis H. Morgan (1877) quanto Bachofen atribuem ao matriarcado as características de liberdade, igualdade e fraternidade, assim como os princípios dominantes do amor e compaixão, e não a ansiedade e a submissão, como no patriarcado. No entanto, essa imagem materna é deformada como sentimentalismo e fraqueza nas sociedades patriarcais, que reconhecem somente a coragem e o heroísmo masculinos. Essa alteração impacta diretamente, por sua vez, o complexo de Édipo, de modo que o desejo de ser amado pela mãe é substituído pelo desejo de “protegê-la” e “colocá-la em um pedestal” – a mãe deixa de ser “agente” de proteção e passa a ocupar a função de “objeto” da mesma –, formação reativa que se estenderia para outros símbolos maternos, como pátria, nação e solo. Fromm tenta, enfim, sintetizar as diferenças:

Em resumo, podemos afirmar que o indivíduo patricêntrico – e a sociedade patricêntrica – caracteriza-se por um complexo de características em que predominam as seguintes: um supereu rigoroso, sentimentos de culpa, amor dócil pela autoridade paterna, desejo e prazer de dominar pessoas mais fracas, aceitação do sofrimento como punição da própria culpa e uma capacidade danificada de felicidade. O complexo matricêntrico, pelo contrário, é caracterizado por um sentimento de confiança otimista no amor incondicional da mãe, muito menos sentimentos de culpa, um supereu muito mais fraco e uma capacidade muito maior de prazer e felicidade. A par dessas características, desenvolve-se também o ideal de amor e compaixão pelos fracos e pelo próximo em necessidade de ajuda (FROMM, 1934/1971b, p. 127)⁵⁵.

Fromm analisa também as estruturas sociais patricêntrica e matricêntrica em face das variedades do Cristianismo. Relaciona – não de maneira exclusiva, mas em seus aspectos predominantes – o tipo patricêntrico com a sociedade protestante-burguesa e o tipo matricêntrico com o Catolicismo. Reconhece que o Catolicismo apresenta muitas características patricênicas – Deus, o Pai, a hierarquia dos sacerdotes masculinos, etc. –, mas que também exhibe características matricênicas não encontradas no Protestantismo: a Virgem Maria e a própria igreja representariam, psicologicamente, a Grande Mãe que acolhe e protege os filhos em seu seio. Ainda que os ditames morais desempenhem um papel de destaque na

⁵⁵ Fromm (1934/1971b) observa que o indivíduo patricêntrico estaria relacionado com o “caráter anal”, ao passo que o matricêntrico se relacionaria com o “caráter oral” – mas não o “oral-sádico”. Porém, a tipologia baseada nas estruturas de caráter pré-genitais, por implicar, logicamente, uma fixação em nível oral ou anal, opõe-se necessariamente ao “caráter genital” e maduro. Já uma tipologia baseada nas relações objetivas em cada modelo de sociedade não apresentaria as mesmas restrições pré-genitais, de modo que um tipo matricêntrico e um tipo patricêntrico poderiam, ambos, estar relacionados com um “caráter genital”, mas cada um com suas características genitais próprias.

Igreja Católica, gerando sentimento de culpa, o crente, individualmente, pode ter a certeza de ser amado, além de possuir os meios para libertação dos sentimentos penosos, como a devoção afetiva à Igreja e seus servos. Já no Protestantismo, houve um completo trabalho de expurgo das características matricêntricas do Cristianismo:

“No centro da teologia de Lutero encontramos a dúvida ou desespero sobre a certeza de que o homem pecador possa ser amado. E só existe um remédio: a fé. No Calvinismo e muitas outras seitas protestantes, esse remédio é comprovadamente insuficiente” (FROMM, 1934/1971b, pp. 129-130).

Torna-se necessário o acréscimo do “cumprimento do dever” e do “sucesso na vida secular” como prova do favor e graça de Deus.

Posto isso, Fromm afirma que os mesmos fatores socioeconômicos são responsáveis tanto pela ascensão do Protestantismo, quanto pelo “espírito” do Capitalismo⁵⁶. Com o complexo patricêntrico, em que a realização do dever e o sucesso são as principais forças motrizes da vida, houve uma relevante internalização da coerção externa ao trabalho economicamente útil. Ele se refere aqui à noção burguesa de trabalho. Esse processo de internalização acabou por permitir com que o cumprimento dos ditames da consciência oferecesse uma satisfação que contribuiu em muito para a solidificação da estrutura patricêntrica. Entretanto, observa que o cumprimento do dever e o sucesso econômico eram satisfações somente parciais, muito limitadas quando comparadas à capacidade de gozar a vida e à segurança interna derivada do conhecimento pessoal de ser incondicionalmente amado – as características então perdidas.

Em suas considerações finais, Fromm observa que a estrutura patricêntrica, ao mesmo tempo em que constituiu a força psíquica das realizações econômicas da sociedade protestante-burguesa, produziu as condições de sua autodestruição, culminando no renascimento da estrutura matricêntrica. Não se trata, claro, de uma transformação efetiva já realizada, mas da elaboração de um projeto ético-científico de sociedade que só se tornou possível pelo desdobramento das condições antagônicas que o antecederam. Conclui:

A base psíquica do programa social marxista foi, predominantemente, o complexo matricêntrico. O Marxismo é a ideia de que, se as capacidades produtivas da economia estivessem organizadas racionalmente, todas as pessoas seriam providas de um suprimento suficiente dos bens de que cada uma delas necessita – independentemente do papel que elas desempenham

⁵⁶ Diferentemente do ensaio anterior, neste o autor se refere diretamente à importante contribuição de Max Weber (1864-1920) sobre o tema, mesmo sem citar uma obra específica.

no processo de produção; além disso, tal programa poderia ser realizado com muito menos trabalho por parte de cada indivíduo do que tem sido necessário até agora; e, finalmente, todo ser humano tem o direito incondicional à felicidade na vida, e essa felicidade reside, fundamentalmente, no “desabrochar harmonioso da personalidade de cada um”. Todas essas ideias foram a expressão racional e científica de ideias que só podiam ser expressas em fantasia, sob as condições econômicas anteriores: a Terra-Mãe dá a todos os seus filhos o que eles necessitam, sem olhar para os méritos de cada um deles (FROMM, 1934/1971b, pp. 132-133).

A partir da exposição de Fromm, podemos ver a teoria do matriarcado de Bachofen como realizadora de um feito em dois atos: ela naturaliza a diferença entre feminino e masculino em toda sua dimensão biopsicossocial e, em seguida, desnaturaliza a sociedade patriarcal. Tomando o segundo ato por base, já que o primeiro é digno de maiores ressalvas, Fromm desenvolve seu conceito de “complexo patricêntrico” como uma tentativa de complementação do conceito original freudiano de complexo de Édipo. O autor busca explicitar como determinadas necessidades socioeconômicas externas à família impõem-se a esta e passam a integrar as fantasias que regem toda a dinâmica de poder entre seus membros. A situação de fragilidade do filho e, por isso mesmo, o cuidado dos pais para com ele geram não somente um forte vínculo afetivo, como também o predisõem à identificação com tais figuras de proteção. Fromm, utilizando-se de Bachofen, tenta mostrar a estruturação dessas identificações segundo os modelos parentais produzidos conforme o tipo de sociedade: se matriarcal ou patriarcal. Assim, a centralidade da autoridade paterna e seu amor condicional, essenciais à dinâmica do complexo de Édipo, comporiam fundamentalmente as sociedades patriarcais, diferentemente do modelo matriarcal de sociedade, baseado no amor incondicional da mãe.

O complexo patricêntrico e a estrutura social burguesa-protestante proporcionam também a internalização da coerção externa ao trabalho, uma espécie de “ética do dever”. A consequência – uma novidade histórica, segundo Fromm – seria a percepção de satisfação, sempre parcial, no ato do trabalho em si, ainda que o trabalhador se encontre alienado de sua própria produção, já que esta é engendrada pela máquina capitalista e constitui um instrumento de dominação classista.

Mais uma vez, o autor utiliza o argumento do controle sexual como forma de controle social: com inibições sexuais e autoculpabilização, os indivíduos se encontram debilitados afetiva e cognitivamente para qualquer ação de superação das adversidades do sistema econômico. Isto é, eles se mantêm na condição permanente de explorados, sem forças

para reagir. Afinal, sua libido e suas respectivas representações são conduzidas a serviço da manutenção da estrutura social contemporânea, cancelando qualquer possibilidade de ruptura.

Finalizando, podemos dizer que a teorização de Fromm se dá no sentido de estabelecer a identidade entre determinados elementos da sociedade matriarcal, tais como trazidos nas especulações de Bachofen, e o socialismo, seja na esfera subjetiva ou objetiva. Desse modo, Fromm elabora uma análise sociopsicológica da condição e permanência do “espírito burguês” e da sociedade classista. Em vocabulário psicanalítico, ele associa a estrutura social patricêntrica a indivíduos com supereu rigoroso e eu passivo e imaturo intelectualmente, isto é, sem cognições e afetos que o predisponham à ação e à alteração de seu lugar no processo de produção. As sociedades matriarcais, ao contrário, estariam relacionadas com um supereu fraco, devido à inexistência do apelo à autoridade para o controle social, e um eu maduro intelectualmente e ativo socialmente. Ainda que as ideias de Bachofen sejam criticadas por seu cunho muito mais especulativo do que empírico, mesmo o antropólogo se esforçando para fundamentar seus argumentos em evidências, o emprego que Fromm faz das mesmas ganha relevância pelo questionamento da universalidade do modelo social centrado na autoridade paterna e da psique a ele correspondente, desnaturalizando, conseqüentemente, uma determinada concepção psicológica do ser humano.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório o esforço de Fromm para combinar recursos originários de ambas as tradições: da psicanálise, como a teoria psicológica por excelência, e do marxismo, como a corrente sociológica mais profícua para a compreensão da estrutura da sociedade do início do século XX. Na seleção de obras analisadas, a ênfase teórico-prática recai sobre a psicanálise, haja vista a formação e atuação clínica do autor. Desse modo, a defesa da ortodoxia freudiana se expressa de forma mais detalhada e mais volumosa, dado o espaço dedicado para descrições conceituais e aplicações à pesquisa de objetos específicos – como é o caso do “dogma cristão”, da “base psíquica do capitalismo” e dos modelos societários “matriarcais” e “patriarcais”. No entanto, os argumentos extrapsicológicos estão sempre presentes em seu trabalho, podendo ser encontrados desde o âmbito da análise do indivíduo, ao âmbito da análise da sociedade. Assim como Reich, o freudomarxismo de Fromm denuncia a obsolescência do distanciamento tradicional entre “as grandes disciplinas que tratam do homem” – especialmente a psicologia e a sociologia. As tensões e conflitos que trazem em sua base a sexualidade e as primeiras interações familiares já não poderiam mais ser

analisadas sem ao menos levar em consideração a existência de determinada forma de organização social e sua ideologia, que agem decisivamente tanto como causa parcial, quanto padrão de resolução desses problemas. Além disso, uma compreensão correta dessa mesma organização social e sua ideologia correlata não poderia se abster de investigar as qualidades psicológicas que permitiram sua assimilação e reprodução. Portanto, para Fromm, trata-se mais do desvelamento de uma complexa rede de fatores causais combinados, que de um apontamento de razões isoladas ou exclusivas. Posto isso, retomaremos, em seguida, as ideias mais gerais e essenciais para nosso propósito.

Em sua pesquisa sociopsicológica sobre a transformação do dogma cristão, importantes considerações metodológicas ganham relevo e acabam por definir a perspectiva científica de Fromm, sobretudo no que se refere à proposição de uma continuidade entre psicologia individual e social e à interação entre fatores psicológicos e sociológicos. Desse modo, ainda que ele reconheça os extremos dessa linha, onde a psique, por um lado, possa ser abordada em sua singularidade histórica, na perspectiva do indivíduo, e a sociedade, por outro, possa ser tomada pelo aspecto mais estrutural das exigências econômicas e da lógica do sistema classista, há um importante lastro que preenche os meandros dessa totalidade e que frequentemente está presente nas condições analisadas: a dinâmica sociopsicológica. Quando Fromm se propõe a analisar o problema concreto do desenvolvimento do “dogma cristológico”, ele entende que para compreender esse objeto em toda sua magnitude é necessário dar conta tanto da racionalidade socioeconômica vigente, isto é, os interesses das diferentes classes, quanto da irracionalidade oriunda das fantasias edípicas, que ganharam conotações distintas conforme a posição de atividade e contestação ou passividade e assentimento perante a figura paterna, representada por Deus e pelas autoridades políticas na vida adulta.

Na busca de uma definição metodológica para a psicologia social analítica, Fromm articula o complexo biopsíquico com a história. Através de uma apropriação peculiar do conceito de adaptação, ele defende a tese de que o organismo humano, em sua interação com a natureza, desenvolveu qualidades biológicas especiais que propiciaram o surgimento do aparelho psíquico e da complexa articulação de disposições psicológicas compartilhadas. Centrando-se no primeiro dualismo pulsional freudiano, que abarca pulsões de autopreservação e pulsões sexuais, o autor argumenta que a labilidade das últimas, diferentemente do caráter imperativo das primeiras, permitiram que elas se tornassem a base da ideologia, sedimentando de modo irracional determinadas estruturas econômicas. Sobre o método da psicologia social analítica, Fromm afirma que é o mesmo da psicanálise freudiana

ortodoxa, isto é, se define pela investigação histórica da dinâmica interacional entre o indivíduo e o meio natural e social, porém aplicado aos fenômenos coletivos. Já a função da psicologia social analítica seria a análise da estrutura libidinal de uma dada sociedade e o seu papel no processo social. Reconhecendo uma dialética fundamental entre o fator libidinal e o fator socioeconômico, ele postula uma complementação necessária entre psicanálise e marxismo e, portanto, entre psicologia e sociologia.

No desenvolvimento de sua teoria do caráter, Fromm se interessa pela aplicação da caracterologia psicanalítica ao campo da pesquisa social ampla. Assim, tendo como ponto de partida o pressuposto de que os fenômenos psíquicos derivam de fontes libidinais e das primeiras experiências infantis, a caracterologia se ocupa da investigação do impacto das pulsões pré-genitais na vida adulta, que ganhariam força, sobretudo, pela moralidade sexual repressiva imposta na educação familiar da criança. Fromm se utiliza desses recursos teóricos para compreender a base psíquica do capitalismo. Ele defende, então, que os traços comuns ao “espírito” burguês são os mesmos encontrados em indivíduos cujo caráter anal seja predominante e, conseqüentemente, que a estrutura libidinal do homem burguês seria representada por uma intensificação da libido anal. Ele inova nesse tema, inserindo uma perspectiva analítica que contempla formas primitivas de satisfação ou prazeres corporais que surgem logo no início da infância. Busca evidenciar, assim, as marcas psíquicas deixadas e seus comportamentos relacionados, advindos de um modo específico de erotização (a analidade) e de relação objetal (os padrões de interação social dessa fase). Destaca também o modo como esses traços peculiares são empregados no contexto da sociedade burguesa e da economia capitalista.

Por fim, Fromm acredita ter encontrado na pesquisa antropológica de Bachofen, um argumento que desconstrói a tese da universalidade da sociedade centrada na autoridade masculina e, conseqüentemente, da universalidade do complexo de Édipo. A partir da concepção da existência primitiva de uma organização social matriarcal, seria possível a elaboração de uma utopia em que o desenvolvimento psicológico dos indivíduos tivesse por base o amor incondicional da mãe, e não o medo do pai, alterando assim toda a estrutura do complexo de Édipo. Desse modo, a culpa, a insegurança e a submissão dariam lugar à felicidade, à segurança e à liberdade enquanto motivações inconscientes ou conscientes das condutas. Outra condição para isso seria a livre fruição da sexualidade, sem a barreira do recalque decorrente da moralidade cristã. Satisfazendo esses desejos básicos – ao mesmo tempo, biológicos e psicológicos –, o indivíduo se tornaria capaz de uma análise mais racional da realidade e de suas mediações, ultrapassando a ideologia que naturaliza o sistema de

classes e a desigualdade social. Ao introduzir o conceito de “complexo patricêntrico”, Fromm explicita como a trama de sua psicologia social se desenvolve através da psicanálise e da sociologia. Partindo do fenômeno edípico da ambivalência afetiva em relação ao pai, em que se delineiam os padrões de rivalidade e identificação do indivíduo, o autor complementa a análise com as forças socioeconômicas, as quais, aparentemente distantes, penetram na intimidade das interações familiares.

Vemos, então, a partir das obras analisadas, que Fromm se dedica a uma tarefa dupla. Ele busca, por um lado, legitimar o lugar da psicologia enquanto ciência, representada especialmente pela psicanálise, e por outro, aponta para a necessidade de um complemento sociológico aos pressupostos psicanalíticos, assim como de um complemento psicanalítico aos pressupostos sociológicos. A psique, compreendida como um aparato adaptativo diferenciado da espécie humana, estaria situada no encontro do organismo biológico com a realidade social, mas não se esgotaria nem no biológico, nem no social, constituindo uma terceira dimensão: a dos fenômenos psicológicos, sejam eles conscientes ou inconscientes. Fromm explora, desse modo, a interação dos impulsos qualitativamente distintos dos organismos humanos, que abarcam “representação energética” e “representação ideacional” de uma só vez – o campo pulsional –, com a estrutura socioeconômica da Europa de seu tempo. Assim, ele reconhece que o processo social age de um modo determinante sobre as pulsões, ao passo que elas também agem dessa forma sobre os processos sociais. Ambas as ações, porém, encontram seus limites de modificabilidade, de forma que nunca se anulam. Há algo nas pulsões que ultrapassa, mas sem completa independência, tanto o campo biológico básico (ou fisiológico) quanto o campo social. Talvez possamos dizer que, para Fromm, a afirmação freudiana de que a pulsão se apresenta como um conceito-limite entre o psíquico e o somático⁵⁷, seria mais corretamente elaborada pela interpretação de que a pulsão – cujo conceito já designa essencialmente o psíquico, através de seus representantes e demais propriedades – situa-se entre o somático e o social.

Além da defesa da realidade dos fenômenos psicológicos, Fromm acrescenta uma discussão metodológica. Ele argumenta que a psicanálise, já em sua raiz, traz a noção de historicidade como seu grande referencial clínico: a realização efetiva de uma psicanálise nada mais é que uma reconstrução da biografia dos sujeitos analisados. Assim, desde seu

⁵⁷ Definição encontrada em seus “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/2016) e em “As pulsões e seus destinos” (1915/2021d).

nível prático-terapêutico, a historicidade e a dinâmica conflitiva representariam seus pilares⁵⁸. No campo teórico, isso não seria diferente. Quando Fromm (1930/1974) afirma, em “O dogma de Cristo”, que “[a] psicanálise é a psicologia das tendências ou pulsões” (p. 17), ele quer dizer que o ser humano não é impelido a agir por asserções lógico-conscientes e fundadas no presente, mas, sobretudo, por motivações inconscientes que se engendram em decorrência das pulsões e suas representações, cuja forma própria e singular se dá a partir da história do desenvolvimento da sexualidade de cada indivíduo.

Fromm, um psicanalista do Instituto de Psicanálise de Frankfurt, se via na tarefa prioritária de assegurar a plausibilidade epistemológica do objeto e do método da psicanálise perante o Instituto de Pesquisa Social. Para alcançar esse objetivo, ele acabou por rever a clássica separação entre a ciência psicológica e a ciência sociológica, assim como a ideia de que a psicologia não estaria autorizada a falar de fenômenos sociais e a sociologia, da dimensão psicológica. Fromm, acompanhando o Freud de “Psicologia das massas e análise do eu”, questiona a clivagem então suposta entre a psicologia individual – que melhor representaria a psicologia tradicional (especialmente através da clínica) – e a psicologia social – cujo interesse pelos comportamentos institucionalizados e coletivos a aproximaria da sociologia. Ele afirma que não haveria uma diferenciação, em sentido forte, dos objetos dessas duas “psicologias”. A psicologia individual, ainda que se direcione mais diretamente ao indivíduo, trata de um tema que carrega em sua essência a sociedade, já que este mesmo indivíduo se desenvolve como tal somente a partir das relações em sua microssociedade imediata: o núcleo familiar. Por outro lado, no âmbito da psicologia social, ainda que ela não se dedique ao estudo aprofundado das articulações simbólicas singularizadas – isto é, o indivíduo, com suas pulsões e representações individuais –, é preciso reconhecer que os conteúdos psíquicos generalizados obedecem, em algum nível, a um tipo de organização individual e de satisfação libidinal que são sentidos e experimentados pelo organismo, sendo necessário o conhecimento acerca dos mecanismos psicológicos envolvidos.

A discussão entre psicologia individual e psicologia social se desloca para a discussão mais ampla e explícita entre psicologia e sociologia, utilizando, em essência, uma argumentação semelhante. O que poderia ser indício de qualidades distintas entre pesquisas estritamente psicológicas ou sociológicas se revela, para Fromm, algo que, independentemente da direção tomada, quase sempre apresentará tanto a dimensão psicológica, quanto a social, definindo uma imbricação intrínseca a elas. Há casos específicos

⁵⁸ Essas características justificariam, para Reich, atribuir à psicanálise a qualidade de uma ciência dialética.

em que o elemento psicológico ou o sociológico é suficiente. Entretanto, em outros, qualquer tentativa de separação radical representaria uma violência em relação ao objeto, que passa a ser visto em suas múltiplas dimensões. Em “Método e função de uma psicologia social analítica”, ele diz:

A tese de que a Psicologia só trata do indivíduo, ao passo que a Sociologia só se ocupa da “sociedade”, é falsa. Pois assim como a Psicologia diz sempre respeito a um indivíduo socializado, também a Sociologia trata sempre com um grupo de indivíduos cuja estrutura e mecanismos psíquicos têm de ser levados em consideração (FROMM, 1932/1971d, p. 139).

Se observamos a defesa de Fromm de uma independência relativa da dimensão psicológica, também presenciemos sua ressalva de que ela nunca se encontra isolada da dimensão biológica e da dimensão social. Essa é a única forma de “ciência natural” aplicada ao ser humano que o autor vislumbra, exigindo, para isso, a aceitação do entrelaçamento dessas três dimensões. Em relação à psicologia e à sociologia, mais precisamente, cuja competição é notória, o reconhecimento histórico das produções científicas que ambas as tradições trouxeram, cada uma na defesa inicial de uma racionalidade específica, não impor, necessariamente, uma ação prospectiva que mantivesse a concorrência ou o isolamento das referidas disciplinas. Há objetos em que a participação concomitante da realidade psíquica e da realidade social, de modo igualmente essencial, exigiria a análise conjunta das duas racionalidades científicas para a compreensão dessa totalidade. Portanto, partindo de pressupostos freudomarxistas, Fromm cria sua psicologia social analítica, a qual, sem pretensão reducionista, reconhece a complementariedade dos objetos e o aspecto multidimensional dos fenômenos.

4 THEODOR ADORNO E A NEGAÇÃO DA SÍNTESE ENTRE PSICOLOGIA E SOCIOLOGIA

Enquanto Reich e Fromm se empenharam na busca de formas de articular psicologia e sociologia – através de Freud e Marx –, Adorno insistia na necessidade da separação entre estas ciências para a compreensão do estado de cisão contemplado entre indivíduo e sociedade. Nascido em Frankfurt, em 1903, Theodor Wiesengrund-Adorno era filho de um judeu alemão convertido ao protestantismo e de uma católica alemã. A mãe, antes de se casar, fora uma cantora de renome, assim como a tia era uma pianista conhecida – ambas da família Adorno (WIGGERSHAUS, 1986/2006). Sob tamanha influência musical, aos 16 anos, entrou para o conservatório. Também desde a adolescência passou a estudar Kant com Siegfried Kracauer⁵⁹. Em 1921, aos 17 anos, começou a estudar filosofia, musicologia, psicologia e sociologia em Frankfurt. Apesar da formação plural, contudo, os ensaios de Adorno na década de 1920 e início da de 1930 se dirigiam principalmente à crítica e estética musicais, os quais foram seguidos de estudos de sociologia da música⁶⁰.

A psicologia, por sua vez, não é tematizada de modo essencial desde o início da produção intelectual de Adorno. A exceção – e com merecido destaque – é seu trabalho de 1927, intitulado *O conceito de inconsciente na doutrina transcendental da alma* (1927/2018), em que o autor defende a psicanálise freudiana como a ciência empírica do inconsciente:

Colocamos tão alto a importância da psicanálise porque ela serve ao conhecimento do inconsciente sem carregar o inconsciente de um *pathos* metafísico que não lhe convém e porque seu conhecimento é orientado para a resolução dos próprios estados inconscientes, e representa, então, uma excelente defesa contra toda metafísica das pulsões e toda deificação da vida simplesmente apática, orgânica (ADORNO, 1927, citado por WIGGERSHAUS, 1986/2006, p. 113).

Na década de 1940, diferentemente, a introdução tanto da ciência psicológica, quanto de temas e conceitos psicológicos nos trabalhos de Adorno ganha relevo. Ao final dos anos de 1930, enquanto Fromm interrompia sua ligação com o Instituto, Adorno se integrava a ele

⁵⁹ Siegfried Kracauer (1889-1966) foi um jornalista, filósofo e sociólogo de Frankfurt que, após conhecer Adorno, ao final da Primeira Guerra, tornou-se seu amigo e mentor.

⁶⁰ Em minha dissertação de mestrado, intitulada *Fetichismo, regressão e mal-estar: uma interlocução entre Adorno e Freud sobre o estado da cultura* (CARVALHO, 2016), busquei estabelecer uma relação objetiva dos conceitos de fetichismo e regressão em Freud e Adorno, assim como o diagnóstico comum do mal-estar dos indivíduos de seu tempo, utilizando como base, ao me referir a Adorno, seu ensaio “O fetichismo na música e a regressão da audição” (1938/1999).

plenamente, o que acabou levando-o a assumir a responsabilidade pela discussão dos assuntos psicológicos. Em 1944, juntamente com Horkheimer, utiliza-se da psicanálise – indiretamente – em suas especulações acerca da origem da subjetividade e na crítica da indústria cultural e do antissemitismo, argumentos contidos na obra *Dialética do esclarecimento* (1947/1985), publicada alguns anos depois. Em 1946, ele escreve o ensaio “A psicanálise revisada” (1952/2015a), no qual defende a ortodoxia freudiana perante sua revisão realizada por um grupo de psicanalistas em Nova York – primeiro ensaio a ser analisado neste capítulo. Além do mais, da mesma forma em que se realizou na Alemanha, na década anterior, os *Studien über Autorität und Familie* [Estudos sobre autoridade e família] (1936/1987), ao longo da década de 1940, produziu-se o segundo grande estudo empírico do Instituto, já em atividade nos Estados Unidos, chamado de *Estudos sobre o preconceito*. Um dos cinco volumes da série foi escrito por Adorno, juntamente com os psicólogos Else Frenkel-Brunswik, Daniel J. Levinson e R. Nevitt Sanford, sob o título de *The Authoritarian Personality* (1950). Assim, se na *Dialética do esclarecimento* (1947/1985) as categorias psicanalíticas são usadas para compreender a cultura, neste último elas são usadas para compreender o indivíduo em sua interação com a cultura (ROUANET, 1978/1998).

Na década seguinte, Adorno publica “Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista” (1951/2015c), ensaio em que relaciona a teoria da psicologia de massas de Freud com o fenômeno do fascismo – segundo texto do autor abordado no capítulo. Ainda, em “Sobre a relação entre sociologia e psicologia” (1955/2015b), ele escreve o que seria o seu maior trabalho dedicado à discussão envolvendo ambas as ciências – terceira e última obra aqui analisada. Por fim, até o final de sua produção intelectual pode ser visto uma retomada do tema, como, por exemplo, em *Introdução à Sociologia* (1968/2008), sua última conferência, proferida um ano antes de seu falecimento, em que ainda reserva um espaço para a discussão da teoria freudiana.

Segundo a filósofa inglesa Gillian Rose (1978/2014), Adorno foi um dos primeiros pensadores de seu contexto a reconhecer a importância da teoria psicanalítica para certos problemas filosóficos e para a análise sociológica. Desse modo, para a autora, ele utiliza o pensamento freudiano na tentativa de iluminar duas questões centrais que, ao menos a partir da década de 1940, sempre lhe acompanharam: a primeira se refere a como os indivíduos se submetem a ideologias que contrariam seus próprios interesses racionais, isto é, ele investiga as condições psicológicas que viabilizam o comportamento irracional; a segunda, atrelada à primeira, diz respeito à mudança na formação sociopsicológica individual, ou seja, à perda de autonomia e, em última instância, à degradação mesma da categoria de indivíduo. Nessa

jornada, Adorno tanto se apropria dos conceitos psicológicos, quanto promove uma discussão sobre a natureza do objeto da ciência psicológica.

4.1 O REVISIONISMO PSICANALÍTICO E A CASTRAÇÃO SOCIOLÓGICA DA PSICOLOGIA

Em meados da década de 1930, formou-se um grupo à parte nos meios psicanalíticos nova-iorquinos com o objetivo de combinar psiquiatria, psicanálise, sociologia e etnologia (WIGGERSHAUS, 1986/2006). Este grupo era integrado pelos emigrados alemães Erich Fromm e Karen Horney, e também pelo americano Harry Sullivan, dentre outros, e ficou conhecido por desenvolver uma espécie de psicanálise “culturalista” ou, como Adorno prefere chamar, “revisionista”. Em 1939, Horney publica *Novos rumos na psicanálise* (HORNEY, 1939/1966), livro em que tece críticas severas ao que denomina de biologicismo e mecanicismo da ortodoxia freudiana. Em 1946, Adorno, por sua vez, redige um artigo intitulado “Social Science and Sociological Tendencies in Psychoanalysis”⁶¹ (JAY, 1976), em que desenvolve uma “crítica da crítica”, isto é, tomando o livro de Horney por base, não só questiona, como aponta equívocos no “novo rumo” do revisionismo psicanalítico. Dada a relevância do artigo para a discussão sobre a relação entre psicologia e sociologia, ele será aqui analisado em seu sentido geral. Por isso, não nos preocuparemos com os pormenores da descrição adorniana dos argumentos de Horney, tampouco na contra-argumentação do autor. Nosso olhar se direciona para o esclarecimento das duas dimensões do texto: a defesa da ortodoxia freudiana, indício do reconhecimento por parte de Adorno de um discurso psicológico possível e, por outro lado, a crítica a esse mesmo pensamento, buscando evidenciar a necessidade de um complemento sociológico para a compreensão da realidade social na qual o psiquismo está inserido.

Adorno percebe, já em sua época, uma espécie de movimento corrente de “sociologização” da psicanálise. Ele concorda com essa perspectiva em relação ao equívoco da utilização de “derivações psicológicas” como mote fundador da sociedade, afirmando que “a psicologia, como um setor da ciência dividida em especialidades, não pode dominar a problemática social e econômica em sua totalidade” (ADORNO, 1952/2015a, p. 44).

⁶¹ Originalmente escrito em inglês, em Los Angeles, o artigo teve sua primeira publicação em alemão apenas em 1952, sob o título “Die revidierte Psychoanalyse” [“A psicanálise revisada”] (ADORNO, 1952/1997a). A versão por mim utilizada é uma tradução para a língua portuguesa desta última, e por isso utilizo nas citações a referência ao ano de 1952, ao invés de 1946.

Reconhece o mérito dos revisionistas – críticos internos da psicanálise – em chamar atenção para o problema, porém, discorda fundamentalmente quanto à alternativa por eles construída, afirmando que, além de suas restrições teóricas, acabaram por anular os “discernimentos críticos sobre a essência da sociedade” que a psicanálise ortodoxa trazia.

A divergência dos neofreudianos em relação a Freud se expressaria essencialmente, segundo Adorno, pelo que eles consideram como “limitações de uma psicologia das pulsões”. A expressão “psicologia das pulsões”, para Adorno, traria consigo um sentido ambíguo: por um lado, uma psicologia que divide a psique, mecanicamente, em certo número irredutível de pulsões e por outro, um procedimento psicológico que insiste em analisar a razão e os modos de comportamento socialmente determinados como produtos de impulsos sexuais e de autopreservação. Esse seria também o núcleo da argumentação adorniana tanto da defesa, quanto da crítica à ortodoxia freudiana. Isso porque Adorno defende, em vários momentos, a libido e a teoria das pulsões como fatores que, justamente por abarcarem uma dimensão pré-social – isto é, fenômenos essencialmente psicológicos –, contribuem com o desvelamento dos mecanismos que operam sobre o comportamento humano. Ao mesmo tempo, ele critica a utilização universal desses elementos para a explicação de fenômenos de origem extrapsicológica.

Na crítica ao discurso revisionista, Adorno denuncia a suposta superficialidade de Horney em relação ao embate tão caro à psicanálise freudiana entre mundo interno e externo. Para ela, a assimetria entre as pressões culturais e os conflitos sexuais seria evidente, de modo que estes ocupariam papel muito menos relevante que aquelas. A consequência teórica principal dessa consideração, segundo a tônica de Adorno neste artigo, seria que, no ocultamento dessa reciprocidade fundamental, ambas as partes perdem sua verdadeira força. As demandas profundas e insistentes da sexualidade são relegadas – explicitamente – a um tipo de capricho da espécie, secundário, enquanto as demandas culturais, soberanas, ganham contornos – implicitamente – de problemas de resolução aparentemente mais simples do que realmente o são. Diz Adorno:

a psicanálise radical, ao se dirigir à libido como algo pré-social, alcança tanto filogeneticamente quanto ontogeneticamente aqueles pontos em que o princípio social da dominação coincide com o princípio psicológico da repressão [recalque] pulsional” (Adorno, 1952/2015a, pp. 52-53).

Isto é, a teorização freudiana revela uma dramática estrutura conflitiva em sua expressão psicológica – o sofrimento psíquico de indivíduos insatisfeitos –, mas que encontra

manifestação correspondente na dimensão sociológica – o domínio e exploração de uma classe social sobre a outra –, cuja transformação exigiria uma revolução das bases nas quais se assenta, e não pequenas acomodações. O terreno para as mudanças se localizaria no âmbito da sociedade, porém, sem a compreensão da dinâmica das pulsões sexuais, faltaria um importante elemento diagnóstico e, desse modo, orientador da intervenção.

A sociologização da psicanálise traz também a exclusão de todas as representações propriamente somáticas, transformando a psicanálise em uma espécie de assistência social superior. Portanto, em “vez de analisar a sublimação, os revisionistas sublimam a própria análise” (ADORNO, 1952/2015a, p.53), tornando-a aceitável universalmente. A evidência para a afirmação se encontra, mais uma vez, na postura em relação à sexualidade. Os revisionistas realizariam uma dessexualização empreendida em nome da sociologia que, ao fim e ao cabo, acaba por confirmar preconceitos sociais. A busca por pulsões “mais nobres” acabou por produzir uma abominação do sexo e, ao mesmo tempo, uma glorificação da família em sua forma atual. Um exemplo dessa ocultação da sexualidade seria a teoria do sadismo de Horney, cujo pilar é puramente social, e não sexual, evidenciando, para Adorno, uma tendência essencial ao conformismo social. O mesmo aconteceria com o conceito de narcisismo que, segundo o revisionismo de Horney, consistiria numa “inflação do eu”, isto é, uma interpretação orientada economicamente para designar, no sítio psicológico, uma expressão maior do que o “valor” que existe de fato. Para Adorno, Horney

[...] passa ao largo da raiz sociológica do narcisismo: de que o indivíduo, devido às dificuldades quase intransponíveis que se colocam hoje em dia no caminho de relações espontâneas e diretas entre os seres humanos, *é forçado a dirigir para si mesmo suas energias pulsionais não utilizadas* (ADORNO, 1952/2015a, pp. 59-60 – grifo meu).

O “espírito de concorrência” como causa primeira da angústia contemporânea e da “personalidade neurótica do século XX” seria outro exemplo de sociologização malsucedida realizada por Horney. O conceito domesticado de concorrência viria substituir as ameaças não sublimadas de violência, presentes tanto nas sociedades arcaicas como na atual. O autor lembra que na “época dos campos de concentração, a castração é mais característica da realidade social do que a concorrência” (ADORNO, 1952/2015a, p. 58). Assim sendo, o conceito revisionista substitutivo acabaria por negar o terror à violência física, muito mais real e concreta. Também atribuem à concorrência, por fim, a responsabilidade pelo infortúnio das relações sociais – inclusive as sexuais – e pelo desenvolvimento de hostilidades potenciais ou manifestas.

Em sua crítica às alternativas revisionistas, Adorno afirma que a pretensiosa “ciência da irracionalidade” foi transformada em uma mera “psicologia do eu”, assim como sua função objetiva de revelação da história fora encoberta pelo desespero das correlações imediatas com fenômenos do presente. Em suas palavras:

É como se a compreensão de Freud sobre a inevitabilidade dos conflitos culturais, portanto, sobre a dialética do progresso, não tivesse esclarecido mais acerca da essência da história que a apressada invocação de fatores do ambiente, que, segundo os revisionistas, explicariam o surgimento dos conflitos neuróticos (ADORNO, 1952/2015a, p. 47).

Dessa forma, a imbricação das categorias psicológicas dos revisionistas com a imagem da situação contemporânea se dá não sem perdas à sua historicidade interna. Afinal, somente na civilização “desenvolvida” o eu se tornou propriamente uma instância autônoma. Ao romper com a teoria das pulsões e, conseqüentemente, com seu papel na gênese do eu, os revisionistas recairiam no discurso racionalista da concepção do eu como um conjunto de faculdades psíquicas *a priori*. Esse também é o argumento que embasa a crítica adorniana à tendência adaptacionista de Horney de negar o passado e focar na apreensão restrita do presente. Sua postura eliminaria tudo o que ultrapassa a presença imediata e que, justamente, integraria a constituição do eu. A centralidade das vivências e lembranças infantis serviria ainda como evidência da fragmentação da personalidade, ao contrário da estrutura contínua e total como querem os revisionistas. Segundo Adorno:

O fato de Freud ter destruído o mito da estrutura orgânica da psique conta como um de seus maiores méritos. Com isso, ele compreendeu mais da essência da mutilação social do que qualquer paralelismo direto entre o caráter e as influências sociais poderia fazê-lo (ADORNO, 1952/2015a, p. 49).

Para Adorno, nos estágios iniciais do revisionismo, alguns de seus autores – entre os quais, Fromm – apontaram corretamente uma contradição na teoria freudiana. Por um lado, a moral é deduzida geneticamente, isto é, sua origem data da formação do supereu e do sentimento de culpa decorrente. Por outro, no entanto, determinados parâmetros morais oficiais – como a ideia de utilidade social e de produtividade – permanecem intocados. O problema foi que, ao tentarem escapar dessa contradição, eles acabaram por promover uma simples inversão da mesma: após tecerem críticas às limitações de Freud quanto ao contexto sociológico mais amplo, os revisionistas reproduziram, novamente, normas preestabelecidas como postulados dogmáticos. Isto é, guiados por uma espécie de “furor sociológico”,

realizaram uma sociologia rasa em que desconstroem as normas morais anteriores, ao mesmo tempo em que proclamam novas em nome do bem-estar do indivíduo e da sociedade. Na crítica à moral freudiana, incorreram em um novo discurso moralista. Adorno pontua:

Não se pode negar o aspecto da dialética do progresso, segundo o qual indivíduo e sociedade são tanto mais ameaçados de regressão total, quanto mais as ideias são dissolvidas através da revelação de seu caráter místico. Essa antinomia, na qual participa a psicanálise enquanto parte do esclarecimento, deve ser compreendida: pertence ao desdobramento atual do pensamento filosófico, a explicação de ambos os momentos antagônicos. Seria derrotismo intelectual abandonar este beco sem saída como está e propagar uma espécie de dupla moral: por um lado, a dissolução psicológico-genética das representações morais através da redução à origem do superego e dos sentimentos de culpa neuróticos, e, por outro lado, a proclamação abstrata de valores morais, sem ligação com os conhecimentos psicológicos. A concepção neofreudiana conduz, segundo seu próprio sentido objetivo, a uma semelhante confirmação do código convencional com a má consciência, a dupla moral da moral (ADORNO, 1952/2015a, pp. 56-57).

Mas Adorno tampouco deixa a psicanálise freudiana isenta de críticas, apesar de este não ser o objetivo principal do artigo. O autor considera que, ainda que Freud reconheça o caráter repressivo e, portanto, patogênico das exigências civilizatórias, em nenhum momento ele contesta fundamentalmente seus postulados, numa atitude – mesmo implícita – de certo conformismo e aceitação da inevitabilidade das imposições⁶². Seguindo a mesma lógica, ele abdica também da análise do fato de determinadas formas de satisfação serem “repreensíveis” ou, ao contrário, “irrepreensíveis” psicologicamente e socialmente, abandonando a constatação a uma aparente obviedade, como um caminho natural das coisas. A crítica fica evidente na seguinte passagem:

A aporia remete à psicanálise como tal. Por um lado, a libido vale para ela como a própria realidade psíquica; a satisfação, como positiva; a frustração, por conduzir ao adoecimento, como negativa. Por outro lado, a civilização, que compele à frustração, é aceita por ela, se não de forma francamente acrítica, certamente de forma resignada. Em nome do princípio de realidade, ela justifica o sacrifício psíquico do indivíduo, sem expor o próprio princípio de realidade a uma prova racional (ADORNO, 1952/2015a, p. 67).

Assim, Adorno não enxerga problemas somente no sociologismo psicanalítico dos revisionistas, mas na própria psicanálise ortodoxa. A diferença é que, nesta última, ele reconhece uma importante função de crítica social que, independentemente da consciência ou

⁶² Para uma problematização dessa conclusão de Adorno, ver Freitas (2018).

não de seu próprio autor, possui inequívoco valor objetivo. A asserção “Freud tinha razão onde ele não tinha razão” é a ratificação dessa atitude de Adorno perante a psicanálise. O desconhecimento freudiano da distância que separa o discurso sociológico do psicológico acabou por permitir-lhe atingir, em seu método investigativo das psiques individualizadas, verdades da realidade social que se encontravam profundamente enraizadas na realidade psicológica, ainda que inconscientes. Esse seria o aspecto central da legitimação objetiva do método freudiano: a arquitetura simbólica específica das psiques individuais, culminando em vivências de dor e sofrimento – sua neurose –, resultaria das condições impostas pela sociedade de seu tempo. O autor escreve:

A força de sua teoria [de Freud] se nutre de sua cegueira perante a separação entre sociologia e psicologia, que, de fato, é o resultado daqueles processos sociais que muitos revisionistas, na linguagem da tradição filosófica alemã, denominam a autoalienação do ser humano. Se o discernimento crítico das faces destrutivas daquela separação persuadiu os revisionistas a agir como se o antagonismo entre o ser privado e social do indivíduo fosse tratável com psicoterapia, então Freud, precisamente através de sua atomística psicológica, forneceu expressão adequada a uma realidade em que os seres humanos são realmente atomizados e separados um do outro por um abismo intransponível. Esta é a legitimação objetiva de seu método: penetrar nas profundezas arcaicas do indivíduo e tomá-lo como um absoluto que somente se vincula à totalidade através de sofrimento e penúria da vida (ADORNO, 1952/2015a, pp. 62-63).

Análise semelhante pode ser encontrada no reconhecimento de Adorno do valor objetivo do fato de Freud ter feito da sexualidade algo central, ao mesmo tempo em que a vincula aos tabus sexuais. Isso não corresponderia a um mero erro intelectual, mas sim ao estado objetivo de que prazer e proibição não podem ser separados mecanicamente um do outro, pois se condicionam reciprocamente. Se a psicanálise negar esta imbricação, transforma-se em “uma espécie de terapia social para resolução sadia dos conflitos do eu e resulta na ratificação da mesma sociedade patriarcal de que a secessão queria se apartar” (ADORNO, 1952/2015a, p. 62). Do mesmo modo, o autor defende o pessimismo freudiano, acusado de reacionário pelos revisionistas, por testemunhar sobre a verdade oculta sobre as relações humanas de seu tempo. Falar do sombrio e de sofrimento implica um discurso que, no mínimo, constrange a ideologia oficial, que se apega ao luminoso e ao agradável. Essa insistência de Freud no mal-estar subjetivo seria a expressão exata do impacto da estrutura socioeconômica sobre as pulsões e o eu. Para Adorno, portanto, o abandono da esperada busca pela síntese – atitude expressa, aliás, não só na psicanálise freudiana, mas em todo pensamento burguês radical – tem o mérito de recusar uma harmonização artificial do que se

encontraria, em si, cindido, e com isso, evidenciar o caráter antagônico da realidade social, dentro dos limites, ressalta, da teoria e da práxis no interior de uma divisão de trabalho predeterminada. Talvez a principal denúncia de Freud do estado civilizacional se expresse através da afirmação adorniana de que a “incerteza da própria finalidade da adaptação, a desrazão da ação racional, que a psicanálise revela, refletem algo da desrazão objetiva” (ADORNO, 1952/2015a, pp. 68-69).

Por fim, somadas às críticas ao sociologismo dos neofreudianos, encontramos no ensaio, ainda que de forma breve, princípios norteadores para uma psicologia social analítica. Como observado anteriormente, Adorno não aprova a argumentação que fundamenta o afastamento dos revisionistas da discussão radical da sexualidade, tampouco a alternativa que oferecem: eles anulam a dinâmica pulsional, subtraindo sua função na constituição do caráter, e introduzem uma espécie de supremacia acrítica do ambiente. Ao fazerem isso, criam a dicotomia entre um eu “pré-dado”, ao menos parcialmente, e um mundo exterior, que exerce sobre ele sua “influência”. O autor considera questionável tanto o aspecto psicológico, quanto o sociológico dessa relação. Haveria nela um individualismo ingênuo que, por um lado, desconsidera o postulado de que a própria categoria de individualidade é um produto da sociedade, sendo, pois, inconcebível pensá-las separadamente. Por outro lado, porém, admite uma espécie de teoria cognitiva primitivamente realista, abolindo da análise um importante componente da gênese do eu ao substituir a ideia psicológica da dinâmica pulsional – que envolveria de modo fundamental a instância psíquica do isso e elementos como afetos, demandas inconscientes, sexualidade, etc. –, por uma “dinâmica cognitiva”, isto é, sob a égide do eu e da racionalidade. Posto isso, ele prescreve:

Em vez de destacar o indivíduo dos processos sociais, para então descrever as influências formadoras dos últimos, uma psicologia social analítica teria que descobrir forças sociais determinantes nos mecanismos mais íntimos do indivíduo. [...] Quanto mais profundamente a psicologia sonda as zonas críticas no interior do indivíduo, tanto mais pode perceber de forma adequada os mecanismos sociais que produziram a individualidade (ADORNO, 1952/2015a, p. 52).

O objetivo do ensaio de Adorno é claro: uma crítica ao revisionismo psicanalítico, confrontando-o com a ortodoxia freudiana. Esse revisionismo ao qual se dirige consistiria numa “sociologização da psicanálise”, isto é, na imposição de elementos sociológicos à teorização psicológica de Freud, sobretudo em relação à dinâmica das pulsões. O autor reconhece a legitimidade da inquietação do referido grupo de psicanalistas, que percebe as

limitações do pensamento freudiano ao empreender uma espécie de “totalização psicológica da realidade”. Todavia, ele pontua que, na tentativa de encontrar uma solução para o problema, eles não somente desconsideraram valiosas descobertas da ortodoxia psicanalítica, como caíram nas mesmas armadilhas que se propuseram a desarmar. Adorno diz que “justamente os fenômenos que, em virtude de sua irracionalidade, demandam de forma mais urgente a explicação psicológica, são novamente introduzidos como princípios da explicação e nivelados como obviedades” (ADORNO, 1952/2015a, p. 51). No afã de oferecerem explicações sociológicas para as supostas causas internas e psicológicas, os revisionistas teriam perdido de vista a radicalidade dos próprios processos sociais iluminados por Freud na investigação das profundezas individuais. Segundo Rouanet (1978/1998), ao recusarem o reconhecimento da existência da libido – na acepção freudiana –, foram incapazes de perceber sua utilidade analítica, restringindo a psicologia à camada mais superficial do eu.

Portanto, a principal relevância da crítica ao sociologismo revisionista para nossos propósitos é que nos serve de indício para compreensão do pensamento de Adorno acerca da função de um programa investigativo cientificamente correto de psicologia. Destaca-se em suas palavras a necessidade de um complemento sociológico à psicanálise para a compreensão da totalidade social, porém, não nos moldes implementados pelos neofreudianos. Em sua prisão abstrata, estes recaem numa psicologia do eu e moralista. O corpo e a sexualidade seriam essencialmente preteridos enquanto realidades em si, representando tão somente uma tela para pintura. No protesto contra a teoria sexual de Freud, justificado por uma tentativa de resgate do tema do amor, eles se apoiaram na diferenciação convencional e conservadora – não freudiana – entre amor sexual e amor sublime. Ao rejeitar o impacto estruturante do passado sobre o indivíduo, Horney, mais uma vez, incorreria numa supervalorização do presente e, desse modo, na sobreposição do funcionamento adaptativo ao reconhecimento de uma realidade conflitiva, impondo a racionalidade sobre o irracional. Em um golpe final e contundente, Adorno assevera sobre os revisionistas:

Em suas mãos, a teoria freudiana se transforma em mais um meio de integrar as moções psíquicas ao *status quo* social. Da análise do inconsciente, eles fazem uma parte da cultura de massa industrializada; de um instrumento do esclarecimento, um instrumento da aparência ilusória de que a sociedade e indivíduo se recobrem, tal como a adaptação à realidade onipotente e a felicidade (ADORNO, 1952/2015a, p. 69).

Enfim, o desconhecimento de Freud perante a relativização histórica de suas descobertas de modo algum as invalida. A desconsideração de fatores sociológicos imediatos,

quando comparada à atitude revisionista, teria sido justamente o que permitiu, objetivamente, que Freud penetrasse os conflitos sociais através das profundezas das psiques individuais. Não é, pois, contra o método da psicanálise ortodoxa que se dirigem as críticas de Adorno, mas sim, contra a interpretação imprecisa das conexões entre indivíduo e sociedade. Para o autor, a psicologia se relaciona intrinsecamente com a individualidade, e esta não pode ser vista senão como um produto das mediações sociais na sua relação com as pulsões. Assim, uma psicologia social analítica investigaria de que forma o que era geral se transformou em algo singular, isto é, como uma rede simbólica compartilhada adquire uma configuração individualizada, assim como os caminhos pelos quais as demandas pulsionais vêm integrar a estrutura social.

4.2 A FUNÇÃO DA “PSICOLOGIA DE MASSAS” NA EXPLICAÇÃO DO FENÔMENO “SOCIOLÓGICO” DO FASCISMO

Do mesmo modo em que, na década de 1930, o Instituto de Pesquisa Social empregara métodos de pesquisa empírica na Alemanha em seus *Studien über Autorität und Familie* [*Estudos sobre autoridade e família*] (1936/1987), na década de 1940, em solo estadunidense, repetiu-se o feito com os *Studies in Prejudice*. Esse trabalho consistiu numa série de cinco volumes, publicados separadamente, que visava a investigação do antissemitismo presente na população norte-americana. Um desses volumes, intitulado *Prophets of Deceit: A Study of the Techniques of the American Agitator* (1949), de Leo Löwenthal e Norbert Guterman, tratou da natureza e do conteúdo dos discursos e panfletos dos agitadores fascistas estadunidenses dos anos de 1940. Considerando que os autores cumpriram o objetivo de elucidar as conotações psicanalíticas envolvidas nesses dispositivos isolados de comunicação, Adorno (1951/2015c) pensa ser necessário avançar a análise a partir do desenvolvimento de um quadro teórico de referência, que consistiria na aplicação de uma teoria psicanalítica mais abrangente à abordagem que se centra no agitador. Com esse intuito ele escreve o ensaio “Freudian Theory and the Pattern of Fascist Propaganda” (1951), publicado originalmente em inglês no terceiro volume da revista *Psychoanalysis and the Social Sciences*, organizada pelo antropólogo e psicanalista húngaro Géza Róheim (1891-1953).

Antes de desenvolver sua proposta teórica, Adorno (1951/2015c) resume a análise dos autores citados em dois aspectos principais. Primeiramente, eles identificaram que o material da propaganda fascista estadunidense não toca em questões políticas concretas,

baseando-se mais em cálculos psicológicos para atrair seguidores do que na exposição de fins racionais. O objetivo desses agitadores é instigar o que é comumente chamado, desde Le Bon⁶³, de “psicologia das massas”, isto é, transformar as pessoas em multidões predispostas à ação violenta mesmo sem motivações políticas sensatas. Em segundo, reconhecem uma sistematicidade e um padrão rigidamente estabelecidos nos dispositivos propagandísticos dos agitadores, propiciando uma grande similaridade entre os discursos. Esclarecidos esses elementos, Adorno direciona sua atenção para o sistema psicológico que os produz.

Um quadro de referência suficiente para a compreensão do aspecto psicológico do fenômeno já teria sido fornecido pelo próprio Freud em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921/2011), muito antes de o perigo do fascismo alemão se tornar iminente. Adorno (1951/2015c) atribui à “psicologia de massas” freudiana um valor tanto de inovação teórica, quanto de antecipação da realidade europeia. Sobre a originalidade do ensaio, ele afirma:

[...] nesse livro o termo “eu” não denota a instância psicológica específica tal como descrita nos textos posteriores de Freud, em contraste com o isso e o supereu; ele significa simplesmente o indivíduo. É uma das mais importantes implicações da *psicologia de grupo* de Freud não ter reconhecido uma “mentalidade da massa” independente e hipostasiada, mas sim reduzir os fenômenos observados e descritos por autores como Le Bon e McDougall a regressões que se realizam em cada um dos indivíduos que formam uma multidão e caem sob seu sortilégio (ADORNO, 1951/2015c, p. 156 – nota de rodapé).

O método de Freud consistiria numa interpretação dinâmica da descrição de Le Bon sobre a mentalidade de massa e, ao mesmo tempo, uma crítica de alguns conceitos dogmáticos empregados por ele e por outros psicólogos pré-analíticos como se fossem chaves para a compreensão de determinados fenômenos. Ele não questiona a descrição das massas realizada por Le Bon, caracterizadas por serem: altamente desindividualizadas, irracionais, facilmente influenciadas, dispostas à ação violenta e de natureza regressiva, em geral. O que difere em sua teoria é, segundo Adorno, a ausência do tradicional desprezo pelas massas, como normalmente é tratado pelos psicólogos mais antigos: “Em vez de inferir, a partir das descobertas descritivas usuais, que as massas são inferiores *per se* e tendem a permanecer assim, ele questiona, com o verdadeiro espírito do esclarecimento: o que faz as massas serem massas?” (ADORNO, 1951/2015c, p. 158). Na busca de uma resposta, Freud rejeita a hipótese fácil do “instinto gregário”, pois ela denotaria justamente o problema, e não a

⁶³ Adorno se refere ao livro *Psychologie des foules* (1895/1905), publicado em português com a tradução de *Psicologia das multidões* (1895/2019).

solução. Além dos argumentos psicológicos para o feito, Adorno também considera que o autor esteja em um solo muito mais seguro do ponto de vista sociológico, pois não se utiliza das mesmas comparações biológicas de Le Bon, aproximando-se mais das características liberais dos membros das massas contemporâneas. Sendo assim, ele reforça o argumento freudiano:

Mesmo se fosse necessário assumir que sobrevivem pulsões arcaicas e pré-individuais, não se poderia simplesmente apontar para essa herança, mas se deveria explicar por que os seres humanos modernos retornam a padrões de comportamento que contradizem flagrantemente seu próprio nível racional e o presente estágio da civilização tecnológica esclarecida. É precisamente isso o que Freud quer fazer. Ele tenta encontrar as forças psicológicas que resultam na transformação dos indivíduos em massa (ADORNO, 1951/2015c, p. 159).

Adorno assegura que não seria exagero dizer que Freud, a despeito do pouco interesse político, antecipou, em categorias puramente psicológicas, o surgimento e a natureza dos movimentos de massa fascistas. Talvez não seja por acaso que após a Primeira Guerra ele tenha se direcionado aos problemas do narcisismo e do eu em sentido estrito, visto que os mecanismos e conflitos pulsionais envolvidos nessa problemática ganhavam relevo naquele contexto, em detrimento das neuroses clássicas – como a histeria de conversão –, segundo o testemunho dos próprios analistas.

De acordo com Freud, o problema da psicologia de massas está intimamente relacionado ao novo tipo de sofrimento psicológico, bastante característico da era que, por razões socioeconômicas, testemunha o declínio do indivíduo e seu consequente enfraquecimento. Enquanto o próprio Freud não se preocupou com as mudanças sociais, pode-se dizer que ele desenvolveu, no interior do confinamento monadológico do indivíduo, os traços de sua crise profunda e sua disposição para ceder inquestionavelmente às poderosas instâncias coletivas externas. Sem jamais se dedicar ao estudo de desenvolvimentos sociais contemporâneos, Freud indicou tendências históricas através do desenvolvimento de seu próprio trabalho, da escolha de seus temas e da evolução dos conceitos-guia (ADORNO, 1951/2015c, p. 157).

O demagogo fascista precisa conquistar o apoio de milhões de pessoas para objetivos altamente incompatíveis com seu próprio autointeresse racional, e somente pode fazê-lo se criar artificialmente o vínculo que une os indivíduos, justamente o que Freud está analisando. A resposta que ele encontra é que esse vínculo é de natureza libidinal, o que traz uma consequência muito significativa, para Adorno, a saber: a derrocada da ilusão de que o

comportamento dos indivíduos em situação de massa teria um caráter primordial e irreduzível, em última instância, uma espécie de “instinto de massa”. Partindo desse pressuposto, a peculiaridade da massa não seria uma qualidade nova, mas, ao contrário, a manifestação de qualidades antigas, ocultas em outros contextos. O que as condições de entrada dos indivíduos na massa propiciam é a anulação dos recalques de suas moções pulsionais inconscientes, de modo que, ao fim e a o cabo, eles não podem ser interpretados simplesmente como seres humanos primitivos, mas sim, que apresentam atitudes primitivas contraditórias a seu comportamento racional esperado.

O padrão libidinal predominante no fascismo, por sua vez, é o autoritário, de modo que, assim como o hipnotizador, o demagogo também se utiliza de técnicas psicológicas que levam os indivíduos a se submeterem a regressões que os reduzem a meros membros de um grupo. Ambos despertam no sujeito uma parte de sua herança arcaica, cujo traço comportamental fora a submissão ao pai, representado por uma personalidade onipotente e perigosa, perante a qual o sujeito pode se colocar somente de forma passiva e masoquista, abdicando de sua vontade própria. A “sugestão” estaria compreendida, portanto, na remissão regressiva do sujeito ao estado da horda primitiva, de modo que o líder incorporaria o pai primitivo temido que, como “ideal do grupo”, assume o lugar de “ideal do eu”⁶⁴. Essa é a dinâmica presente nas personalidades fascistas, cujo fracasso quanto ao desenvolvimento de uma consciência autônoma leva à sua substituição por uma identificação com a autoridade coletiva tão irracional quanto a que Freud descreveu: “heterônoma, rigidamente opressiva, altamente alienada em relação ao pensamento do próprio indivíduo e, portanto, facilmente substituível, a despeito de sua rigidez estrutural” (ADORNO, 1951/2015c, p. 164). Consequentemente, o líder nunca apela à consciência de seus próprios seguidores, mas sempre invoca valores externos, convencionais e estereotipados como válidos. Dessa maneira, a propaganda fascista

[...] é psicológica por causa de seus objetivos irracionais e autoritários, que não podem ser alcançados por meio de convicções racionais, mas somente por meio do despertar habilidoso de “uma parte da herança arcaica do sujeito”. A agitação fascista está centrada na ideia do líder, não importando se ele realmente lidera ou é apenas mandatário de interesses de grupos,

⁶⁴ “O termo ‘ideal do eu’ é a expressão inicial de Freud para o que ele denominou posteriormente supereu” (ADORNO, 1951/2015c, p. 64 – nota de rodapé). Em “O eu e o isso” (1923/2020a), “ideal do eu” e “supereu” são apresentados como sinônimos, enquanto em outros textos a função do primeiro é atribuída a uma instância diferenciada, ou pelo menos a uma subestrutura especial do segundo (Laplanche e Pontalis, 1982/2001).

porque somente a imagem psicológica do líder é apta a reanimar a ideia do pai primitivo onipotente e ameaçador (ADORNO, 1951/2015c, p. 165).

Já foi dito aqui que a natureza do vínculo que une as massas é de ordem libidinal, ou seja, um vínculo erótico. Todavia, é necessário um maior esclarecimento sobre o fenômeno, o que também pode ser encontrado em *Psicologia das massas e análise do eu*. Freud (1921/2011) diz que a identificação é a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva a outra pessoa, pois se desenvolve em um período pré-edipiano e se comporta como um derivado da fase oral da organização da libido, na qual a criança toma o adulto por modelo e o incorpora, como se “comesse” ou “devorasse” esse objeto desejado, ao invés de investi-lo libidinalmente como objeto de escolha. A diferença estaria no fato de que, na identificação, o objeto é aquilo que se gostaria de “ser”, ao passo que, na escolha de objeto, ele é aquilo que se gostaria de “ter”. Outra característica da identificação é que ela pode surgir em relação a pessoas para as quais não se direcionam impulsos sexuais, desde que haja a percepção de algo em comum com ela. Por fim, uma última propriedade da identificação é que, por uma via regressiva, ela pode se tornar o substituto de uma ligação objetal libidinoso, através da introjeção do objeto no eu. Portanto, a identificação seria precisamente o mecanismo que transforma a libido no vínculo entre o líder e seus seguidores e que, como resultado, une os próprios seguidores. Por isso, Adorno reconhece uma correspondência precisa entre a comunidade fascista e a definição freudiana de grupo como um número de indivíduos que colocaram o mesmo objeto no lugar de seu ideal do eu e se identificaram reciprocamente, em decorrência disso, em seus eus.

Para Adorno, Freud foi bem-sucedido em perceber a função libidinal que age também como força integradora negativa. A libido positiva é completamente investida na imagem do pai primitivo, do líder, e, conseqüentemente, restariam poucos conteúdos positivos disponíveis – ponto que ganha relevo no fascismo por possuir sua base toda assentada na irracionalidade. Com isso, os afetos negativos passam a cumprir importante função de unificação. Isto é, ocorre uma identificação dupla: ama-se o mesmo líder, odeia-se o mesmo inimigo. Assim, a teorização freudiana lança luz sobre o profundo enraizamento da dicotomia entre o *in-group* amado e o *out-group* rejeitado, de modo que, já em 1921, Freud fora “capaz de dispensar a ilusão liberal de que o progresso da civilização iria produzir automaticamente um aumento de tolerância e uma diminuição de violência contra os *out-groups*” (ADORNO, 1951/2015c, p. 174). Devido à ausência de um critério espiritual claro para a justificativa de quem é “escolhido” (*in-group*) ou “rejeitado” (*out-group*), os demagogos fascistas empregam

alternativas pseudonaturais como a “ideologia da raça”, conceito que refletiria a ideia da fraternidade primitiva revivida, pois é supostamente “natural” (vínculo sanguíneo) e dessexualizada. Contudo, essa similaridade é mantida inconsciente no fascismo.

Em *O mal-estar na civilização*, Freud (1930/2010c) se utiliza do conceito de pulsão de morte para falar da destrutividade humana. Já em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921/2011), ele explica a hostilidade através do conceito de narcisismo. A seguinte passagem de Freud, citada por Adorno, é elucidativa:

Nas antipatias e aversões não disfarçadas para com estranhos que se acham próximos, podemos reconhecer a expressão de um amor a si próprio, um narcisismo que se empenha na afirmação de si, e se comporta como se a ocorrência de um desvio em relação a seus desenvolvimentos individuais acarretasse uma crítica deles e uma exortação a modificá-los (FREUD, 1921/2011, p. 57).

Dessa hipótese, Adorno retira a explicação do ganho narcísico fornecido pela propaganda fascista. Segundo o autor, ela traz a sugestão de que o simples pertencimento ao *in-group* oferece ares de superioridade e pureza em relação aos excluídos, ao mesmo tempo em que qualquer tipo de crítica ou de autoconsciência é percebido como perda narcísica e incita fúria. Isso explica a violenta reação de todos os fascistas contra tudo o que desmascara seus valores mantidos obstinadamente, assim como a aversão de pessoas preconceituosas a qualquer tipo de introspecção. O direcionamento dessa hostilidade ao *out-group* é justamente o que permite a manutenção da tolerância para com seus pares no *in-group*, vivendo todos, portanto, sob um igualitarismo repressivo, parcela integrante da mentalidade fascista.

Dada a complexidade da teorização da psicologia de massas, inevitavelmente surge a seguinte pergunta: “como os agitadores fascistas, rudes e semiformados como são, obtêm o conhecimento desses mecanismos?” (ADORNO, 1951/2015c, 180). Adorno argumenta que o conhecimento teórico de Hitler sobre a psicologia de massas não parece ir além das observações mais triviais de um *Le Bon* popularizado. Goebbels, por sua vez, dava a impressão de ter um importante domínio da política de poder, mas ser muito limitado quanto à compreensão das questões sociais ou psicológicas abaixo da superfície de suas próprias palavras de ordem e editoriais jornalísticos. A resposta de Adorno para a questão seria a seguinte:

A fonte mais importante parece ser a já mencionada identidade básica entre líder e seguidor, que circunscreve um dos aspectos da identificação. O líder pode adivinhar as demandas e necessidades psicológicas daqueles

suscetíveis à sua propaganda, porque os reflete psicologicamente e deles se distingue por uma capacidade de exprimir, sem inibições, o que é latente neles, e não por qualquer superioridade intrínseca. [...] A fim de conseguir corresponder às disposições inconscientes de sua audiência, o agitador, por assim dizer, simplesmente volta seu inconsciente pra fora. Sua síndrome caracterial particular torna-lhe possível fazer exatamente isso, e a experiência o ensinou a explorar conscientemente essa faculdade, a fazer uso racional de sua irracionalidade, de forma semelhante ao ator ou a certo tipo de jornalista, que sabe como vender suas instabilidades nervosas e sensibilidade. Sem saber disso, ele é assim capaz de falar e agir de acordo com a teoria psicológica pela simples razão de que a teoria psicológica é verdadeira. Tudo o que ele precisa fazer para a psicologia de sua audiência funcionar é explorar astuciosamente sua própria psicologia (ADORNO, 1951/2015c, pp. 181-182).

Dessa forma, segundo sua própria constituição caracterológica, torna-se possível aos líderes instigarem na população aquilo que instigam a si próprios. Afinal, eles integram a mesma realidade social e sua estrutura psíquica consequente. Soma-se a esse elemento explicativo o fato de que os dispositivos psicológicos dos agitadores foram aperfeiçoados com a experimentação, já que a repetição das técnicas modernas de manipulação de massas levou a uma padronização daquelas mais eficazes.

Até aqui, Adorno realizou uma interpretação própria da psicologia de massas freudiana, utilizando como referencial teórico o ensaio *Psicologia das massas e análise do eu*, e buscou articular seu conteúdo com o estudo do fascismo. Contudo, o autor atinge um ponto na sua argumentação em que reconhece que essa teorização é mais peculiar ao fascismo que a outros movimentos de massa, a despeito de qualquer suspeita por parte de seu criador. Tanto Freud, quanto Le Bon falaram de multidões em geral, sem diferenciação entre os objetivos políticos dos grupos envolvidos. Para tratar desse tema, Adorno insiste na necessidade de uma teoria explícita da sociedade, que transcenderia em muito o âmbito da psicologia.

Segundo a descrição adorniana, as metas objetivas do fascismo seriam altamente irracionais, já que contradizem os interesses materiais de grande número daqueles que se pretende controlar. Sendo impossível ao fascismo conquistar as massas através de argumentos racionais, sua propaganda tem necessariamente que se desviar do pensamento discursivo, precisando se orientar psicologicamente e mobilizar processos irracionais, inconscientes e regressivos. O quadro mental geral dos extratos da população que sofrem sem sentido e, portanto, desenvolvem uma mentalidade mesquinha e irracional, acaba por viabilizar o processo. Diz Adorno:

Pode muito bem ser o segredo da propaganda fascista que ela simplesmente tome os homens pelo que eles são: verdadeiros filhos da cultura de massa

padronizada de hoje, em grande parte subtraídos de sua autonomia e espontaneidade, em vez de se colocar metas cuja realização transcenderia o *status quo* psicológico não menos que o social. A propaganda fascista precisa apenas *reproduzir* a mentalidade existente para seus próprios propósitos – ela não precisa induzir uma mudança –, e a repetição compulsiva, que é uma de suas características mais importantes, irá se coordenar com a necessidade por sua reprodução contínua. Ela se apoia absolutamente na estrutura total, bem como em cada traço particular do caráter autoritário, que é ele mesmo o produto de uma internalização dos aspectos irracionais da sociedade moderna. Sob as condições prevaletentes, a irracionalidade da propaganda fascista se torna racional no sentido da economia pulsional, pois, se o *status quo* é tomado como aceito e petrificado, precisa-se de um esforço muito maior para se ver através dele do que a ele se ajustar e obter pelo menos alguma gratificação graças à identificação com o existente – o cerne da propaganda fascista (ADORNO, 1951/2015c, pp. 184-185).

Dada a essência política “reacionária” do fascismo, é certo que ele não pode ser explicado completamente em termos psicológicos. Sim, a irracionalidade da massa é artificialmente produzida por técnicas de manipulação racionalmente calculadas. E também, devido à suscetibilidade psicológica potencial para o fascismo entre os indivíduos, a manipulação do inconsciente, como explicada por Freud, é indispensável para a atualização desse potencial. Entretanto, isso somente corrobora a hipótese de que o fascismo não seja um problema psicológico, pois o agitador fascista age deliberadamente, sobretudo, como mandatário de poderosos interesses econômicos e políticos. Qualquer tentativa de compreender as raízes do fenômeno em termos psicológicos permanecerá ideológica, incorrendo-se no equívoco de inversão da lógica de causalidade:

Disposições psicológicas, na verdade, não causam o fascismo; em vez disso, o fascismo define uma área psicológica que pode ser explorada de forma bem-sucedida pelas forças que o promovem por razões de interesse próprio completamente não psicológicas. O que acontece quando as massas são subjugadas pela propaganda fascista não é uma expressão primária e espontânea de pulsões e demandas, mas uma revitalização *quasi*-científica de sua psicologia – a regressão artificial descrita por Freud em sua discussão de grupos organizados (ADORNO, 1951/2015c, p. 186).

A substituição do narcisismo individual pela identificação com as imagens do líder, quando esse vem a ocupar o lugar de ideal do eu, configuraria uma espécie de “apropriação da psicologia de massas pelos opressores”. As motivações psicológicas de um indivíduo na massa são, nesse contexto, sistematicamente controladas e absorvidas por mecanismos sociais bem dirigidos, diferentemente das motivações no sentido liberal de uma sociedade ainda não massificada.

Por fim, Adorno traz uma interessante interpretação da teoria psicanalítica em si. Ele considera que, para Freud, o conceito de psicologia é essencialmente negativo, isto é, carrega em seu bojo um potencial de negatividade que, ao fim e ao cabo, consiste precisamente na sua própria e concreta realização. Como Adorno restringe o campo específico da psicologia à investigação daquilo que é irracional no indivíduo, pensa que a essência da ciência freudiana leva à concepção da necessidade de uma transformação psicológica que, após efetivada, culmina no desaparecimento da própria psicologia – ou seja, da irracionalidade. O autor explica:

Ele [Freud] definiu o âmbito da psicologia pela supremacia do inconsciente e postula que o isso deve se tornar eu. A emancipação do homem em relação às leis heterônomas de seu inconsciente seria equivalente à abolição de sua “psicologia”. O fascismo impele a essa abolição no sentido oposto, por meio da perpetuação da dependência em vez da realização da potencial liberdade, através da expropriação do inconsciente pelo controle social, em vez de tornar os sujeitos conscientes de seu inconsciente. Isso porque, enquanto a psicologia sempre denota algum aprisionamento do indivíduo, ela também pressupõe liberdade no sentido de certa autossuficiência e autonomia do indivíduo (ADORNO, 1951/2015c, p. 187).

No contexto histórico de uma sociedade em que, virtualmente, já não há relações diretas entre os seres humanos e cujos indivíduos foram reduzidos a átomos sociais despersonalizados, os processos psicológicos não mais integram as determinações dos processos sociais, ainda que persistam nos indivíduos. Talvez tenha sido o maior mérito da psicologia de massas de Freud, segundo Adorno, ter alcançado um ponto de “renúncia” da própria psicologia, que se percebe sintomaticamente empobrecida no sujeito a ponto de se permitir colocar um objeto – no caso, o líder – no lugar de seu eu, o seu “mais importante constituinte”. Em vista disso, a dominação psicológica exercida pelo “supereu” anteciparia exatamente os sujeitos desindividualizados e pós-psicológicos das coletividades fascistas, cujas personalidades teriam como traço marcante justamente a externalização dessa instância.

Podemos dizer, finalmente, que a divisão formal contemplada no ensaio de Adorno somente reforça o que parece definir sua posição perante o estado das ciências em questão. Numa primeira parte, Adorno realiza uma interpretação psicanalítica das massas fascistas, enfatizando o elemento da identificação entre seus membros através da submissão comum ao líder, que é posto no lugar de ideal do eu. Assim, se a condição de pertencimento à massa passa pela manipulação psicológica exercida pela figura de liderança que, ativamente, promove um estado de regressão dos indivíduos – seja esta pensada em termos de ontogênese ou de filogênese –, o fato é que o fenômeno não pode ser explicado por um “espírito das

massas”, mas antes por regressões individuais que se manifestam coletivamente. Há, portanto, um engendramento artificial desse contexto de massa que permite a liberação de moções pulsionais inconscientes, na contramão da racionalidade encontrada no período histórico, e não uma espontânea expressão de comportamentos primitivos pelo simples agrupamento, como queriam os psicólogos pré-psicanalíticos. Além disso, a intolerância dos membros “identificados” em relação ao *out-group* é explicada no âmbito do narcisismo, como uma ação hostil de autoafirmação perante a diferença.

Em uma segunda parte, Adorno adentra diretamente o campo da teoria social, tentando esclarecer como os elementos psicológicos integram a totalidade, mas não a esgotam. O autor defende a necessidade da complementariedade de uma sociologia que explique a lógica do sistema que mobiliza a psicologia de massas, mostrando como essa mesma psicologia é, então, absorvida por interesses socioeconômicos. O fascismo, enquanto produto de uma atitude reacionária de grupos poderosos, impõe aos indivíduos metas objetivas claramente irracionais, ao contradizer seus próprios interesses materiais. Sendo assim, ele somente atingirá as massas se utilizar um padrão comunicativo orientado psicologicamente para produzir comportamentos regressivos, possibilitando, portanto, que a racionalidade de seu público seja também preterida.

Vemos então que, na aplicação concomitante da psicologia e da sociologia para a análise do fenômeno do fascismo, Adorno parece definir diferentes objetos para as duas ciências dentro de um mesmo problema. Através da teoria psicanalítica ele encontra uma explicação detalhada dos mecanismos intrapsíquicos mobilizados na “expropriação” do indivíduo no contexto de massa, resguardando, dessa forma, a verdade do discurso psicológico em cena. Por outro lado, contudo, as razões históricas que impuseram a formação mesma da massa lhe são extrínsecas e justificadas por poderosas forças socioeconômicas, fato que somente poderia ser explicado por uma teoria da sociedade, e não do indivíduo. Há uma tentativa, podemos concluir, de esclarecer o que para o autor seriam as limitações e abrangência de ambos os discursos científicos.

4.3 A CRÍTICA DO PSICOLOGISMO E A SEPARAÇÃO HISTÓRICA ENTRE INDIVÍDUO E SOCIEDADE

Com o surgimento e ascensão do fascismo na Europa na primeira metade do século XX, houve o reconhecimento por parte dos sociólogos, economistas e filósofos políticos da necessidade de se completar a teoria da sociedade com uma teoria psicológica, elegendo para

isso a “psicologia social analiticamente orientada”. Adorno (1955/2015b) defende a psicanálise como a única psicologia que investiga seriamente as condições subjetivas da irracionalidade objetiva. Justamente pela insuficiência da “velha explicação” de que as classes dominantes controlavam todos os meios da opinião pública, ganhou força a hipótese de que dificilmente as massas seriam cooptadas por propagandas falsas e grosseiras se, nelas mesmas, não houvesse elementos que as predispussem a uma recepção favorável⁶⁵. Assim, esperou-se que uma teoria que articulasse determinantes sociais e as estruturas pulsionais predominantes nas massas oferecesse um completo discernimento sobre a composição da totalidade. No entanto, em meados do século XX, Adorno (1955/2015b) descreve um estado teórico diverso do que se prometeu, com atitudes equivocadas e opostas no que se refere às porções orientais e ocidentais da Europa. No Leste Europeu, a psicanálise foi veementemente proscrita, chegando mesmo a se alinhar Freud – assim como Nietzsche e outros pensadores – ao fascismo. Já na Europa Ocidental, ao contrário, houve uma centralização no psíquico e nas questões existenciais, trazendo como consequência a eliminação de uma teoria válida da sociedade. O autor exemplifica o quadro com o próprio Freud tardio de “O mal-estar na civilização” (1930/2010), que nivelaria ceticamente sua psicanálise a motivações subjetivistas. A partir desse contexto, em 1955, com o Instituto de Pesquisa Social já restabelecido em Frankfurt, Adorno escreve o ensaio “Zum Verhältnis von Soziologie und Psychologie” [“Sobre a relação entre sociologia e psicologia”] (1955/1997b), tomando por objeto a reflexão sobre os lugares da sociologia e da psicologia na sistemática das ciências: se “os fenômenos sociais devem ser deduzidos de condições objetivas ou da vida psíquica dos indivíduos socializados, ou de ambas; se os dois tipos de explicação completam-se, excluem-se, ou se sua própria relação necessita de reflexões teóricas ulteriores” (ADORNO, 1955/2015b, p. 72).

Em “A psicanálise revisada” (1952/2015a), Adorno critica a alternativa teórica construída pelos próprios psicanalistas – especialmente Horney e Fromm – de dissolverem o núcleo psicológico freudiano na sociologia. Já em “Sobre a relação entre sociologia e psicologia” (1955/2015b), ele condena a tentativa de integração da psicologia ao espaço investigativo propriamente sociológico, tal como proposto por Talcott Parsons (1950). Segundo Adorno, Parsons reconhece a diferença das problemáticas do psicólogo e do sociólogo, isto é, admite a separação de objetos. Entretanto, ele defende que, através de uma organização progressiva de esclarecimento da estrutura lógico-conceitual de ambas as

⁶⁵ Tema abordado por Adorno no ensaio analisado anteriormente: “Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista” (1951/2015c).

ciências, psicologia e sociologia teriam que empregar os mesmos conceitos, mas em diferentes níveis de abstração e combinações, propondo, desse modo, uma unificação metodológica. O antagonismo se resumiria a um problema de organização científica, que se resolveria harmonicamente através de um progresso constante. Seria necessário, portanto, encontrar um ponto de equiparação entre conceitos sociológicos e psicológicos para que, partindo dessa base comum, o cientista pudesse se direcionar livremente para qualquer um dos extremos do *continuum*. Adorno discorda: “O postulado de que as teorias motivacionais sociológicas teriam que concordar com o conhecimento já alcançado sobre a estrutura de personalidade substitui, em função da unidade de explicação científica, um objeto cindido por um coerente” (ADORNO, 1955/2015b, p. 80). Ou seja, a flagrante clivagem entre sociedade e indivíduo não pode ser superada por uma imposição metodológica. Não se trata de corrigir, no âmbito das ciências, aquilo que se encontra adulterado na realidade social, de modo que a separação entre sociologia e psicologia acaba por revelar a fragmentação objetiva entre sociedade e indivíduo. A consequência da harmonia conceitual, para Adorno, seria que essa integração artificial abriria espaço para um estado irracional de sociedade, bastando que este tivesse poder suficiente para modelar previamente seus membros. A identidade metodológica ocultaria, pois, a irracionalidade que engendra a diferenciação.

Na crítica a Parsons, Adorno lança mão de seu argumento central no ensaio, de que a oposição conflituosa entre indivíduo e sociedade é resultado da irracionalidade da sociedade capitalista. Isso se reflete no escopo das ciências como a incomunicabilidade entre psicologia e sociologia. Ele diz:

A separação entre sociedade e psique é falsa consciência; ela eterniza categoricamente a clivagem entre sujeito vivo e a objetividade que impera sobre os sujeitos mas que provém deles. Não se pode, entretanto, retirar a base dessa falsa consciência através de um decreto metodológico. Os seres humanos não conseguem reconhecer-se na sociedade, e esta não se reconhece em si mesma, porque eles são alienados entre si e em relação ao todo. Suas relações sociais objetificadas se lhes apresentam necessariamente como um ser em si. O que a ciência separada pela divisão do trabalho projeta no mundo apenas reflete o que nele ocorre. A falsa consciência é ao mesmo tempo correta: vida interna e vida externa estão cindidas uma da outra. Somente através da determinação da diferença, e não através de conceitos ampliados, sua relação será expressa de forma adequada (ADORNO, 1955/2015b, pp. 74-75).

Para Adorno, o falso se torna verdadeiro na medida em que a enganosa ideia de uma separação “natural” entre indivíduo e sociedade – e, portanto, entre a psicologia e a sociologia, admitindo as especificidades originárias de seus objetos – nos revela a separação

“atual” sob a qual nos encontramos. A constatação do isolamento da ciência psicológica seria fundamental, pois através do equívoco de sua premissa, ele denuncia objetivamente suas motivações. Justamente por consistir numa psicologia desconectada da sociedade e apegada idiossincraticamente ao indivíduo e à sua herança arcaica, ela carrega consigo um teor de verdade, exprimindo mais da fatalidade social do que quando busca ou se deixa integrar imediatamente aos fatores sociais ou a uma abordagem holística – remetendo, implicitamente, ao revisionismo psicanalítico e à proposta de Parsons.

Mas a que sociedade e a que indivíduo Adorno se refere? A sociedade analisada pelo autor é aquela regida pela irracionalidade de um sistema que exige de seus membros algo incapaz de se cumprir. Na medida em que o conjunto das ações que se orientam a fins exclusivamente econômicos favorece tanto a reprodução, quanto a ruptura do todo, assim como *o télos* absoluto da racionalidade – a satisfação – acaba por transcender essa mesma racionalidade, ganha destaque, então, uma irracionalidade imanente: nem a sociedade pode se manter integrada, nem o indivíduo é satisfeito. A “irracionalidade” do sistema “racional” transparece na psicologia do sujeito “sujeitado”. A instância da consciência moral ofusca a irracionalidade presente no eterno adiamento da meta pulsional, assim como o culto da psicologia alimenta a ilusão dos impotentes de que seu destino depende de suas próprias atitudes. Dado o estado civilizacional, a renúncia pulsional não passa de um sacrifício em vão e, desse modo, tão irracional quanto seria sua livre satisfação, que não necessitaria de nenhuma *ratio*. Como atribuir racionalidade a uma imposição de autonegação individual a serviço de uma sociedade que desconsidera qualquer necessidade desse indivíduo? Nas palavras de Adorno:

Os desideratos da economia psíquica e dos processos vitais da sociedade não são redutíveis a uma fórmula comum. O que a sociedade, a fim de se conservar em vida, exige com razão de cada indivíduo é para cada um sempre ao mesmo tempo ilegítimo, e ao final também para a própria sociedade (ADORNO, 1955/2015b, p. 105).

Quanto ao indivíduo de quem Adorno fala, proveniente e provedor concomitante da sociedade, não é o mesmo da psicologia. O indivíduo psicológico, enquanto uma interioridade subjetiva relativamente autônoma perante o exterior, refletiria uma forma já ultrapassada de socialização. O autor define um indivíduo cuja individuação em sentido pleno não ocorreria, evidenciando assim a caducidade do substrato próprio da psicologia. Segundo a contextualização de Rouanet (1978/1998), a análise freudiana reflete o indivíduo da ascensão burguesa no capitalismo liberal, de livre concorrência, onde, ao menos para essa parte da

sociedade, a competição só poderia funcionar pela interação de personalidades relativamente autônomas. Já a análise de Adorno e Horkheimer é realizada no período histórico do capitalismo administrado, em que a individualização atrapalha. Assim, para Adorno (1955/2015b), a violência social da imposição totalizante sobre o indivíduo faz com que se elimine ou se reduza ao máximo tudo aquilo que outrora se atribuiu a ele: a razão subjetiva perde sua funcionalidade; as decisões e escolhas se dão somente sobre um terreno um tanto quanto limitado, em situações predelineadas; e até mesmo quem se beneficia das vantagens prometidas pela acumulação de riquezas não consegue usufruir delas com liberdade, pois, como consumidor, adequa-se à oferta de quem controla a produção. A mesma socialização que possibilita a individuação passa, então, a cancelá-la. As consequências desse processo histórico são tão radicais que não permitem nem mesmo organismos “instintivos” residuais, mas, ao contrário, subtraem até a possibilidade de comportamentos que os aproximem diretamente do estado natural. Tal padronização de condutas culmina na dessubjetivação do ser humano, pois quando as subjetividades ou as individualidades se tornam homogêneas, perdem seu sentido, por definição. Enfim, o avanço dessa violência socializante elimina a tensão e, portanto, a diferenciação entre a totalidade e o singular, a sociedade e o indivíduo: “Sob a pressão social, a camada psicológica responde tão somente ao sempre igual e fracassa diante da experiência do específico” (ADORNO, 1955/2015b, p. 96). O fracasso da camada psicológica é justamente a sua indiferenciação perante a sociedade homogeneizante, e a derrota do indivíduo é também a derrota da ciência que o estuda.

A despeito do distanciamento progressivo entre indivíduo e sociedade, esta avança sobre o âmbito psicológico como entidade produtora de recalque, censura e supereu. Assim, a fenda que separa a racionalidade social da individual faz com que a sociedade cumpra, ao mesmo tempo, o papel de inimiga do indivíduo, já que o impele a comportamentos no sentido contrário à sua felicidade. Quando os revisionistas buscaram estabelecer uma conexão entre vida pulsional e experiência social, eles se equivocaram, segundo Adorno, por presumirem uma relação direta e simplificada. Nesses termos, a conexão somente ocorreria na camada externa do eu que sucumbe ao teste de realidade. Já no interior da dinâmica pulsional, diferentemente, a realidade é traduzida na linguagem do isso. Essa seria a verdade freudiana sobre o arcaísmo e a “atemporalidade” do inconsciente:

A diferença de temporalidade entre inconsciente e consciente é ela própria um estigma do desenvolvimento social contraditório. No inconsciente sedimenta-se aquilo que no sujeito sempre fica para trás e que tem que pagar as contas do progresso e do esclarecimento. O atraso se transforma no

“atemporal”. Nele recai também a demanda por felicidade, que de fato se mostra “arcaica”, quanto mais a vida consciente se esforce obstinadamente para alcançar a condição de adulto, e almeje apenas as formas de uma satisfação deformada, somaticamente localizada, dissociada da satisfação completa, transmutando-se tão mais fundamentalmente em “some fun” (ADORNO, 1955/2015b, p. 95).

A linguagem idiossincrásica do inconsciente e sua atemporalidade são conceitos que, em Adorno (1955/2015b), parecem remeter à noção – presente também em Reich e Fromm – de que as transformações na superestrutura não acompanham a velocidade do movimento da base econômica e assim, o que se processa em contexto extrapsíquico não é processado em “tempo real” no âmbito psíquico. Ainda, incluem o que o autor chama de “dialética do progresso” que, nesse caso, resultaria num depósito residual no inconsciente daquilo que se perdeu com o desenvolvimento da sociedade moderna, até mesmo quanto às formas humanas de satisfação. Entretanto, do modo como o tema é desenvolvido por Freud, o histórico se tornaria invariável e o psíquico, a realidade histórica. Quando ele transpõe a imagética psicológica para a realidade histórica, diz Adorno, fere sua própria descoberta: a das modificações de todo real no inconsciente. Traduzindo equivocadamente o intrapsíquico em realidade factual, como a hipótese antropológica do parricídio na horda primitiva, Freud realiza também a “onipotência dos pensamentos” que ele mesmo criticou como infantil.

Mas Adorno (1955/2015b) não deixa de reconhecer, entre outras coisas, uma importante contribuição científica da psicologia freudiana, a saber:

Somente com Freud se resgatou a crítica kantiana da ontologia da psique, da “psicologia racional”: o psíquico que ele elabora subordina-se, como uma peça do mundo já constituído, ao esquema de ordenamento da formação conceitual empírica⁶⁶. Freud pôs fim à transfiguração ideológica do psiquismo como um rudimento do animismo. A doutrina da sexualidade infantil foi talvez a que abalou de forma mais enérgica a ideologia da psique. A teoria analítica denuncia a não liberdade e a humilhação dos seres humanos na sociedade não livre de forma semelhante a como a crítica materialista o fez em relação a um estado de coisas cegamente dominado pela economia. Sob seu olhar médico conjurado com a morte, entretanto, a não liberdade se coagula transformando-se em invariante antropológico, e assim o aparelho conceitual das ciências naturais deixa escapar em seu objeto o que não é apenas objeto: o potencial da espontaneidade (ADORNO, 1955/2015b, pp. 97-98).

⁶⁶ Adorno já havia explorado o tema em *O conceito de inconsciente na doutrina transcendental da alma* (1927/2018).

Adorno argumenta em defesa da psicanálise, portanto, considerando-a uma “psicologia não idealista”, que trouxe a proposta teórica de uma gênese material da psique⁶⁷. Conseqüentemente, ainda que de forma não intencional, ela acaba por revelar os conflitos sociais interiorizados psiquicamente pelos indivíduos. Todavia, como de costume na obra de Adorno, a virtude é logo seguida de uma crítica. No caso em questão, ele questiona a universalização antropológica da “não liberdade”, sobretudo a partir do naturalismo freudiano associado à temática da morte, que culmina no conceito de pulsão de morte. Não parece que Adorno despreze a possibilidade de qualquer agressividade biológica constituinte. Sua crítica – e a dos demais frankfurtianos – se dirige à centralidade que ganha o conceito, o que acaba por encobrir as motivações sociais para o ódio e a violência.

Adorno tece importantes observações acerca da instância psíquica do eu, problematizando suas contradições enquanto conceito e analisando seu estado no capitalismo avançado. Ele diz que o eu, na psicologia, se comporta como forma de organização de todas as moções psíquicas, como o princípio de identidade constituinte da individualidade. Entretanto, o “conceito de eu é dialético, psíquico e não psíquico, um fragmento da libido e o representante do mundo” (ADORNO, 1955/2015b, p. 107). Há nessa instância um aspecto extrapsíquico e, portanto, essencialmente social, que também o integra geneticamente. Por não ter tratado dessa dialética, as contradições advindas das determinações psíquicas imanentes que Freud atribui ao eu impedem o fechamento de seu sistema. Faltaria ainda um critério suficiente de diferenciação das funções “positivas” e “negativas” dessa instância, principalmente as da sublimação e do recalque. Já quanto à dinâmica intrapsíquica, Adorno destaca que ao mesmo tempo em que o eu inclui o que a consciência realiza, ele é representado essencialmente como inconsciente, culminando na seguinte situação: como consciência, o eu deveria ser o oposto do recalque, ao passo que, como inconsciente, é a própria instância recalcadora. Em outras palavras, para conhecer e se afirmar na realidade, o eu tem que operar conscientemente, mas para que seja possível a realização das renúncias impostas ele precisa tanto erigir proibições inconscientes quanto se manter, ele próprio, no inconsciente. Dessa forma, o eu racional não é suficiente, tampouco o eu que somente se diferencia do isso, mas que continua indiferenciado da pulsão. Segundo Adorno, ele também se tornou relativamente autônomo

⁶⁷ Ainda que a discussão de Adorno se centre em outros elementos, suas conclusões sobre o tema se aproximam das de Reich em *Materialismo dialético e psicanálise* (1934/1977).

[...] perante a pura imediatividade das moções pulsionais, por meio do que, aliás, surgiu inicialmente o domínio da psicanálise, sua zona de conflito. O eu, como algo que brota, desponta, é uma parcela da pulsão e ao mesmo tempo um outro. Isso a psicanálise não pode pensar, e precisa reduzir tudo ao denominador do que o eu foi outrora (ADORNO, 1955/2015b, pp. 125-126).

Soma-se a esse tema o aspecto teórico que vincula o eu ao narcisismo. Segundo a interpretação de Adorno do conceito freudiano, quando o eu não alcança o que lhe é próprio em sua diferenciação, ele acaba por “regredir”, ao fundir suas funções conscientes com as inconscientes, assim como desvia a pulsão para metas propriamente egoicas, que contradizem o alvo da libido primária⁶⁸. As consequências para a psicologia de massas seriam fundamentais:

Para esse narcisismo apontam, com uma força probatória irrefutável, todos os resultados da pesquisa da psicologia social sobre as regressões atualmente preponderantes, em que o eu é ao mesmo tempo negado e enrijecido de forma falsa e irracional. O narcisismo socializado, tal como caracteriza os movimentos e disposições mais recentes das massas, unifica completa e impiedosamente a racionalidade parcial do interesse próprio com aquelas más formações irracionais de tipo destrutivo e autoaniquiladoras, cuja interpretação Freud ligou às pesquisas de MacDougall e Le Bon (ADORNO, 1955/2015b, p. 110).

Assim sendo, Adorno considera a descoberta freudiana do narcisismo como uma das mais significativas, justamente por revelar que esse artifício psicológico permite que se mantenha, ao menos parcialmente, a função autoconservadora do eu, mas separada da função da consciência e entregue à irracionalidade. A implicação prática mais relevante disso é que, no capitalismo avançado, a autoconservação dos indivíduos é alcançada somente na medida em que a formação de seu eu fracassa, o que se dá por sua regressão “autoimposta”. A condição de sobrevivência no sistema social totalitário é a completa integração do indivíduo em seu âmbito, o que não somente dispensa um eu “maduro” como, mais que isso, exige que essa instância assim não o seja, ou corre-se o risco de incompatibilidade e conflitos. O narcisismo cumpre, portanto, uma dupla função: é salvaguarda subjetiva e instrumento da dominação objetiva.

Ao discutir a ocultação psicológica dos problemas objetivos, Adorno dá razão aos revisionistas quando eles consideram ilegítima a derivação freudiana do sentimento de impotência a partir da primeira infância e do complexo de Édipo, pois apesar de ser

⁶⁸ Adorno parece desconsiderar que em “Introdução ao narcisismo”, Freud (1914/2021b) desenvolve o conceito de “narcisismo primário”, segundo o qual a libido primeiramente se investiria no eu para, posteriormente, direcionar-se aos objetos externos.

experimentado aí, ele proviria da “impotência social real”. Assim, ele considera que essa vivência generalizada de impotência, apesar de percebida subjetivamente como tal, não é de origem psicológica e muito menos irracional. Isso explicaria como o elemento psicológico, então derivado, surge:

Tão logo a experiência se transforma em “sentimento” de impotência, o especificamente psicológico começa a entrar em cena: ou seja, os indivíduos não são capazes de experimentar sua impotência, de olhá-la frente a frente. [...] Eles precisam elaborar e sedimentar psicologicamente a experiência da impotência como “sentimento”, a fim de não pensarem para além da impotência, que é interiorizada como sempre o foram as leis sociais (ADORNO, 1955/2015b, p. 112).

Portanto, do evento primário da “experiência de impotência”, oriunda da organização social, surge, através de seu recalque, o “sentimento de impotência”, sendo este, então, um fenômeno secundário. Dada a angústia e a ferida narcísica do indivíduo perante a desproporção entre a sua força e a da sociedade – isto é, seu sentimento de impotência para a transformação da realidade –, resta ao eu retroceder novamente ao isso. Tal processo se dá pela mobilização seletiva dos mecanismos de defesa que melhor se adequam aos conflitos sociais de um determinado contexto histórico. “Somente isso, e não a muito citada realização dos desejos, explica a força da cultura de massa sobre os seres humanos” (ADORNO, 1955/2015b, p. 112). Para o autor, é a situação objetiva que fornece a direção para as regressões, ou seja, é a estrutura social que escolhe as tendências psicológicas específicas dos indivíduos, e não o contrário.

Além das críticas à teorização freudiana, Adorno também se dirige às suas implicações terapêuticas, já que, ao menos na psicanálise, a interdependência entre os dois campos está presente desde sempre. O autor faz sua análise tendo por base a “segunda tópica”, elaborada em “O eu e o isso”, quando Freud (1923/2020a) passa a representar o aparelho psíquico dividido entre as instâncias do eu, supereu e isso. Critica Sandor Ferenczi, um reconhecido psicanalista, acusando-o de resumir o supereu a racionalizações, isto é, a normas coletivas do comportamento individual que a moral psicologicamente irrefletida denomina consciência. Esse raciocínio representaria uma evidente transformação histórica da psicanálise que, seguindo essa lógica, deixa de se constituir como um meio radical do esclarecimento para ser uma adaptação prática às relações existentes. Melanie Klein e outros psicanalistas, diferentemente, já destacaram os traços coercitivos do supereu, atribuindo à análise a função de liquidá-lo. Para Freud, o saudável seria encontrar a harmonia entre as

instâncias. Mas para Adorno, o próprio princípio analítico é ferido quando se permite tolerar irracionalidades sob a simples argumentação de que elas derivam da sociedade e porque, sem elas, a organização social seria impossível: representaria a submissão máxima e irrefletida ao princípio de realidade. Uma personalidade em harmonia intrapsíquica, ou seja, bem integrada, seria inaceitável por exigir do indivíduo um equilíbrio de forças não encontrado na sociedade, o que não seria nem mesmo possível, por consistirem em forças de natureza diferentes. Ele diz:

Ensina-se o indivíduo a esquecer os conflitos objetivos, que necessariamente se repetem em cada um, em vez de auxiliá-lo a resolvê-los. O ser humano integral, que não mais percebe a divergência privada entre as instâncias psicológicas e a irreconciliação dos desideratos do eu e do isso, não teria assim superado em si a divergência social. Ele confundiria as oportunidades contingentes de sua economia psíquica com o estado objetivo. Sua integração seria a falsa reconciliação com o mundo irreconciliado e provavelmente conduziria à “identificação com o agressor”, mera máscara da submissão (ADORNO, 1955/2015b, p. 101).

Se o conflito intrapsíquico é indício do conflito extrapsíquico, buscar resolvê-lo de dentro não passa de uma ação tanto ineficaz, quanto ideológica. Isso significa negar a verdadeira gênese do problema e hipostasiar forças psíquicas como supostas causas originais, tais como consciência e pulsão, apelando para a necessidade de se estabelecer um equilíbrio entre ambas e ignorando o fato de estas compreenderem uma autocisão que não se deixa resolver no âmbito psíquico. Nesses termos, fica claro que Adorno entende a “neurose”, enquanto sofrimento psicológico, como um representante da problemática social. Se ele, às vezes, dá a impressão de “defendê-la”, é menos por falta de empatia por quem sofre do que pelo reconhecimento de que a neurose consiste num comportamento de resistência à completa integração à totalidade. Afinal: “Na medida em que o curado se assemelha à totalidade insana, torna-se ele mesmo doente, mas sem que aquele que fracassa em ser curado seja por isso mais saudável” (ADORNO, 1955/2015b, p. 90).

Levando em consideração o que foi exposto até aqui, o que Adorno tem a dizer, enfim, do objeto da psicologia? Esta é uma questão complexa, que pode ser desdobrada em dois aspectos. Primeiramente, analisaremos a tese do autor do desaparecimento histórico desse objeto. Em segundo lugar, abordaremos, especificamente, a crítica do que ele chama de “psicologismo”.

Na visão de Adorno, a ciência psicológica moderna está intrinsecamente relacionada com o conceito liberal de indivíduo. Justamente por isso, e pelo fato de nenhuma reserva do

particular estar protegida do universal, quanto mais crescem os antagonismos sociais e, desse modo, o universal avança sobre o particular, menos sentido ganha uma racionalidade psicológica. “O mundo pré-burguês ainda não conhece a psicologia, e o totalmente socializado, não mais” (ADORNO, 1955/2015b, p. 123), diz o autor, como se a psicologia fosse uma ciência cujo objeto surgira muito recentemente na história e, pouco tempo depois, deixara de existir. Com a transformação histórica compreendida pela passagem do capitalismo liberal para o capitalismo administrado (ou avançado), a estrutura social de poder quase não precisa mais do eu e da individualidade enquanto agências mediadoras. No campo da ciência psicológica, isso se manifestaria precisamente como um crescimento da chamada “psicologia do eu”, a qual acaba por substituir a dinâmica psicológica individual pela adaptação – parte consciente, parte regressiva – do indivíduo à sociedade. Portanto, essa psicologia do eu, contraditoriamente, cumpriria um papel de encobrimento do real apagamento do eu enquanto instância reflexiva e criativa, restringindo sua função ao processo adaptativo, mas em sentido ideológico – implicando submissão e resignação. Com a disseminação generalizada da irracionalidade em todos os campos das relações sociais, os indivíduos têm subtraídos de si a própria dinâmica psíquica, de forma que sua ação no mundo não se dá nem como um eu racional, nem como um “inconsciente psicológico” propriamente dito, mas somente como um reflexo do movimento objetivo: “Realizam em conjunto um ritual sem sentido, seguem o ritmo compulsivo da repetição, empobrecem afetivamente: com a destruição do eu cresce o narcisismo e seus derivados coletivos” (ADORNO, 1955/2015b, p. 124).

Sobre o segundo aspecto, Adorno afirma que a psicanálise foi concebida no âmbito da vida privada, dos conflitos familiares e, economicamente falando, na esfera do consumo, tendo pouco a dizer sobre a esfera da produção material. Contrariamente à “psicologia do eu” do revisionismo psicanalítico e às incursões sociais do próprio Freud tardio, o cerne da teoria analítica, enquanto ainda possuía seu objeto adequado, era o isso e o seu conflito com o eu. Seu contato com a realidade social se dava indiretamente, apenas sob a forma daquilo que se manifestava como componente essencial do isso, do eu e do supereu – muitas vezes, a despeito do reconhecimento do próprio Freud. O equívoco maior se situa, para Adorno, no ponto em que a psicanálise se depara com a sua insuficiência para a compreensão do todo e, buscando ampliar o poder analítico, direciona seu instrumental para a investigação direta do social. O autor descreve:

Permanece falso nela [na psicanálise] o que aprendeu do movimento social, sua demanda por totalidade, que – em contraste com a afirmação do Freud

inicial de que a análise quereria apenas acrescentar algo ao já conhecido – torna-se aguda na expressão do Freud tardio de que “também a sociologia, que trata do comportamento do ser humano em sociedade, não pode ser nada mais do que uma psicologia aplicada”⁶⁹. Existe ou existiu um domínio pátrio psicanalítico com evidência específica; quanto mais a psicanálise se distancia dele, tanto mais suas teses são ameaçadas por alternativas da superficialidade ou do sistema delirante. Quando alguém comete um ato falho e deixa escapar uma palavra de coloração sexual; quando alguém tem fobia de lugares ou uma mulher é sonâmbula, então a análise possui não apenas suas melhores chances terapêuticas, como também tem seu objeto próprio: o indivíduo relativamente autônomo, monadológico, como palco do conflito inconsciente entre moção pulsional e proibição. Quanto mais ela se distancia desta zona, tanto mais precisa proceder de forma ditatorial, tanto mais tem que arrastar para o reino das sombras da imanência psíquica o que pertence à realidade (ADORNO, 1955/2015b, pp. 124-125).

Adorno busca, então, delimitar o objeto da psicanálise – e, por extensão, o da psicologia – a partir daquilo que foi elaborado em sua origem, projetando, conseqüentemente, um modelo válido de investigação psicológica. Reconhece que Freud alcançou sua maior precisão científica quando se direcionava exclusivamente para a investigação do indivíduo, pois, ainda que desconhecesse as bases sociais sobre as quais repousava sua teoria – e não era responsabilidade sua reconhecer –, não incorria no equívoco da psicologização da realidade, isto é, de teorizar uma gênese psicológica dos fenômenos sociais. Nisso consiste, enfim, sua justificativa da defesa da ortodoxia freudiana perante tanto a psicanálise heterodoxa – representada, para ele, pelos revisionistas e pelo próprio Freud tardio –, quanto a sua integração sociológica – exemplificada na proposta de Parsons –, assim como legitima um campo de pesquisa propriamente psicológico.

Podemos diferenciar, portanto, dois aspectos da crítica que Adorno faz à psicologia. Primeiramente, o autor trata do que consistiria numa espécie de “modismo psicológico” ou subjetivismo, que ele descreve como uma “ênfase para o psíquico, para o ser humano e seus assim chamados existenciais” (Adorno, 1955/2015b, p. 72). Ou seja, criticando indiretamente a psicologia, realiza uma denúncia da tendência equivocada das ciências sociais da recepção supervalorizada da nova ciência psicológica, como um apelo pouco refletido às promessas freudianas de contribuição para as questões sociais. Em relação ao segundo aspecto, o autor se dirige diretamente à psicologia criticando tanto a caducidade de seu objeto, quanto o “psicologismo” freudiano. Aqui, a dinâmica psíquica representada pelos conflitos entre o eu e o isso ganha relevo através do diagnóstico do progressivo empobrecimento subjetivo constatado no capitalismo avançado: o de que tanto o eu quanto o isso perderam, de certa

⁶⁹ Adorno se refere à “Conferência 35: Acerca de uma visão de mundo”, em que Freud (1933/2010c) faz algumas considerações sobre a sociologia e o marxismo, entre outras.

forma, a riqueza e vitalidade de outrora. Trata-se, pois, da análise das transformações históricas do objeto da psicologia que culminaram na liquidação do indivíduo. Por outro lado, o autor também critica o próprio método psicológico quando, na tentativa de compreender a realidade social, emprega conceitos que fazem sentido somente para a realidade psíquica. Sempre haverá um teor de verdade nas descobertas freudianas para Adorno. Esta verdade é, porém, parcial, pois traz consigo a inverdade de qualquer discurso totalizante – no caso, o discurso psicológico como suficiente para a compreensão do ser humano e da realidade social.

Como já exposto, para o autor, a mesma confusão que ocorre na teorização se repete na psicoterapia: a generalização da explicação psicológica para os fenômenos que encontram sua etiologia no campo extrapsicológico. Desse modo, recorrer a uma intervenção sobre a dinâmica entre as instâncias psíquicas não resolveria conflitos cuja base se situaria na dinâmica social. Entretanto, ao longo de toda a estruturação de seus argumentos, Adorno subdimensiona os problemas que, em si, são de natureza psicológica e que, por isso, necessitam de intervenção no campo psicológico – como determinados casos de “neurose” que produzam sofrimento intenso e paralisante. Situações semelhantes são pontuadas, como exceção, somente no final do ensaio, quando cita, brevemente, elementos que seriam próprios do objeto da psicanálise. O que Adorno parece desconsiderar aqui é a possibilidade de a “cura” advir, através da clínica, da tomada de consciência do paciente da irracionalidade de seu estado de alienação e opressão, de modo que, situando precisamente os elementos extrapsíquicos de seu conflito, pudesse restaurar a capacidade, anulada por seu sintoma, de lutar por interesses racionais e, dessa forma, buscar a transformação da própria realidade social.

Ainda que o tom de todo o ensaio seja predominantemente o de criticar o psicologismo e o isolamento da ciência psicológica, num raro momento, Adorno aplica essas mesmas considerações ao campo sociológico numa breve crítica do “sociologismo”. Ele diz que a sociologia, em sua atribuição científica própria, retém o momento objetivo do processo social. Porém, quanto mais estritamente ela abstrai dos sujeitos a sua espontaneidade, como nas ciências naturais, configura-se como uma sociologia sem sociedade, um estado em que os seres humanos se esquecem de si mesmos. Já a psicologia, por sua vez, interessa-se propriamente pelo sujeito, porém, igualmente de forma isolada, pois o abstrai do processo social de produção e transforma, dessa maneira, o indivíduo burguês em algo absoluto. Assim, ambas as disciplinas percebem sua própria insuficiência, mas não são capazes de se corrigir. A sociologia, enquanto procura assimilar em si o “fator subjetivo”, acaba por incidir em aporias, ao passo que a psicologia profunda se vê impelida a ampliações sociopsicológicas

cujo resultado não significa nada mais que a diluição de sua própria perspectiva, sobretudo quanto à distinção entre consciente e inconsciente, além de falsificar as forças motoras sociais como psicológicas, nos moldes de uma psicologia do eu superficial (ADORNO, 1955/2015b, pp. 91-92).

Posto isso, mesmo que a crítica à psicologia represente a essência do ensaio, podemos vislumbrar também uma crítica à sociologia, ainda que sucinta, o que pode levar à seguinte conclusão: se Adorno considera um equívoco a síntese entre as ciências, contemplando o grave antagonismo social como força justificadora e mantenedora da divisão, também reconhece a insuficiência das explicações científicas das disciplinas isoladamente, de modo a considerar não somente a possibilidade, como a necessidade mesma de uma racionalidade psicológica para a explicação de fenômenos no âmbito da dinâmica individual. A maior virtude para o campo das ciências sociais, dado o contexto histórico, seria a produção de conhecimento sobre a realidade social e a psíquica a partir da tensão entre a dimensão coletiva e a individual, e não de sua harmonia. A separação de objetos – o que implica também uma distinção de método, para Adorno –, ainda que provisória, seria a melhor maneira de ambas as ciências contribuírem para a compreensão do todo, assim como para a própria autocompreensão.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após tudo o que foi exposto, podemos perceber que Adorno se utiliza da psicologia, representada pela psicanálise, de duas formas distintas: ele emprega seus conceitos como recursos para uma análise geral da subjetividade humana, ao mesmo tempo em que questiona o estado do próprio objeto da ciência psicológica. Sob a primeira ótica, ele afirma que, através da pesquisa clínica, os psicólogos apreenderam a dinâmica profunda da psique, até então oculta à sociologia e às demais ciências sociais. A psicologia teria contribuído com uma importante descrição dos conflitos aprisionadores do indivíduo, isto é, teria demonstrado como a irracionalidade da realidade social era experimentada no âmbito psíquico e vivida concretamente pelo sujeito liberal-burguês. A neurose, por sua vez, diferentemente das concepções mais restritas da psicopatologia tradicional, se mostra um indício do antagonismo entre indivíduo e sociedade, evidenciando raízes que encontram sua contraparte na esfera social. Desse modo, uma teoria da sociedade, cujos princípios se situam além do campo psicológico, torna-se necessária para uma explicação mais completa da própria neurose. Ou então, incorremos num psicologismo, ou seja, no emprego da teoria psicológica como

explicação universal de quaisquer motivações humanas, ao mesmo tempo em que perdemos a precisão de seu objeto original: a psique individual, ainda que socialmente desenvolvida. Portanto, uma verdade propositiva da psicologia somente pode se revelar, para Adorno, se essa psique individual for tomada de forma contextualizada, a partir dos limites de suas contingências históricas. Caso contrário – o que Adorno muitas vezes aponta na obra freudiana –, a validade objetiva do conhecimento psicanalítico permanece apenas na compreensão ampla do significado de seus equívocos interpretativos, os quais, à revelia da consciência dos próprios psicanalistas, denunciam o estado do indivíduo moderno e da sociedade em que ele habita. Retomemos, então, alguns pontos da discussão adorniana.

Na crítica ao revisionismo psicanalítico, encontramos, fundamentalmente, uma defesa da ortodoxia freudiana perante as inovações do referido grupo de psicanalistas. Segundo Adorno, em consonância com os revisionistas, Freud cria sua teoria psicológica partindo essencialmente do protagonismo das pulsões e do indivíduo, não contemplando ou, ao menos, não atribuindo o mesmo valor a uma teoria social que abarcasse também as raízes extrapsicológicas determinantes do comportamento humano e de seu pertencimento à sociedade. No entanto, Adorno discorda de que a negação da profundidade das descobertas psicanalíticas garantirá uma explicação completa da realidade social. Ainda que a sexualidade ganhe contornos coletivos extremamente poderosos, não se pode negar a existência concreta de desejos e modos de satisfação que nascem e se realizam no âmbito do indivíduo, ainda que ele represente um produto de mediações simbólicas, tampouco a distinção entre a experiência psíquica consciente e inconsciente. Ao deformarem o método freudiano da investigação da psique individual, sobrepondo a ele a conexão direta com os fenômenos sociais imediatos – mesmo que isso tenha sua parcela de razão –, os revisionistas acabaram por comprometer o resultado da pesquisa clínica, que passa, então, a buscar incessantemente o esclarecimento dessas associações externas em detrimento do olhar atento e preciso para o conteúdo oculto das profundezas psíquicas. Se Adorno considera ideológica qualquer forma de psicologismo, também o sociologismo se torna uma barreira para a verdade científica, pois uma teoria da sociedade separada do indivíduo concreto que ela envolve se mostra cega para as explicações complementares.

Na análise do fascismo, a partir da perspectiva da psicologia de massas freudiana, Adorno explora os conceitos de identificação e narcisismo para explicar os mecanismos psicológicos mobilizados pelas técnicas dos agitadores fascistas. Ratificando a teoria freudiana, ele reconhece o vínculo libidinal que une os integrantes das massas e, sobretudo, o fato de o líder desempenhar a função psíquica de ideal do eu em todos os seus seguidores. É

essa incorporação comum do objeto que promove o fenômeno da identificação grupal, acrescida da hostilidade coletiva oriunda da ameaça narcísica perante a diferença do *out-group*. Mas isso somente ocorre devido à intervenção dos propagandistas do fascismo. Em outras palavras, há um papel ativo desempenhado por estes na incitação da regressão psicológica necessária para que os membros da massa se submetam à irracionalidade do destino político fascista, já que este, em última instância, contraria seus interesses racionais. Adorno afirma que Freud, em 1921, antecipou, com categorias puramente psicológicas, o comportamento fascista que estava por vir anos depois. Contudo, essa explicação não dá conta do fenômeno político em si, mas somente descreve os detalhes da sua usurpação psicológica. É necessário, portanto, complementá-la com uma teoria sociológica que explique o surgimento do fascismo como um engendramento de forças classistas e econômicas dominantes. Assim, sem negar o discurso psicológico, Adorno, ao contrário, demonstra a sua verdade dentro dos limites próprios de sua capacidade e função explicativas.

Na discussão teórica e direta sobre a relação entre a psicologia e a sociologia, Adorno busca definir o lugar de ambas no sistema de organização das ciências. Ele reconhece não somente a possibilidade, como também a necessidade de coexistência das duas ciências em questão, de modo que, a partir de uma diferenciação mais precisa de seus objetos, nenhuma concorrência explicativa ocorreria. Sua crítica não se dirige à existência de uma racionalidade psicológica, mas sim, à psicologia que se autossustenta no exame da realidade social, isto é, que busca na razão subjetiva o que, na verdade, obedece a determinantes objetivos (socioeconômicos). Dessa forma, a psique individual, com relativa autonomia e como sede de conflitos inconscientes entre pulsões e proibições, é o campo original e adequado da investigação psicológica. Quando ela extrapola os limites desse objeto para, a partir do arcabouço conceitual da psicologia, tentar explicar fenômenos sociais amplos, incorre em superficialidades ou equívocos. Além disso, Adorno considera a separação entre indivíduo e sociedade – e, portanto, o distanciamento entre psicologia e sociologia – um produto dos conflitos sociais vigentes, decorrentes da irracionalidade de uma sociedade que exige sacrifícios eternos de seus indivíduos sem nenhum tipo de retorno satisfatório. Esse estado civilizacional resultou num empobrecimento psicológico significativo e acabou por “extinguir” o indivíduo liberal que a psicologia científica moderna foi criada para estudar. Assim, com o desaparecimento histórico do objeto da psicologia, se eliminaria também, de certo modo, as condições de existência da ciência designada para sua compreensão.

A atitude de Adorno perante a psicologia se mostra, a todo o momento, ambígua, de modo que ele sempre aponta verdades e falsidades desta ciência. Uma asserção como a de que

a “psicanálise, em sua forma autêntica e historicamente já ultrapassada, alcança sua verdade como relato sobre os poderes da destruição que se proliferam no particular em meio ao universal destrutivo” (ADORNO, 1955/2015b, p. 124), por exemplo, carrega consigo esses elementos. Percebemos aqui a crítica a certa obsolescência da psicanálise, que, enquanto uma ciência do indivíduo liberal, pouco poderia dizer do sujeito “dessubjetivado” do capitalismo avançado, confirmando, assim, a caducidade de suas teses. Ou seja, Adorno expõe o estado de violência de uma sociedade que não mais permite a diferenciação, mas que, ao contrário, cria indivíduos homogêneos, reprimindo as faculdades psicológicas que surgiram na modernidade. A inadequação da psicologia decorreria, em última instância, da mutilação histórica de seu objeto. Seria precisamente essa a verdade que se mantém da ciência psicológica, nesse contexto, para o autor. Ou seja, ela consegue descrever concretamente o estado psíquico do indivíduo do século XIX, diferentemente, de certo modo, do que existia antes e, ao mesmo tempo, do que veio a predominar depois.

A separação entre indivíduo e sociedade é exposta de modo essencial pela psicologia profunda de Freud, segundo Adorno. O sofrimento traduzido no contexto psicopatológico pela neurose representaria muito mais que um conflito intrapsíquico, mesmo sem a possibilidade de compreensão, de dentro da psicologia, dos mecanismos sociais sobre os quais essa verdade se estrutura. Adorno não enxerga nisso um problema. Ao contrário, essa situação revelaria o limite do campo investigativo de ambas as ciências. Dessa forma, o que cabe à psicologia é justamente a pesquisa dessa realidade supostamente intrapsíquica, o que produzirá a possibilidade de dois resultados positivos, desde que cuidadosamente analisados. Ou se elabora proposições corretas de natureza psicológica, por um lado, ou, por outro, se apreende fragmentos psicológicos daquilo que se sedimenta a partir da vida social e que, exatamente por isso, deve ser explorado pela sociologia. Assim, os conflitos sociais procedentes do antagonismo e do distanciamento entre indivíduo e sociedade no contexto do capitalismo, então interiorizados, retornam ao exterior e se revelam aos pesquisadores da sociedade. Ao mesmo tempo, o que é vivido pelo sujeito em sua dinâmica psicológica inconsciente pode ser interpretado e ressignificado a partir do trabalho dos psicólogos.

Por fim, é notório que Adorno, em qualquer um de seus ensaios, defende a negação da síntese entre psicologia e sociologia. A clivagem entre as duas disciplinas seria o retrato de uma realidade em que o conceito mesmo de indivíduo se encontraria seriamente ameaçado por uma “ditadura da heteronomia”. Mas a oposição entre os interesses irracionais da sociedade e as necessidades materiais do indivíduo não é, ele ressalta, natural, apesar da aparente inevitabilidade de tal estado. Ela é um produto da engenharia capitalista, que cria a

fantasia, concretizada nas psiques individuais, da realidade e soberania do capital. Portanto, a psicologia científica surgiria a partir de fundações modernas que teriam propiciado tanto o nascimento, quanto, logo depois, o declínio do indivíduo. Apesar disso, encontramos um argumento em Adorno que se repete na crítica da sociologização da psicologia no revisionismo psicanalítico, na aplicação da psicologia de massas ao estudo do fascismo e na tentativa de integração da psicologia à sociologia, realizada por Parsons, assim como na crítica ao psicologismo e ao sociologismo. Trata-se da sustentação de que ambas as ciências, psicologia e sociologia, são insuficientes, isoladamente, para dar conta da totalidade do comportamento humano e de suas organizações coletivas. Ao mesmo tempo, ele defende que, precisamente na análise da distância entre seus objetos, e não na sua fusão, se encontra o maior valor da relação entre a psicologia e a sociologia para o conhecimento científico. Mesmo com as críticas ao psicologismo e com a tese da superação histórica do “indivíduo freudiano”, Adorno reconhece a validade do discurso psicológico como racionalidade científica. Argumentando a favor de uma descrição mais precisa de seu objeto, ele o define como a dinâmica inconsciente e consciente das psiques individuais e os conflitos entre pulsões e proibição, sobretudo na investigação do comportamento irracional, isto é, nas motivações psicológicas que levam o indivíduo à ação contrária a seus próprios interesses racionais.

5 PULSÃO, INCONSCIENTE, RECALQUE E IDENTIFICAÇÃO: A DIMENSÃO PSICOLÓGICA DAS ANÁLISES FREUDOMARXISTAS

Pensar na contribuição da discussão freudomarxista para a definição do objeto da psicologia é apreender como a dimensão psicológica se insere na pesquisa de seus temas mais diversos, sejam eles gerais ou específicos. Muitas vezes concebida de maneira indireta ou implícita, tal dimensão se apresenta comumente através do emprego de conceitos freudianos, sem uma clara caracterização do objeto psicológico em si, ainda que este esteja intrinsecamente presente. Se nos capítulos anteriores buscamos uma abordagem que acompanhasse o roteiro temático e descritivo proposto pelos próprios autores em seus ensaios, neste capítulo pensamos ser metodologicamente profícuo analisar o aspecto psicológico contido no material anterior a partir de quatro conceitos fundamentais: pulsão, inconsciente, recalque e identificação. Seguramente, há uma variedade importante de outros conceitos que são fundamentais à psicologia profunda de Freud e também se apresentam nas análises freudomarxistas. Entretanto, esses quatro conceitos elencados no presente capítulo têm o poder de condensar propriedades psíquicas que nos parecem suficientes para demonstrar de que maneira o objeto da psicologia integra o freudomarxismo e, no sentido inverso, como a dinâmica dos conceitos freudianos desenvolvida nos trabalhos de Reich, Fromm e Adorno nos auxilia a demarcar o campo da ciência psicológica.

Este capítulo se divide em três partes. Na primeira, buscaremos definir os conceitos a partir dos textos específicos em que Freud se lança a esse mesmo objetivo. Não se trata de uma pesquisa por toda sua obra, mas somente da seleção de alguns ensaios em que a preocupação com cada conceito isoladamente ocupa o centro da discussão. A segunda parte está direcionada para o papel desempenhado pela dinâmica desses quatro conceitos no conjunto dos textos selecionados para cada um dos autores e, em decorrência disso, como o aspecto propriamente psíquico se apresenta em suas investigações. Há, por fim, uma terceira parte em que realizaremos uma articulação geral de todo esse conteúdo. A discussão baseada nos conceitos de pulsão, inconsciente, recalque e identificação tem a função de demonstrar que as análises freudomarxistas não se resumem à realização de uma apropriação instrumental destas noções, atribuindo-lhes o valor de recursos apenas ocasionais, mas que, ao contrário, distinguem a especificidade do objeto psicológico, que ganha corpo através do conjunto desses conceitos em meio à trama formada com a biologia e sociologia.

5.1 OS CONCEITOS NA PSICANÁLISE FREUDIANA

Para nos certificarmos da procedência lógica da utilização, pelos teóricos em questão, dos quatro conceitos em destaque, é importante esclarecermos, sumariamente, os aspectos essenciais contidos na definição desses conceitos tal como formulados originalmente por Freud, sobretudo, os elementos que se apresentam nos textos freudomarxistas.

Iniciando pelo conceito de *pulsão*, em “As pulsões e seus destinos”, Freud (1915/2021d) busca definir o estímulo pulsional pela sua distinção quanto à forma de incidência sobre a psique, quando comparado a outros estímulos fisiológicos – como os que atuam no arco-reflexo. Estabelece três especificidades fundamentais: o estímulo pulsional sempre provém do interior do organismo, e não do mundo exterior; comporta-se como uma força constante, não somente episódica; e representa uma “necessidade” que só pode ser eliminada mediante sua “satisfação”, isto é, uma modificação pertinente na fonte (interna), e não pela ação muscular que vise afastamento ou fuga desta fonte (como ocorre quando ela é externa). Regido pelo “princípio do prazer”, o aumento de excitação desse estímulo pulsional está relacionado com a sensação de desprazer, ao passo que o seu decréscimo, com o prazer. Freud descreve, ainda, a estrutura da pulsão a partir de outros quatro aspectos. O “impulso”, que consistiria na propriedade de força motor, que, como vimos, é constante e imperativa. A “meta”, que é sempre a satisfação, a qual pode ser obtida por diversos caminhos. O “objeto”, através do qual a pulsão alcança sua meta e “o que mais varia na pulsão, não estando originalmente ligado a ela” (p. 58 – tradução modificada). E, por fim, a “fonte”, que designa um processo somático em um órgão ou uma parte do corpo, de modo que seu estudo já não pertenceria à psicologia. A partir dessas considerações, Freud diz que

[...] a “pulsão” nos aparece como um conceito-limite entre o somático e o psíquico, como o representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo e que atingem a alma, como uma medida do trabalho imposto à psique por sua ligação com o corpo (FREUD, 1915/2021d, p. 57 – tradução modificada).

Sobre os destinos das pulsões – título do ensaio –, Freud especifica quatro possibilidades. Primeiramente, a “reversão no contrário”, que diria respeito a uma alteração somente na meta da pulsão, de ativa para passiva – sadismo-masquismo, voyeurismo-exibicionismo – ou inversão de conteúdo – amor-ódio. Em seguida, fala do “voltar-se contra a própria pessoa”, que, diferentemente do destino anterior, trataria de uma mudança de objeto, permanecendo a meta inalterada – sob essa ótica, o masquismo é visto como um sadismo

autodirigido, assim como o exibicionismo seria um voyeurismo de si⁷⁰. Os outros dois destinos, “recalque” e “sublimação”, devido à maior complexidade e relevância para a teoria psicanalítica, não são abordados no artigo. Como reservaremos um espaço exclusivo para definir o conceito de recalque, cabe comentar aqui, brevemente, acerca da sublimação. Esta consiste numa modificação do objeto e da meta da pulsão sexual, elevando a consideração de “objetivos sociais” ante a “satisfação da sexualidade” (FREUD, 1933/2010b). Seria em decorrência da sublimação da pulsão sexual que as atividades psíquicas mais elevadas – científicas, artísticas, ideológicas – ganhariam papel tão significativo na civilização (FREUD, 1930/2010d).

Finalizando, em “As pulsões e seus destinos”, Freud (1915/2021d) ainda tinha por base o dualismo entre pulsões do eu e pulsões sexuais. As primeiras se referiam à “autoconservação”, isto é, às necessidades de sobrevivência do indivíduo. Já as pulsões sexuais, por sua vez, originando-se de múltiplas fontes orgânicas, atuavam, inicialmente, de forma independente entre si, tendo como meta o “prazer do órgão” (o autoerotismo das pulsões sexuais pré-genitais – oral e anal), ao passo que, apenas posteriormente, seriam reunidas em uma síntese que as colocariam a serviço da função reprodutiva (pulsão genital). O conceito de libido entra em cena para representar o aspecto energético das pulsões sexuais, independentemente de sua fase de desenvolvimento. Um ano antes desse ensaio, entretanto, Freud (1914/2021b) escrevera “Introdução ao narcisismo”, em que, a partir de um aprofundamento do estudo do “eu”, chega à conclusão de que suas pulsões também são de origem sexual, consistindo em nada mais que investimentos libidinais nos quais o eu é tomado por objeto. As maiores consequências dessa descoberta aparecerão somente em “Além do princípio do prazer”. Nesse ensaio, Freud (1920/2010a) defende a tese de que as pulsões obedecem a um princípio natural e universal de “compulsão à repetição” e que, além das pulsões sexuais, existem outras qualitativamente distintas que, por sua vez, visam retomar o estado anterior à vida, isto é, de quietude inorgânica. Freud passa a conceber, portanto, uma nova dualidade pulsional: as pulsões sexuais, por um lado, que buscam a renovação da vida, e

⁷⁰ A coincidência com o exemplo do “destino” anterior faz Freud se dedicar a uma análise extensa sobre “masoquismo” e “sadismo”, cujo teor é dispensável para nossos propósitos. Entretanto, cabe observar que há uma profunda mudança sobre a interpretação desses conceitos ao longo de sua obra. Se em “As pulsões e seus destinos”, Freud (1915/2021d) afirma não haver um masoquismo original, sendo este sempre decorrente de uma alteração do sadismo, em “O problema econômico do masoquismo” (1924/2020b), ele sustenta uma posição oposta a essa, defendendo a tese de que há, sim, um masoquismo primário, anterior e independente de qualquer alteração do sadismo. Esta última, quando ocorre, dá origem a um masoquismo secundário.

outras pulsões que, ao contrário, pretendem conduzir a vida à morte. Ele assevera a necessidade de a psicanálise dar um terceiro grande passo em sua teoria pulsional: assim como, primeiramente, estendeu a noção de sexualidade para além dos limites do fenômeno da reprodução e, em seguida, anulou a antítese entre eu e sexo em decorrência da hipótese do narcisismo, torna-se agora imprescindível o reconhecimento do pressuposto da coexistência de pulsões de vida e pulsões de morte em cada indivíduo.

Passando agora para o conceito de *inconsciente*, em “O eu e o isso”, Freud (1923/2020a) afirma que a “diferenciação do psíquico em consciente e inconsciente é a premissa básica da psicanálise” (p. 15). Diz ainda que essa separação foi elaborada a partir da teoria do recalque, de modo que existe uma íntima relação entre esses conceitos. Porém, adverte que embora tudo o que for recalcado é inconsciente, o inconsciente não coincide com o recalcado, sendo mais amplo e abarcando outros fenômenos psíquicos – como a própria força causadora do recalque. Em “O inconsciente”, Freud (1915/2021c) diz que o “âmago do *Ics* [inconsciente] consiste em representantes pulsionais que querem descarregar seu investimento, de impulsos de desejo, portanto” (pp. 126-127 – tradução modificada). Ele descreve o inconsciente sob três aspectos: dinâmico, topológico e econômico. O dinâmico diz respeito à pressuposição do psíquico como resultante tanto do conflito, quanto da pressão de forças pulsionais. O topológico é o que estabelece a diferença entre os sistemas inconsciente, pré-consciente e consciente. Tomando por referência o fenômeno do recalque, os dois últimos partilhariam das mesmas propriedades psíquicas, de maneira que a censura cumpriria seu papel somente na passagem do inconsciente para o pré-consciente. Este último consiste num sistema em que a inconsciência do elemento ideativo é somente provisória, podendo atingir o consciente livremente. Já o aspecto econômico designa o componente quantitativo do psiquismo, representado pela circulação da energia pulsional na forma de investimentos, contrainvestimentos e retirada de investimentos de determinados objetos. Ainda, Freud complementa as propriedades do funcionamento do inconsciente:

Vamos resumir: *ausência de contradição, processo primário* (mobilidade dos investimentos), *atemporalidade e substituição da realidade externa pela psíquica* são as características que podemos esperar encontrar nos processos do sistema *Ics* [inconsciente] (FREUD, 1915/2021c, p. 128).

Com a publicação de “O eu e o isso”, Freud (1923/2020a) promove uma importante transformação em sua teoria que ficou conhecida como “segunda tópica” ou “segunda teoria” do aparelho psíquico ou, também, “teoria estrutural” do aparelho psíquico. Dada a

insuficiência explicativa da topologia anterior, que compreendia somente as instâncias inconsciente, pré-consciente e consciente, ele inaugura uma nova tripartição funcional representada pelas instâncias isso, eu e supereu. O isso é a sede das pulsões e do recalque e abarca, em essência, as características atribuídas ao inconsciente da primeira tópica. O “eu é a parte do isso modificada pela influência direta do mundo externo, sob mediação do *Pcp-Cs* [percepção-consciência], como que um prosseguimento da diferenciação da superfície” (Freud, 1923/2020a, p. 31 – tradução modificada). E o supereu corresponde a uma diferenciação dentro do próprio eu, fundada na instituição da consciência moral a partir da interiorização das normas parentais e da sociedade. De certa forma, teríamos, respectivamente, a representação psíquica das paixões, da razão e da moralidade, assim como a dedução genética de uma instância a partir da outra. Finalizando, cabe ressaltar que parte do eu e do supereu também é inconsciente, coexistindo com sua dimensão consciente.

Em relação ao conceito de *recalque*, no texto homônimo de 1915, em que Freud (1915/2021a) se dedica exclusivamente ao tema, encontramos uma breve passagem que sintetiza o que é fundamental para os nossos propósitos:

Então se torna condição para o recalque que o motivo do desprazer adquira um poder maior que o prazer da satisfação. Além disso, a experiência psicanalítica com as neuroses de transferência nos leva a concluir que o recalque não é um mecanismo de defesa existente desde o início, que não pode surgir antes que se produza uma nítida separação entre atividade psíquica consciente e inconsciente, e que *a sua essência consiste apenas em rejeitar e manter algo afastado da consciência* (FREUD, 1915/2021a, p. 85 – tradução modificada).

Encontramos, então, três características que abarcam o núcleo do fenômeno: o representante pulsional, cuja satisfação deveria gerar prazer, acaba por produzir desprazer, de alguma forma, em maior intensidade; a ação do recalque pode ser resumida em expulsar ou manter distante esse representante pulsional da consciência; e, como condição lógica do recalque, faz-se necessário a clivagem entre inconsciente e consciente, que não é um traço inato e somente se dá a partir do desenvolvimento psíquico.

Ainda em “O recalque”, Freud (1915/2021a) busca esclarecer e decompor a suposta unidade representativa da pulsão. Haveria, portanto, dois representantes psíquicos – diferentes do componente orgânico ou somático – da pulsão: o representante ideacional e o representante energético. Desse modo, ao falar em recalque temos de pensar em destinos distintos: o que resultou da ideia e o que resultou da energia pulsional que a ela se ligava, mas que se separou no processo do recalque. O destino do representante ideacional da pulsão será o seu

desaparecimento do consciente – se lá se encontrava – ou sua permanência fora do consciente – se estava a ponto de se tornar consciente. Já o destino do representante energético da pulsão pode ser triplo: é inteiramente suprimido, não deixando resíduos; surge como algum afeto qualitativamente modificado; ou, por fim, é transformado precisamente em angústia. Freud salienta que as duas últimas possibilidades se apresentam como a descoberta de um novo destino da pulsão, o da conversão de sua energia em afetos.

Finalizando, se em “Introdução ao narcisismo”, Freud (1914/2021b) já adianta certa relação entre o eu e o recalque, afirmando que para o eu, o surgimento de um ideal dentro de si (ideal do eu) seria condição para o recalque, foi apenas em “O eu e o isso” (1923/2020a), em decorrência da elaboração da segunda tópica do aparelho psíquico, que ele aborda mais precisamente a interação. A alteração mais importante nesse desenvolvimento teórico reside no fato de que, na primeira tópica, que se baseia nos sistemas do inconsciente, pré-consciente e consciente, Freud descreve o recalque, essencialmente, como a ação de impedimento de um conteúdo ideacional ultrapassar a barreira da censura entre o inconsciente e o pré-consciente e, assim, atingir o consciente. Já a partir da nova elaboração topológica, em que a psique se dividiria nas instâncias do isso, eu e supereu, o recalque consistiria no impedimento de que determinados representantes ideacionais, que se localizariam no isso, atingissem o eu, através da ação defensiva de forças inconscientes do próprio eu. Portanto, desde a segunda tópica o recalque é considerado uma operação do eu, que busca agenciar demandas de naturezas distintas, como as reivindicações do isso, os imperativos do supereu e as exigências da realidade. Dessa maneira, a caracterização inicial do fenômeno do recalque, como bloqueio para impedir que conteúdos inconscientes atinjam a consciência (ou o pré-consciente), continuaria válida, entretanto, não explicaria suficientemente o problema.

Por último, o conceito de *identificação*. Em “Psicologia das massas e análise do eu”, Freud (1921/2011) redige um tópico dedicado exclusivamente ao tema. Ele define o conceito, brevemente, ao mesmo tempo em que o diferencia da noção de escolha de objeto, afirmando que a identificação remete àquilo que se gostaria de “ser”, enquanto a escolha objetual se refere ao que se gostaria de “ter”. Em seguida, descreve os três sentidos da identificação. Na “pré-história do complexo de Édipo”, uma ligação afetiva ao outro se apresenta antes mesmo de qualquer escolha de objeto. Utilizando o menino como exemplo, Freud diz que ele se identifica com o pai, isto é, demonstra um interesse especial de “ser igual a ele” e tomar seu lugar nas mais diversificadas situações. Nesse tipo de identificação, há empenho em configurar o próprio eu à semelhança daquele tomado por modelo (1º sentido de identificação). Já no contexto da formação neurótica de sintomas, a partir do recalque e dos

mecanismos do inconsciente, é comum que uma ligação objetal libidínosa seja substituída, regressivamente, pela identificação, ou seja, que o eu introjete características do objeto. Nesse caso, “*a identificação tomou o lugar da escolha de objeto, e a escolha de objeto regrediu à identificação*” (p. 63) (2º sentido da identificação). Existiria, ainda, outra modalidade de identificação, baseada no mecanismo de “querer ou poder colocar-se na mesma situação de outrem”. Isto é, sem nenhuma ligação libidínica, um eu percebe no outro uma analogia significativa em certo ponto, de modo que identifica algo comum com alguém que não é objeto das pulsões sexuais (3º sentido da identificação). Freud observa, porém, que “desde o início a identificação é ambivalente, pode tornar-se tanto expressão de ternura como desejo de eliminação” (p. 61).

Em “O eu e o isso”, Freud (1923/2020a) enfatiza o fenômeno da identificação no seio do complexo de Édipo e seu papel na gênese do eu e, especialmente, do supereu. Ele diz que o complexo de Édipo mais comum seria o duplo, isto é, em que, justamente a partir da bissexualidade original, a criança se direcionaria para ambos os genitores com propósito tanto de escolha objetal, quanto de identificação. Seu conteúdo consistiria, portanto, numa duplicidade de papéis, em que o menino, por exemplo, apresentaria ambivalência afetiva não somente diante do pai, mas também, da mãe, ao mesmo tempo em que, de maneira feminina, exibiria relação objetal terna com o pai, assim como, em postura masculina, tomaria a mãe por objeto da libido. A solução para o complexo também seria dupla: abandono parcial dos dois investimentos objetais, assim como identificações concomitantes com o pai e com a mãe. A diferença de intensidade das duas identificações será determinada pela maior ou menor força entre as duas disposições sexuais do sujeito. A consequência do complexo de Édipo seria, então, uma “alteração no eu” em decorrência do estabelecimento de ambas as identificações, de alguma forma, ajustadas uma à outra. Devido ao contexto especial e tão prematuro do desenvolvimento psíquico do indivíduo em que o fenômeno ocorre, essas identificações mantêm uma posição especial diante do restante do eu, como ideal do eu ou supereu:

[...] afirmamos repetidamente que o eu se constitui, em boa parte, de identificações que tomam o lugar de investimentos abandonados pelo isso; que as primeiras dessas identificações agem regularmente como instância especial dentro do eu, confrontando este como supereu, enquanto mais tarde o eu fortalecido pode se comportar de modo mais resistente às influências dessas identificações. O supereu deve a sua especial posição no eu ou ante o eu a um fator que deverá ser estimado a partir de dois lados: é a primeira identificação, acontecida quando o eu era ainda fraco, e é o herdeiro do complexo de Édipo, ou seja, introduziu no eu os mais imponentes objetos.

Em certa medida, ele está para as mudanças posteriores do eu como a fase sexual primária da infância está para a vida sexual após a puberdade (FREUD, 1923/2020a, p. 60 – tradução modificada).

Um último aspecto do conceito de identificação que abordaremos é o que remete à sua relação com o narcisismo. Em “Introdução ao narcisismo”, Freud (1914/2021b) diz haver um narcisismo primário, no qual o eu seria investido libidinalmente desde sua gênese, mas também, posteriormente, um narcisismo secundário, que surgiria por retração dos investimentos objetais. Este último tipo parece corresponder ao segundo sentido da identificação, descrito em “Psicologia das massas e análise do eu” (1921/2011). Ou seja, o eu, na impossibilidade de “ter” o objeto, através da introjeção de certos elementos dele, passa a “sê-lo”. Ainda, haveria uma imbricação dos conceitos de narcisismo e identificação na própria escolha objetal. Freud (1914/2021b) descreve dois tipos de escolha objetal. O tipo “de apoio”, por um lado, seria aquele cuja fonte está no investimento sexual das pessoas encarregadas da nutrição, cuidado e proteção da criança, que se tornam, dessa forma, seus primeiros objetos sexuais. No tipo “narcísico”, por sua vez, o sujeito escolhe seus objetos segundo suas próprias características, busca a si mesmo como objeto amoroso. Em suas palavras:

Dizemos que o ser humano tem originalmente dois objetos sexuais: ele próprio e a mulher que o cria, e nisso pressupomos o narcisismo primário de todo indivíduo, que eventualmente pode se expressar de maneira dominante em sua escolha de objeto (FREUD, 1914/2021b, p. 33).

Finalizando, Laplanche e Pontalis (2001) afirmam que, através dessa articulação, Freud esboça a dialética que liga a escolha narcísica de objeto à identificação. Ou seja, o eu escolhe o objeto em que se vê e, conseqüentemente, se identifica com o mesmo.

5.2 OS CONCEITOS EM REICH, FROMM E ADORNO

Na obra freudiana é possível percebermos a articulação inescapável de seus conceitos. Se em alguns textos específicos, Freud se dedica a desenvolver um ou outro prioritariamente, é porque ele se encontra no nível propriamente de definição dos mesmos, os quais, cabe ressaltar, representam a base de sua teorização. No contexto freudomarxista, no entanto, esses pilares já se encontram suficientemente assentados, de modo que os autores se preocupam principalmente com a função que os conceitos desempenham nos temas analisados. Dessa forma, se nos pareceu propícia uma apresentação separada, anteriormente,

com ênfase em cada um isoladamente, nas análises a seguir esse método não se repete, de maneira que os conceitos aparecerão em conjunto, conforme nossa proposição de que justamente em sua dinâmica interacional se situa a dimensão propriamente psicológica.

Dos três autores que compõem o escopo da pesquisa, Reich é, certamente, o que mais destaca o aspecto econômico da estrutura psíquica. A psicanálise ortodoxa traz, em suas formulações mais básicas, noções quantitativas claras que se evidenciam na quantidade de excitação de um estímulo pulsional ou na circulação da energia libidinal através dos investimentos psíquicos. No entanto, em Reich, a concepção do ser humano como um organismo animal que necessita de uma correta descarga de energia sexual está presente de forma mais direta e recorrente que em outros autores, justificando o nome que deu à sua teoria de “economia sexual”.

Já em seus primeiros passos da teoria do orgasmo, ainda na década de 1920, Reich desenvolve um interesse especial na distinção freudiana entre as neuroses atuais e as psiconeuroses que, hoje, podemos considerar um indício de sua trajetória posterior. A principal explicação para as psicopatologias se encontraria na impossibilidade, no momento presente da vida daqueles que adoecem, de obtenção de satisfação suficiente da pulsão sexual. Ele não negava, de modo algum, a presença dos conflitos psicológicos na etiologia do adoecimento, afirmando que “sem uma inibição psíquica, a excitação sexual seria sempre adequadamente descarregada” (REICH, 1942/1995a, p. 87). Porém, este tema era muito menos teorizado em seus trabalhos que o da neurose estásica, isto é, da energia sexual inadequadamente resolvida. Assim, a conclusão de Reich aponta para um complemento necessário à fórmula terapêutica da psicanálise freudiana, o de que a “saúde psicológica” só seria alcançada se, além da resolução dos conflitos psíquicos, o sujeito conseguisse encontrar meios para a descarga energética, ou seja, para a livre e direta fruição da libido, a energia da pulsão sexual.

Nessas primeiras formulações da teoria do orgasmo, Reich não realiza uma análise mais aprofundada acerca da origem social do recalque, como o fez posteriormente, priorizando somente a descrição de seu impacto enquanto destino da pulsão. Afirma, de modo genérico, que haveria uma inibição moral na base das perturbações psíquicas que, em última instância, resultaria no recalque dos desejos sexuais e na insatisfação pulsional, ao passo que a satisfação inadequada das pulsões – a estase – retroalimentaria energeticamente os conflitos psíquicos. Essa forma de “regulação moralista da sexualidade” traria como consequência a constituição de um inconsciente composto de prescrições e proscricções de conduta, cuja finalidade não compreenderia a satisfação pulsional e, portanto, a felicidade. Haveria um

desastre subjetivo nessa forma imperativa de moral: ela intensifica as defesas psíquicas, por um lado, mas eleva, por outro, a necessidade de satisfação da pulsão. Reich defende que somente a partir do restabelecimento do bom funcionamento sexual seria possível emergir outra forma de moralidade, que comportasse, ao mesmo tempo, razão e desejo. Ele a nomeia de “princípio da autorregulação econômico sexual” e a define como uma espécie de moralidade espontânea, um equilíbrio salutar entre subjetividade e objetividade que, enfim, conseguiria reparar a lacuna entre a moralidade e a pulsão. A relevância ímpar de sua teoria da autorregulação é que, segundo este princípio, seria possível a satisfação pulsional, ao mesmo tempo em que – e como condição disso – se evitaria o recalque, descaracterizando as necessidades subjacentes do mecanismo.

Já nas análises posteriores sobre o tema, Reich não se abstém do enfrentamento do conceito freudiano de pulsão de morte – luta que não travava nos anos iniciais. Para o autor, qualquer impulso agressivo ou destrutivo é desenvolvido por um organismo somente com a finalidade de eliminação de uma fonte de perigo, numa tentativa de evitar a angústia e de preservar a totalidade do eu. Não diria respeito, portanto, a nenhuma ação motivada pelo prazer da agressividade ou destruição em si e, ao fim e ao cabo, estaria a serviço da pulsão de vida. Haveria, então, agressividade destrutiva, sádica, locomotora e sexual, mas nada disso corresponderia a uma pulsão primária de morte, representando apenas produtos secundários, uma resposta à frustração da sexualidade.

A teoria do orgasmo nos apresenta, portanto, um Reich que se ampara na formulação freudiana das pulsões de um período pré-1920, isto é, antes do conceito de pulsão de morte de “Além do princípio do prazer” (1920/2010a). No entanto, Reich também não demonstra preocupação com nenhum outro tipo de dualismo pulsional, desconsiderando o possível conflito entre pulsões do eu e pulsões sexuais. Seu interesse maior reside na necessidade de retomar a noção de “neurose atual” e trazê-la para o centro da discussão, equiparando-a, em relevância, à psicose. O verdadeiro conflito que ele aborda é entre pulsão e realidade social, no qual a ação repressora desta última consistiria na fonte do recalque. Portanto, nesse contexto, o núcleo psicológico é fundamentalmente representado pelos conceitos de pulsão e recalque, que se relacionam, intrinsecamente, com o de inconsciente. Em relação ao primeiro, Reich destaca tanto sua propriedade de força interior constante e imperativa (impulso), quanto à necessidade de satisfação (meta), sempre se referindo à pulsão sexual. Sobre o segundo conceito, ele viria designar o mecanismo intrapsíquico responsável pelo adoecimento, resultado, em última instância, da repressão externa. Dessa forma, sobressai na psicanálise

reichiana que o representante energético da pulsão requer a mesma atenção que o ideacional e que para sua satisfação é imprescindível uma relação sexual direta.

A partir da sua teoria do caráter, Reich insere de forma central o papel da história em seu pensamento psicológico. Ele afirma que a formação do caráter está condicionada ao modo de superação do complexo de Édipo e que este, por sua vez, é consequência das circunstâncias sociais específicas sob as quais a sexualidade infantil estaria submetida. Esses conflitos psíquicos vivenciados no seio familiar e que balizam o desenvolvimento da sexualidade infantil, por sua essência autoritária, oriunda de um ambiente externo repressor, imporiam a necessidade de a criança recalcar as pulsões sexuais e se identificar com a personificação da própria autoridade. Assim, com a função de autoproteção contra os perigos internos – as exigências pulsionais recalcadas do isso – e externos – as frustrações advindas de imposições sociais –, o eu desenvolve um escudo protetor, o caráter. Contudo, essa defesa acaba por enrijecê-lo e restringir seu potencial de ação como um todo. O que se destaca nessa concepção reichiana é que a necessidade de formação de uma estrutura protetora do eu é motivada por fatores externos ao sujeito, em suma, as proibições advindas da sociedade. Portanto, se estas circunstâncias mudarem, a estrutura caracterológica também se alteraria. Não se trata, simplesmente, de uma arbitrariedade subjetiva. Se o caráter é uma resposta ao complexo de Édipo, este, por seu lado, tem sua origem no conflito histórico entre pulsão e moralidade. Esse é o pressuposto que justifica a diferenciação que o autor realiza entre caráter saudável e caráter patológico. Dentre os vários aspectos que elenca, ressaltamos que, no primeiro, as pulsões parciais conseguiram seguir seu curso de desenvolvimento até atingirem o estado genital, ao passo que, no segundo, prevalecem as pulsões pré-genitais. Assim, no caráter “neurótico”, a ação danosa da moralidade e, conseqüentemente, do recalque parece atuar de forma decisiva e limitar as identificações às figuras que representariam a força recalcadora, ao passo que, no caráter “genital”, sua importância decresce, possibilitando maior liberdade e variedade de identificações⁷¹.

Foi na análise do “caráter masoquista” que Reich encontrou material clínico que fundamentasse definitivamente suas conclusões acerca da inexistência de uma pulsão de morte. Recorrendo a “As pulsões e seus destinos” (1915/2021d), e não a “Além do princípio

⁷¹ Para Reich, diferentemente de Freud, o desenvolvimento psicosssexual obedece a uma normatividade em que a sexualidade genital é condição para o bom funcionamento psicológico e, assim, o desenvolvimento de um caráter “saudável”.

do prazer” (1920/2010a), Reich concebe o masoquismo como um fenômeno secundário ao sadismo, um autodirecionamento dos impulsos agressivos deste quando impossibilitado de descarga direta por alguma força externa. Entretanto, a primazia do sadismo é somente superficial, uma resposta que contempla, ao mesmo tempo, a exigência de satisfação sexual e o impulso destrutivo contra a pessoa responsável pela sua frustração. Não haveria equivalência, portanto, entre os impulsos agressivos – sejam sádicos ou masoquistas – e as pulsões sexuais.

Dois aspectos da teoria do caráter de Reich ganham destaque para nossos propósitos. O primeiro se refere à atuação da história sobre as pulsões e o complexo de Édipo. O desenvolvimento da sexualidade implica diferentes formas de ação das pulsões sobre o corpo: primeiramente a pulsão oral, depois a anal e, por fim, a genital, mas sem que as anteriores desapareçam por completo. Assim, a sexualidade infantil não se configuraria um fenômeno inerte, muito menos algo definido desde o nascimento, encontrando-se em constante interação com o meio. Dessa interação surge o complexo de Édipo, que, para Reich, é a resultante, em nível psicológico, da repressão social sobre o indivíduo. É possível extrair dessa concepção a relativização histórica do conflito edípico, que, sob outras condições sociais, deixaria de existir ou ocorreria de forma distinta. O segundo aspecto seria o da teorização da estrutura do caráter a partir da forma específica de superação do complexo de Édipo. Isso nos mostra um núcleo psicológico abrangente e que exige, para sua compreensão, os quatro conceitos psicológicos em questão. No nível inconsciente da psique é onde surgem, primeiramente, os representantes das pulsões e onde se situam o conteúdo recalado e a própria motivação do recalque. Se há necessidade de recalque, por sua vez, é porque existe uma desaprovação moral acerca do objeto das pulsões sexuais. Justamente aí se erige o “caráter”, principalmente em sua acepção psicopatológica, ou seja, o caráter neurótico, como um enrijecimento do eu para sustentar o recalque. A consequência e, portanto, o desfecho edípico são tanto a ocorrência, quanto a permanência do recalque, assim como a identificação com a representação da moralidade.

Na defesa da psicanálise como uma psicologia materialista e dialética, Reich desenvolve seu argumento, justamente, a partir da atribuição dessas propriedades aos conceitos de pulsão, inconsciente e recalque, todos componentes estruturais da ciência freudiana. Reconhece o caráter inato das pulsões sexuais, um atributo do organismo. Seu estado primitivo, porém, é sucedido por um desenvolvimento que se fundamenta nas condições de existência da criança. Assim, da necessidade de alimentação, a boca se transforma numa zona erógena e se torna objeto autoerótico da pulsão. Com as exigências do

controle das funções de excreção e o ensino da higiene, o ânus passa a ser erogeneizado, possibilitando a pulsão anal. Das demandas de reprodução da espécie e do desenvolvimento das pulsões oral e anal, há uma centralização na genitalidade, da qual surge a pulsão genital. Ou seja, aquilo que poderia ser tomado simplesmente por uma sucessão abstrata de fases, Reich explica a partir do conteúdo concreto presente na interação do indivíduo com o meio. O autor acrescenta que, segundo o período histórico e a classe social dos sujeitos em análise, haveria importantes variações quantitativas e qualitativas no desenvolvimento das pulsões, evidenciando um impacto social contundente e constante de limitação, aceleração ou modificação das mesmas.

A respeito do inconsciente, Reich afirma que ele é formado tanto por desejos e conteúdos censurados, quanto por representações herdadas culturalmente. Portanto, ele é estruturado materialmente pelos fenômenos experimentados coletivamente ao longo da história da espécie e pela história de cada indivíduo. O recalque, por sua vez, surge em decorrência de interdições e prescrições do mundo exterior. Mesmo definido por um mecanismo mental individual, encontra suas motivações na dialética conflitiva entre o eu e a moralidade. Qualquer criança adquire logo cedo elementos desiderativos, os quais, através da força moral exercida pela família – o ente representante da sociedade –, sofrem a ação do recalque e são represados no inconsciente.

Posto isso, vemos que a vida mental, para Reich, nasce das necessidades adaptativas e das contradições entre as pulsões e a realidade externa, em última instância, entre indivíduo e sociedade. Os conflitos intrapsíquicos entre isso e supereu só são possíveis a partir da interiorização da moralidade, originalmente social. A dialética materialista se oporia tanto à racionalidade apriorística, quanto ao *telos* psicológico, já que traz como pressuposto a ideia de que o desenvolvimento psíquico se daria somente em decorrência das contingências, isto é, da necessidade de superação de obstáculos à sobrevivência e à satisfação das pulsões. Desse modo, os conceitos psicológicos de recalque e de inconsciente – este, sobretudo, enquanto instância do conteúdo recalcado –, assim como as condições para as transformações das pulsões, decorreriam das necessidades materiais e, portanto, da ação do homem no mundo e de sua reação ao mundo. A partir da exploração do aspecto material, segundo Reich, intrínseco aos conceitos de pulsão, inconsciente e recalque, ele busca afastá-los de possíveis interpretações que mantenham resquícios idealistas.

Ao se dedicar à pesquisa do tema da moralidade sexual, Reich analisa como a objetividade socioeconômica produz experiências materiais subjetivas, necessárias para sua manutenção e reprodução, desde a infância e adolescência, até se firmar na idade adulta. Para

o autor, a preparação para o casamento e para a família é a finalidade da educação das crianças. A fixação das pulsões pré-genitais e o recalque da pulsão genital são consequências da norma repressiva imposta pela típica família “pequeno-burguesa”. Exatamente nessa rigorosa disciplina doméstica infantil, desde a mais tenra idade, situaria a principal fonte do comportamento submisso e impotente do homem adulto. Na puberdade, por sua vez, seu significado biológico básico de maturidade sexual é substituído pela exigência de abstinência, experiência subjetiva prototípica das limitações orgásticas da fase seguinte. E, por fim, na idade adulta, o processo educacional é sedimentado com a instituição social do casamento compulsório, a partir do qual a sexualidade passa a ser controlada por processos socioeconômicos.

Segundo Reich, o arcabouço biológico do nosso organismo nos daria plenas condições para a satisfação sexual, cuja necessidade para a manutenção de uma boa saúde seria inequívoca. Dessa forma, a barreira entre “pulsão” e “satisfação” se encontraria nas mediações impostas por uma ordem social patriarcal, autoritária e repressiva. A família, consequência direta da estrutura econômica, era representada em seus dias, predominantemente, pelo tipo “pequeno-burguesa”. Sua estrutura triangular, condição para o complexo de Édipo, se definia pela relação entre o “pai patriarcal” – que concentra toda autoridade, poder e legitimação moral – a esposa e os filhos – ambos dependentes materialmente do líder da família, fundamentando a lógica de dominação. Apesar da função familiar de chefe, esse mesmo pai se encontrava em posição de subordinado no processo de produção, dando origem ao seguinte modelo de subjetividade: submete-se aos que estão acima e, pela identificação com os mesmos, impõe-se aos que estão abaixo. Esse funcionamento familiar é o que permite o recalque da sexualidade na criança, sua identificação com as figuras de autoridade e, por fim, a estruturação de um tipo caracterológico inseguro, temeroso à autoridade e incapaz de se rebelar.

Em sua crítica à moralidade burguesa, enfim, Reich descreve como ela se impõe à psique através do recalque das pulsões sexuais e como produz sujeitos que, a partir de seus padrões de identificação, encontram-se condenados a reproduzi-la. Seja na infância, adolescência ou idade adulta, o controle sobre a sexualidade está sempre presente sob a marca do recalque. O aspecto objetivo das lutas de classes e da opressão da ordem social sobre o indivíduo somente se mantém em decorrência da produção de uma forma de subjetividade comprometida em sua disposição para agir e em sua reflexividade, ambas as limitações amparadas na insatisfação sexual. Por isso, para o autor, uma sociedade livre só será possível

se seus integrantes gozarem de liberdade sexual, isto é, se lhes for possível a satisfação das pulsões sexuais.

Por fim, Reich se utiliza dos conceitos psicanalíticos para analisar as bases psicológicas do fascismo. Primeiramente, ele descreve a estrutura psíquica humana a partir de três diferentes níveis. Uma terceira camada, o inconsciente mais profundo, onde se encontraria seu cerne pulsional, sobretudo na disposição para amar, que também abarcaria uma atitude espontânea para o trabalho e a cooperação. A segunda camada, não natural, surgiria somente a partir da frustração da primeira. Corresponderia ao “inconsciente recalçado freudiano”, composto de desejos sádicos e masoquistas, entre outros. E uma primeira camada, a mais superficial, a partir da qual desempenhamos nossos comportamentos individuais e sociais explícitos, de maneira inconsciente ou consciente. Tomando essa estratificação psicológica como base, Reich argumenta que o fascismo consiste na expressão politicamente organizada da segunda camada do inconsciente, a qual só existe devido ao recalque da terceira e designa a atitude emocional básica do ser humano oprimido da civilização autoritária. Os desejos sádicos e masoquistas são consequência do recalque das pulsões sexuais e representam a estrutura caracterológica do indivíduo de massa.

Reich explica a materialidade do psiquismo, aqui, não através de sua gênese, como fez anteriormente, mas mediante a demonstração de que seu conteúdo se operacionaliza na ação concreta no mundo. Isto é, na medida em que se altera a estrutura psíquica do indivíduo, essa mudança não se limita ao universo subjetivo ou ao mundo interior. Ao contrário, o conteúdo psíquico se converte numa força ativa, num poder material que, sendo assim, produz transformações objetivas e um impacto social direto.

Segundo o autor, o fato de a sexualidade ser reprimida pela sociedade e recalçada pelo indivíduo não encontraria explicação numa arbitrariedade qualquer, tampouco numa condição para o desenvolvimento da cultura. Ele revela a íntima articulação entre a estrutura socioeconômica e a estrutura sexual da sociedade. Por isso, o fascismo, representante dos interesses socioeconômicos em sua vertente mais radical, atinge de forma tão incisiva a vida sexual. O recalque da sexualidade, acrescido de identificações previamente orientadas, produz, subjetivamente, um indivíduo sádico e, ao mesmo tempo, masoquista. Ou seja, a agressividade que surge inconscientemente em decorrência da frustração pulsional se manifesta tanto como sadismo, quanto masoquismo, e o estímulo à identificação com as figuras de autoridade, encontradas no seio familiar ou na sociedade em geral, como a do próprio *Führer*, permite o direcionamento dessa agressividade para fora, no sadismo em relação ao “inferior” ou ao diferente, e para dentro, na submissão masoquista às lideranças.

Finalizando, se Reich não atribui ao núcleo psicológico a causa última do fascismo, ele reconhece sua função impreterível na aceitação e reprodução dos valores que produzem o comportamento fascista em cada indivíduo. Sem o impedimento da satisfação da sexualidade e a conseqüente estrutura caracterológica, impregnada de agressividade sádica e masoquista, não seria possível a pactuação com a irracionalidade de um sistema que desvirtua as razões da desigualdade social, ao mesmo tempo em que oculta o estado de dominação de seus integrantes.

Reich, um médico psicanalista, viu a necessidade de ultrapassar o campo psicológico para investigar a totalidade da vida humana. Assim, elegeu o marxismo como a corrente sociológica que melhor desvelava os mecanismos de dominação e exploração de uma classe social sobre a outra. No entanto, nunca dispensou, ao menos em seu período francamente freudomarxista, a dimensão psicológica de sua análise, de modo a considerá-la condição para melhor compreensão, inclusive, do próprio fenômeno social. Reich parte do pressuposto da existência de um núcleo psicológico irreduzível tanto à sociologia, quanto à biologia. Se a fonte, o impulso – enquanto força imperativa – e a meta – no sentido estrito de exigência de satisfação – pulsionais seriam originários do organismo biológico, por outro lado, a distribuição energética do impulso, as qualidades da meta, a flexibilidade do objeto da pulsão e a propriedade de representação interna desta são atributos que, em conjunto com os conceitos de inconsciente, recalque e identificação, atestam a dimensão psíquica. Ao mesmo tempo, as exigências sociais podem agir opressivamente sobre essa dinâmica impedindo a satisfação das pulsões, de modo a suscitar a defesa intrapsíquica do recalque e, conseqüentemente, o desenvolvimento de uma rigidez do eu – o caráter – para manter determinado conteúdo recalcado. Reich destaca que a descarga necessária do quantitativo energético da pulsão somente pode se dar se o organismo dispõe de sua potência orgástica, a qual é essencialmente comprometida quando há intervenção do recalque, e para uma satisfação adequada, a relação sexual direta, isto é, o coito, é insubstituível. O inconsciente, na concepção reichiana dos conflitos psíquicos, seria uma conseqüência histórica, não natural. Representaria a condição da manutenção do estado social e da permanência, no vocabulário marxista, da alienação. O processo de identificação, por fim, definiria parcialmente a estrutura do eu, se mais livre e reflexivo ou mais rígido, irreflexivo e autoritário, a depender das referências utilizadas. Se a dimensão psíquica não pode explicar, em última instância, a fonte pulsional – campo da biologia –, tampouco os processos socioeconômicos e a luta de classes – objeto da sociologia –, ela é exigida para a explicação tanto do desenvolvimento, dos destinos, dos modos de satisfação e das qualidades e quantidades representacionais das pulsões, quanto

da forma com que as ideologias irracionais, isto é, que vão contra as necessidades humanas e sua felicidade, penetram e são aceitas pelos indivíduos, os quais, somente por atitudes submissas e irreflexivas, transformam-nas em ações concretas.

Comparado a Reich, Fromm explora a sexualidade numa acepção mais simbólica e fantasiada, à semelhança da teorização freudiana original. Sua preocupação principal recai nas motivações e nas formas através das quais a sexualidade encontra satisfação, parcial ou completa, e não em problematizar a possibilidade, em si, de satisfações substitutas, isto é, não obtidas diretamente pelo coito. A questão econômica é impreterível, pois integra, essencialmente, os conceitos da psicologia profunda de Freud. Entretanto, aceitando uma grande variedade de caminhos para a descarga energética das pulsões sexuais, não necessariamente nocivos ao organismo humano, Fromm desenvolve sua psicologia social analítica na investigação da ação da sociedade sobre os conteúdos psíquicos inconscientes que levam a um ou a outro caminho.

Ao analisar o Cristianismo primitivo, que finda no século IV, Fromm considera esse movimento um objeto sociopsicológico e o interpreta, então, a partir da complementariedade de recursos sociológicos e psicológicos. Nesse aspecto encontramos, precisamente, a diferença entre o seu método e o de Theodor Reik. Diferentemente de seu antigo professor, que exploraria o dogma religioso de forma isolada e em sua estrutura lógico-conceitual, Fromm o investiga levando em consideração os interesses socioeconômicos subjacentes. Desse modo, ele realiza sua análise psicológica se utilizando dos conceitos de pulsão, inconsciente, recalque e identificação, porém, sobre o pano de fundo da luta de classes.

Assim como Reich, Fromm parte do primeiro dualismo pulsional freudiano e da acepção de duplicidade das pulsões, não de conflito. Abdicando da ideia de pulsão de morte, mas sem problematizá-la, ele se preocupa principalmente em demonstrar que, diferentemente das pulsões do eu, necessárias à sobrevivência, as pulsões sexuais admitem maior versatilidade quanto às formas de satisfação e, até mesmo, maior tolerância à insatisfação. Essa observação é essencial à sua psicologia, já que destaca, justamente, a possibilidade de as pulsões sexuais serem parcialmente satisfeitas pelo próprio corpo – como ocorre no autoerotismo –, pelo eu tomado por objeto – caso do narcisismo – e pela imaginação – através das fantasias. Dessa concepção, Fromm conclui, numa perspectiva claramente freudiana, que as pulsões sexuais são muito mais independentes da realidade externa para algum nível de satisfação, ainda que parcial, que as pulsões do eu.

Utilizando-se do complexo de Édipo e da ambivalência afetiva como recursos teóricos para descrever o modo de relação entre os indivíduos e as figuras de autoridade,

Fromm afirma que o dogma adocionista do Cristianismo primitivo significaria, psicologicamente, uma manifestação da hostilidade do filho em relação ao pai. Segundo a ortodoxia freudiana, o pai, personificação da proibição, seria o protótipo de toda autoridade posterior, representada, no contexto específico, pelos sacerdotes, os eruditos, os aristocratas e, por extensão e em sua acepção abstrata, por “Deus”. Entretanto, Fromm considera que, se o ódio às autoridades concretas – com exceção do pai – podia ser experimentado conscientemente, o mesmo não ocorria em relação à divindade. A hostilidade dirigida a esta, justificada por sua cumplicidade com a opressão entre classes, era recalcada, manifestando-se inconscientemente na fantasia do Cristo. Desse modo, o sentido inconsciente da ideia de adoção, como presente no dogma, consistiria no desejo edipiano de eliminação do pai. A satisfação desse desejo, ao menos parcialmente, seria viável a partir de dois elementos psicológicos: a identificação e a fantasia. A identificação cumpriria uma dupla função no mito. Pelo fato de Cristo se equiparar à entidade divina e, por isso, ser identificado com Deus, sua morte representa, também, a morte de Deus. Isto é, o pai é morto na figura do filho. Ao mesmo tempo, sua procedência humana e sofredora torna possível a identificação com os indivíduos das massas, das classes inferiores e, conseqüentemente, a expiação de seus desejos de ódio e de eliminação do pai. O papel da fantasia, por sua vez, é o de permitir uma satisfação substituta das pulsões sexuais. A narrativa do dogma vem oferecer uma suposta racionalidade ao seu verdadeiro conteúdo, recalcado pelo sujeito, e a especificidade da pulsão sexual possibilita que a experiência subjetiva da satisfação fantasiosa seja vivida como realidade. Já o dogma seguinte, a versão homousiana oficializada pela Igreja no século IV, é interpretada por Fromm como a anulação de qualquer hostilidade original para com o Pai, sendo esta substituída por uma tendência oposta e conciliadora. Portanto, a apropriação do Cristianismo pelo Estado resultou num novo catecismo que buscou eliminar, pelo risco de incitar revolta, os resquícios de sentimentos contrários à autoridade, até mesmo das fantasias inconscientes das massas.

Posto isso, podemos perceber claramente como a dimensão psicológica se insere como um dos pilares da análise do dogma cristão, em Fromm. A racionalidade consciente expressa na narrativa do dogma cumpre a função de substituição do conteúdo ideacional encontrado diretamente no desejo inconsciente do parricídio e da eliminação das figuras de autoridade. Assim, o mito de Cristo surge, em termos psicológicos, em decorrência do recalque da representação da hostilidade direcionada ao pai e, conseqüentemente, a “Deus Pai”. Uma satisfação parcial da pulsão sexual se torna possível por esta via devido a seu atributo interno propiciador de realização fantasiosa e em decorrência da identificação entre o

pai e o filho das figuras mitológicas, assim como entre os sujeitos concretos e Cristo. Se a opressão exercida pelas classes dominantes sobre os indivíduos das massas e a transformação da natureza das relações entre o mito cristão e o Estado só podem ser explicadas por interesses socioeconômicos, os conceitos de pulsão, inconsciente, recalque e identificação, isto é, os argumentos psicológicos, explicam como essas forças externas se realizam na subjetividade de cada indivíduo e, ao mesmo tempo, como atendem as necessidades pulsionais que eles carregam.

Na defesa da tese da existência de uma historicidade, no sentido sociológico, intrínseca ao método psicanalítico e ao desenvolvimento pulsional, Fromm acrescenta à dualidade entre pulsões do eu e pulsões sexuais, comentada anteriormente, uma nova: a dualidade entre a constituição física herdada e as experiências vividas. O autor afirma que a dinâmica pulsional é condicionada por esses dois fatores. De um lado, o componente estrutural da pulsão, que contempla tanto a fonte orgânica, quanto seus aspectos propriamente psíquicos de representação e modulações qualitativas e quantitativas. De outro, sua profunda sensibilidade ao impacto da força da vida social, que, na acepção de Fromm, parece superar o grau reconhecido por Freud. Apoiando-se nessas duas premissas fundamentais, Fromm conclui que o método psicanalítico é essencialmente histórico, já que procura a compreensão da dinâmica das pulsões através da investigação da biografia do sujeito, e que a função de uma psicologia social analiticamente orientada é investigar a ação das experiências vividas sobre o organismo pulsional, isto é, da história sobre a estrutura.

Ao buscar definir a concepção psicanalítica de “dispositivo pulsional”, Fromm afirma que este não se equipara ao mecanismo instintivo tipicamente utilizado para a descrição geral do comportamento animal, tampouco à sua biologia em nível fisiológico. A pulsão compreenderia, também, o aspecto psíquico, cujo núcleo reside na capacidade de representação de exigências internas e externas. Quando Fromm diz que a “psique humana permanece sempre uma psique que foi modificada pelo processo social” (FROMM, 1932/1971d, p. 153), ele sustenta que o estado psicológico de qualquer indivíduo só pode ser pensado a partir da resultante de suas interações sociais, das relações entre sua constituição e sua experiência, de modo que o desenvolvimento da psique não procede de um autodirecionamento. Pensando dessa forma, Fromm afirma que na adaptação ativa e passiva do dispositivo pulsional à realidade social estaria o lócus de investigação da psicologia, evidenciando a centralidade do conceito de pulsão para representação da dimensão psicológica dos indivíduos. Destaca-se a atribuição dinâmica e histórica que a noção de adaptação ganha com o autor, já que a possibilidade de transformações psíquicas se apresenta

como uma constante e acompanha os indivíduos por toda sua vida. Por outro lado, Fromm reconhece o papel ativo do indivíduo sobre a sociedade, de modo que suas necessidades pulsionais encontram alguma participação na organização e, além, na fundação mesma das formas civilizatórias. Portanto, haveria um limite de modificabilidade das pulsões sob a influência de fatores externos. Não se permitindo anular, elas se convertem, também, em força ativa com poder de alteração das condições de vida segundo seus imperativos.

Considerando o mecanismo pulsional e a adaptação do indivíduo como históricos, dinâmicos e interacionais, a resultante seria a relação dialética entre o fator libidinal e o fator econômico da sociedade, atribuindo a esta também uma estrutura libidinal própria e variável. Fromm afirma que os vínculos que sustentam as relações entre dominados e dominantes são de natureza sexual, isto é, que haveria uma adaptação libidinal à dominação, oriunda das necessidades materiais imediatas. A estrutura psicológica propriamente dita dos indivíduos das classes oprimidas compreenderia a repetição ou continuação da atitude psíquica infantil em relação aos pais, porém agora endereçada aos membros das classes dominantes. Desse modo, os mecanismos sociais de dominação controlariam os investimentos libidinais e suas formas de satisfação, provocando o recalque da pulsão genital e a prevalência das pulsões pré-genitais.

Na análise de Fromm, fica claro que ele busca inverter a disputa explicativa entre estrutura e história para a relação dialética entre estrutura e história, de maneira que seria da complementariedade entre os dois aspectos que se desenvolveria a psique e os processos sociais. Ainda que o conceito de inconsciente sirva de base para qualquer tema tratado pela psicologia profunda freudiana, ao passo que o de recalque integre, enquanto possibilidade ou realização, toda discussão sobre a satisfação sexual, foi sobre a teoria do dispositivo pulsional que Fromm se debruçou na construção do argumento em prol da historicidade da psique. Sua opção metodológica ganha relevância ainda maior quando constatamos que, justamente no conceito de pulsão, encontram-se as mais fortes ameaças de reducionismo biológico da psicologia. Fromm, atentamente, busca diferenciá-lo dos instintos tipicamente teorizados na biologia animal, descrevendo-o por sua estrutura complexa, que ultrapassa a fonte biológica básica e configura a capacidade avançada de representação, as modulações quantitativas e qualitativas e, por fim, a sensibilidade profunda à organização social, cuja força imprime variações nos modos e níveis de satisfação pulsional. No sentido oposto ao da adaptação às exigências externas, Fromm considera também o indivíduo enquanto agente das transformações sociais em decorrência das exigências internas, isto é, das necessidades pulsionais. Portanto, na compreensão da história social como efeito da dialética entre a libido

e os processos econômicos, o dispositivo pulsional, em sua definição ampla, representa a dimensão psicológica da análise.

A caracterologia de Fromm, por sua vez, explora o avanço da psicanálise do campo da psicopatologia para o da investigação dos fenômenos psíquicos comuns e gerais da espécie humana. Que ambos procedem de fontes pulsionais e das experiências infantis, é conhecimento ordinário da ortodoxia freudiana. No entanto, enquanto a “neurose” resultaria da adaptação malsucedida das pulsões à realidade social, o “caráter” contemplaria uma adaptação relativa, sobretudo através dos mecanismos da sublimação e da formação reativa, não envolvendo, em si, uma psicopatologia. Tanto a formação reativa, quanto a sublimação agem sobre a pulsão. Mas enquanto o mecanismo de ação da primeira consiste em manter recalçado o representante pulsional, a segunda implica uma transformação da meta e do objeto pulsionais, canalizando-os para fins sociais. Os traços de caráter representariam, para Fromm, a permanência da efetividade das pulsões orais e anais ainda na vida adulta, direta ou indiretamente. O autor considera, também, o caráter genital, porém, como representaria a etapa final do desenvolvimento psicosssexual “sadio” – em consonância com a perspectiva de Reich –, seu estudo não traria maiores consequências para a psicopatologia, nem para a sua psicologia social.

Ao aproximar sua teoria do caráter com sua teoria da sociedade, Fromm afirma que o desenvolvimento do caráter segue dois fatores concomitantes e opostos: um endógeno, outro exógeno. O primeiro decorre da maturação fisiológica do organismo, que compreende o surgimento gradual da pulsão genital e o declínio das pulsões pré-genitais. Porém, ressalta que essas últimas nunca são completamente superadas devido às fixações que deixam em decorrência das experiências de satisfação do indivíduo. Já o segundo, reflete a ação da sociedade sobre o indivíduo através da imposição normativa do processo educacional. Se Fromm admite que, inicialmente, a educação acaba por facilitar a emergência da sexualidade genital, já que contribui para o recalque das pulsões pré-genitais, em seguida, ele vai afirmar que a moralidade sexual transmitida pela família imprimirá restrições severas também à genitalidade, promovendo uma regressão da libido para formas de satisfação anteriores. Portanto, o recalque da pulsão genital resultará nas manifestações de traços de caráter oral e anal na vida social, que serão valorizados e reforçados segundo sua utilidade dentro de determinada estrutura social. Assim sendo, a força dos interesses socioeconômicos, travestidos de princípios morais, seria responsável tanto pelo recalque da sexualidade genital, quanto pelo predomínio de traços caracterológicos orais ou anais específicos. Desse modo, ao propor uma análise da base psíquica do capitalismo, Fromm afirma que ela

corresponderia ao caráter anal. Ou seja, os traços comportamentais decorrentes desse perfil caracterológico – ordem, parcimônia, obstinação, dever, valorização da esfera privada, produtividade, vinculação máxima entre tempo e trabalho e, por fim, o amor tratado como posse – ganhariam notoriedade por sua utilidade na estrutura econômica capitalista, ao mesmo tempo em que, por consistirem em formas de satisfação, em sua maioria, já vivenciadas pelos indivíduos ao longo do desenvolvimento de sua sexualidade, contribuem para o próprio advento e manutenção do sistema econômico.

Vemos na caracterologia de Fromm uma investigação dos traços comportamentais que ganham estabilidade na vida dos indivíduos comuns, não naqueles considerados neuróticos pela psicopatologia. Sua pesquisa visa tanto à descrição, quanto à explicação dessas características, ao mesmo tempo em que busca relacioná-las com os processos socioeconômicos. Como fundamento da sua teorização, o autor situa o conceito de pulsão e as transformações gerais da sexualidade a partir de fontes internas e externas. A superação da primazia das pulsões pré-genitais não implicaria seu desaparecimento completo, já que sempre permanecem, em certa medida, e o recalque da pulsão genital como consequência da educação repressiva vem fortalecer a libido oral e anal remanescentes. Assim, se Fromm afirma que o modelo econômico capitalista estimula e reforça os comportamentos típicos do caráter anal, ele defende, além disso, que a existência prévia das formas “anais” de satisfação sexual, experimentadas pela criança num momento específico de seu desenvolvimento pulsional e também pelo adulto, posteriormente, foram, de certa forma, propulsoras de determinadas características do próprio modelo econômico. Tomando cuidado para não incorrer num psicologismo, todavia, o autor enfatiza a função colaborativa do elemento psicológico no processo, em detrimento de seu papel enquanto causa primária ou total. Os comportamentos relacionados à fase de predominância da pulsão anal, isto é, os traços de caráter anal, representariam, enfim, a base psíquica do capitalismo.

Fundamentado na teoria do matriarcado do antropólogo suíço Johann Jakob Bachofen, Fromm – assim como os outros freudomarxistas – defende a tese da contingência do complexo de Édipo, questionando, então, a universalidade do fenômeno. Em uma suposta sociedade primitiva gineocrática, o modo de organização da vida humana comportaria a livre fruição da sexualidade, diferentemente da depreciação cristã que se viu posteriormente. A ausência das restrições sexuais, as quais são interpretadas sempre como produto da moralidade, seria reconhecida por todos, nessa estrutura social, como condição para a felicidade humana. A relevância central desse estado de coisas seria que tanto o mais elevado desenvolvimento psíquico e sua independência, quanto as maiores forças produtivas da

sociedade somente poderiam ser alcançados com a livre realização da sexualidade, representada pela ascensão da pulsão genital. Nesse contexto, cuja matriz social repousaria sobre os valores do afeto e da liberdade, que Bachofen associa ao “feminino”, o fenômeno do complexo de Édipo, ao menos na concepção autoritária interpretada por Fromm, seria inexistente. As principais consequências para a constituição da psique se dariam, justamente, na superação dos entraves edípianos, isto é, na eliminação do recalque, das identificações autoritárias e das inibições ao desenvolvimento pulsional genital completo.

Fromm desenvolve sua argumentação a partir do que veio a chamar de complexo patricêntrico, uma complementação ao complexo de Édipo, que inclui na compreensão do fenômeno a análise da perspectiva psicológica do pai sob a ação direta de fatores socioeconômicos. Assim, para além da ambivalência afetiva que caracteriza a postura do filho em relação ao pai, num misto de identificação e desejo de eliminação⁷², o autor teoriza também a ambivalência afetiva do pai em relação ao filho. Inconscientemente, o pai vê a si próprio na figura do filho, de modo que o processo educacional do filho não tem como objetivo principal sua felicidade ou desenvolvimento psicológico em si, mas sua utilidade para as necessidades sociais e econômicas do pai, assim como a satisfação projetiva de suas fantasias e desejos. Portanto, a identificação do pai implica sua autorrealização na imagem do filho. O resultado mais importante disso seria a perda da segurança psíquica do filho, pois dada a condicionalidade da qualidade do amor paterno, ele somente será amado caso cumpra com as expectativas criadas sobre si. Uma forte identificação com a autoridade paterna, juntamente com o desenvolvimento de um supereu austero, seriam os desdobramentos óbvios desses fatores.

Mas o autor acrescenta outra consequência de grande relevância. Associado à estrutura econômica capitalista, o complexo patricêntrico proporcionaria também uma espécie de “ética do dever”, correspondente à interiorização, por meio da família, da coerção externa ao trabalho. Essa novidade histórica inauguraria a possibilidade da percepção de algum grau de prazer no ato do trabalho em si, independentemente de seu significado e da posição no sistema de produção. Desse modo, Fromm aponta para mais uma forma de satisfação substituta da pulsão sexual, dessa vez, através da simples realização da imposição moral do cumprimento do dever⁷³. Por fim, contrastando com essa realidade, Fromm teoriza que uma

⁷² Como já descrito anteriormente, para Freud (1921/2011), a identificação sempre comporta a ambivalência entre “ternura” e “desejo de eliminação”.

⁷³ Ainda que Fromm não aborde diretamente o tema, fica implícito na discussão que ele considera a diferença entre o trabalho enquanto motor civilizacional e, portanto, resultado da “sublimação”, e o

sociedade livre do autoritarismo patriarcal propiciaria condições psicológicas diferentes baseadas num complexo matricêntrico. Ou seja, numa espécie de “utopia matriarcal”, o amor incondicional, qualidade suposta do afeto materno, permitiria o desenvolvimento psicológico saudável do filho, sem a carga de identificações autoritárias e de recalque da sexualidade.

A partir do conceito de complexo patricêntrico e, sua contraparte, complexo matricêntrico, Fromm tanto oferece um complemento à teoria do complexo de Édipo, quanto o analisa sob a perspectiva de sua relativização histórica. Com a teoria da sociedade matriarcal de Bachofen, Fromm enxergou a possibilidade de uma estrutura familiar diversa daquela que produz a experiência autoritária e repressora do complexo de Édipo, resultando no recalque da sexualidade e na identificação com a própria instância recalçadora. Uma constituição familiar embasada na incondicionalidade do amor materno, e não na condicionalidade do amor paterno, propiciaria um desenvolvimento psicológico mais saudável e livre. Assim, na análise das diferentes formas de organização social e na crítica à universalidade do complexo de Édipo, vemos, mais uma vez, a dimensão psicológica expressa nos conceitos de pulsão, inconsciente, recalque e identificação. Ou seja, a estrutura de uma determinada sociedade implicaria no perfil de desenvolvimento psíquico de seus indivíduos, cuja realização se daria através dos destinos de suas pulsões sexuais, da ação ou inação do recalque e das qualidades de suas identificações.

Fromm, um psicanalista não médico, com formação em psicologia, sociologia e filosofia, sempre aplicou a interdisciplinaridade de seus estudos acadêmicos nos objetos de pesquisa, seja no âmbito da clínica ou em sua psicologia social. Assim, da mesma maneira em que se dedicou ao campo da psicopatologia, interessou-se pelo da teoria social, de modo que o estudo de um influenciava o do outro. Via o comportamento humano determinado por motivações psicológicas inconscientes e estas, por sua vez, condicionadas pela estrutura socioeconômica. No entanto, e aqui se encontra o núcleo de sua articulação, esse condicionamento é sempre parcial, de modo que nunca anula os imperativos da pulsão. Dessa maneira, as necessidades pulsionais e as sociais se harmonizam e se confrontam nos mais variados níveis, mas sua coexistência é categórica. Como psicanalista, ele definia a ciência freudiana como a psicologia das pulsões. Compreendia a pulsão como um tipo de instinto especial e complexo, com sua fonte no organismo biológico, mas que também se definia pela representação psíquica e pela suscetibilidade a modulações qualitativas e quantitativas, resultantes da interação com o meio. Abdicando do conceito de pulsão de morte e colocando

trabalho como objeto de satisfação substituta da pulsão sexual, fruto de um modelo econômico específico.

em segundo plano a discussão entorno das pulsões do eu, pela obviedade de seu papel perante a sobrevivência, Fromm direciona sua análise para as pulsões sexuais. Altamente intermutáveis e substituíveis, elas podem se satisfazer indiretamente, mediante fantasias, ter sua satisfação adiada e, por fim, ser recalçadas. A satisfação sexual através da fantasia propiciaria uma importante ambiguidade: ela tanto designa uma forma de realização imagética do desejo do sujeito, quanto torna possível, como denunciado por Fromm, o direcionamento da sexualidade para fins ideológicos. Ou seja, a canalização do prazer sexual para determinados comportamentos, como o “cumprimento do dever” ou a “acumulação”, em detrimento de formas mais espontâneas e “naturais” de sua realização, serviria para a manutenção de uma estrutura socioeconômica específica.

Portanto, se a função da psicologia social analítica de Fromm é explicar a psique a partir do impacto das condições socioeconômicas sobre as pulsões, é porque antes, por sua formação psicanalítica, ele concebeu a realidade e a distinção da dimensão psicológica dos sujeitos. Se o conceito de pulsão é central em sua psicologia, o de recalque, um recurso psíquico que emerge perante a força da moralidade, ocupa um lugar inequívoco na explicação da condição histórica do ser humano. A imaturidade cognitiva e emocional que Fromm relata, seja nos neuróticos ou em determinadas organizações caracterológicas, seria resultado do recalque da pulsão genital e, sendo assim, do impedimento do desenvolvimento completo da sexualidade. O conceito de identificação, explorado, especificamente, na satisfação sexual da fantasia adocionista de Cristo e do complexo patricêntrico e, de maneira geral, no modelo autoritário de referência para a estruturação do eu no conflito edípico, desempenha um papel essencial na compreensão do padrão de comportamento dos indivíduos, seja na microssociedade da família ou na sociedade ampla. E o conceito de inconsciente, incorporado em todos os outros, desloca o protagonismo da consciência enquanto instância racional e unificadora da psique. Posto isso, o modo como pulsão, inconsciente, recalque e identificação integram a teoria de Fromm, seja na descrição da dialética entre a constituição física herdada e as experiências vividas pelo indivíduo, entre os aspectos endógenos e exógenos do desenvolvimento do caráter ou entre os fatores libidinais e econômicos da sociedade, define uma autonomia relativa da dimensão psicológica, ainda que atravessada, necessariamente, pela biologia e pela sociologia.

Adorno, por sua vez, não sendo psicanalista ou clínico como os demais, lidava com a psicologia científica de forma mais crítica, buscando destacar suas tensões com a sociologia. Recorre à psicanálise freudiana para discutir o estado psicológico dos indivíduos de seu tempo, sujeitos à violência social da massificação e, conseqüentemente, ao estreitamento de

sua autonomia. Assim, em sua análise teórica, emprega a psicologia, entre outros objetivos, como recurso para a denúncia do empobrecimento de seu próprio objeto: o sujeito psicológico.

Na crítica ao que chamou de “revisionismo psicanalítico”, movimento representado, sobretudo, por Horney, Fromm e Sullivan, Adorno defende a “psicologia das pulsões” como desenvolvida na ortodoxia freudiana. Considerando a libido e a teoria pulsional como elementos de uma dimensão pré-social, mesmo com o equívoco de sua utilização para a explicação de fenômenos extrapsicológicos, a psicanálise contribui para o apontamento da tensão entre as demandas pulsionais e as sociais, em última instância, entre indivíduo e sociedade. Assim, Adorno condena a assimetria resultante das análises revisionistas entre as exigências culturais e a insistência da sexualidade, de modo que, ao subtraírem o valor da última, como se fosse menos relevante socialmente, ocultam a ação repressora da sociedade sobre o indivíduo e, assim, o próprio esvaziamento da dimensão psicológica dos sujeitos. A busca pela realização dos desejos oriundos das pulsões sexuais representaria, para ele, um resquício de racionalidade e de autonomia perante as forças externas que, ao contrário, se impõem sobre a forma de necessidades sociais.

Do mesmo modo que Adorno explora o conceito de pulsão, ele o faz com o de recalque. Ainda que um fenômeno intrapsíquico, ele situa a causação principal do recalque fora do âmbito psíquico, descrevendo-o como a consequência do conflito de forças entre a libido e a sociedade. Interpretando o conceito dessa forma, Adorno afirma que a psicanálise radical descortina, precisamente, o “princípio social da dominação”. Portanto, Adorno reconhece a verdade da “ação psicológica do recalque” dos representantes pulsionais, que, para além de uma alegoria, evidencia concretamente o estado social de dominação e, assim, de insatisfação e sofrimento psíquico dos indivíduos. De maneira semelhante, ao contradizer a negação da sexualidade da teoria do narcisismo de Horney, Adorno explica a guinada narcísica da pulsão como o resultado das barreiras “quase intransponíveis” que se ergueram nas interações diretas e espontâneas entre os seres humanos, impelindo o indivíduo a voltar para si mesmo a libido não utilizada. Novamente, ele enfatiza a realidade das demandas pulsionais e de seu papel na satisfação dos indivíduos, ressaltando, por sua vez, a relação de dependência da organização social para sua realização.

Ainda na discussão com os revisionistas, Adorno destaca a função das pulsões na gênese do eu e da moral, negligenciada pelo referido grupo. Ao invés de se embasar na dinâmica cognitiva consequente do discurso racionalista, o qual concebe o eu como um conjunto apriorístico de faculdades psíquicas – compreensão adorniana do revisionismo –,

Adorno interpreta o eu, seguindo a ortodoxia freudiana, como uma instância material resultante da necessidade de organização das moções pulsionais ante o mundo natural e social que o cerca. Dessa forma, é a dinâmica das pulsões que fundamenta o surgimento do eu. Porém, essa assertiva daria conta somente de uma parte de sua gênese, tendo em vista que o supereu, instância que representa a internalização inconsciente da moral, atuaria como seu complemento. Portanto, para o autor, a explicação da formação do eu precisaria ser complementada pela inclusão da “contradição” entre as demandas pulsionais e as sociais, de modo que a anulação do conflito categórico da psicanálise, mesmo com suas imprecisões analíticas, entre mundo interno e mundo externo, corresponderia à dissolução do próprio indivíduo psicológico.

Adorno não efetua uma defesa incondicional da psicanálise e não considera verdadeira toda a teorização da ciência freudiana. Ele dá razão, inclusive, à iniciativa de “revisão” da universalidade encontrada em certas categorias analíticas desenvolvidas por Freud. Entretanto, ao mesmo tempo, Adorno resgata a ortodoxia de sua psicologia profunda pela capacidade de demonstrar a ação implacável das leis econômicas e sociais sobre as pulsões e o eu, que se expressa na experiência subjetiva de neurose e mal-estar insistentemente explorada pela psicanálise. Assim, uma análise psicológica que abdique das pulsões sexuais enquanto elemento chave para sua realização resultaria na integração das moções psíquicas e do inconsciente ao *status quo* social. Representaria a identidade, artificialmente construída, entre indivíduo e sociedade, negando a verdadeira tensão que os define historicamente. Se Adorno defende a tarefa da psicologia como a investigação das forças sociais determinantes dos mecanismos mais íntimos do indivíduo, isto é, das formas de produção da individualidade, ele reconhece, também, uma dimensão psicológica encontrada nesse mesmo indivíduo, que escapa, quanto à essência, à uniformidade do mundo social e que, apesar de se ver forçada a sucumbir à ação do recalque, resguarda, em sua profundidade, elementos desiderativos provenientes da sua sexualidade. Portanto, a ideia psicológica da dinâmica pulsional encontra legitimidade em sua teorização.

Ao recorrer à psicologia para o estudo do fascismo, Adorno se utiliza da psicanálise porque, ao invés de tentar explicar o comportamento de massa a partir de algum instinto primordial, ela busca encontrar as forças psicológicas que, contradizendo o próprio nível racional e esclarecido alcançado pelo estado civilizacional na modernidade, privam os indivíduos dessa qualidade e os convertem em seres de conduta bastante distinta. Essas forças seriam, responde Freud, de natureza libidinal. Adorno aceita a teoria freudiana de que “na massa o indivíduo está sujeito a condições que lhe permitem se livrar dos recalques de suas

moções pulsionais inconscientes” (FREUD, 1921/2011, p. 21 – tradução modificada). Ao fazê-lo, ele não somente reconhece a originalidade da psicologia de massas, como atesta a dimensão psíquica como parte integrante da explicação do fenômeno. Nessa breve transcrição de *Psicologia das massas e análise do eu*, encontrada no texto de Adorno, ele nos apresenta, de uma só vez, os conceitos de pulsão, recalque e inconsciente enquanto recursos analíticos necessários para a compreensão de um perfil comportamental que, noutros contextos, seria omitido. É essa demonstração da autenticidade do conteúdo psicológico que nos interessa primordialmente e que Adorno evidencia ao abordar o presente tema.

O mecanismo responsável pela transformação do comportamento individual em comportamento de massa é o da identificação. Seguindo a teoria freudiana, Adorno se utiliza de dois dos três sentidos do conceito para explicar a gênese da homogeneidade das massas e, para seu objetivo específico, das comunidades fascistas. A partir da propriedade do eu de tomar algo por modelo, a figura do líder assume o lugar de “ideal do eu” (ou supereu). Para Adorno, isso se daria em decorrência do fracasso do desenvolvimento de uma consciência autônoma por parte dos indivíduos, os quais, empobrecidos psicologicamente, permitem-se identificar com uma autoridade irracional, isto é, que de modo algum contribui para a realização da sua felicidade. Portanto, esse primeiro sentido da identificação é o que explica a transformação da libido no vínculo entre o líder e seus seguidores. O segundo sentido, por sua vez, é o que vai explicar a ligação direta entre os próprios seguidores. Nessa segunda modalidade de identificação, sem a participação da libido, um eu percebe no outro elementos em comum, ou seja, reconhece uma analogia relevante na alteridade, mesmo esta não se configurando objeto das pulsões sexuais. Dessa forma, se o líder, individualmente, funciona como “ideal do eu”, coletivamente, se converte em “ideal do grupo”.

Adorno destaca a lucidez freudiana em perceber o papel da libido também como “força integradora negativa”. Se a hostilidade humana é explicada através do conceito de pulsão de morte em *O mal-estar na civilização* (1930/2010d), em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921/2011), diferentemente, é a noção de narcisismo que Freud emprega para cumprir essa tarefa. Quando o amor direcionado a si próprio e a autoafirmação são, de certo modo, feridos ou prejudicados por algum “estranho”, isto é, uma pessoa que não seja normalmente amada, uma prontidão para o ódio logo se revela, a qual, guiada pela propaganda fascista – acrescenta Adorno –, se realiza sobre um objeto específico. Dessa maneira, a libido cumpre uma dupla função unificadora das massas: ela propicia que seus membros amem o mesmo líder e, ao mesmo tempo, odeiem o mesmo inimigo, acrescentando um novo motivo para a identificação entre os indivíduos. Para Adorno, a teorização freudiana

ilumina o enraizamento da dicotomia entre o *in-group* amado e o *out-group* rejeitado e permite compreender, ainda, que o direcionamento da hostilidade ao *out-group* é o que possibilita seu recalque em relação aos pares, representando um igualitarismo repressivo. Essa é a razão, enfim, de Adorno enxergar uma precisa correspondência entre a psicologia de massas, como descrita por Freud, e a comunidade fascista. Ambas são compostas por indivíduos que: devido a um vínculo libidinal, identificaram-se com o mesmo líder e o colocaram no lugar de seu ideal do eu; também sob a ação da libido, em sua vertente narcísica, transformaram o mesmo objeto em alvo de hostilidade; e por fim, consequentemente a esses dois elementos coincidentes, identificaram-se reciprocamente.

Posto isso, Adorno conclui que a propaganda e a estimulação fascistas estão centradas na ideia do líder, já que somente sua imagem, através da identificação, pode despertar um vínculo libidinal com seus seguidores. A verdade da psicologia de massas é confirmada, portanto, pela eficácia da propaganda fascista, por meio da qual a irracionalidade e o autoritarismo, que não poderiam ser assimilados por meios reflexivos, passam a integrar as respostas psicológicas de sua audiência. A principal diferença do emprego da psicologia de massas freudianas por Adorno é que ele acrescenta à análise o fato de que toda a mobilização psicológica envolvida no processo é controlada por interesses econômicos. A essência política reacionária do fascismo se encontra personificada na figura do líder, que não passa, então, de um mandatário de determinados grupos. Assumindo o lugar de ideal do eu e, posteriormente, de ideal do grupo, ele viabiliza uma “apropriação da psicologia de massas” pelos opressores, isto é, possibilita o controle das motivações psicológicas dos indivíduos massificados através de mecanismos sociais bem dirigidos.

Se a essência política do fascismo não pode ser explicada pela psicologia, os mecanismos pelos quais ele se converte em ação concreta dos indivíduos, podem. Adorno encontra no vínculo libidinal entre os indivíduos e o líder e nas identificações subsequentes, a explicação para a formação das comunidades fascistas. Ao mesmo tempo em que esse indivíduo massificado experimenta a exteriorização de moções psíquicas antes recalçadas, razão de seu comportamento específico, ele recalca o fato de não ser possível a realização de seus desejos a partir das condições sociais impostas. Os conceitos de inconsciente, pulsão, recalque e identificação são empregados para descrever a condição psíquica daqueles que vivenciam a experiência social do fascismo. Em sua crítica aos limites da explicação psicológica, Adorno não nega, portanto, a realidade desta dimensão dos sujeitos, mas sim, realiza o diagnóstico tanto de seu empobrecimento, quanto de sua manipulação mediante a ação de forças econômicas. Através de uma identificação essencial, a irracionalidade da

organização social e os desejos individuais são recalçados, as pulsões sexuais são direcionadas para fins específicos que não condizem com sua satisfação, a frustração narcísica resulta em hostilidade e o aparato psíquico, de modo geral, se converte em cognições de superfície, preterindo da consciência toda a verdade do inconsciente que a estrutura.

Ao se dedicar especificamente à discussão sobre as possíveis modalidades de interação entre psicologia e sociologia, Adorno aborda, de modo essencial, o complexo tema das tensões existentes entre indivíduo e sociedade. Ainda que exerça uma crítica radical ao que chama de “psicologismo”, não deixa de testemunhar, em sua argumentação, tanto a realidade, quanto a importância da dimensão psíquica para os sujeitos de seu tempo. Seu diagnóstico busca evidenciar o que ele define como o desaparecimento do indivíduo psicológico. Seguindo essa direção interpretativa, podemos destacar a presença da terminologia psicológica na descrição de Adorno do conflito entre indivíduo e sociedade, em suas incursões sobre o conceito de eu e, como citado, na crítica ao psicologismo.

Na análise dos impasses que separam, historicamente, indivíduo e sociedade, Adorno afirma que a organização social vigente é regida pela irracionalidade, já que exige de seus integrantes tarefas impossíveis de serem cumpridas e que negligenciam sua felicidade. Haveria uma incompatibilidade contundente entre “os desideratos da economia psíquica” e os processos vitais da sociedade, o que traria como consequência um “eterno adiamento da meta pulsional”, isto é, uma renúncia da satisfação da pulsão sem perspectiva alguma de encerramento a médio ou longo prazo. Desse modo, ao fim e ao cabo, a autonegação individual do atendimento às necessidades pulsionais consistiria num sacrifício em vão e que passaria despercebido devido à ofuscação da consciência moral. A sociedade atuaria sobre o âmbito psicológico cada vez mais como agente produtor de recalque, redefinindo-o de um processo episódico e pontual, para um fenômeno generalizado. Ela passa a se comportar como inimiga do indivíduo, impondo-lhe comportamentos contrários a seu bem-estar. Adorno analisa essas contingências no sentido do desenvolvimento dos indivíduos, vítimas tanto de um princípio de realidade conduzido por imposições capitalistas, quanto dos conflitos resultantes em recalque, mas também num sentido histórico amplo, a partir do que denomina “dialética do progresso”. Assim, ele diz haver uma contradição no desenvolvimento social que resulta na “sedimentação no inconsciente” daquilo que fica para trás com o esclarecimento. Ou seja, como se as profundas transformações culturais ao longo da história da humanidade deixassem um depósito residual no inconsciente do que se perdeu com o

advento da razão e, mais recentemente, da racionalidade técnica⁷⁴. Enfim, o que se apresenta como mais relevante para nossos propósitos, nesse contexto, é o fato de Adorno se utilizar dos conceitos de pulsão, recalque e inconsciente para descrever e fundamentar sua crítica à sociedade e, assim, o estado psicológico dos indivíduos que a compõem.

O mesmo acontece quando Adorno explora a noção de eu. Ele afirma que, na psicologia, o eu se define como instância organizadora das moções psíquicas e como o princípio de identidade constituinte da individualidade. Sem negar essa premissa, o autor acrescenta, contudo, que o eu não pode ser concebido senão de forma “dialética”. Ele é, ao mesmo tempo, psíquico e não psíquico, um fragmento da libido e o representante do mundo, algo que emerge como uma parcela da pulsão, mas também outra coisa. Portanto, nessa dialética fundamental do eu, ele se mostra tanto pulsional quanto social, abarcando em sua definição os conceitos de pulsão e de identificação concomitantemente. O eu é instituído, dessa maneira, num espaço de intersubjetividade no qual se realiza, em decorrência dessa articulação, a individuação do ser. Relacionando o eu ao narcisismo, Adorno compreende o fenômeno narcísico como um movimento de regressão⁷⁵ do eu que, impedido de alcançar o que lhe é próprio em sua diferenciação psíquica, desvia a pulsão para metas especificamente egoicas, contradizendo o “alvo primário” da libido. Em sua visão, o narcisismo denota um retorno da pulsão sexual para o próprio eu na tentativa de satisfazer aquilo que não encontrou satisfação no outro devido às restrições impostas pela sociedade. Assim, a despeito da desconsideração da noção de “narcisismo primário”, sua argumentação reconhece a realidade da vida pulsional e de seus imperativos, legitimando um aspecto propriamente psicológico dos sujeitos.

Em sua crítica ao psicologismo, o que ocupa o centro da teoria adorniana é a necessidade de esclarecer a causalidade social de fenômenos comumente considerados de etiologia psicológica. Um exemplo, em particular, seria o do sentimento de impotência vivenciado pela criança. Adorno afirma que o fenômeno originário seria a “impotência social real”, isto é, a impossibilidade de transformação da realidade experimentada pelo infante perante as leis sociais. O “sentimento de impotência” seria somente secundário, consequência da incapacidade de sustentação de sua posição, de encará-la. Desse modo, a percepção

⁷⁴ Adorno analisa o tema em detalhes na obra escrita em conjunto com Horkheimer, *Dialética do esclarecimento* (1947/1985).

⁷⁵ O sentido do termo “regressão” aqui empregado por Adorno é o propriamente psicológico, distinto de outras formas em que o autor o utiliza. Uma discussão terminológica pode ser encontrada em Carvalho (2016).

subjetiva do sentimento em questão é fruto do recalque da ideia da desproporção de forças entre indivíduo e sociedade, a qual se interioriza inconscientemente, permitindo acesso à consciência somente a angústia consequente. Tal situação objetiva impõe a necessidade de regressão do eu, no sentido comentado anteriormente, evidenciando como a estrutura social mobiliza seletivamente os mecanismos de defesa e as tendências psicológicas que melhor se adequam aos conflitos de um determinado período histórico, e não o contrário. Pela ação da sociedade sobre o indivíduo, ele recalca a ideia da impossibilidade de transformação objetiva, surgindo a transformação subjetiva do sentimento de impotência e, através da regressão, ele retira os investimentos libidinais do mundo externo e os direciona para o mundo interno, numa substituição narcísica e identificatória. Portanto, inconsciente, pulsão, recalque e identificação se apresentam prontamente como recursos psicológicos necessários para a realização da própria crítica ao psicologismo contido na atribuição do sentimento de impotência como fenômeno primário.

Tratando do mesmo tema, porém, de forma mais abrangente, referindo-se às implicações terapêuticas da psicologia freudiana, Adorno aponta o equívoco da indiferenciação entre conflitos psíquicos de origem social e, portanto, objetivos, de um lado, e conflitos psíquicos individuais e provenientes da subjetividade, de outro. Ele diz que o ser humano integrado, num estado psíquico pós-análise, “que não mais percebe a diferença privada entre as instâncias psicológicas e a irreconciliação dos desideratos do eu e do isso” (ADORNO, 1955/2015b, p. 101), seria vítima de uma falsa superação dos conflitos, já que a essência objetiva dos mesmos se encontraria na divergência social. Assim, Adorno busca desconstruir a ocultação psicológica dos impasses gerais oriundos da incompatibilidade entre as moções pulsionais e o supereu, este representando a interiorização da moralidade e das regras sociais a partir do resultado das identificações edípicas e posteriores. A integração das instâncias do eu (supereu) e do isso, que Adorno considera, de certa maneira, o trabalho da clínica psicanalítica, seria artificial, então, pois não encontraria correspondência no âmbito social, dada a ausência de harmonia entre indivíduo e sociedade. Entretanto, essa análise não anula a possibilidade de conflitos propriamente psíquicos. Adorno mesmo estabelece, ainda que suscintamente, um cenário específico para a investigação psicológica: “o indivíduo relativamente autônomo, monadológico, como palco do conflito inconsciente entre moção pulsional e proibição”. (ADORNO, 1955/2015b, p. 125). Ele reconhece, portanto, um contexto em que podemos atribuir a uma determinada dinâmica psicológica individual, o começo, meio e fim de uma racionalidade específica, a da ciência psicológica. Mas tanto nesse, quanto em contextos diferentes, os conflitos psíquicos e a dimensão psicológica se

encontram presentes, alternando, somente, a natureza dos elementos etiológicos predominantes no processo, se principalmente individuais ou sociais, admitindo, além disso, não haver uma separação absoluta entre ambas as esferas.

Seja na defesa da ortodoxia freudiana perante o revisionismo, no emprego da psicologia de massas para compreender o comportamento fascista ou na discussão das relações entre psicologia e sociologia, Adorno utiliza os conceitos de pulsão, inconsciente, recalque e identificação como peças essenciais através das quais se operacionaliza a dimensão psicológica do sujeito. Ele reconhece nos conceitos da psicologia profunda freudiana, mesmo com a crítica de imprecisão histórica, algo de radical que representa, legitimamente, o indivíduo psicológico e, portanto, o diferencia da sociedade, sobretudo em seu estado de massificação. O próprio conceito de indivíduo só poderia ser pensado, ele adverte, a partir da variedade psicológica, isto é, da diversidade das representações psíquicas tanto de moções pulsionais, quanto do ambiente social, mesmo que o processo de individuação se dê somente em decorrência da socialização. A crítica ao empobrecimento da individualidade e da autonomia não é o mesmo que negar a dimensão psicológica, mas sim, configura uma denúncia, a partir dessa constatação, de uma realidade social castradora das possibilidades de diferenciação. Trata-se do relato da impossibilidade de uma fruição mais livre da subjetividade, mas não de sua inexistência ou falsidade. Adorno destaca em vários momentos que o conflito psíquico entre isso e supereu, agenciado pelo eu, reflete, de modo geral, o conflito entre indivíduo e sociedade. Dessa maneira, haveria uma contradição histórica fundamental entre as instâncias psíquicas que encontraria sua etiologia na relação objetiva entre indivíduo e sociedade, isto é, nas formas de repressão social e impedimento da felicidade humana. Por conseguinte, o recalque e, como resultado, parte do conteúdo ideativo constituinte do inconsciente não passariam de uma consequência individual e intrapsíquica da repressão, um fenômeno social. Porém, Adorno reconhece situações em que os conflitos são, de fato, individualizados, provenientes de determinadas articulações simbólicas idiossincráticas e que, sendo assim, remetem diretamente à subjetividade. A tese de Adorno da constatação de uma subtração social da dinâmica psíquica, num misto de empobrecimento tanto do eu racional, quanto do inconsciente propriamente psicológico e, portanto, da restrição da autonomia relativa dos sujeitos perante a exterioridade, não implica a negação da psique, mas sim, reafirma a sua realidade ao contrastá-la com seu estado precário.

5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto articulado dos conceitos psicológicos postos em evidência representa muito mais que um suposto uso instrumental ou uma ação coadjuvante. Ele define e, ao mesmo tempo, justifica o objeto da psicologia em sua relativa autonomia quando confrontado com os objetos da biologia e, especialmente, da sociologia. Esses conceitos, nas mãos dos freudomarxistas, atestam a realidade da dimensão psicológica dos indivíduos e, por isso, não somente a plausibilidade, como a necessidade de uma ciência psicológica que a estude, vindo a integrar o campo de análise que tem como objeto último os seres humanos em todos os seus aspectos. Seria legítimo falar, portanto, do organismo animal que constitui esse ser, da produção de símbolos a partir de significados construídos socialmente, mas também da representação psíquica de suas necessidades e desejos internos e de seu ambiente circundante. Não se trata, pois, de se entregar ao engodo de psicologizar a complexidade social, tampouco de negar a subjetividade enquanto aspecto essencial da individualidade própria da contemporaneidade. Pulsão, inconsciente, recalque e identificação, entre outros conceitos psicológicos relevantes, compõem uma complexa e mais completa explicação do fenômeno humano, juntamente com biologia – no tocante ao conhecimento do organismo animal –, sociologia, economia, história e demais ciências afins. A concorrência entre os objetos das respectivas ciências ou, de outro modo, entre as várias dimensões do objeto humano, dá lugar à interação.

Reich, Fromm e Adorno atribuem aos conceitos formulados por Freud a inauguração de uma ciência psicológica materialista, que se contraporia ao “idealismo” de psicologias filosóficas anteriores. Os conceitos se fundamentam nas necessidades sexuais e de sobrevivência às quais os indivíduos se encontram submetidos, assim como seus obstáculos e deformações externas. Isto é, partem de exigências terrenas, não “ideacionais”, tomando por objeto de análise as vivências concretas, objetivamente situadas no processo histórico. A vida psíquica, nesses termos, é fruto da experiência empírica, da organização de um mundo, até certo ponto, já constituído. Sendo assim, ela se opõe tanto à concepção de uma racionalidade apriorística – conjunto de faculdades psíquicas anteriores à experiência –, quanto à noção de um *télos* psicológico – sentido predeterminado para o desenvolvimento psíquico. O pressuposto do materialismo, nessa acepção, é o de que as transformações psicológicas ocorreriam somente em decorrência das contingências que são impostas ao ser humano, isto é, da necessidade de resolução de problemas objetivos que se apresentam à autopreservação e à preservação da espécie – em linguagem darwiniana – ou, de outra forma, à satisfação das

pulsões – na linguagem freudiana. O complemento dessa definição seria, por sua vez, o de que a materialidade psíquica pode ser ainda concebida sob a perspectiva da ação concreta do indivíduo no mundo. Na medida em que, integrando uma lógica histórica de sucessão de eventos, a estrutura psicológica sofre todo tipo de alterações possíveis, sua dinâmica subjetiva se converte também em força ativa e, assim, numa matéria produtora de transformações objetivas. A reflexividade não é interpretada, nesse contexto, como abstração pura e transcendental do intelecto, mas como produto das tensões entre indivíduo e ambiente externo – este, sobretudo, em sua qualidade social. O que seria uma resultante, ao mesmo tempo e indissociavelmente, se configura como ação causal no mundo, completando a relação entre indivíduo e sociedade, entre o psíquico e o social.

O campo da clínica e, portanto, da psicopatologia foi de onde se originou a psicologia profunda de Freud. Por ela representar um pilar para Reich, Fromm e Adorno, nenhum deles preteriu de suas análises o aspecto do sofrimento e mal-estar dos indivíduos de seu tempo. Seguindo a tradição psicanalítica e sua concepção da etiologia da neurose como resultado de uma dinâmica psíquica conflitiva, esses autores asseveraram que o conflito travado era, ao fim e ao cabo, entre pulsão e moral. Isto é, eles enxergaram na descoberta básica da psicanálise um elemento intrinsecamente histórico, o de que o adoecimento era causado por imperativos culturais e não, naturais. O que sempre prevaleceu em toda a teorização psicanalítica teria sido a contradição entre as necessidades individuais e as sociais, ainda que estas últimas se manifestassem no ambiente privado da família, o agente responsável pela transmissão das normas através das relações afetivas. A objetividade material do estado socioeconômico produziria experiências subjetivas – também materiais, segundo as postulações materialistas discutidas – em todos os estágios da vida do indivíduo e desde a mais tenra infância, as quais, indo na direção contrária à sua felicidade, geraria toda uma série de frustrações. Assim, os três autores defendem a existência de uma historicidade intrínseca ao método psicanalítico, ainda que esse atributo não se apresente formulado de maneira clara e intencional nas proposições freudianas. A psicanálise de um sujeito, isto é, a decomposição de seu psiquismo em estruturas ideativas e investimentos afetivos componentes, somente pode ser realizada através da reconstrução de sua biografia, a qual compreende, por sua vez, o esclarecimento dos caminhos e descaminhos da libido ao longo de seu desenvolvimento perante a ação das forças sociais. O organismo pulsional carregaria a história tanto da filogênese, quanto da ontogênese, numa articulação entre o que é comum à espécie e o que se produz a partir da individualidade.

Posto isso, é inequívoco que os autores interpretam os conceitos freudianos a partir de uma acepção materialista e histórica, influenciada especialmente por uma sociologia de inspiração marxista. Entretanto, até que ponto tal interpretação é condizente com as formulações originais de Freud – isto é, se pode ser reconhecida como um desdobramento lógico e, segundo afirmam, radical da ortodoxia mesma da psicanálise – é uma discussão que não integra os objetivos do presente trabalho. Nosso esforço recai, de maneira geral, em identificar o objeto psicológico delineado pelas análises freudomarxistas e, num nível mais específico, em demonstrar como os conceitos de pulsão, inconsciente, recalque e identificação são empregados na construção do mesmo.

A máxima freudiana de que a premissa básica da psicanálise é a diferenciação psíquica entre consciente e inconsciente encontrou um lugar de destaque no pensamento freudomarxista. Ela cumpria o importante papel de desconstruir a ilusão da centralidade do eu e da consciência na estrutura psíquica, assim como da crença de acesso imediato à realidade. O que era normalmente visto como ação racional e, portanto, de um eu consciente, uno e autodeterminado a agir em função de seu próprio benefício, passava a ser interpretado como mero representante de forças inconscientes, estas sim, motrizes reais do comportamento humano. Sob essa perspectiva, o inconsciente assume o protagonismo dos fenômenos psíquicos, sendo visto como o terreno principal no qual eles se realizam. Seguindo a definição freudiana contida em “O inconsciente” (1915/2021c), assim como sua complementação a partir da segunda tópica em “O eu e o isso” (1923/1920a), os freudomarxistas desenvolvem suas análises considerando o inconsciente estruturado pelo representante ideacional e pelo representante energético das pulsões⁷⁶. Essas representações, por sua vez, seriam provenientes tanto da herança filogenética, isto é, da história evolutiva comum à espécie e, portanto, de seu aspecto biológico, quanto da ontogênese, o aspecto histórico individual do ser humano, desenvolvido a partir de sua experiência no mundo. A diferenciação se mostra importante porque é no âmbito ontogenético que vai ser produzido o material recalado, bem como a própria força recaladora, completando, assim, o conteúdo do inconsciente. Dessa forma, a temática do adoecimento ou sofrimento humano é abordada pelos autores sob a dimensão histórica. Eles argumentam que ela não é a resultante de uma arbitrariedade individual, mas sim, de interdições e prescrições do mundo social percebidas sob a forma intrapsíquica do supereu. É nesse contexto analítico que eles defendem que a verdade do inconsciente

⁷⁶ Nos textos de Adorno, o representante energético não se encontra explícito como nos de Reich e Fromm. Porém, algo correspondente ao conceito pode ser notado através do reconhecimento, por parte do autor, da necessidade de satisfação pulsional.

freudiano, descrito sob a dinâmica de conflitos psíquicos entre o isso e o supereu, não estaria, principalmente, na caracterização de sua essência a-histórica, mas sim, de seu estado contraditório na sociedade vigente – o que não é incompatível, em última instância, com o reconhecimento de alguma lei interna de seu funcionamento.

O conceito de recalque, por sua vez, é indissociável do de inconsciente, pois uma parte do conteúdo deste consiste exatamente em representações recalçadas e na motivação para o recalque. No ensaio “O recalque” (1915/2021a), Freud afirma que a condição do recalque é que a força do desprazer seja maior que a do prazer, de modo a suscitar esse mecanismo de defesa psíquica que tem por objetivo a rejeição e manutenção de alguma ideia fora do campo da consciência. Se Freud define o mecanismo, a partir de “O eu e o isso” (1923/2020a), como uma operação intrapsíquica resultante do agenciamento do eu sobre os imperativos do isso, do supereu e da realidade externa, por outro lado, ele conceitua o supereu como instância resultante da internalização da moral transmitida pela família, reconhecendo, ao mesmo tempo, a ação determinante da esfera extrapsíquica sobre o indivíduo. Esse é o ponto sobre o qual os freudomarxistas se concentrarão. Eles enxergam, sim, no conceito de recalque uma importante descrição do funcionamento psíquico e admitem situações em que os conflitos são motivados principalmente por peculiaridades subjetivas e familiares, segundo a ênfase da ortodoxia psicanalítica. Porém, sua abordagem privilegiará a análise dos invariantes sociais, isto é, da ação repressiva da sociedade que promove recalques individuais em larga escala. Sob essa perspectiva, o mecanismo do recalque, ainda que realizado no sítio psicológico, é explorado num nível causal essencialmente sociológico. Seria, justamente, a forma de organização social a responsável pela internalização de um tipo de supereu que resulta, sempre, na produção de recalque. Reich recorre a Malinowski, Fromm, a Bachofen, ambos na intenção de fundamentar, antropológicamente, diferentes formações sociais que teriam se constituído ao longo do desenvolvimento cultural e que, segundo defendem, não comportariam as mesmas propriedades repressoras de seu tempo. Adorno, por sua vez, busca no princípio social da dominação a descrição do avanço massificador da sociedade sobre o indivíduo. Portanto, todos eles denunciam, cada um à sua maneira, uma realidade social patriarcal, autoritária e repressiva, atributos necessários, segundo os autores, para a existência do complexo de Édipo, ao menos na acepção teorizada por Freud. Desse modo, ao criticarem a universalidade do complexo de Édipo, relativizam, conseqüentemente, as motivações puramente subjetivas e individuais do fenômeno do recalque. Ele passa a expressar a historicidade da psique manifesta pela necessidade generalizada, oriunda de processos sociais

datados, de rejeitar determinadas representações, encaminhando-as para o inconsciente e as mantendo lá.

Em todo caso, entretanto, não se pode perder de vista que o que se recalca, invariavelmente, é a pulsão – mais especificamente, seu representante ideacional. Não restam dúvidas que o conceito de pulsão é uma das pedras angulares da psicanálise freudiana. Porém, ele tem uma importância ímpar também dentro do freudomarxismo, pois é justamente o conceito que permite a realização de uma ponte entre biologia, psicologia e sociologia. Na definição contida em “As pulsões e seus destinos” (1915/2021d), Freud descreve a pulsão a partir de quatro aspectos: impulso, meta, objeto e fonte. A fonte se situaria num processo somático em algum órgão ou parte do corpo, de modo que seu estudo não pertenceria à psicologia. Ou seja, é o aspecto que remete à sua organicidade e, assim, diz respeito ao campo da biologia. Como derivativos estruturais da fonte, acompanham-na o impulso, como força imperativa interna e constante que direciona o organismo a algo, e a meta, que seria a satisfação, provocando uma modificação direta na fonte. Esses dois últimos aspectos adentram propriamente o campo psicológico, pois serão percebidos pelo sujeito a partir das suas representações energéticas ou afetivas, gerando, então, uma marca psíquica. Por fim, o objeto é o meio através do qual se alcança a meta e, por não estar originalmente ligado à pulsão, carrega certa arbitrariedade. O objeto configura a essência da representação ideacional, o “conteúdo” que o sujeito necessita realizar para obter satisfação. Nessa complexa definição de pulsão se encontra a tentativa freudiana de escapar do reducionismo biológico de caracterizar o comportamento humano como resultado de motivações instintivas, equiparando-o ao de outras espécies animais. O dispositivo pulsional traria a característica própria de representação das “realidades” interna e externa e a possibilidade infundável de objetos pulsionais, assim como uma flexibilidade na distribuição energética do impulso (seus investimentos) e nos modos de realização da meta, demarcando a especificidade da dimensão psíquica perante a biológica, mas sem negar a conexão entre ambas.

Os freudomarxistas vêm pontuar, por sua vez, que além das propriedades pulsionais herdadas filogeneticamente, Freud condiciona a estrutura da pulsão às experiências individuais vividas pelos sujeitos em sua ontogênese. Dessa forma, o desenvolvimento pulsional ocorreria como resultado das condições de existência da criança, justificando a adjetivação da psicanálise enquanto ciência materialista e histórica. É a partir da necessidade de alimentação que a boca se torna um objeto autoerótico da pulsão; é em consequência das exigências de controle das funções de excreção que o ânus é erogeneizado, assim como as demandas de reprodução exigem uma canalização erótica nos genitais. Não se trata, pois, de

uma abstrata sucessão de fases, mas de transformações internas que emergem como resposta às necessidades impostas pelo mundo externo e, portanto, da história tanto individual quanto social do sujeito. Os autores afirmam que determinados traços comportamentais, relacionados a pulsões parciais específicas, são intensificados, restringidos ou reprimidos e, mesmo, considerados “normais” ou “patológicos”, a depender do período histórico, do modo de organização da sociedade e das diferentes classes sociais em que se apresentam. Assim como a distinção social, econômica, política e cultural, cada sociedade teria sua estrutura libidinal própria. Fica claro, portanto, que os freudomarxistas defendem uma profunda suscetibilidade das pulsões aos processos sociais e históricos, tanto de seu representante ideacional, quanto de seu representante energético. Porém, a incidência sobre o dispositivo pulsional obedece a certos limites que impedem sua anulação, de modo que ele mantém um núcleo de relativa autonomia perante a exterioridade. Isso significa dizer que sempre haverá imperativos pulsionais que demandam satisfação, configurando uma força ativa com poder de alteração das condições de vida do ser humano e demarcando a especificidade da dimensão psíquica perante a sociológica, sem preterir, entretanto, a íntima relação entre elas.

Por fim, não é possível falar do conceito de pulsão sem abarcar a discussão a respeito do dualismo pulsional. Reich, Fromm e Adorno são unânimes e contundentes na negação de uma equiparação – quanto à natureza – entre pulsão de vida e pulsão de morte. O conceito de pulsão de morte, para eles, enquanto tentativa de explicação da generalização do comportamento humano de agressividade, obedeceria, precisamente, a um princípio de efeito, não de causa. Isto é, a necessidade de satisfação de um *quantum* interno de agressividade corresponderia, exclusivamente, ao resultado da insatisfação das necessidades sexuais, estas sim, primárias. Os impulsos agressivos e destrutivos se desenvolveriam no organismo com a finalidade de eliminação de uma fonte de frustração, buscando evitar a angústia e preservar o eu, estando a serviço, em última instância, da pulsão de vida. Reich (1933/1995b) exemplifica como cada comportamento agressivo surge, a partir da história do desenvolvimento da libido, contra as pessoas responsáveis pela negação da satisfação sexual. Já Adorno (1951/2015c) remete a “Psicologia das massas e análise do eu” (1921/2011) para descrever como a hostilidade emerge em decorrência de frustrações narcísicas. Isso não significa, cabe ressaltar, que os autores neguem a existência de qualquer agressividade biológica constituinte da espécie humana – até mesmo num nível instintivo –, mas sim, que criticam a centralidade que o conceito de pulsão de morte vem ocupar na teorização freudiana. A naturalização de impulsos agressivos e destrutivos acaba por encobrir, segundo eles, as motivações sociais para o ódio e a violência. A conclusão dos freudomarxistas é que o verdadeiro conflito entre pulsão

sexual (que engloba as pulsões do eu) e moralidade é ofuscado pelo falso conflito entre pulsão de vida e pulsão de morte⁷⁷.

O conceito de identificação, último dos quatro que fundamentam nossa análise, integra os propósitos freudomarxistas por consistir num fenômeno que ocorre, necessariamente, num espaço de intersubjetividade. Isto é, ele designa, desde o início da vida do infante, a materialidade imediata da imagem outro, participando, assim, da construção histórica das instâncias do eu e do supereu. Freud (1921/2011) descreve três formas de identificação em “Psicologia das massas e análise do eu”. A primeira ocorre quando há o empenho em configurar o próprio eu à semelhança daquele tomado por modelo. A segunda acontece quando, na impossibilidade de se ter o objeto, o eu, regressivamente, introjeta suas características, num esforço de tornar-se este objeto. E a terceira diz respeito à situação em que um eu percebe uma analogia no outro, querendo ou podendo se colocar na mesma situação deste. Esta última forma de identificação aparece especificamente na análise da psicologia de massas. Já as outras duas são empregadas com mais frequência, tanto por Freud, quanto pelos freudomarxistas, por se relacionarem diretamente com o complexo de Édipo. Em “O eu e o isso”, Freud (1923/2020a) afirma que a versão mais comum do fenômeno edípico é a dupla, assim como sua resolução. Isto é, partindo da concepção teórica da bissexualidade original, a criança investiria ambos os genitores, ao mesmo tempo, como objetos de escolha e modelos de identificação, assim como, posteriormente, ela abandonaria parcialmente esses investimentos segundo suas disposições sexuais. Por essas identificações consistirem nas primeiras do ser humano e por representarem a introdução no eu dos seus objetos mais importantes, elas vêm a ocupar a função especial de supereu, assim como influenciar de maneira essencial as futuras identificações do eu que, em conjunto, constituem o princípio da individualidade.

Reich, Fromm e Adorno vão explorar esse processo interacional distinto que se desenrola no seio familiar para demonstrar como, através da identificação, a moralidade é enraizada de maneira tão profunda e num período tão prematuro do desenvolvimento psicológico da criança. Uma determinada estrutura social agenciará, segundo eles, uma estrutura familiar correspondente. Dessa forma, a condição para o complexo de Édipo seria a organização triangular da família “pequeno-burguesa”, cuja dependência econômica da esposa e dos filhos em relação ao “chefe da família” permitiria com que ele depositasse sobre

⁷⁷ Nenhum dos três autores, ao menos em seus textos utilizados como referência, entra no mérito teórico de “Além do princípio do prazer” (1920/2010a). Suas críticas não adentram, por exemplo, o “princípio de constância” ou a “compulsão à repetição”. Para uma interpretação alternativa do conceito de pulsão de morte, ver Caropreso e Simanke (2011).

si a autoridade e legitimação moral. Esse seria o fundamento, na microssociedade da família, da lógica de dominação: as demandas de uma sociedade autoritária se personificariam na figura do pai autoritário, o qual configuraria o modelo central de identificação de todos os seus dependentes, especialmente os filhos. Assim, o comportamento repressor do pai seria internalizado como a instância do supereu, isto é, o representante psíquico da moralidade e a força motivacional do recalque. Adorno acrescenta que, pelo fato de o eu se definir como instância organizadora das moções psíquicas e como uma série de identificações, ele somente pode ser concebido de forma “dialética”. Ou seja, ele seria, ao mesmo tempo, um representante da pulsão e um representante do mundo e, desse modo, tanto pulsional, quanto social. Por esse motivo, o espaço de intersubjetividade no qual se constitui o eu e o supereu é o exato terreno do conceito de identificação.

Posto isso, vemos que as interpretações dos conceitos freudianos realizadas por Reich, Fromm e Adorno, ainda que não se mostrem idênticas, obedecem a certos princípios gerais que nos possibilitam agrupá-las em determinadas conclusões comuns. Essas conclusões, por sua vez, trazem sempre o reconhecimento da valiosa contribuição da psicanálise para a compressão do psiquismo e do comportamento humano, ainda que os autores oscilem entre atribuir à mesma um valor ora explicativo, ora descritivo. Isto é, há momentos em que consideram as conjecturas freudianas completas e, assim, corretas por si mesmas. Há outros, entretanto, em que, vendo certa incompletude ou equívoco quanto à explicação do fenômeno, identificam sua principal riqueza analítica na precisa descrição deste fenômeno, mostrando-se, de todo modo, objetivamente correta. É aceito por todos, por exemplo, que há imperativos sexuais que necessitam de satisfação e que quando são recalcados trazem profundas consequências negativas para os sujeitos, tanto em termos do sofrimento proveniente da percepção direta da insatisfação pulsional, quanto da impotência do indivíduo, a partir do recalque, em desenvolver maiores recursos cognitivos, racionais e de autonomia, culminando, ao fim e ao cabo, na restrição de sua própria individuação. Ainda que as consequências sociais ganhem maior clareza somente no freudomarxismo, a explicação psicológica do fenômeno, como realizada por Freud, seria suficiente. Por outro lado, quando o conceito de pulsão de morte é trazido à tona para explicar o comportamento agressivo dos indivíduos, ou ainda, quando a identificação com a autoridade paterna proporcionada pela experiência do complexo de Édipo é tratada como uma invariância histórica, os autores, a despeito disso, reconhecem a perspicácia e sensibilidade freudiana para descrever as profundezas psíquicas dos sujeitos de seu tempo, porém acrescentam elementos sociológicos para explicar as contingências gerais que permitiram tal estado de coisas. Isso não invalida, de modo algum, os conceitos

freudianos, muito menos sua participação no delineamento do objeto da psicologia. Somente indica os limites da própria ciência psicológica na compreensão da totalidade da experiência humana, assim como as outras ciências também encontram os seus.

Acreditamos que essas análises tenham se mostrado suficientes para a compreensão de que os conceitos da psicologia profunda de Freud servem aos freudomarxistas não como recursos circunscritos, mas sim, como a base para a definição do objeto mesmo da psicologia. A dimensão psíquica poderia ser compreendida, portanto, a partir de três aspectos fundamentais. O primeiro seria o que a designa como aquilo que desponta do organismo biológico como um recurso de representação ideacional de exigências do mundo interno e do mundo externo, consciente ou inconsciente, juntamente com a representação afetiva que o acompanha, e cuja mobilidade dos investimentos, a variabilidade qualitativa de realização da meta e a arbitrariedade do objeto de satisfação compõem sua estrutura – aspecto que integra a definição do conceito de pulsão e que, conseqüentemente, busca estabelecer sua diferença em relação ao conceito de instinto, que pertence tradicionalmente ao campo já estabelecido da biologia. O segundo é o que reconhece sua profunda suscetibilidade ao fenômeno social, isto é, ao conjunto de símbolos, crenças e valores internalizados e interiorizados, de modo que esses sistemas estáveis e bem assentados, oriundos da coletividade dos sujeitos, modificam o núcleo psíquico de “ideias” e “afetos”. E por fim, o terceiro aspecto é o que permite que a definamos por sua força material no mundo, que lhe outorga o poder de ação e modificabilidade, dentro de certos limites, seja da realidade interna dos próprios sujeitos ou do espaço compartilhado da intersubjetividade. Em todos os três aspectos descritos, podemos encontrar o fator material e o fator histórico defendidos pelos autores em questão, numa complexa interação entre constituído e constituinte. Conceber uma dimensão psicológica só faz sentido, enfim, se aceitarmos a possibilidade da existência de um indivíduo com necessidades, desejos e processos representacionais com algum nível de autonomia perante a realidade biológica e a social.

6 CONCLUSÃO: O LUGAR DA PSICOLOGIA NO FREUDOMARXISMO

Inicialmente, é importante pontuarmos que o freudomarxismo da primeira metade do século XX se desenvolve a partir da leitura dos textos originais de Freud e de Marx. A observação se faz necessária em decorrência do fato de que, desde a segunda metade do século passado, vemos novas tentativas de articulação entre psicanálise e marxismo, porém, utilizando como referencial a obra do psicanalista francês Jaques Lacan (1901-1981). Mesmo se considerando um “freudiano”, a obra do autor corresponde a uma psicanálise, no mínimo, heterodoxa. Portanto, ainda que não questionemos a legitimidade e o potencial do recurso teórico para produção de importantes descrições e explicações que articulem psicologia e sociologia, um freudomarxismo que se ampare em Lacan difere, substancialmente, daquele que o antecedeu e que tinha como horizonte a discussão embasada na obra de Freud. É certo que Reich, Fromm e Adorno não encerram o debate e as investigações, havendo muitos outros autores que se dedicaram ao tema. Entretanto, não restam dúvidas de que seus trabalhos, ao menos em nosso recorte teórico, atendem com propriedade a insígnia de “freudomarxismo”, ainda que em versões muito diferentes. Posto isso, como análise final e, de certa forma, recapitulação do que foi exposto até o momento, cabe a nós o desenvolvimento de uma conclusão que se proponha a responder, minimamente, as duas questões que se seguem. Primeiramente, como o freudomarxismo concebe, afinal, a psicologia? Em seguida, que modalidade de interação caberia entre a psicologia e a sociologia, segundo esse referencial? Para esse fim, direcionaremos as próximas reflexões.

Dentre as várias correntes psicológicas com pretensões científicas que se desenvolviam no início do século XX, Reich, Fromm e Adorno optam pela psicanálise. No caso dos dois primeiros, a filiação ocorre no seu período de formação clínica e, portanto, na preparação para a prática psicológica. Já Adorno, enquanto teórico, recorreu à psicanálise por considerá-la “a única [psicologia] que investiga seriamente as condições subjetivas da irracionalidade objetiva” (ADORNO, 1955/2015b, p. 72). O fato é que, para todos os três, a psicologia é representada principalmente pela psicanálise freudiana. Por outro lado, a obra de Marx é trazida como a principal influência sociológica, ainda que não excluam, absolutamente, a de outros autores – como é o caso de Max Weber. Esse é o primeiro ponto a ser esclarecido para que se compreenda corretamente a concepção de psicologia para os freudomarxistas: ela se constrói através de aproximações e distanciamentos entre a psicanálise

e o marxismo. Como essa não era uma pauta freudiana⁷⁸, é de se esperar que as interpretações freudomarxistas acrescentem ao material original concepções provenientes da sociologia. Isto é, os três autores defendem que, nas investigações psicológicas de Freud, estão presentes tanto fundamentos teórico-metodológicos, quanto tendências históricas que ele mesmo desconhece. É o que fica claro na seguinte passagem de Reich:

Dado que toda a ciência tem o seu ponto de partida numa tomada de posição prática relativamente aos problemas atuais – tal como a psicanálise teve como origem o problema da compreensão e da cura das doenças psíquicas –, na base da investigação científica estão as necessidades práticas. O cientista pode produzir um trabalho muito fecundo sem deduzir, ao nível da concepção do mundo, as consequências do seu trabalho. [...] E por isto que Freud, enquanto cientista, não tinha o dever de extrair da sua teoria as consequências sociais: na prática, isto continua reservado ao sociólogo. Que esta separação entre pesquisa e consequência seja uma particularidade da ciência burguesa e que deva ser abolida no socialismo, não duvidamos (REICH, 1934/1977, nota de rodapé 3, p. 18).

Reich, Fromm e Adorno definem a psicologia como uma ciência materialista, histórica e crítica⁷⁹, ainda que cada um explore esses aspectos à sua maneira. Eles reconhecem o avanço científico da psicologia freudiana ao se contrapor às psicologias e filosofias idealistas que a precederam, já que ela se dirige à investigação do ser humano a partir de suas condições de existência, de necessidades concretas que se apresentam para sua sobrevivência e satisfação, assim como para a perpetuação da espécie. Dessa forma, a base materialista da psicologia se expressaria principalmente na teoria pulsional e na incidência dos fatores socioeconômicos sobre ela, assim como na própria ação do indivíduo no mundo e em seu impacto nas transformações dos mesmos processos socioeconômicos. Isso nos remete, por sua vez, ao elemento histórico da psicologia. Os autores defendem que a tarefa da ciência psicológica se situa na compreensão da biografia do sujeito, isto é, na reconstrução das condições históricas que permitiram um indivíduo atingir determinado estado psíquico. Em última instância, ela busca compreender a dinâmica entre a estrutura e a história das pulsões, cuja realização se dá nas interações familiares, inicialmente, e depois, na relação direta com outras instituições sociais. Desse modo, o período histórico, as variações culturais e a classe social repercutirão no organismo animal, mesmo no nível pulsional.

⁷⁸ Freud (1933/2010c) discute o assunto de modo pontual em sua “Conferência 35: Acerca de uma visão de mundo”.

⁷⁹ Ver a discussão no capítulo anterior sobre a interpretação freudomarxista dos conceitos de pulsão, inconsciente, recalque e identificação.

Por fim, o aspecto crítico da psicologia ganha relevo na interpretação freudomarxista por lhe permitir a conexão tão cara entre ciência e política. Como um desdobramento dos pressupostos da materialidade e da historicidade apresentados acima, os autores argumentam que a neurose e o adoecimento psíquico são explicados por Freud como resultantes do conflito entre pulsão e moral, percebido pelo eu como uma desarmonia entre o isso e o supereu. Essa explicação significaria, para eles, que o sofrimento humano seria causado, de forma generalizada, pela ideologia burguesa de sua época e não por arbitrariedades idiossincrásicas ou particularidades exclusivas da família daquele que sofre. Sem negar essas vivências individualizadas, os freudomarxistas se preocupam principalmente com as experiências comuns e que se repetem em grandes proporções na vida social. Assim, a psicologia freudiana teria trazido consequências históricas amplas por denunciar um modo de vida autoritário e repressivo que, numa associação entre conservadorismo religioso e demandas de mercado, engendra um profundo conflito entre exigências pulsionais e sociais, ou seja, entre indivíduo e sociedade. Por isso, a sexualidade, essencial na obra freudiana, também ocupa um lugar de referência no freudomarxismo: como uma insistente exigência pulsional, ela representa o que escapa à dominação social. Isto é, admitir o núcleo pulsional como um fator pré-social, ainda que em íntima relação com a sociedade, consiste num ato de resistência perante a ação implacável da sociedade sobre o indivíduo. Portanto, do mesmo modo que o marxismo era visto como a expressão de uma conscientização das leis econômicas e da exploração entre diferentes classes sociais, a psicanálise consistiria na tomada de consciência do recalque sexual e do impacto subjetivo, quanto aos afetos e às cognições, da dominação social.

As mesmas atribuições gerais que caracterizariam a ciência psicológica seriam aplicadas, logicamente, a seu objeto, qual seja: o organismo pulsional individual, com todas as atribuições compreendidas a partir dos conceitos de pulsão, inconsciente, recalque e identificação, analisadas no capítulo anterior. A concepção de uma psicologia científica, isto é, uma ciência da psique, traz em sua definição uma relação intrínseca com a individualidade. Ainda que a filogênese integre fundamentalmente os sujeitos e, por isso, necessite ser compreendida impreterivelmente, é na ontogênese que se encontram os principais elementos legitimadores de uma ciência psicológica. A subjetividade, em oposição e, ao mesmo tempo, ligada à objetividade social, se qualifica por experiências internas particulares, ou seja, constituídas de representações ideativas e afetivas individuais. Portanto, ainda que, segundo os freudomarxistas, essas variações somente ocorram a partir de invariantes sociais, isto é, de mediações simbólicas inseridas no processo histórico, elas se realizam como singularidades

psíquicas. Dessa forma, o organismo pulsional desenvolve sua individuação na combinação entre estrutura – exigências internas – e história – vivências individuais e coletivas –, o que, segundo a interpretação freudomarxista da psicanálise freudiana, ocorre através de contradições. Essa dinâmica psíquica, representada internamente pelos conflitos entre as pulsões do isso e as interdições do supereu, seria compreendida, então, em sua materialidade e historicidade, definindo mais precisamente o objeto da ciência psicológica. O interesse da psicologia estaria, enfim, no sujeito, em sua profundidade e arcaísmo psíquicos, de modo que seu objeto compreenderia “o indivíduo relativamente autônomo, monadológico, como palco do conflito inconsciente entre moção pulsional e proibição” (ADORNO, 1955/2015b, p. 125).

Segundo Fromm (1932/1971c), o desenvolvimento da “caracterologia” psicanalítica representou um importante avanço da ciência freudiana, que não mais restringiu sua investigação aos neuróticos e, conseqüentemente, à formação de seus sintomas. Ela deu novo impulso à pesquisa dos traços de caráter, isto é, padrões de comportamentos resultantes de fixações de determinadas etapas do desenvolvimento da libido, mesmo que o sujeito não sofresse a ponto de produzir sintomas significativamente debilitadores ou incapacitantes. Somado a isso, com o passar dos anos, Freud começou a se interessar por temas culturais que se encontravam além dos limites da clínica. Em “Psicologia das massas e análise do eu”, ele rompe, inclusive, com a divisão formal entre psicologia individual e psicologia social, sob o seguinte argumento:

Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e, portanto, a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado (FREUD, 1921/2011, p. 14).

Essas mudanças teóricas, internas à própria psicanálise, acabaram por propiciar um ambiente favorável à ampliação da psicologia individual para a psicologia social, o que influenciou, também, os freudomarxistas. Dessa forma, não somente o marxismo teria servido de motivação a Reich e Fromm – que eram psicanalistas de origem – para a exploração de temas que não se restringissem ao indivíduo, mas a própria psicanálise freudiana o fez. Cabe ressaltar, porém, que “psicologia social” não é o mesmo que “sociologia”. A psicologia social, enquanto uma extensão da psicologia individual, refere-se à possibilidade de realizar determinadas generalizações a partir dos pressupostos da própria psicologia individual. Isto é, consiste numa adaptação do método freudiano original com intuito de compreender os fenômenos psicológicos comuns a certa coletividade de sujeitos, sejam os integrantes de um

pequeno grupo, de uma classe profissional, de uma camada social ou de uma nação. “A diferença entre a psicologia individual e social é mais quantitativa do que qualitativa” (FROMM, 1930/1974, p. 12). Enquanto a primeira investiga em detalhes toda a sorte de condicionantes responsáveis por uma estrutura psíquica singular, a segunda se reserva ao apontamento de traços recorrentes que permitem um agrupamento. Não se trata, pois, de encontrar as estruturas sociais, em sua relativa autonomia, responsáveis pelo condicionamento de certos comportamentos típicos – função da sociologia –, mas, reconhecendo essa força, investigar a participação da dimensão psíquica nesses comportamentos. Posto isso, podemos afirmar que, para os freudomarxistas, a psicologia social continua tendo como objeto o organismo pulsional, porém, com o deslocamento do sentido da análise para as características psicológicas compartilhadas por uma coletividade de sujeitos. Uma psicologia social circunscrita historicamente, entretanto, que se direciona para uma “comunidade de psiques individuais”, sem postulações universais e antropológicas.

Em relação à segunda questão, sobre a forma de interação entre psicologia e sociologia para os freudomarxistas, é importante considerar, inicialmente, as trajetórias opostas que os levaram à articulação. Reich e Fromm, psicanalistas, partem da concepção freudiana do ser humano como um organismo pulsional que, vítima da moralidade burguesa, sofre por sua insatisfação sexual e, conseqüentemente, pela neurose. Buscam em Marx recursos teóricos para dar conta da função socioeconômica dessa ideologia sexual de seu tempo e de suas prescrições e proscricções, encontrando como resposta sua profunda relação com exigências para a manutenção do capitalismo. Adorno, por sua vez, mesmo tendo descoberto a psicanálise freudiana já na década de 1920, se encontra envolvido principalmente com a temática sociológica da dominação e dos conflitos sociais, assim como da exploração entre classes, amparando-se em Hegel e Marx para a interpretação dessa realidade. Ele busca na psicanálise freudiana os fundamentos para a compreensão do comportamento irracional dos indivíduos, expresso na submissão a uma autoridade que os dirige no sentido contrário a seus próprios interesses.

Apesar dos caminhos distintos traçados pelos freudomarxistas em questão, vemos que todos os três autores justificam o emprego de elementos psicológicos em complementação à teoria social. A obra de Marx, seu principal referencial sociológico, foi elaborada com base nas condições materiais e históricas do princípio e meados do século XIX. Já as reflexões freudomarxistas têm início na década de 1920. Dessa maneira, esse novo discurso científico buscava articular as duas correntes recentes do pensamento ocidental com um duplo objetivo: atualizar o marxismo ortodoxo, que não vivenciara as transformações

sociais do século XX, e situar historicamente o organismo pulsional que a psicanálise analisava. Essa proposta visava resolver a contradição que levou a psicanálise a esquecer o fator social e o marxismo a esquecer a “origem animal” do homem (REICH, 1942/1974). Ainda, a urgência de respostas científicas que a ascensão do fascismo impunha acabou por exigir um complemento psicológico da teoria da sociedade, a qual passava a considerar a estrutura pulsional vigente nas massas associada ao conhecimento dos determinantes sociológicos.

Na tentativa de evitar uma psicologização da realidade social, os freudomarxistas descrevem a função da psicologia, muitas vezes, de forma negativa, isto é, a partir do que não integra ou do que escapa à caracterização de seu objeto. Assim, Reich (1942/1974) afirma que a psicologia não pode explicar a gênese da sociedade de classes ou o modo de produção capitalista. Fromm (1929/1989), por sua vez, diz que ela não pode incorrer no equívoco de querer responder aquilo que os fatos socioeconômicos explicam suficientemente. Já Adorno (1952/2015a) observa que, como uma ciência específica resultante da fragmentação científica, a psicologia não pode dar conta da problemática social e econômica em sua totalidade. Os autores destacam tais demarcações não por demérito da psicologia ou por imposições normativas, mas por elas apontarem os limites racionalidade psicológica em sua própria origem, de modo que, ao ultrapassá-los, ela o faz precariamente, recaindo em erros conceituais e posturas reacionárias.

Um dos principais pontos comuns a Reich, Fromm e Adorno é a asserção de que psicologia e sociologia possuem objetos diferentes, porém, complementares. Haveria fenômenos muito circunscritos que representariam o objeto psicológico estrito, isto é, só atrairiam o interesse da psicologia e apenas ela teria condições de explicá-los. Mas haveria outros, ao contrário, que se esgotariam na racionalidade sociológica enquanto fator explicativo. Entretanto, salvo essas ocasiões especiais, a maioria dos casos abarcaria a dimensão psicológica e a sociológica concomitantemente, cabendo, pois, a participação tanto da psicologia quanto da sociologia no processo de compreensão. Fromm (1930/1974) chega a classificar os fenômenos de *sociopsicológicos*, buscando definir com maior precisão a intrínseca combinação de objetos e a coparticipação das respectivas ciências, sem, contudo, anular suas diferenças ou promover sínteses. Dentro dessa perspectiva, mais uma vez, são as atribuições do organismo pulsional, em toda sua complexidade analisada no capítulo anterior, que designam a propriedade psicológica da investigação. Ou seja, as demandas de satisfação provenientes do isso, a partir dos representantes ideacional e energético da pulsão, e o impacto dos fatores socioeconômicos sobre estes representantes. Reich (1933/1995b) diz que

a tarefa da psicologia científica é pesquisar como as condições materiais imediatas (alimentação, habitação, vestuário, trabalho) e mediatas (a superestrutura social, representada pela moral, pelas leis e pelas instituições) afetam o aparato psíquico, e a legítima – não a sociologia ou a economia – como a única ciência habilitada a analisar as formas de adaptação do indivíduo às contradições de sua existência. Para Fromm, o aparato psíquico é um determinante do desenvolvimento social tão importante quanto os fatores econômicos (FROMM, 1929/1989), de modo que a sua compreensão, juntamente com a compreensão do impacto das condições socioeconômicas sobre as raízes pulsionais inconscientes das ideologias e atitudes psíquicas, são as tarefas da psicologia social de orientação psicanalítica (FROMM, 1932/1971d).

Adorno também estabelece uma relação de complementariedade entre psicologia e sociologia, já que reconhece a insuficiência de cada uma em abarcar o objeto da outra⁸⁰. Entretanto, ele critica a psicanálise quando esta, sob a forma de psicologia social ou no Freud tardio, se dirige à investigação direta da sociedade. Para Adorno, as contribuições mais valiosas e precisas da psicologia à sociologia ocorrem quando se dão de forma indireta, isto é, nos momentos em que elas se manifestam como consequências de conteúdos descobertos no isso, no eu ou no supereu, frequentemente, a despeito do conhecimento do próprio psicólogo. Afinal, a análise do indivíduo ainda seria o objeto no qual a psicologia encontra sua especificidade e que, em decorrência disso, justificaria sua racionalidade científica. Portanto, a partir da constatação dos seus limites para a compreensão da realidade social – o que não seria uma falha, já que esta é a tarefa da sociologia –, a psicologia se equivocaria ao tentar superá-los, pois perderia de vista o seu objeto. Ao contrário de buscar a compreensão direta dos processos sociais que agem sobre o indivíduo, “uma psicologia social analítica teria que descobrir forças sociais determinantes nos mecanismos mais íntimos do indivíduo” (ADORNO, 1952/2015a, p. 52). Essa seria uma virtude que Adorno encontra na psicologia de massas freudiana, pois ainda que Freud investigue um fenômeno propriamente social, isto é, que integra uma pluralidade de sujeitos em interação, seu objeto recai no “comportamento do indivíduo” em contexto de massa, e não na explicação da existência da mesma. Dessa maneira, Adorno não se opõe à concepção de uma psicologia social. O que o autor defende é que a psicologia, quer se intitule individual ou social, tem o seu objeto próprio na análise do indivíduo, isto é, da estrutura e dinâmica de funcionamento de uma determinada psique ou, no

⁸⁰ Vimos no capítulo dedicado a Adorno, que ele não considera a separação entre as duas ciências um dado absoluto, pois somente representa a distância historicamente erigida entre as demandas do indivíduo e as demandas da sociedade.

máximo, de uma coletividade de psiques individuais, e nunca na análise da produção da realidade social que o engendra.

A máxima do freudomarxismo é atribuir à consciência e ao comportamento humano uma causalidade tanto pulsional, quanto social. Seus teóricos promovem o resgate da dimensão psíquica enquanto realidade subjetiva e fator de transformação da realidade social, ao mesmo tempo em que delineiam os limites do campo da ciência psicológica. Eles não realizam nem uma sociologização da psicologia, nem uma psicologização da sociologia. Seu freudomarxismo não é reducionista, tampouco sintético. Ao contrário, a partir da defesa da complementariedade entre as ciências, eles se resguardam exatamente do risco de uma ou outra ação ocorrer. Os autores demarcam a diferença entre o problema do psicólogo e o do sociólogo, assim como iluminam a similitude quanto à materialidade e à historicidade de seus objetos. A ideia é que, quase sempre, a psicologia e a sociologia poderão e deverão dizer algo para dar conta da realidade. Tocar na temática psicológica passa necessariamente por abordar o indivíduo, e o processo de individuação não é outra coisa que o resultado das mediações sociais sobre o organismo pulsional. Portanto, o caráter abstrato do conceito de sociedade não o torna menos importante que a concretude do conceito de indivíduo, já que mesmo o dado aparentemente mais imediato nos é, de alguma forma, mediado pelas instituições sociais que o permeiam. Podemos afirmar que, segundo a perspectiva freudomarxista, assim como o trabalho de Marx teve como objeto o capitalismo, isto é, desenvolveu uma “teoria da sociedade burguesa”, a psicanálise, por sua vez, seria uma espécie de “teoria do indivíduo burguês”, apreendendo sua dinâmica psíquica quanto aos modos de desejo, satisfação e sofrimento.

O fato de Reich, Fromm e Adorno utilizarem Freud e Marx como parte de seu referencial teórico, torna possível uma harmonização entre suas análises, de modo que se pode defender a tese de que, para os três autores: 1) psicologia e sociologia são racionalidades científicas legítimas e 2) possuem objetos diferentes, mas que não concorrem, e sim, se complementam. Tanto as demandas individuais, quanto as sociais precisam ser cuidadosamente analisadas para a compreensão do todo. Quando Adorno afirma haver um abismo entre indivíduo e sociedade, não significa dizer que eles não se tocam. Ao contrário, ele denuncia uma estrutura social de tal modo repressiva e totalizadora que vem impedindo a individualidade. A distância a que se refere se situa, então, na contradição de seus interesses. Em termos de uma concepção geral do ser humano, o freudomarxismo o define como o produto da dinâmica entre o fator libidinal e o fator socioeconômico, de maneira que os

sujeitos pulsionais alterariam as condições de trabalho e estas, alteradas, produziriam novas formas de satisfação (ou insatisfação) das pulsões.

Por fim, considerando a estrutura anátomo-fisiológica como a dimensão biológica básica do organismo pulsional e as complexas estruturas simbólicas desenvolvidas na história interacional de grandes coletivos desses organismos, a dimensão social, haveria, por assim dizer, uma zona intermediária que promove um elo entre as outras duas: a dimensão psicológica. Ela é proveniente do organismo biológico, a fonte somática da pulsão e de qualquer processo mental. Desenvolve-se de forma material e histórica como uma propriedade evolutiva específica de representação das demandas do isso e do supereu e por um aparato percepto-consciente que lhe possibilita interagir mais eficazmente com o ambiente externo. Essa qualidade psíquica permitirá infindáveis variações entre a fonte e a satisfação pulsional, incidindo sobre a meta e seu objeto, assim como resultará do encontro das singularidades estruturais com as experiências vividas, no campo individual, mas também dos condicionantes socioeconômicos, no campo coletivo e institucional. Portanto, a realidade social age de modo profundamente transformador e, mesmo, com certa autonomia sobre a instância psíquica individual. Dessa maneira, compreender os limites da explicação psicológica não é o mesmo que a subdimensionar. É, na verdade, assegurar o seu lugar por assentá-la em pressupostos corretos que, para os freudomarxistas, seriam materiais e históricos. Em “O mal-estar na civilização”, Freud sabiamente observa que:

Assim como um planeta circula em volta do seu astro central, além de rodar em torno do seu próprio eixo, também um ser humano participa do curso evolutivo da humanidade, enquanto segue o seu caminho de vida (FREUD, 1930/2010d, p. 115).

Indivíduo e sociedade, psíquico e social, constituição e história, pulsão e trabalho: contradições e condições da vida humana.

REFERÊNCIAS

- Abraham, K. (1925). *Psychoanalytische Studien zur Charakterbildung*, Internationaler Psychoanalytischer Verlag.
- Adorno, T. W. (1951). Freudian Theory and the Pattern of Fascist Propaganda. Em G. Róheim (Org), *Psychoanalysis and the Social Sciences*, Vol. 3, 279–300. International Universities Press.
- Adorno, T. W. (1997a). Die revidierte Psychoanalyse. Em *Soziologische Schriften I. Gesammelte Schriften. Vol.8*, Suhrkamp, pp. 20-41. (Obra original publicada em 1952).
- Adorno, T. W. (1997b). Zum Verhältnis von Soziologie und Psychologie. Em *Soziologische Schriften I. Gesammelte Schriften. Vol.8*, Suhrkamp, pp.42-92. (Obra original publicada em 1955).
- Adorno, T. W. (1999). O fetichismo na música e a regressão da audição. Em *Os pensadores*, Nova Cultural. (Obra original publicada em 1938).
- Adorno, T. W. (2004a). El psicoanálisis revisado. Em *Escritos sociológicos I, Obra completa, vol. 8*, Akal. (Obra original publicada em 1946).
- Adorno, T. W. (2004b). Sobre la relación entre sociología y psicología. Em *Escritos sociológicos I, Obra completa, vol. 8*, Akal. (Obra original publicada em 1955).
- Adorno, T. W. (2008). *Introdução à sociologia*, Editora Unesp. (Obra original publicada em 1968).
- Adorno, T. W. (2015a). A psicanálise revisada. Em *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. Trad. Verlaine Freitas, Editora Unesp (Obra original publicada em 1952).
- Adorno, T. W. (2015b). Sobre a relação entre sociologia e psicologia. Em *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. Trad. Verlaine Freitas, Editora Unesp (Obra original publicada em 1955).

- Adorno, T. W. (2015c). Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. Em *Ensaaios sobre psicologia social e psicanálise*. Trad. Verlaine Freitas, Editora Unesp (Obra original publicada em 1951).
- Adorno, T. W. (2018). O conceito de inconsciente na doutrina transcendental da alma. Em *Primeiros escritos filosóficos*. Trad. Verlaine Freitas, Editora Unesp (Obra original publicada em 1927).
- Adorno, T. W.; Frenkel-Brunswik, E.; Levinson, D. J.; & Sanford, R. N.. (1950). *The Authoritarian Personality*, Harper & Row.
- Adorno, Theodor W., & Horkheimer, M. (1973). Indivíduo. Em *Temas básicos de sociologia*, Cultrix. (Obra original publicada em 1966).
- Adorno, T. W., & Horkheimer, M.. (1985). *Dialética do Esclarecimento*. Tradução de Guido Antônio de Almeida, Zahar Editores. (Obra original publicada em 1947).
- Araujo, S. de F. (2009). Uma visão panorâmica da psicologia científica de Wilhelm Wundt. *Scientiae Studia*, 7 (2), 209-220. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662009000200003>
- Araujo, S. de F. (2012). O lugar de Christian Wolff na história da psicologia. Em *História e filosofia da psicologia: perspectivas contemporâneas*, UFJF.
- Bachofen, J. J. (1997). *Das Mutterrecht. Eine Untersuchung über die Gynaiokratie der alten Welt nach ihrer religiösen und rechtlichen Natur*, Suhrkamp Verlag AG. (Obra original publicada em 1861).
- Barrett, M. (2013). Psicanálise. Em *Dicionário do pensamento marxista*. Bottomore, T. (ed). Zahar (Obra original publicada em 1983).
- Bernfeld, S. (1925). *Psychologie des Säuglings*, Verlag Julius Springer.
- Bottomore, T. (2013). Classe dominante. Em *Dicionário do pensamento marxista*. Bottomore, T. (ed). Zahar (Obra original publicada em 1983).

- Caropreso, F., & Simanke, R. T. (2011). *Entre o corpo e a consciência: Ensaio de interpretação da metapsicologia freudiana*, EDUSFSCar.
- Carvalho, D. P. (2016). *Fetichismo, regressão e mal-estar: uma interlocução entre Adorno e Freud sobre o estado da cultura*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora]. Biblioteca de teses e dissertações.
<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1761/1/diegopedrosacarvalho.pdf>
- Cavalletto, G. (2007). *Crossing the psycho-social divide: Freud, Weber, Adorno and Elias*, Ashgate.
- Collin, D. (2010). *Compreender Marx*, Vozes.
- Comte, A. (1978). Curso de filosofia positiva. Em *Os pensadores*, Abril Cultural. (Obra original publicada em 1842).
- Darwin, C. (2014). *A origem das espécies*, Martin Claret. (Obra original publicada em 1859).
- Engels, F. (2019). *Origem da família, propriedade privada e estado*, Boitempo. (Publicado originalmente em 1884).
- Farr, R. M. (2010). *As raízes da psicologia social moderna*, Vozes.
- Freitas, V. (2018). Theodor Adorno and the Freudian Revisionism. *Veritas*, 63 (2), 780-800.
<https://doi.org/10.15448/1984-6746.2018.2.30894>
- Freud, S. (1992). Dos artículos de enciclopedia: “Psicoanálisis” y “Teoría de la libido”. Em *Obras completas, vol 18*, Amorrortu.
- Freud, S. (2010a). Além do princípio do prazer. Em *Obras completas, vol. 14*, Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1920).
- Freud, S. (2010b). Novas conferências introdutórias à psicanálise. Conferência 32: angústia e instintos. Em *Obras completas, vol. 13*, Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1933).

- Freud, S. (2010c). Novas conferências introdutórias à psicanálise. Conferência 35: acerca de uma visão de mundo. Em *Obras completas, vol. 13*, Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1933).
- Freud, S. (2010d). O mal-estar na civilização. Em *Obras completas, vol. 18*, Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1930).
- Freud, S. (2010e). Por que a guerra?. Em *Obras completas, vol. 18*, Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1932).
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. Em *Obras Completas, vol. 15*, Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1921).
- Freud, S. (2012). Totem e tabu. Em *Obras Completas, vol. 11*, Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1913).
- Freud, S. (2014a). Conferências introdutórias à psicanálise. Conferência 22: Considerações sobre desenvolvimento e regressão: Etiologia. Em *Obras completas, vol. 13*, Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1916-7).
- Freud, S. (2014b). O futuro de uma ilusão. *Coleção L&PM POCKET, vol. 849*, L&PM. (Obra original publicada em 1927).
- Freud, S. (2014c). O mal-estar na cultura. *Coleção L&PM POCKET, vol. 850*, L&PM. (Obra original publicada em 1930).
- Freud, S. (2015a) A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno. Em *Obras completas, vol. 8*, Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1908).
- Freud, S. (2015b). Caráter e erotismo anal. Em *Obras completas, vol. 8*, Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1908).
- Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Em *Obras completas, vol. 6*, Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1905).

- Freud, S. (2018) Moisés e o monoteísmo. Em *Obras completas, vol. 19*, Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1939).
- Freud, S. (2020a). O eu e o id. Em *Obras completas, vol. 16*, Companhia das Letras (Obra originalmente publicada em 1923).
- Freud, S. (2020b). O problema econômico do masoquismo. Em *Obras Completas, vol. 16*, Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1924).
- Freud, S. (2021a). A repressão. Em *Obras Completas, vol.12*, Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1915).
- Freud, S. (2021b). Introdução ao narcisismo. Em *Obras Completas, vol.12*, Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1914).
- Freud, S. (2021c). O inconsciente. Em *Obras Completas, vol.12*, Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1915).
- Freud, S. (2021d) Os instintos e seus destinos. Em *Obras completas, vol. 12*, Companhia das Letras (Obra originalmente publicada em 1915).
- Fromm, E. (1927). Der Sabbath. Em *Zeitschrift für Anwendung der Psychoanalyse auf die Natur und Geisteswissenschaften, 13*, 226- 233.
- Fromm, E. (1931). *Die Entwicklung des Christudogmas. Eine psychoanalytische Studie zur sozialpsychologischen Funktion der Religion*, Internationaler Psychoanalytischer Verlag (Obra original publicada em 1930).
- Fromm, E. (1932a). Die psychoanalytische Charakterologie und ihre Bedeutung für die Sozialpsychologie. Em *Zeitschrift für Sozialforschung, 1*, C. L. Hirschfeld.
- Fromm, E. (1932b). Über Methode und Aufgabe einer Analytischen Sozialpsychologie. Em *Zeitschrift für Sozialforschung, 1*, C. L. Hirschfeld.
- Fromm, E. (1934). Die sozialpsychologische Bedeutung der Mutterrechtstheorie. Em *Zeitschrift für Sozialforschung, 3*, Felix Alcan.

- Fromm, E. (1937). Zum Gefühl der Ohnmacht. Em *Zeitschrift für Sozialforschung*, 6, Felix Alcan.
- Fromm, E. (1963a). The Dogma of Christ. Em *The Dogma of Christ and Other Essays on Religion, Psychology and Culture*, Holt, Rinehart and Winston. (Obra original publicada em 1930).
- Fromm, E. (1963b). *The Dogma of Christ and Other Essays on Religion, Psychology and Culture*, Holt, Rinehart and Winston.
- Fromm, E. (1970a). Psychoanalytic Characterology and Its Relevance for Social Psychology. Em *The Crisis of Psychoanalysis. Essays on Freud, Marx and Social Psychology*, Holt, Rinehart, Winston. (Obra original publicada em 1932).
- Fromm, E. (1970b). *The Crisis of Psychoanalysis. Essays on Freud, Marx and Social Psychology*, Holt, Rinehart, Winston.
- Fromm, E. (1970c). The Method and Function of an Analytic Social Psychology. Em *The Crisis of Psychoanalysis. Essays on Freud, Marx and Social Psychology*, Holt, Rinehart, Winston. (Obra original publicada em 1932).
- Fromm, E. (1970d). The Theory of Mother Right and Its Relevance for Social Psychology. Em *The Crisis of Psychoanalysis. Essays on Freud, Marx and Social Psychology*, Holt, Rinehart, Winston. (Obra original publicada em 1934).
- Fromm, E. (1971a). *A crise da psicanálise. Ensaio sobre Freud, Marx e a psicologia social*, Zahar.
- Fromm, E. (1971b). A teoria do direito materno e sua relevância para a psicologia social. Em *A crise da psicanálise. Ensaio sobre Freud, Marx e a psicologia social*, Zahar. (Obra original publicada em 1934).

- Fromm, E. (1971c). Caracterologia psicanalítica e sua relevância para a psicologia social. Em *A crise da psicanálise. Ensaios sobre Freud, Marx e a psicologia social*, Zahar. (Obra original publicada em 1932).
- Fromm, E. (1971d). Método e função de uma psicologia social analítica. Em *A crise da psicanálise. Ensaios sobre Freud, Marx e a psicologia social*, Zahar. (Obra original publicada em 1932).
- Fromm, E. (1974). O dogma de Cristo. Em *O dogma de Cristo e outros ensaios sobre religião, psicologia e cultura*, Zahar. (Obra original publicada em 1930).
- Fromm, E. (1987). Sozialpsychologischer Teil. Em Horkheimer, Max *et alii*. *Studien über Autorität und Familie. Forschungsberichte aus dem Institut für Sozialforschung*, Dietrich zu Klampen Verlag. (Obra original publicada em 1936).
- Fromm, E. (1989). Psychoanalysis and Sociology. Em *Critical theory and Society: A reader*, Routledge. (Discurso proferido em 1929).
- Fromm, E. (1994). *Escape from Freedom*, Holt McDougal (Obra original publicada em 1941).
- Gundlach, H. (2012). A psicologia como ciência e como disciplina: o caso da Alemanha. Em Araújo, S. de F. (org), *História e filosofia da psicologia: perspectivas contemporâneas*, UFJF. (Obra original publicada em 2006).
- Horkheimer, M. (2003). Historia y psicologia. Em *Teoría crítica*, Amorrortu. (Obra original publicada em 1932).
- Horkheimer, M., Fromm, E., Marcuse, H. *et alii* (1987). *Studien über Autorität und Familie – Forschungsberichte aus dem Institut für Sozialforschung*, Dietrich zu Kampen Verlag. (Obra original publicada em 1936).
- Horney, K. (1966). *Novos rumos na psicanálise*, Civilização. (Obra original publicada em 1939).

- Jay, M. (1976). *The dialectical imagination: A history of the Frankfurt school and the institute of social research 1923-1950*, Heinemann.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário da Psicanálise*, Martins Fontes. (Obra original publicada em 1982).
- Le Bon, G. (1905). *Psychologie des foules*, Édition Félix Alcan. (Obra original publicada em 1895).
- Le Bon, G. (2019). *Psicologia das multidões*, WMF Martins Fontes. (Obra original publicada em 1895).
- Lévi-Strauss, C. (2012). *As estruturas elementares do parentesco*, Vozes. (Obra original publicada em 1949).
- Löwenthal, L., & Guterman, N. (1949). *Prophets of deceit: a study of the techniques of the American agitator*, Harper Brothers.
- Lukács, G. (2000). *A teoria do romance*, Editora 34. (Obra original publicada em 1916).
- Malinowski, B. (1929). *The sexual life of savages in north-western Melanesia*, Eugenics Pub. Co.
- Marcuse, H. (1975). *Eros e civilização: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*, Zahar. (Obra original publicada em 1955).
- Marx, K. (1996). *O capital: crítica da economia política. Volume 1: O processo de produção do capital*, Nova Cultural. (Obra original publicada em 1867).
- Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política*, Expressão Popular (Obra original publicada em 1859).
- Marx, K., & Engels, F. (2001). *A ideologia alemã*, Martins Fontes. (Obra original publicada em 1932).
- Marx, K., & Engels, F. (2005). *Manifesto comunista*, Boitempo. (Obra original publicada em 1848).

- Mead, G. H. (1952). *Mind, self & society: from the standpoint of a social behaviorist*. Morris, C. W. (ed), The University of Chicago Press. (Obra original publicada em 1934).
- Morgan, L. H. (1877). *Ancient Society. Or Researches in the Lines of Human Progress from Savagery Through Barbarism to Civilization*, Henry Holt and Company.
- Parsons, T. (1950). Psychoanalysis and the Social Structure. Em *The Psychoanalytic Quarterly*, 19 (3), 371-384. DOI: 10.1080/21674086.1950.11925809
- Quintaneiro, T., Barbosa, M. L. de O., & Oliveira, M. G. (2001). *Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber*, UFMG.
- Reich, W. (nd). *A irrupção da moral sexual repressiva*, Martins Fontes. (Obra original publicada em 1932).
- Reich, W. (1927). *Die Funktion des Orgasmus*, Internationaler Psychoanalytischer Verlag.
- Reich, W. (1929). Dialektischer Materialismus und Psychoanalyse. Em *Unter dem Banner des Marxismus*, III (5).
- Reich, W. (1936). *Die Sexualität im Kulturkampf. Zur sozialistischen Umstrukturierung des Menschen*, Sexpol-Verlag.
- Reich, W. (1968a). *A revolução sexual*, Círculo do Livro. (Obra original publicada em 1930, ampliada em 1936).
- Reich, W. (1968b). *Geschlechtsreife, Enthaltbarkeit, Ehemoral. Eine Kritik der bürgerlichen Sexualreform*, Underground Press (Obra original publicada em 1930).
- Reich, W. (1970). *Charakteranalyse. Technik und Grundlagen*, Fischer Taschenbuch Verlag (Obra original publicada em 1933)
- Reich, W. (1972). Dialectical materialism and psychoanalysis. Em *Sex-pol. Essays 1929-1934*, Vintage Books (Obra original publicada em 1929, e reeditada em 1934).
- Reich, W. (1973). *The function of the orgasm. Sex-economic problems of biological energy*, Farrar, Straus and Giroux. (Obra original publicada em 1942).

- Reich, W. (1974). *Psicologia de massas do fascismo*, Publicações Escorpião. (Obra original publicada em 1942).
- Reich, W. (1977). *Materialismo dialético e psicanálise*, Presença. (Obra original publicada em 1929, e reeditada em 1934).
- Reich, W. (1980). *The mass psychology of fascism*, Farrar, Straus and Giroux. (Obra original publicada em 1942).
- Reich, W. (1981). *A revolução sexual*, Zahar (Obra original publicada em 1930, ampliada em 1936).
- Reich, W. (1986). *The sexual revolution. Toward a self-regulating character structure*, Farrar, Straus and Giroux. (Obra original publicada em 1930, ampliada em 1936).
- Reich, W. (1988). *Psicologia de massas do fascismo*, Martins Fontes. (Obra original publicada em 1942).
- Reich, W. (1990). *Character analysis*, Farrar, Straus and Giroux. (Obra original publicada em 1933).
- Reich, W. (1995a). *A função do orgasmo. Problemas econômico-sexuais da energia biológica*, Brasiliense. (Obra original publicada em 1942).
- Reich, W. (1995b). *Análise do caráter*, Martins Fontes. (Obra original publicada em 1933).
- Reich, W. (2020). *Massenpsychologie des Fascismus*, Psychosozial-Verlag (Obra original publicada em 1933).
- Robinson, P. A. (1971). *A esquerda freudiana: Wilhelm Reich, Geza Roheim, Herbert Marcuse*, Civilização Brasileira.
- Rose, G. (2014). The dispute over positivism. Em *The melancholy science: An introduction to the thought of Theodor W. Adorno* (pp. 99-140), Verso. (Obra original publicada em 1978).

- Rouanet, S. P. (1998). *Teoria Crítica e Psicanálise*, Tempo Brasileiro. (Obra original publicada em 1978).
- Roudinesco, E.; & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*, Zahar.
- Rycroft, C. (1971). *As ideias de Reich*, Cultrix.
- Sass, O. (2004). *Crítica da razão solitária: a psicologia social segundo George Herbert Mead*, Editora Universitária São Francisco.
- Vandenberghe, F. (2012). *Uma história filosófica da sociologia alemã: alienação e reificação, V. I, Marx, Simmel, Weber e Lukács*, Annablume.
- Weber, M. (2004). *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1920).
- Whitebook, J. (2006). The marriage of Marx and Freud: Critical theory and psychoanalysis. Em Rush, Fred (ed). *The Cambridge companion to critical theory*, Cambridge University.
- Wiggershaus, R. (2006). *A escola de Frankfurt: História, desenvolvimento teórico e significação política*, Difel. (Obra original publicada em 1986).